

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
CESAR AUGUSTO EUGENIO**

**IGREJA E ESCOLA NO PROCESSO DE
MODERNIZAÇÃO DE APARECIDA (1893-1928)**

**ITATIBA – SP
2009**

**UNIVERSIDADE SÃO FRANCISCO
CESAR AUGUSTO EUGENIO**

**IGREJA E ESCOLA NO PROCESSO DE
MODERNIZAÇÃO DE APARECIDA (1893-1928)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora da Universidade São Francisco, campus Itatiba/SP, como exigência parcial à obtenção do título de *Mestre* pelo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO – Linha de Pesquisa: História, Historiografia e Idéias Educacionais, sob orientação da Professora Dr^a Vivian Batista da Silva.

**ITATIBA – SP
2009**

37.009.81 Eugenio, Cesar Augusto.
E88i Igreja e escola no processo de modernização
de Aparecida (1893-1928) / Cesar Augusto
Eugenio. -- Itatiba, 2009.
229p.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-
Graduação *Stricto Sensu* em Educação
da Universidade São Francisco.

Orientação de: Vivian Batista da Silva.

1. Escola. 2. Aparecida. 3. Modernização.
4. Igreja. I. Silva, Vivian Batista da. II. Título.

CESAR AUGUSTO EUGENIO

**IGREJA E ESCOLA NO PROCESSO DE
MODERNIZAÇÃO DE APARECIDA (1893-1928)**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora da Universidade São Francisco, campus Itatiba/SP, como exigência parcial à obtenção do título de *Mestre* pelo PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO – Linha de Pesquisa: História, Historiografia e Idéias Educacionais, sob orientação da Professora Dr^a Vivian Batista da Silva.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Moysés Kuhlmann Júnior
Universidade São Francisco

Prof^a Dr^a Rita de Cássia Gallego
Universidade de São Paulo

Prof^a Dr^a Vivian Batista da Silva
(Orientadora)
Universidade São Francisco

Itatiba, 26 de fevereiro de 2009.

Camila, meu porto seguro,
Daniel, minha eternidade.
João Eugenio, pai e herói,
Zé, irmão e ídolo,

AGRADECIMENTOS

A minha família, pelo estímulo.

Ao amigo Professor Dr. Mauro Castilho Gonçalves, exemplo de disciplina e intelectualidade.

Ao Padre Paulo Tadeu Gil Gonçalves Lima, Chanceler da Cúria Metropolitana de Aparecida, pela credibilidade.

À Eliete Galvão Reis da Silva, Adriana Pereira França e Cesar Maia da Cúria Metropolitana de Aparecida, pela receptividade e apoio.

À Josinéia e esposo, pela confiança.

Ao pessoal dos Museus Frei Galvão e Conselheiro Rodrigues Alves, pela atenção.

Ao pessoal do Arquivo do Estado.

Ao pessoal das bibliotecas de Aparecida, UNITAU, USF, OGE, pela *finesse*.

À Professora Dr^a Vivian Batista da Silva, pelas orientações e paciência.

Aos professores Dr. Moysés Kuhlmann Júnior, Dr^a Elizabeth dos Santos Braga e Dr^a Maria Ângela Borges Salvadori – USF – pelo rigor e dedicação.

À professora Dr^a Rita de Cássia Gallego, pelo respeito.

À CAPES.

“Uma experiência de sete solidões. Novos ouvidos para música nova. Novos olhos para o mais longínquo. Uma nova consciência para as verdades que até então permaneceram mudas. E a vontade para a economia do grande estilo: conservar intacta a própria força, o próprio entusiasmo... O respeito por si próprio, o amor a si próprio; a imprescindível liberdade em relação a si mesmo...”

(NIETZSCHE)

SUMÁRIO

RESUMO	08
ABSTRACT	09
INTRODUÇÃO	10

1. EIS QUE APARECE APARECIDA: HISTÓRIA DA CIDADE E DA DEVOÇÃO A NOSSA SENHORA APARECIDA	43
--	-----------

1.1. APARECIDA DOS ROMEIROS.....	62
---	-----------

2. A IGREJA CATÓLICA EM APARECIDA E A ROMANIZAÇÃO DO CULTO A NOSSA SENHORA	80
---	-----------

2.1. APARECIDA: VILA, DISTRITO, MUNICÍPIO.....	124
---	------------

3. A ESCOLA EM APARECIDA.....	154
--------------------------------------	------------

3.1. APARECIDA DAS LETRAS.....	157
---------------------------------------	------------

3.2. DAS ESCOLAS ISOLADAS A GRUPO ESCOLAR	176
--	------------

CONSIDERAÇÕES FINAIS	208
-----------------------------------	------------

BIBLIOGRAFIA	211
---------------------------	------------

ANEXOS:

Anexo 1. Música: Viva a Mãe de Deus e Nossa	221
--	------------

Anexo 2. Hino: TE DEUM	222
-------------------------------------	------------

Anexo 3. Quadro Sinótico: por Província, escolas e estabelecimentos de Instrução Pública, no Brasil, conforme dados mais recentes..... 223

Anexo 4. Artigo: “*GUARATINGUETÁ – Centro de progresso e civilização, trabalhando por um espírito de civismo superior*” 225

Anexo 5. Oração “*Angelus*” 227

Anexo 6. Biografia do Professor Francisco Antônio das Chagas Pereira..228

RESUMO

A presente Dissertação de Mestrado buscou articular elementos que pudessem evidenciar a combinação de forças que teriam desbravado caminhos com vistas à emancipação do distrito de Aparecida, localizada na região do Vale do Paraíba, estado de São Paulo. O distrito se estruturou a partir da devoção à Nossa Senhora Aparecida e teve na Igreja a força que impulsionara seu processo modernizador, o qual pode ser visto, tanto pela sua crescente urbanização, como pela difusão das letras por meio de diversas iniciativas escolares, o que nos parece ter sido decisivo na sua emancipação em 1928, tornando-se, definitivamente, independente de Guaratinguetá. Dessas iniciativas o destaque foi dado à escola pública que parece ter tomado força a partir da instauração das Escolas Reunidas em 1910. É neste sentido que procuramos trabalhar informações que pudessem situar o leitor quanto à origem do município de Aparecida tentando, ainda, entender os mecanismos de recepção e acolhida dos romeiros que, em grande número e com frequência visitam Aparecida. Trouxemos ao debate as ações da Igreja Católica Apostólica Romana em Aparecida, sobretudo àquelas mais pontuais, planejadas e acompanhadas pela Diocese de São Paulo, que buscou controlar o culto à Nossa Senhora Aparecida. Analisamos, também, as formas pelas quais os Padres da Congregação do Santíssimo Redentor, os Missionários Redentoristas, implementaram espaços e dinâmicas catequéticas e implementaram sua articulação política, ora explícita, ora difusa. Por fim, nosso propósito foi situar a escola pública no processo de modernização de Aparecida. Buscamos mostrar a escolarização no distrito aparecidense que lutava pela sua emancipação e, nessa luta, depositou na escola a esperança no que tange à sua força civilizadora, como se acreditava na época, mesmo sendo balizada pela Igreja.

Palavras-chave: Aparecida, emancipação, modernização, Igreja, Escola.

ABSTRACT

The present Master Dissertation sought articulate elements that could demonstrate the forces combination that would have pioneer roads with a view of empowering the district of Aparecida, located in the Paraíba Valley, São Paulo state. The district was structured from the devotion to Our Lady Aparecida and had in the Church the power to boost its modernization process, which can be seen, as by its growing urbanization, as the dissemination of letters by various school initiatives, which seems to have been decisive in their emancipation in 1928, becoming, finally, regardless of Guaratinguetá. The focus of these initiatives was the public school that seems to have taken strength from the establishment of Reunidas's Schools in 1910. In this sense we try to work with the information that could located the reader as to the origin of the city of Aparecida trying, yet, to understand the mechanisms of reception and accommodation of pilgrims who, in large numbers and often visit Aparecida. Brought to debate the actions of the Roman Catholic Church in Aparecida, particularly those more specific, planned and monitored by the Diocese of São Paulo, which sought to control the cult of Our Lady Aparecida. We analyzed, also, the ways in which the Fathers of the Congregation of the Most Holy Redeemer, the Redemptorists Missionaries, have implemented spaces and catechetical dynamic and implemented their political articulation, sometimes explicit, sometimes diffuse. Finally, our purpose was to situate the school in the process of Aparecida's modernization. We seek showing the schooling of aparecidense district who fought for their emancipation, and in that struggle, deposited in the school the hope with regard to its civilizing force, as was believed at the time, even been led by the Church.

Words-key: Aparecida, emancipation, modernization, Church, School.

INTRODUÇÃO

*Fora, fora, ó verdades
de olhar sombrio!
Não quero ver em minhas montanhas
acres verdades impacientes.
Dourada de sorrisos,
de mim se acerca hoje a verdade,
adoçada de sol, bronzeada de amor –
só uma verdade madura [grifo do autor] eu tiro da árvore.*

(NIETZSCHE, 1996a, p. 459)

Abrir este trabalho com uma epígrafe de Friedrich Wilhelm Nietzsche significa estarmos dispostos a enfrentar o caminho das pedras da reflexão, o terreno árido das indagações que necessitam de precisão à medida que adentramos na obscuridade de um *pretérito imperfeito* que não espera ser desvelado como se houvesse uma névoa de mentiras a qual deixa nebulosa uma estrutura de verdades inabaláveis.

Mas é certo que o passado existe, está lá, e nele, muitas coisas silenciadas, escondidas, esquecidas; vozes que foram enforcadas, guilhotinadas, esquartejadas, seqüestradas e sumidas nas ditaduras. Exemplo disso podemos ver no trabalho de Carlo Ginzburg (2006, p. 192) quando relata a trama vivida por Menocchio, condenado à morte uma vez que fora excomungado da Igreja Católica¹ quando julgado pela Santa Inquisição.

Resistir a pressões tão fortes era impossível e depois de pouco tempo Menocchio foi executado. Temos certeza disso pelo depoimento de um tal Donato Serotino, que em 16 de julho de 1601 disse ao comissário do inquisidor do Friuli ter estado em Pordenone pouco depois de haver “sido justicado pelo Santo Ofício [...] o Scandella” e ter encontrado com uma taverneira que lhe contara que “numa certa

¹ O Papa Gregório IX, em 20 de abril de 1233 editou duas bulas que marcam o início da Inquisição, instituição da Igreja Católica Romana que perseguiu, torturou e matou vários de seus inimigos, ou quem ela entendesse como inimigo, acusando-os de hereges, por vários séculos (<http://www.internext.com.br/valois/pena/1233.htm>. Acesso: 18/03/2008). A Inquisição foi extinta gradualmente ao longo do século XVIII, embora só em 1821 se dê a extinção formal em Portugal numa sessão das Cortes Gerais. Porém, para alguns estudiosos, a essência da Inquisição original - entendida como a guarda da pureza da Fé -, permaneceu na Igreja Católica através de uma nova congregação: a Congregação para a Doutrina da Fé (<http://pt.wikipedia.org>. Acesso: 18/03/2008).

vila [...] um certo homem chamado Marcato, ou Marco, dizia que, morto o corpo, a alma também morria”. Sabemos muita coisa sobre Menocchio. De Marcato ou Marco – e de tantos outros como ele, que viveram e morreram sem deixar rastros – nada sabemos.

A partir dos desafios assim postos ao trabalho do historiador, esta pesquisa tem como objetivo analisar questões relevantes e ainda pouco estudadas da história de Aparecida, a cidade que tem o nome da santa que é considerada a padroeira do Brasil. Nesse sentido, examinamos os modos pelos quais se constituiu a dinâmica que impulsionou o processo modernizador da cidade de Aparecida, entre os anos de 1893 e 1928, quando conseguira alavancar sua emancipação política. Ou seja, elaboramos um estudo que visou investigar: como, neste distrito que se soergueu à luz da cultura cristã, institucionalmente católica perfilada na devoção à Nossa Senhora, circularam e foram apropriados, na estruturação do seu sistema de ensino, os ideais de uma república laica, democrática, desenvolta, urbana e letrada, com um projeto próprio de escolarização, tão defendidos por intelectuais, políticos, educadores, médicos da época?

Popularmente conhecida como Aparecida do Norte, é uma cidade situada no Vale do Paraíba, interior de São Paulo, que se estruturou e ainda se organiza em torno da hospitalidade aos inúmeros romeiros (atualmente, cerca de 7 milhões ao ano) que a visitam motivados pela devoção à Nossa Senhora Aparecida. Daí a vocação aparecidense ao comércio e à promoção de extensa rede hoteleira.

Conta-se que teria sido encontrada no Rio Paraíba do Sul, mais precisamente no Porto Itaguaçu, por pescadores da localidade, na época, território da Vila de Guaratinguetá, em 1717, uma estátua de pouco mais de 30 centímetros que, pelo fato da pesca escassa se tornar farta, após esta imagem ter sido içada do rio, segundo o que fora difundido, os sujeitos responsáveis pelo feito a guardaram junto às suas famílias impressionados com o que fora considerado seu primeiro milagre.

O historiador Fábio José Garcia dos Reis (2000, 1993) indica em seus estudos que, aos poucos, as manifestações de fé, espontâneas e informais, foram chamando a atenção de viajantes que ajudaram na difusão da fama de milagrosa a qual se construiu em torno da imagem aparecida, uma vez que esta vila de Guaratinguetá era local de passagem, trajeto obrigatório de tropeiros que subiam a serra da Mantiqueira com destino às Minas Gerais. Em seu mais recente trabalho em parceria com Edson Donizetti Castilho (2008), o historiador enfatiza a força da Igreja em Aparecida e sua evidente preocupação em romanizar o culto a Nossa Senhora Aparecida.

Pela sua plástica piedosa, mãos em prece, a imagem encontrada pelos pescadores fora facilmente identificada como Maria, tida pelos católicos, como Mãe de Jesus. Conforme a Bíblia Sagrada, Maria teria recebido a anunciação do anjo Gabriel para ser a mãe do próprio Filho de Deus que viera para salvar a humanidade e, aceitando tal missão, concebera Jesus pelo poder do Espírito Santo. Por isso, a Igreja Católica sempre expressou muito zelo com a imagem da Imaculada Conceição, ou seja, aquela que teria concebido sem a mancha do pecado.

Após vinte e oito anos do encontro da Imagem no Paraíba do Sul a Igreja Católica Apostólica Romana, na pessoa do Vigário da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, Padre José Alves Villela, ocupou-se com o dito episódio construindo a primeira capela que fora benta em 26 de julho de 1745 no Morro dos Coqueiros, terreno doado pela Dona Margarida Nunes Rangel (REIS, 2000, p. 76), conforme provisão de licença passada na chancelaria do bispado do Rio de Janeiro em 5 de maio de 1743 (REIS, 1967, p. 40), uma vez que aumentava o número de pessoas que procurava informações sobre a Santa aparecida no rio querendo conhecê-la e render-lhe homenagens. Daí por diante, o lugar passou a ser conhecido como Capela d'Aparecida (REIS, 2000, p. 76), assim, Aparecida.

Esta história, narrada aos quatro cantos de Aparecida, do Brasil e, de fama internacional, pelo menos entre os católicos, é difundida até hoje e consegue atrair inúmeros romeiros dos mais distantes recônditos do Brasil.

Esta devoção, a princípio, acontecera à margem dos rituais que compõem a liturgia oficial da Igreja Católica Apostólica Romana, religião esta, cujo culto ou celebração pública, era o único autorizado pela Coroa Portuguesa que institucionalizara o beneplácito e o padroado em suas colônias, garantindo à Igreja a sua preponderância, senão exclusividade, porém, tendo que se submeter ao poder da realeza, o qual, desautorizava, por vezes, a autoridade papal, magnânimo na cúpula católica (HOORNAERT, 1978; SILVA e BASTOS, 1988; TERRA, 1996; BARATA, 1999).

Antes de continuarmos a explorar uma história da Santa aparecida, vale refletirmos sobre o conceito de história que fundamenta este trabalho.

Há aquela história concebida como uma prática “pouco científica” que trabalha na “descoberta de verdades” do passado, fruto de uma escavação arqueológica, por vezes, indiscriminada, escrita por historiadores que se anunciam como neutros, amorais e apolíticos – acima do bem e do mal, dissuadidos por interesses políticos e econômicos (como se isso fosse possível) – cujo resultado desse trabalho é a catalogação de materiais “antigos” ou “velhos” – em lugares reservados à história (nos museus, por exemplo), sendo apenas, então, uma serva das outras ciências.

Seria possível fazer uma história dos grandes acontecimentos, dos heróis. Poderíamos pensar uma história das idéias, dos intelectuais, desvinculados das condições sócio-históricas as quais viviam. Poderíamos fazer uma história social, a partir da análise das classes subalternas, buscando dar voz aos oprimidos. Ainda seria possível pensarmos uma micro-história procurando evitar as generalizações e trabalhar com a exceção.

Mas, o que é fazer história? Como fazê-la? Por que fazê-la? O que e como devemos perguntar ao passado? Existem as respostas *verdadeiras* ou apenas impressões de verdade, ou ainda, verdades forjadas de mãos inquietas de historiadores perspicazes? Qual o limite – se há – entre o fato (que é sempre contado por “alguém” e nunca abarcado em sua totalidade) e a vontade desmesurável do historiador de, às vezes, pela vaidade, se fazer história? Quanto dura o presente? Quanto tempo precisa passar para ser passado? Quais, se existem, as autoridades que têm o poder de legitimar um passado verdadeiro fazendo com que se (re) produza um tipo de história?

Se olharmos com atenção a seguinte afirmação de Bloch (2001, p. 70) – “*Toda coletânea de coisas vistas é, em uma boa metade, de coisas vistas por outro*” – é possível refletirmos, pela provocação sugerida, a impossibilidade de atingirmos a totalidade do passado (e por que não dizer do próprio presente) que será sempre contado de uma ou outra maneira a partir das indagações que o historiador possa fazer a partir do seu presente, nas condições materiais dentre as quais se articula sua existência e é arcabouço de suas dúvidas e angústias.

Não podemos perder de vista que o historiador é um sujeito que produz explicações as quais nem sempre o agradam ou são aquelas que buscava. Sobre esta questão nos apoiamos em Thompson (1981, p. 61) que afirma:

A explicação histórica não revela como a história deveria ter se processado, mas porque se processou dessa maneira, e não de outra; que o processo não é arbitrário, mas tem sua própria regularidade e racionalidade; que certos tipos de acontecimentos (políticos, econômicos, culturais) relacionaram-se, não de qualquer maneira que nos fosse agradável, mas de maneira particulares e dentro de determinados campos de possibilidades; que certas formações sociais não obedecem a uma “lei”, nem são os “efeitos” de um teorema estrutural estático, mas se caracterizam por determinadas relações e por uma lógica particular de processo.

A pesquisa histórica se dá pela análise da documentação. Estes documentos podem ser oficiais (do governo, do Estado) – leis, decretos, pronunciamentos – e outros que,

até então, eram descartados por não serem considerados documentos, logo, não eram importantes, eram julgados como incapazes de fazer uma leitura científica sobre determinado fato, episódio. A imprensa alternativa, e não somente a macro mídia, pode ser uma fonte privilegiada de informações de um cotidiano gerado e interpretado à luz de sujeitos que nem sempre participavam das camadas mais favorecidas de uma sociedade.

Daí a necessidade de termos a clareza que um fato histórico *“não é um objeto dado e acabado, pois resulta da construção do historiador”*, segundo Le Goff (2005, p. 9). É este mesmo autor que nos mostra que não há história sem documento e é por meio da sua análise que a *“ciência histórica”* torna-se possível de modo a ultrapassar *“as limitações impostas pela transmissão oral do passado”* (2005, p. 9). A partir de tais reflexões, torna-se fundamental que conceituemos *“documento histórico”*. Para tanto, remetemo-nos novamente a Jacques Le Goff (2005, p. 9) que afirma: *“(…) não é um material bruto, objetivo e inocente, mas exprime o poder da sociedade do passado sobre a memória e o futuro”*.

É nesse sentido que trazemos ao debate, Paul Veyne. No tocante aos modos de produção historiográfica este autor afirma que:

Toda historiografia depende, por um lado, da problemática que ela se formula e, por outro, dos documentos de que dispõe. E, se uma historiografia encontra-se bloqueada, isto se deve, às vezes, à falta de documentos, às vezes, a uma problemática esclerosada. (1983, p. 11)

Não obstante de o grande poder que tem nas mãos, potencial manipulador de fontes, o historiador age a partir de um lugar social (DE CERTEAU, 1988, p. 18), tanto o seu presente é um lugar social, quanto ao determinado passado que se propôs estudar e, conforme Bloch, não é completamente livre: *“É que os exploradores do passado não são homens completamente livres. O passado é seu tirano. Proíbe-lhes conhecer de si qualquer coisa a não ser o que ele mesmo lhes fornece”* (BLOCH, 2001, p. 75).

Não só às publicações os olhares atentos de um historiador devem estar se ocupando, afinal, muitos temas e objetos precisam ser investigados. O historiador poderá enxergar nas cartas, fotos, presentes, livros de catecismo, homenagens, medalhas, guardados como lembrança ou *esquecidos* no fundo de um baú, fontes históricas preciosas e, num esforço de desnaturalizá-los, assumir a postura de um sujeito que interroga e seleciona documentos, buscando entender como as mudanças se processaram e de quais outras formas seriam possíveis.

Segundo Peter Burke: “(...) *cada vez mais as questões culturais são apresentadas como explicação para mudanças no mundo político (...)*” (2005, p. 47). Por esse prisma, estudar as festas (religiosas, escolares, civis), periódicos (jornais, revistas, almanaques), costumes, sobretudo aqueles rituais indiscutivelmente populares, ou seja, dar a devida atenção às mais diversas práticas que até então eram marginais à pesquisa histórica por não serem iniciativas do Estado, logo, não serem oficiais, pode se tornar um exercício que venha a colocar em xeque diversas “verdades”, tidas, muitas vezes, como inabaláveis.

Há duas canções que podem ilustrar nossa postura neste trabalho: a primeira de Simon e Garfunkel, *The sounds of silence* (1964²), e a outra escrita por Humberto Gessinger e Augusto Licks chamada *Exército de um homem só* (1990) que diz o seguinte:

Nos interessa o que não foi impresso
E continua sendo escrito a mão
Escrito à luz de velas
Quase na escuridão
Longe da multidão.

Em Aparecida tudo parece ter nascido, crescido, envelhecido e morrido em torno da Santa Milagrosa. O povoado, a vila, o distrito, a cidade de Aparecida parece ter gritado em

²O disco de onde a canção foi extraída é uma coletânea e não registra a data da sua composição e gravação. O ano de 1964 é uma indicação disponível em http://en.wikipedia.org/wiki/The_Sound_of_Silence, acessado em 01/02/2009.

uníssono, por meio da Igreja ou do Estado, a ponto de silenciar outras vozes quando a questão era Nossa Senhora Aparecida.

É sobre este silêncio que queremos trabalhar. Acreditamos existir muitas vozes que buscam seu lugar no passado e no presente, em algum passado e em algum presente, compondo aquilo que, baseados em Le Goff, denominamos aqui como a “memória coletiva” da cidade de Aparecida. Uma modalidade de memória que, segundo o autor, é disputada, pois pode confirmar ou destituir poderes:

(...) foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (LE GOFF, 2005, p.422)

Se a memória coletiva pode ser artificialmente manipulada – refiro-me à construção de monumentos, museus que traduzem um período ou evento de uma determinada maneira –, aquilo que nos é mais peculiar, digo, nossas experiências, são, também, erigidas nas relações, que são intensas e constantes e dependem de inúmeros elementos que compõem nossa existência e sinalizam o que é significativo hoje e / ou o que foi significativo ontem.

Os museus são narrativas de *um* passado. É preciso compreender o por quê que algumas coisas foram selecionadas para serem lembradas dessa maneira (e não de outra) como são apresentadas, e outras não. A memória de um povo é lugar de disputas e relações de poder. Lembrar ou esquecer não são fatos aleatórios. Aquilo que é esquecido por uma pessoa, ou por um povo, também diz – e, talvez, seja o que mais diga – sobre sua história. A memória é socialmente construída e mutável.

Nem sempre o que é esquecido não poderá ser lembrado, relido, ressignificado. O presente propõe desafios que, por sua vez, transformam-se em necessidades a serem

satisfeitas e lembranças são trazidas e postas em evidência. Mudam o curso de uma pessoa, família, povo ou nação.

Segundo Le Goff em seu *História e Memória* (2005, p. 460) os monumentos e a fotografia revolucionaram a memória coletiva:

Entre as manifestações importantes ou significativas da memória coletiva, encontra-se o aparecimento, no século XIX e no início do século XX, de dois fenômenos. O primeiro, em seguida a Primeira Guerra Mundial, é a construção de monumentos aos mortos. A comemoração funerária encontra aí um novo desenvolvimento. Em numerosos países é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum.

O segundo é a fotografia, que revoluciona a memória: multiplica-a e democratiza-a, dá-lhe uma precisão e uma verdade nunca antes atingidas, permitindo assim guardar a memória do tempo e da evolução cronológica.

O conceito de monumento para Le Goff transcende o objeto em si. Obeliscos, estelas ou o “*soldado desconhecido*”, e, talvez, as esculturas dos santos, são monumentos porque carregam, segundo o autor, os motivos do que se deve comemorar, celebrar e, por isso, tornaram-se fundamentais na construção da memória coletiva de um determinado povo. Eles não só representam o fato comemorado, mas implementam uma espécie de poder educador pelo que lhe fora inscrito, pelas letras que traduzem sua existência, mas também, pela força do evento que lhe deu a “vida”.

No caso aparecidense, erguer um monumento à Nossa Senhora Aparecida, significou “dar vida” ao seu mito de origem que deve ser celebrado, lembrado, imortalizado.

Muitas outras questões poderíamos elaborar sem nunca obtermos respostas que nos oferecessem uma verdade que nos satisfizesse. Afinal, nunca teremos acesso a uma verdade absoluta que desse conta de *narrar* (GAGNEBIN, 2005, p. 13) tudo o que aconteceu num determinado momento da história.

Se a proposta de fazer uma história de Aparecida se mostrou um grande desafio, outro, não menor, nem menos complexo, foi estipular seus marcos temporais.

Nesse sentido, foi preciso descobrir continuidades e rupturas que dessem conta de satisfazer a construção do que poderíamos chamar de período. Assim, do ponto de vista conceitual, fomos nos apoiar em Norbert Elias (1993, p. 239) que afirma:

(...) o tecido social e sua mudança histórica não são caóticos, mas possuem, mesmo numa fase de agitação e desordem, um claro padrão e estrutura. Investigar a totalidade do campo social não significa analisar cada um dos seus processos individuais. Implica, acima de tudo, descobrir as estruturas básicas, que dão a todos os processos individuais agindo nesse campo sua direção e marca específica.

Não foi fácil encontrar um padrão, uma *estrutura* (ELIAS, 1993, p. 239) para justificar este recorte em nossos estudos. A história aparecidense, já contada em documentos oficiais, insiste em ser linear, bela, harmoniosa e evolutiva: Aparecida parece ter caminhado sempre para o progresso... Abençoada pela Santa. É justamente essa visão linear que nos esforçamos em evitar. Segundo Thompson (1981, p. 53):

Porque o “progresso” é um conceito sem significado ou pior, quando imputado como um atributo ao passado (e essas atribuições podem ser denunciadas, com razão, como “historicistas”), que só pode adquirir significado a partir de uma determinada posição no presente, uma posição de valor: houve homens e mulheres de honra, coragem e “previsão”, e houve movimentos históricos informados por essas qualidades.

Pelo conceito de *estrutura* explicado por Elias e descartando um juízo de valor que nos remetesse às armadilhas do conceito de *progresso*, conforme citação supra de Thompson, é que nos propusemos a apresentar as fontes trabalhadas não a partir de sua cronologia mas pelo conteúdo trabalhado em cada uma delas. Não quisemos, desta forma, gerar um mal estar quanto à possibilidade de se interpretar que fosse nosso objetivo homogeneizar os acontecimentos como se expressassem harmonia, de acordo com nossos interesses. Pelo contrário, optamos pela análise dos acontecimentos que revelam, de alguma forma, continuidades que deram suporte à emancipação aparecidense. Daí a importância de “irmos” e “virmos” nos fatos, a fim de mostrarmos suas ambigüidades, disputas, mas também,

levarmos à percepção que há uma unidade, logo, não foram caóticos os processos que conduziram a emancipação de Aparecida.

Foi preciso vasculhar documentos que diziam, à sua maneira, sobre um ritmo, sobre uma cadência que, paulatinamente, urbanizou-se, modernizou-se, organizou-se, emancipou-se. Fomos em busca do que Bloch (2001, p. 73) chamou de vestígios:

Como primeira característica, o conhecimento de todos os fatos humanos no passado, da maior parte deles no presente, deve ser [segundo a feliz expressão de François Simiand], um conhecimento através de vestígios. Quer se trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga [ou recente], o que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?

O recorte histórico refere-se, de um lado, à elevação da Capela de Nossa Senhora Aparecida à categoria de Episcopal Santuário, em 1893. Por este ato, A Diocese de São Paulo isentou Aparecida, do ponto de vista da administração eclesiástica, da paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, passando ter seu Capelão oficial, o Padre Claro Monteiro do Amaral.

Dentre as ações pontuais e planejadas da Diocese de São Paulo, a qual Aparecida se submetera até 1958, quando fora ela mesma ascendida à condição de Arquidiocese, a sua elevação à Santuário Episcopal pode não ter sido a primeira das ações da hierarquia católica no distrito, afinal, Aparecida nunca esteve abandonada, mas foi significativa, pois impulsionou a formação do seu processo de independência e construção de um aparato religioso próprio e de força política.

Talvez o ponto máximo dessas ações da diocese paulistana fora trazer os Missionários Redentoristas em 1894, os padres da Congregação do Santíssimo Redentor, com o objetivo de realizar um trabalho catequético que visasse catolicizar, ou seja, trazer aos ritos oficiais da Igreja Católica Romana, o culto à Senhora.

Os Padres Missionários vieram para assumir o Episcopal Santuário de Aparecida e cumprirem a missão para a qual foram chamados, escolhidos pelo arcebispo de São Paulo, Dom Arcoverde, preocupado com o controle das honras populares prestadas à Nossa Senhora, então, decretada, Mãe de Deus.

De outro lado, 1928, é o ano que marcou a emancipação política deste distrito, quando se tornou, definitivamente, independente de Guaratinguetá, cidade bem mais antiga, fundada no início século XVII.

É nesse sentido que, ousadamente, demonstraremos as mais diversas zonas de conflito que povoavam o distrito aparecidense nas primeiras décadas do período republicano, tanto internamente, no que diz respeito às tensões que pouco são sublinhadas no jornal *Santuário de Aparecida*, uma vez que desenhavam um harmonioso e linear processo modernizador que transferia, paulatinamente, o clima bucólico e rural às manifestações peculiares à dinâmica citadina, como externamente, em relação à Guaratinguetá, cidade a qual esteve submetida à estrutura política oficial.

O que nos pareceu nodal foi investigar os elementos constitutivos do que poderíamos de chamar de *ideologia do progresso* enaltecidos, sobretudo, pelo *Santuário de Aparecida*, mas também nas cartas (dos mais diversos sujeitos: dos bispos e arcebispos aos tesoureiros do Santuário Episcopal de Aparecida, do Diretor das Escolas Reunidas, mais tarde Grupo Escolar, ao Secretário da Instrução Pública de São Paulo, dos aparecidenses aos políticos de Guaratinguetá e ao Presidente da República entre outros), relatórios de viagem, relatórios dos inspetores escolares e, a partir do esforço em identificarmos um nexos entre eles, analisarmos como se deu a composição da complexa teia de relações na urbe aparecidense, com vistas a, minimamente, elucidar sua cultura, esta como “*um sistema de significações realizado*” (WILLIAMS, 1992, p. 206).

“Pois um sistema de significações é inerente a qualquer sistema econômico, a qualquer sistema político, a qualquer sistema geracional e, de modo mais geral, a qualquer sistema social. Contudo, ele pode, também, distinguir-se, na prática, como um sistema em si mesmo: por exemplo, da maneira mais evidente, como uma língua; ou como um sistema de pensamento ou de consciência, ou para utilizar aquele difícil termo alternativo, uma ideologia; e, ainda, como um conjunto de obras de arte e de pensamento particularmente significativo. Ademais, tudo isso existe não só como instituições e obras, e não só como sistemas, mas também como práticas ativas e estados de espírito”. (WILLIAMS, 1992, p. 206-207)

É neste sentido que o debruçar-se sobre os periódicos se tornou tarefa obrigatória e, para tanto, alguns cuidados precisaríamos ter. Nas palavras de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado:

(...) A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero ‘veículo de informações’, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”. (apud LUCA, 2005, p. 118)

A análise de determinado periódico pode permitir que o historiador tenha acesso aos discursos implícitos ou explícitos deste material, assim como investigar sobre uma ordem desejada pela autoridade que o produziu ou permitiu sua publicação. Também o estudo das apropriações feitas pelos leitores pode auxiliar a perceberem-se os conflitos que unem ou separam determinados agentes da sociedade (CATANI, 1997, p. 77).

Pela sua larga utilização, optamos aqui por examinar o periódico, *Santuário de Aparecida*. É um jornal semanal fundado em 10 de novembro de 1900 pelos Padres Redentoristas e administrado por eles, sem interrupção, até hoje, financiado pelas doações dos devotos, romeiros e assinantes.

Fonte privilegiada composta pelos mais diversos temas, notícias, informações gerais. Há um espaço maior para os temas voltados a Nossa Senhora Aparecida. Assim, com um mês de antecedência, publicava-se, o cronograma das festas e, após, logo na semana

seguinte, a descrição, por vezes, minuciosa de tais eventos, de modo que fosse enaltecida a Santa Aparecida que gerara uma ininterrupta *grande concorrência*, termo muito utilizado pelo referido jornal, por parte dos devotos da Santa, que não interferia na perfeita disciplina, afinal, fazia questão o *Santuário* de, constantemente, afirmar que tudo ocorrera *em perfeita ordem*.

Costumeiramente se anunciava a vinda de *visitantes ilustres*, como eram tratados os políticos, tanto da esfera local quanto dos escalões estadual e federal e demais autoridades, como príncipes, como é o caso dos da Bélgica, mas também, os da linhagem imperial brasileira foram aludidos de maneira enfática, ou ainda, daqueles *doutores* devotos que, de alguma forma, colaboravam com doações que, às vezes, significavam melhorias na urbe aparecidense no intuito de prestigiar a Santa Aparecida, sem poupar elogios aos romeiros tidos como obedientes e disciplinados.

O jornal *Santuário de Aparecida* fora uma das bases nas quais nos apoiamos e construimos nossa argumentação. Ao vasculhar seu noticiário, no período estudado, fomos selecionando, conforme nos apropriávamos de suas informações, elementos que fossem elucidando as relações entre Igreja e Escola e como destas se promoviam a ordem em Aparecida.

Desta forma, em todo nosso trabalho, o jornal *Santuário de Aparecida* esteve como fonte marcante, sendo, a nosso ver, imprescindível para o debate das articulações políticas em Aparecida.

O *Santuário de Aparecida* não se conteve em demonstrar suas preferências políticas, ao enaltecer alguns nomes, dentre eles, o do farmacêutico Américo Alves, que fora prefeito por quatro gestões, como também, sua postura crítica em relação ao que considerava desleixo da política guaratinguetaense no tocante aos cuidados que julgavam ser de obrigação deste município ao qual Aparecida se submetia. Muitas críticas foram registradas o que demonstrou, a nosso ver, conflitos evidentes e disputas entre essas duas localidades.

O *Santuário de Aparecida* fora o mais importante veículo de comunicação da Congregação do Santíssimo Redentor não somente em Aparecida, mas em todo o Brasil. Fora utilizado para, entre outras, anunciarem suas festas, suas datas comemorativas e seus valores. Mais do que isso, expunha sua estrutura e hierarquia de modo a ser vista e tida como modelo a ser seguido.

Outros periódicos também foram fontes de nossa pesquisa. Mas nenhum deles, pela dificuldade quanto à disponibilidade, pela ausência de uma hemeroteca organizada que tratasse do período estudado, puderam ser mais explorados.

Mas, mesmo assim, *Paraíba* (1873), *O Mosaico* (1862), *Correio Popular* (1827, 1829), foram fontes nas quais nos apoiamos, sobretudo, no intuito de conhecer a opinião de Guaratinguetá, ou de seus periódicos em relação à Aparecida. O que vimos foi um *desaparecimento* do distrito nas vozes de Guaratinguetá. Este fato nos instigou a procurar em fontes aparecidenses estas vozes silenciadas nas fontes guaratinguetaenses.

O jornal *A Gazeta* (1928) de São Paulo também fora utilizado na ocasião da emancipação política de Aparecida quando dedica toda sua primeira página, com fotografias e longa matéria sobre o episódio, como também, a transcrição da lei que dera o foro de independente ao distrito.

A utilização de fotos se tornou necessária uma vez que precisávamos dar visibilidade, não somente a título de ilustração aos eventos, como o da coroação de Nossa Senhora, reformas e inaugurações tidas como modernizadores da localidade, mas também, sua pobreza e seus arredores.

Localizamos algumas fotos na obra do Monsenhor Mello (1905). É uma obra que narra a festa da Coroação de Nossa Senhora em 8 de setembro de 1904. Nesta obra, na pretensão de contar a história de Aparecida, oferece ao público uma pequena coletânea de fotos em diversos temas. Interessante foi localizar dentre estas fotografias as características

urbanas do centro de Aparecida enquanto que em outra que o autor chamara de *arredores de Aparecida*, totalmente rurais.

Nesta mesma obra foi possível visualizar um tema presente nas publicações do *Santuário de Aparecida*: a questão da pobreza. Muitas foram as publicações deste jornal que se demonstrava preocupado com os pobres da localidade, não com a pobreza em si, mas por serem considerados baderneiros, preguiçosos e exploradores da boa vontade dos romeiros, por isso, *casos de polícia* (expressão utilizada na época). Em quatro fotografias o tema é abordado: *Carregador de Aparecida*, *Crianças brincando no pátio do Santuário*, *Mendigo d'Aparecida* e *Instantâneo tirado nas ruas d'Aparecida*, esta, ao se referir, acompanhado de fotografia, ao episódio de duas crianças tirando leite de cabra em plena rua. São fotografias que demonstram que, por trás de uma Aparecida desenvolvida e urbana, havia outra, rural, pobre e mendiga.

A proposta do presente trabalho, pois, foi denunciar ambigüidades, sinalizar contradições, sublinhar complementaridades e aproximações dos setores que, por meio de uma combinação de forças, teriam consolidado a emancipação de Aparecida, a construção de sua identidade, a superação da condição frugal que, paulatinamente fora substituída pelos ritmos citadinos.

Tornou-se necessário identificar quais setores poderiam se desdobrar em espaços essencialmente educativos, controladores, ordeiros, modernizadores: Igreja e Escola.

De um lado, a Igreja parece não ter poupado esforços quanto ao controle, senão, direcionamentos nas manifestações de fé em torno de Nossa Senhora Aparecida e, por meio destes, catequizar os devotos, romeiros e aparecidenses, romanizar seu culto.

De outro lado, a Escola em Aparecida assumiu um papel fundamental na difusão das letras que, por sua vez, representavam a modernidade na época, sem perder de vista, no entanto, a sua condição de “*espaço fechado*”, tomado aqui a partir das reflexões de Varela e

Alvarez-Uria (1992, p. 76), ou seja, como um lugar físico, materialmente construído para abrigar aqueles que, como numa quarentena, purificariam-se, retornando, após, à sociedade.

Os autores identificam como espaços fechados, as cadeias, hospícios, hospitais, Santas Casas de Misericórdia, conventos e colégios pelo fato de, respeitando a peculiaridade de cada um, participarem da mesma lógica, uma vez que, em todos, vemos o objetivo da manutenção da ordem por meio do combate às mais diversas anomalias, quer sejam elas, o crime, a doença, física ou mental, ou a ignorância.

Os autores Varela e Alvarez-Uria (1992, p. 69) se propuseram a analisar as condições sócio-históricas do aparecimento da escola nacional, ou seja, daquela mantida pelo poder público e utilizada por este para fins determinados. Para tanto identificaram uma série de “*instâncias*” as quais foram assim agrupadas:

1. A definição de um estatuto da infância; 2. A emergência de um espaço específico destinado à educação das crianças; 3. O aparecimento de um corpo de especialistas da infância dotados de tecnologias específicas e de “elaborados” códigos teóricos; 4. A destruição de outros modos de educação; 5. A institucionalização propriamente dita da escola; a imposição da obrigatoriedade escolar decretada pelos poderes públicos e sancionada pelas leis.

Podemos dizer que é característica da modernidade a emergência de sociedades marcadas pelas relações institucionalizadas. Mesmo que a escola obrigatória, a quinta instância, de caráter nacional, tenha sido instaurada apenas nos séculos XVIII e XIX, é no último quartel do século XIX que podemos ver a sua configuração com mais clareza, uma vez que as políticas dos Estados Nacionais, monárquicos ou republicanos, vão se mostrar mais pontuais quanto aos investimentos na difusão, principalmente, da instrução elementar.

O desenvolvimento dos mais diversos sistemas de educação, ou ainda, a otimização dos processos de escolarização tornaram-se possíveis a partir da definição do “*estatuto da infância*”. Foi necessário conceber a infância, de modo a separá-la dos adultos, para institucionalizá-la. Nesse esforço, quanto à sua compreensão, Varela e Alvarez-Uria

apresentam cinco elementos os quais, segundo eles, sintetizam as impressões que formalizaram as relações entre adultos e crianças:

Em geral, as características que vão conferir a esta etapa especial da vida são: maleabilidade, de onde se deriva sua capacidade de ser modelada; fragilidade (mais tarde imaturidade) que justifica a tutela; rudeza, sendo então necessária sua “civilização”; fraqueza de juízo, que exige desenvolver a razão, qualidade da alma, que distingue ao homem dos animais; e, enfim, a natureza em que se assentam os germens dos vícios e das virtudes – no caso dos moralistas mais severos converte-se em natureza inclinada para o mal – que deve, no melhor dos casos, ser canalizada e disciplinada.

É, pois, por esse viés, que a escola passa ter o seu lugar privilegiado na formação das sociedades que se propuseram a modernizar-se:

(...) A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou, então, um longo processo de enclausuramento das crianças (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e ao qual se dá o nome de escolarização. (ARIÈS apud VARELA e ALVAREZ-URIA)

Muitos são os caminhos e possibilidades de análise para definir modernidade. É possível analisarmos as formas de relacionamento entre as pessoas e estas com as instituições. Um outro viés é a análise dos *usos do tempo*, ou seja, identificarmos como as pessoas estabelecem seus ritmos e se inserem em outras cadências, àquelas sociais, mais amplas.

Quanto à primeira possibilidade de análise acima citado, destacamos Norbert Elias (1993, p. 209), em sua obra “*O Processo Civilizador*”, ao tratar da questão, do que ele chamou de “*autocontrole*”, no objetivo de identificar uma das condições que marcassem a peculiaridade das relações humanas modernas, afirmou:

(...) Em todas as grandes redes humanas há alguns setores mais importantes do que outros. As funções desses setores fundamentais, como, por exemplo, as funções coordenadoras mais altas, impõem um autocontrole mais regular e estrito, não só por causa de sua posição central e do grande número de cadeias de ação que convergem

para eles, mas porque, devido ao grande número de ações que dependem de seus responsáveis, revestem-se de grande poder social. (...) Geralmente, sob uma forte pressão social, membros dos estratos mais baixos acostumam-se a controlar suas emoções momentâneas e a disciplinar sua conduta com base numa compreensão mais profunda da sociedade total e de sua posição nela. Por isso mesmo, seu comportamento é impelido cada vez mais na direção inicialmente limitada aos estratos superiores.

Elias, mesmo não tratando especificamente do caso aparecidense, deu-nos suporte para pensarmos, do ponto de vista conceitual, que em Aparecida, como resultado de uma combinação de forças presididas pela Igreja, houve um processo modernizador que se caracterizou pela difusão de valores religiosos e civis como a obediência às autoridades, postura ordeira e disciplinada, valorização das letras.

Em Aparecida a construção de uma cidade letrada como elemento fundamental para o progresso parece ter se tornado imprescindível. Uma crítica publicada pelo jornal *Santuário de Aparecida* (SA, 18/01/1913, p. 3), chamou muito nossa atenção pela maneira como critica uma atitude que não representava a pretendida modernidade tida com as letras:

A quem de direito: É costume antigo entre nós de serem espetáculos anunciados por indivíduos grotescamente vestidos e pintados, que andam a gritar pelas ruas e seguidos de meninada também a gritar. Este modo de reclame, próprio para lugares sertanejos, onde a arte de ler e escrever está pouco conhecida, não deixa de ser impróprio para centros civilizados e adiantados e por isso já desapareceu de quase todas as cidades vizinhas. **Como Aparecida também se gloria de ser um centro civilizado, onde os reclames podem ser feitos por meio de cartazes** [grifo nosso], pedimos a quem de direito, de livrar-nos do seu palhaço e do seu cortejo, permitindo sua saída, quando muito, nos dias de Carnaval.

Em relação à modernidade, fez-se necessário que abordássemos a questão sobre o *tempo*, seu uso e concepção. É desta maneira que nos remetemos à Rogério Fernandes (2008) em “*A borboleta e o tempo escolar*” quando o autor afirma existirem duas dimensões do tempo: a subjetiva e a objetiva.

Essa primeira tarde na escola ensinou-me a captar duas dimensões do tempo, para as quais existiam duas escalas de medida: a minha, pessoas, alongando a duração ou diminuindo-a, consoante à premência subjetiva das horas; a outra, objetivando a

duração mediante uma operação de medição mecânica, indiferente aos meridianos subjetivos.

Outro autor é Edward Palmer Thompson (2005) que, sobretudo no sexto capítulo de sua obra “*Costumes em comum*”, intitulado “*Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*”, proporciona-nos reflexões sobre as formas pelas quais as mais diversas transformações sócio-históricas podem motivar uma nova percepção e uso do tempo, referindo-se, principalmente, ao uso do relógio (questão trabalhada também por Fernandes), na transição dos modos de produção do campo aos industriais.

António Carlos Luz Correia e Rita de Cássia Gallego (2004), em obra intitulada “*Escolas Públicas primárias em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920)*” e, esta última a partir das suas reflexões em “*Uso(s) do tempo: a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929)*” (2003) também foram mobilizados pelas suas contribuições, principalmente no tocante ao tempo da escola em si, o que, segundo os autores, um organização temporal fabricada com vistas à produção, à disciplina e manutenção da ordem, como também, a relação com os outros tempos sociais.

Em Aparecida, não obstante à sua condição, como distrito, subalterna à política de Guaratinguetá, foi evidente o esforço na construção de uma gleba urbana durante o período estudado: criação de praças, farmácias, campanhas de vacinação, bondes elétricos, calçamento de ruas, iluminação da praça e, sobretudo, a instauração das Escolas Reunidas em 1910, elevada a Grupo Escolar em 1915 nos moldes republicanos – *ensino seriado, classes homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção (...)* (CARVALHO, 2003, p. 226).

Este modelo de escola, segundo Marta de Carvalho (2003, 1998, 1989) e Rosa Fátima de Souza (1998), seria a instituição signatária do progresso do novo regime que, para a realização de tal intento, passou a ser promotora de eventos cívicos que deram visibilidade ao

seu propósito modernizador, civilizador dos costumes. No entanto, para Gondra (2003), a escola republicana veio consolidar os ideais médico-higienistas já difundidos desde o começo do século XIX, no primeiro império ou, ainda, concretizou propostas de reformas educacionais pensadas e defendidas por políticos como Rui Barbosa, antes da proclamação da república.

A escola é uma instituição originariamente urbana, além de contribuir para instaurar uma ordem urbana. Esta ordem, no entanto, não se desenvolve naturalmente, ao contrário, ela é planejada com vistas ao controle da população, a distribuição dos espaços, a manutenção dos símbolos que lhe dão identidade. É nesse sentido que concebemos a cidade como um “*parto da inteligência*” conforme nos sinaliza Angel Rama (1985, p. 23).

A partir desta afirmação, elegemos o conceito de cidade: um espaço urbano planejado, desde suas ruas, casas, igrejas e praças, a construção de escolas, arquitetonicamente projetadas para demonstrarem a modernidade aparecidense, mesmo que, em Aparecida, até pela sua condição geográfica, tudo parece ter acontecido aos *olhos da Igreja*, erigida no alto do Morro dos Coqueiros.

Emancipar-se é tornar-se cidade, é obter, paulatinamente, consciência de um projeto de ordenamento das pessoas num espaço urbano. Aparecida precisou se tornar cidade antes da sua emancipação política e, para tanto, precisou articular forças, aproximar as instituições que tem, originariamente, uma vocação educadora.

No jornal *Santuário de Aparecida* (SA, 16/09/1922, p. 2), o registro da festa do centenário da independência, pode ilustrar esta articulação, sobretudo entre Escola e Igreja e, ao mesmo tempo, o poder congregador desta última:

Centenário da Independência: Tiveram o máximo brilho os festejos organizados nesta localidade em comemoração do Centenário da Independência do Brasil, sendo o programa elaborado fielmente executado. Já à meia-noite do dia 6 para o dia 7, foi o povo despertado por uma bateria de 21 tiros que saudava o advento de tão grande dia. Às 5 horas foi dada nova salva e os sinos da Basílica repicaram festivamente. A

Banda de Música “Aurora Aparecidense” percorreu então as ruas do lugar, enquanto que ao mesmo tempo era a Bandeira Nacional hasteada no Grupo Escolar e em outros edifícios públicos, Colégio Santo Afonso, residência dos Padres Redentoristas e outras casas particulares. Às 9 horas, em um altar preparado em frente à Basílica, começou a solene missa campal, sendo executado no coro a belíssima missa “Anunciação”, composição do saudoso maestro Sr. Randolpho Lorena. Durante a missa fizeram a guarda de honra ao altar escoteiros e escoteiras do nosso Grupo Escolar. De tarde foi cantado na Basílica solene “Te Deum”, em ação de graças, findo o qual o Revmo. Pe. Lopes Ferreira proferiu no portal da igreja um patriótico discurso e foi executado o Hino Nacional. De noite houve retreta, tendo a Banda-de-Música “Aurora Aparecidense” tocado várias peças de seu vasto repertório.

Vale reparar que há um ordenamento do espaço urbano. Ao analisar a seqüência dos fatos, descritos pelo referido jornal, é possível percebermos que a ordem que paira sobre o evento é da tradição militar e cívica, daí a salva de tiros, por exemplo; quanto ao hasteamento da bandeira, apesar do Grupo Escolar ter encabeçado, conforme anunciou o jornal, a lista dos prédios públicos, passando pelo convento dos padres redentoristas e chegando aos particulares, há de se levar em conta que vivíamos num momento em que o público e o privado, Igreja e Estado, apesar de oficialmente separados, não, sobretudo em Aparecida, se mostraram como instâncias independentes, apesar de não se confundirem; quanto à missa de encerramento, é um bom exemplo do que chamamos de *poder congregador da Igreja*, afinal, consegue trazer para si o ápice da festa originariamente laica; à escola reservou-se o papel de participar no altar como *guarda de honra*, conforme descreveu o *Santuário*: “*fizeram a guarda de honra ao altar escoteiros e escoteiras do nosso Grupo Escolar*”. É certo que fazer guarda de honra é estar em evidência, é ser exemplo, é representar um nível de civilidade esperado pela comunidade aparecidense que depositou no Grupo Escolar toda confiança, pela sua força emancipadora, mas, vistos no altar, pode significar que são os valores religiosos que sinalizam o modelo de moral a ser assimilado pela população, aparecidenses ou romeiros.

As escolas públicas isoladas dos bairros de Santa Rita e Aroeira de Aparecida foram reunidas em 1910 num prédio central adaptado para esse fim e transformadas em Grupo Escolar em 1915.

Para a concepção liberal, então difundida entre os políticos e intelectuais paulistas da época, apesar de que, em Aparecida nos parece ter sido diferente, a atividade educativa institucionalizada, de maneira geral, seria o veículo privilegiado para “*a difusão dos valores republicanos e comprometida com a construção e a consolidação do novo regime*” (SOUZA, 1998, p. 27-28), mesmo quando concretizada nas “*escolas reunidas*”, uma organização propedêutica à do grupo escolar, uma alternativa política, “*um expediente econômico para o governo*”, como aponta Souza (1998, p. 50).

A prática de reunião de escolas em um mesmo edifício continuou a ser adotada, criando um outro tipo de escola primária denominada escolas reunidas. Embora reunidas, as escolas funcionavam independentes entre si, como isoladas. Mantendo diferenças salariais e uma organização mais simplificada que os grupos escolares, tais escolas foram um expediente econômico utilizado pelo governo, uma forma de protelar a criação do grupo escolar na localidade.

Carvalho (2003, p. 225) ao comentar sobre como o ideário republicano, no que tange à educação, consolidou-se na política paulista, assim afirma:

Tão logo proclamada a República, os governantes do Estado de São Paulo, representantes do setor oligárquico modernizador que havia hegemonizado o processo de instauração da República, investem na organização de um sistema de ensino modelar. Assim, a escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado da Federação. O investimento é bem sucedido e o ensino paulista logra organizar-se como sistema modelar em duplo sentido: na lógica que presidiu a sua institucionalização e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados.

O estado de São Paulo foi pioneiro quanto à implementação de reformas educacionais serviram de modelo para o país e, a partir da ótica dos integrantes do Partido Republicano Paulista, estas teriam força de mudar o cenário nacional.

Esse pioneirismo paulista, o que lhe garantiu uma posição modelar no país, é-nos uma armadilha, do ponto de vista da produção historiográfica, pois ao universalizarmos as práticas escolares paulistas, sobretudo, as da capital do estado, homogeneizamos realidades

distintas fazendo uma história às avessas, negando o caminho das evidências. Segundo Catani (2000, p. 147):

A propósito das características da produção brasileira, é possível dizer que a mesma tendeu, em grande parte dos estudos realizados, a concentrar-se no exame de práticas, processos e instituições constituídos nos estados mais desenvolvidos do país tomando, muitas vezes, o conhecimento dessas realidades pelo conhecimento de toda situação brasileira. A possibilidade de conhecer a história da educação a partir das condições dos estados menos desenvolvidos, como os do norte e nordeste do país, só mais recentemente se vem concretizando em um exame atendo da produção científica, nessa área atesta o empenho dos pesquisadores em suprir essa carência.

É preciso destacar, portanto, que a escola moderna, é conhecida em diversos lugares do mundo e guarda uma lógica própria, experimentada em diversos países. Mas essa lógica comum tem, ao mesmo tempo, especificidades em cada lugar. No caso brasileiro, essa pluralidade decorre das diferenças regionais, de modo que conhecer a escola no Brasil requer que se façam estudos sobre casos específicos.

Sobre esta questão nos reportamos ao que Denice Catani (2000, p. 149) chamou de “*análises sócio-histórico-comparadas*”, sobretudo, no caso brasileiro, pelas suas dimensões continentais:

Um tal reconhecimento deve pôr-nos ao abrigo do risco eventual de se interpretar como ressonância ou como reprodução transfigurada o que consiste em formas específicas de produzir, fazer circular e apropriar-se dos produtos intelectuais através das fronteiras dos campos nacionais. Esse teste vital para nossas análises sócio-histórico-comparadas ganha significação forte para o caso brasileiro, no qual as dimensões do país e as diversidades internas engendram a possibilidade de se tender a afirmar esses próprios processos como “cópia” ou ressonância, no interior mesmo do espaço do país.

Estudar qual o papel da escola em Aparecida no seu processo de modernização e emancipação política, e daí, os processos de escolarização no local, exige-nos alguns cuidados. Se, de um lado, precisaríamos evitar a universalização indevida de modo a colocar os processos tipicamente aparecidenses como extensão das práticas paulistanas, de outro lado, não menos grave, seria focalizar Aparecida isolando-a do contexto mais amplo no qual estava

inserida, como se suas práticas, fossem apenas suas e como se fosse possível isentar o distrito das influências e disputas, essas internas e externas a sua realidade.

É certo que existia o interesse, por parte dos políticos, em oferecer escolas à população e que esta oferta fosse completamente distinta da que ocorria durante o período imperial, sobretudo ao que fora determinado pelo Governo Provisório, deixando-nos a impressão que o país estaria saindo de seu passado de trevas, como nos aponta Cury (2005, p. 72) em seu “*A Educação e a primeira constituinte republicana*”:

O governo Provisório foi também um *poder educador* e no terreno educacional tomou medidas diretas e indiretas. O Decreto nº 6 (19/11/1889) extinguiu o voto censitário e impôs o *saber e escrever* como condição do acesso à participação eleitoral. O Decreto nº 7 (20/11/1889) ao fixar as atribuições dos Estados diz que a instrução pública, em todos os seus graus, é competência das unidades federadas. Também o Aviso nº 17 de 24/04/1890, do Ministério do Interior, *laiciza* o currículo do Instituto Nacional, ex-Pedro II. Isto quer dizer que o governo provisório buscou e tomou iniciativas que comesçassem a dar um perfil político ao novo regime.

Porém, não foram poucas as experiências escolares anteriores à implantação da Escola Graduada³, nos moldes paulistanos, no final do século XIX. A título de exemplo, o historiador Luciano Mendes de Faria Filho (2003, p. 144-145) comenta que na província de Minas Gerais, no ano de 1827, além das escolas públicas que somavam o número de 23, podia-se contar, ainda, com outras 170 escolas particulares, o que o autor chamou de *rede doméstica*, uma experiência que atingia um número bem maior de pessoas propiciando-as o acesso às primeiras letras.

Segundo ALMEIDA em seu *Instrução Pública no Brasil* (2000, p. 285)⁴, a província de São Paulo contava, na ocasião da Proclamação da República, com 19546 alunos em escolas públicas primárias, sendo 11801 meninos e 7742 meninas. Mesmo que esses

³ As escolas graduadas ou grupos escolares foram implantados pela Lei nº 169 de 7 de agosto de 1893 no estado de São Paulo: “*nos lugares em que, em virtude da densidade da população, houver mais de uma escola no raio fixado para a obrigatoriedade, o Conselho poderá fazê-la funcionar em um só prédio, para esse fim construído, no ponto que for mais conveniente*” (art. 4, §1º). Autorizava-se, inicialmente, a reunião de duas a quatro escolas, número este progressivamente elevado. (CORREIA e GALLEGOS, 2004, p. 9)

⁴ Ver anexo 3 – Quadro Sinótico: por Província, escolas e estabelecimentos de Instrução Pública, no Brasil, conforme dados mais recentes.

dados não nos sejam garantia da totalidade dos freqüentes, representavam, segundo o mesmo autor, 1,6% da população paulista que era de 1573000 habitantes (2000, p. 286). Em Aparecida, por exemplo, desde meados do século XIX, existia uma *cadeira de primeiras letras* conforme de Lei imperial n. 26, de 03/05/1854⁵.

A partir dos primeiros investimentos à emancipação aparecidense, muitos foram os esforços para que houvesse a devida distinção e reconhecimento do distrito, cuja peculiaridade na região, fazendo alusão à Nossa Senhora Aparecida, neste período, ofertava-lhe privilégios em forma de doações e visitas ilustres, como eram tratados os políticos e outros sujeitos de renome, e um movimento de recepção e encaminhamentos dos romeiros que otimizavam a economia do lugar. À escola reservou-se a missão de educar os cidadãos para a modernidade, sem perder de vista, os valores religiosos tidos como exemplares na localidade.

Após seis anos de sua instauração, as Escolas Reunidas foram elevadas à categoria de Grupo Escolar em 1915, o que demonstrou uma preocupação com, é claro, a educação dos cidadãos aparecidenses, mas também, talvez até com maior motivação, a manifestação visível da concatenação de elementos emancipadores que distinguissem, cada vez mais, Aparecida de sua “metrópole”, Guaratinguetá.

Em Aparecida, uma vez reunidas as escolas isoladas, a preocupação fora intensificar os esforços na construção de um edifício-escola que desse a visibilidade necessária ao projeto escolar paulista e aparecidense. É desta forma que em 1919 começam as obras do prédio que fora inaugurado em 1921.

Aparecida parece ter querido modernizar-se para não mudar, para continuar sendo a mesma, para garantir a ordem, controlar os romeiros que chegavam, com costumes diferentes, vindos de lugares distantes, a cada devoto que entremeava suas calçadas e praças e ajudaram a povoar sua religiosidade já inerente ao cotidiano do cidadão aparecidense,

⁵ www.al.sp.gov.br. Acessado: 20/08/2008.

forçosamente romanizado, catolicizado à fôrma ultramontana, ou seja, à fôrma romana, oficial, pelos padres e irmãos da Congregação do Santíssimo Redentor, não se dando conta, talvez, que dessa forma estaria mudando.

Rama (1985) aponta para o fato de a cidade se desenvolver do centro para a periferia e, em torno dos símbolos de poder, a luta pelo controle, principalmente, no tocante à ocupação dos espaços e caracterização, por que não dizer, formação de uma identidade urbana, com ritmos e costumes citadinos, vistos como modernos, em detrimento aos frugais, considerados atrasados.

No caso aparecidense, a Capela d’Aparecida situado no alto do Morro dos Coqueiros era seu centro comercial e religioso. Na década de 1920, “outro centro” fora feito, onde se construiu o prédio que abrigou o grupo escolar, não menos assistido pela Igreja que edificou a capela de São Benedito.

Desnaturalizando o desenvolvimento urbano de Aparecida, condição indispensável a sua modernização, remetemo-nos à Rama que afirma ser a cidade um *parto da inteligência* (RAMA, 1985, p. 23). Cabe-nos perguntar: quais inteligências pensaram Aparecida?

A Igreja Católica Apostólica Romana mostrou-se conservadora no sentido de tentar controlar as manifestações populares quanto ao culto prestado pelos inúmeros devotos de Nossa Senhora Aparecida. É uma Igreja que quis romanizar, ou seja, trazer este culto popular à liturgia romana, aos ritos oficiais de forma manifesta ao elevar a capela à categoria de Episcopal Santuário em 1893 e, um ano depois, confiá-lo aos Missionários Redentoristas.

Por essa facilidade de se traduzir a história de Aparecida à história da Santa Aparecida, uma vez que as fontes, de maneira geral, conduzem-nos à reprodução da história estritamente religiosa da cidade, fez-nos despender esforços na tentativa de lançar um olhar crítico ao modelo, o qual consideramos simplista de explicar os acontecimentos na localidade.

Quanto ao seu *processo de modernização*, nossa preocupação foi procurar compreender as forças que, uma vez articuladas, conseguiram emergir Aparecida da condição de distrito de Guaratinguetá, cidade vigorosa, berço da política alvista⁶, à categoria de município independente em 1928.

Buscamos as origens de Aparecida, não obstante à distância do recorte histórico estabelecido, visto que vimos ser imprescindível localizar os primeiros movimentos em torno dessa religiosidade latente.

A *Narração do encontro da Imagem*, tirado do livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá (1745), bem como, o *Relatório de Viagem do Conde de Assumar* (1717), governador da Capitania de São Paulo e Minas, ambos documentos identificados em pesquisa no Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida, foram fundamentais para entender essa origem da localidade e sua vocação à religiosidade mariana.

Quanto à *Igreja*, nossa pesquisa se esforçou em focar as ações da Igreja Católica Apostólica Romana em Aparecida e, ao mesmo tempo, procurar analisar as formas pelas quais respondia aos anseios e interesses da Diocese de São Paulo, que, por sua vez está inscrita num contexto maior.

Em pesquisa ao acervo da Cúria Metropolitana de Aparecida, dentro do que nos fora disponibilizado, encontramos diversas *Cartas* enviadas pelos bispos da diocese de São Paulo aos tesoueiros do Episcopal Santuário de Aparecida. Em muitas delas, o tema abordado era a aplicação do dinheiro arrecadado das doações dos fiéis romeiros. O destino, além do salário do tesoueiro, variava entre o envio aos seminários de São Paulo, construção e/ou melhorias no distrito de Aparecida, demonstrando grande insatisfação quanto à administração de Guaratinguetá – parece-nos que, a emancipação de Aparecida era de interesse do episcopado paulistano – construção da ala de tuberculosos da Santa Casa de

⁶ Termo utilizado para identificar todos aqueles ligados direta ou indiretamente ao ex-presidente da República e governador do Estado de São Paulo, ex-conselheiro no Regime Imperial, Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves.

Guaratinguetá, manutenção dos Padres Redentoristas, enviados em Aparecida em 1894, no objetivo de cuidar do Santuário e catequizar os devotos.

Aparecida é mais do que uma recepção aos romeiros. É mais do que um grupo de padres que viera para catequizar os aparecidenses e romeiros como se fossem isentos das influências e interesses da Igreja num plano maior e, internamente como se não participassem da combinação de forças que ora se aproximavam, ora se distanciavam e que, na sua estrutura, conseguiu dar identidade ao distrito.

A força e influência dos Padres da Congregação do Santíssimo Redentor precisam ser questionadas, não pelo afrontamento religioso ou pela negação de seu papel na organização da Igreja Romana em Aparecida.

Apesar de toda confiança depositada nos Missionários Redentoristas, somente depois de meio século de sua instalação em Aparecida é que foram ter direito a administrarem os cofres do Santuário que ficara nas mãos de tesoureiros indicados pelo poder público de Guaratinguetá. O último tesoureiro, sobrinho do ex-presidente Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, o Sr. Comendador Augusto Marcondes Salgado, ocupara o cargo por quarenta e seis anos (1900-1946). Falecido, a tesouraria ainda ficaria interinamente nas mãos do vigário, o que, somente em 1952, definitivamente, passaria às mãos dos redentoristas.

Para explicar a instância *Escola*, pensamos a escola republicana, cujo ideário fora protagonizado pelas pioneiras reformas paulistas que se mostraram modelares em todo país. Assim, a fim de explicarmos essa nova categoria de escola que se instaurou com a República, buscamos nas autoras Rosa Fátima de Souza (1998) pela sua obra, *Templos da Civilização*, por tratar de forma bastante meticulosa a consolidação dos Grupos Escolares no Estado de São Paulo, a instauração de suas festas e a ordem cívica que neles se implantava, bem como, as expectativas das sociedades em relação à novidade republicana. E Marta Maria Chagas de Carvalho (1989) em seu *A Escola e a República* que trata da escola como motor do progresso

e, ao mesmo tempo, dos interesses em torno dessa instituição. Desenvolveu seu trabalho procurando mostrar o que chamou de *Freio do Progresso* ao argumentar sobre a crise do modelo na década de 1920, como também, as mobilizações no que tange à manutenção das expectativas da sociedade em relação à escola, o que chamou de *Reforma Intelectual e Moral*.

Foi com vistas a aprofundarmos a questão da importância das letras em Aparecida é que desenvolvemos uma parte chamada, *Aparecida das Letras*, inspirado em considerações feitas em um dos capítulos da obra de Rama (1985), intitulado *A cidade letrada*.

Percebemos que seria importante dedicar um espaço neste trabalho para caracterizar a escola pública em Aparecida e assim o fizemos em parte intitulada “*das escolas isoladas a grupo escolar*”. Para tanto, três fontes nos foram fundamentais:

1. Buscamos no *Livro de Visitas* no qual constam os registros dos inspetores escolares que, repetidamente, registram a ordem, asseio e disciplina na qual encontravam as Escolas Reunidas;
2. No *Arquivo do Estado de São Paulo* vasculhamos seu acervo em busca de informações que pudessem nos dar uma dimensão, sobretudo, documental, pelo viés do ofício, comunicados e solicitações os quais demonstrassem os modos pelos quais aconteciam as relações entre a escola de Aparecida e o governo do estado. Encontramos, em relação às Escolas Reunidas, sete ofícios, uma carta do Professor Francisco Antônio das Chagas Pereira à Oscar Thompson de 10 de julho de 1911 na qual o diretor pedia aumento de salário e descrevia suas atividades, as quais, achava, excessivas em demasia uma carta-relatório e uma solicitação, ambas, de maio de 1910.
3. Do *Arquivo da Escola*, que hoje leva o seu nome, no mesmo edifício-escola que fora construído para abrigar o Grupo Escolar de Aparecida em 1921, Escola Municipal Prof. Francisco Antônio das Chagas Pereira, não

localizamos nenhuma fonte primária. Fora-nos oferecida uma folha datilografada, sem data e assinatura, onde se descrevia um patrono, aliás, assim intitulada, *Nosso Patrono*, bom, honesto, trabalhador, exemplo de pai, de intelectual e de administrador. Este é o Chagas Pereira que encontramos na escola.

Nossa pesquisa encaminhou-se para além da perspectiva legalista, porém, não podíamos perder de vista as decisões políticas oriundas da Câmara Municipal de Guaratinguetá, uma vez que era de lá que vinham os encaminhamentos, alvo de constantes críticas do jornal *Santuário de Aparecida*. Assim, localizamos no Museu Frei Galvão as Atas da Câmara, no objetivo de analisar o tratamento legal que era dado ao distrito aparecidense.

O que sabemos é que não houve, por que não há em quaisquer relações humanas, uma harmoniosa educação que primasse pela ordem, expressa na disciplina e obediência às autoridades. Houve conflitos e é isso que nos instiga à pesquisa.

Este trabalho está dividido em três capítulos principais, bem como uma parte destinada aos Anexos onde nos ocupamos em transcrever a letra completa dos hinos religiosos citados no texto, o “*Quadro Sinótico, por Província, escolas e estabelecimentos de Instrução Pública*” na transição Império – República, artigo do jornal *Correio Popular* que enaltece a política alvista de Guaratinguetá, a oração do “*Angelus*” e a biografia do Professor Francisco Antônio das Chagas Pereira, diretor das Escolas Reunidas e Grupo Escolar de Aparecida.

No Primeiro Capítulo, **Eis que aparece Aparecida: história da cidade e da devoção a Nossa Senhora Aparecida**, o leitor terá acesso a informações que poderão lhe situar quanto à origem do município de Aparecida tendo contato com documentos que relatam o aparecimento da imagem que fora tida como a de Nossa Senhora, Mãe de Jesus, a Imaculada Conceição. Por esse viés discutimos o processo de urbanização aparecidense a partir da perspectiva da sua ocupação e povoamento. Por isso, no objetivo de nos

aprofundarmos nas informações introdutórias, utilizamo-nos da expressão, *Eis que aparece Aparecida*, em alusão à história do seu nome que está relacionado com a Santa aparecida nas águas do rio Paraíba do Sul. Uma subdivisão se fez necessária ao entendermos que, como Aparecida fora povoada por motivos ligados à devoção a Nossa Senhora Aparecida (como a imagem achada passou a se chamar), era necessário dedicarmos uma parte ao debate sobre a dinâmica aparecidense de acolhida, recepção aos romeiros e toda força de organização que a isso se despende. Assim, intitulamos esta parte, *Aparecida dos Romeiros*.

No Segundo Capítulo, este dedicado à Igreja, intitulado, **A Igreja Católica em Aparecida e a Romanização do Culto a Nossa Senhora**, vamos trazer ao debate as ações da Igreja Católica Apostólica Romana em Aparecida, sobretudo àquelas mais pontuais, planejadas e acompanhadas pela Diocese de São Paulo, com intento claro, de controle do culto à Nossa Senhora Aparecida, tornando-o quanto menos popular, evitando o sincretismo religioso, mais oficialmente católico, implantando seus dogmas e difundindo sua doutrina. Nosso debate se encaminhou para a análise das formas pelas quais os Padres da Congregação do Santíssimo Redentor, conhecidos como Missionários Redentoristas, implementaram espaços e mecanismos catequéticos, ao mesmo tempo, controlando e difundindo a doutrina católica, apoiando as mobilizações dos romeiros e expressões de devoção à Santa sem perder de vista o cuidado com a obediência ao corpo dogmático oficial romano. Fez parte, ainda, um levantamento das possibilidades de articulação política, ora explícitas, ora difusas, desses padres que se mostraram favoráveis à emancipação do distrito de Aparecida. Neste sentido procuramos, em parte intitulada, *Aparecida: Vila, Distrito, Município*, analisar os processos de emancipação política de Aparecida que a conduziram à sua independência do município de Guaratinguetá em 1928. Sua articulação política e conflito com Guaratinguetá, a formação de uma representatividade local e os projetos de emancipação junto ao governo do estado de São Paulo, foram questões trabalhadas nesta seção.

No Terceiro Capítulo, **A Escola em Aparecida**, o propósito do nosso trabalho foi situar a escola pública no processo de modernização de Aparecida. Buscamos mostrar neste capítulo a força da escolarização no distrito aparecidense que lutava pela sua emancipação e, nessa luta, depositava na escola a esperança quanto à sua força civilizadora, como se acreditava na época, mesmo sendo balizada pela Igreja. Este capítulo está subdividido em duas partes. Na primeira, sob o título, *Aparecida das letras*, procuramos reunir informações que nos ajudassem a argumentar a preocupação da urbe aparecidense com a difusão das letras, para tanto, nossos esforços foram para identificar suas iniciativas e mecanismos de valorização do erudito em detrimento do popular e formação do seu corpo de intelectuais. Nesse ínterim, deixamos uma parte, que a intitulamos, “*Das escolas isoladas a grupo escolar*”, exclusivamente, para enfatizar os modos pelos quais o potencial município trabalhou e, ao mesmo tempo, assimilou a reunião das escolas isoladas dos bairros de Santa Rita e Aroeira na ocasião da instauração das Escolas Reunidas em 1910, sua elevação à categoria de Grupo Escolar em 1915 e aquisição do edifício-escola inaugurado em 1921.

1. EIS QUE APARECE APARECIDA: HISTÓRIA DA CIDADE E DA DEVOÇÃO À NOSSA SENHORA APARECIDA

A cidade de Aparecida, popularmente chamada de Aparecida do Norte, situa-se no estado de São Paulo, na região do Vale do Paraíba. De acordo com o Senso/2000⁷, conta com 39.904 mil habitantes num território de 120.939 Km², com 542m de altitude e 167 km de distância da capital do estado.

É muito conhecida nacional e internacionalmente por receber inúmeros fiéis, devotos, turistas religiosos conhecidos como romeiros que expressam sua fé pela santa, Nossa Senhora da Conceição Aparecida, padroeira da cidade e do Brasil. Este título de protetora ou padroeira do Brasil nos remonta ao ano de 1822 quando Dom Pedro I, aos 21 de agosto⁸ do corrente, assim a declarou (*A Gazeta*, 18/12/1928, p.1) na viagem em que fora a São Paulo, e nesta ocasião, proclamou a Independência do Brasil aos 7 de setembro do mesmo ano.

A história dessa cidade se confunde com a de *Nossa Senhora Aparecida* – motivo de seu nome –, afinal, uma vez *aparecida* a estátua⁹, conforme difundido, que fora venerada pelos católicos, como representação da Mãe de Jesus, o então vilarejo que fora território do município de Guaratinguetá até 1842 quando foi reconhecido como distrito de paz e teve sua emancipação política no ano de 1928 passou a ser conhecido a partir dessa expressão: Aparecida.

Quanto ao complemento “do Norte” há, pelo menos, duas explicações:

- A primeira deve-se por ser Aparecida um caminho, muito costumeiro, dos viajantes vindos de São Paulo com destino a Minas Gerais o que se dizia “estar na direção norte”. Mesmo que esteja mais a nordeste do que ao

⁷ <http://www.mapaturistico.com.br/cidades/default.asp?idcidade=4&idpag=2>. Acessado em 07/09/2008.

⁸ A data da visita de D. Pedro I, 21/08/1822, consta em documento manuscrito da Cúria Metropolitana de Aparecida de autoria do Padre Oto Maria Bobem da Congregação do Santíssimo Redentor (CSSR), falecido em 1954.

⁹ A existência de uma estátua e as formas como em seu entorno se estruturou o distrito de Aparecida, são lidas, neste trabalho, a partir dos conceitos de “apropriação” e “representação”, esta na sua acepção de “ausência”, a partir dos estudos de Roger Chartier (1991), explicados mais adiante neste trabalho.

norte da cidade de São Paulo, conforme sua localização tal qual se encontra em diversos mapas do Brasil¹⁰, é muito provável que a existência de povoados e cidades da região do Vale do Paraíba, tais como São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá, da qual esta última, separada por apenas por 5km de distância de Aparecida, fossem um atrativo e facilitador às viagens;

- A segunda, bem menos popular, mas nem por isso, inacessível ao povo. Do ponto de vista da administração da Igreja Católica no Brasil, sua circunscrição eclesiástica, Aparecida pertenceu à Diocese do Rio de Janeiro, na ocasião da aparição da imagem e construção da primeira capela cuja *“provisão de licença foi passada na chancelaria do bispado do Rio de Janeiro em 5 de maio de 1743”* (REIS, 1967, p. 40), aprovada por Dom Frei João da Cruz. Passou a pertencer à jurisdição episcopal de São Paulo a partir da criação da sua Diocese em 1745 (REIS, 1967, p. 40), a qual fora elevada à categoria de Arquidiocese aos 7 de junho de 1908¹¹, a mesma data de criação das dioceses paulistas de Botucatu, Campinas, Taubaté, Ribeirão Preto e São Carlos do Pinhal, sendo seu primeiro arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva. Em relação a esta, Aparecida fica dentre às cidades do norte deste bispado. Interessante ressaltar que mesmo estando geograficamente na circunscrição episcopal de Taubaté, Aparecida somente se desligou da mitra paulistana em 19 de abril de 1958 quando é soerguida à Arquidiocese sobrepondo-se às sufragâneas de Taubaté, São José dos Campos e Lorena.

¹⁰ Por exemplo, o Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo, 2001.

¹¹ http://www.arquidiocesedesapaulo.org.br/historia/historia_arquidiocese.htm. Acessado em 13/08/2007.

A pequena estátua de uma santa, uma imagem de terracota medindo 39cm ou 40cm¹² foi encontrada, segundo registro datado a 1745 do *Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá*, no Rio Paraíba do Sul, mais precisamente no Porto Itaguaçu, entre os dias 17 e 30 de outubro de 1717, por pescadores da localidade. Com exceção desse documento, desconhece-se quaisquer outras fontes do período que possam contar a história da aparição desta imagem.

A imagem¹³ tida como a que teria sido encontrada no rio Paraíba do Sul é de estilo seiscentista, como atestado por diversos especialistas que a analisaram (Dr. Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, os monges beneditinos do Mosteiro de São Salvador, na Bahia, Dom Clemente da Silva-Nigra e Dom Paulo Lachenmayer). A argila utilizada para a confecção da imagem é oriunda da região de Santana do Parnaíba, na Grande São Paulo. Quando foi recolhida pelos pescadores, o corpo estava separado da cabeça e, muito provavelmente, sem a policromia original, devido ao período, o qual não se sabe quanto tempo, em que esteve submersa nas águas do rio. A cor de canela com que se apresenta hoje deve-se à exposição secular à fuligem produzida pelas chamas das velas, lamparinas e candeieiros, acesas pelos seus devotos.

Por meio de estudos comparativos atribui-se a autoria da escultura a um discípulo do monge beneditino frei Agostinho da Piedade, ou, segundo Silva-Nigra e Lachenmayer, a um do seu irmão de Ordem, frei Agostinho de Jesus. Apontam para esses mestres as seguintes características: forma sorridente dos lábios; queixo encastado, tendo, ao centro, uma covinha; penteado e flores nos cabelos em relevo; broche de três pérolas na testa; e porte corporal empinado para trás.

¹² Há controvérsias quanto à sua medida exata. No site <http://apostled.tripod.com/pesca.html> (acessado em 17/03/2007) conta-se 39cm; em outro, <http://pt.wikipedia.org> (acessado em 20/04/2008), 40cm, o que corresponde à medida que está no site oficial do Santuário Nacional de Aparecida, www.santuaronacional.com (acessado em 22/02/2007).

¹³ As informações específicas sobre a imagem estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: http://pt.wikipedia.org/wiki/Nossa_Senhora_da_Concei%C3%A7%C3%A3o_Aparecida. Acessado em 20/04/2008.

Tida como milagrosa, a imagem içada pelas redes dos pescadores no rio Paraíba do Sul não teve, apesar da semelhança entre a estátua e a figura consagrada de Maria entre os cristãos, sua imediata relação com a Mãe de Jesus, personagem bíblico que concebera em seu ventre virgem, por obra do Espírito Santo, Jesus, o filho de Deus ou Imaculada Conceição¹⁴, um dos títulos dados à Maria pela Igreja Católica Romana que grande espaço lhe dá em seu corpo dogmático.

Sua fisionomia serena e mãos postas como que em prece auxiliou no trato afetivo que lhe fora prestada. Segundo o Padre Francisco da Silveira¹⁵ a imagem da Virgem Aparecida ficou “famosa pelos muitos milagres realizados”.

Sobre esta questão Pinheiro (1905, p. 33) escreveu:

Estamos na Lourdes brasileira onde a crença e a fé popular há 187 anos edificou uma humilde capela consagrada a SS. Virgem, hoje transformada em majestoso Santuário. Como é de crer, estamos pois diante da pequenina mas venerável imagem da milagrosa N.S. Aparecida. É aquela cuja fama de contínuos prodígios operados entre nós, atravessando os mares, chegara ao seio do Vaticano e determinara o insigne Papa Leão XIII a consagrar-lhe em Maio, de todos os anos, um dia festivo na Diocese de São Paulo. É ainda aquela Virgem Santa que por ordem do atual Santo Padre Pio X foi, no dia 8 de setembro de 1904, com toda pompa e magnificência, coroada, com ouro e brilhante e na presença de 14 bispos e divina intercessora entre Deus e os homens.

A fotografia utilizada a seguir, assinada pelo Padre Alfredo Morgado (1977)¹⁶ foi escolhida, apesar da data ter considerável distância do período em questão em nosso estudo, pela facilidade em visualizar as características anteriormente descritas, levando em conta, também, a qualidade da imagem e o fato de a estátua estar sem manto e coroa como as demais

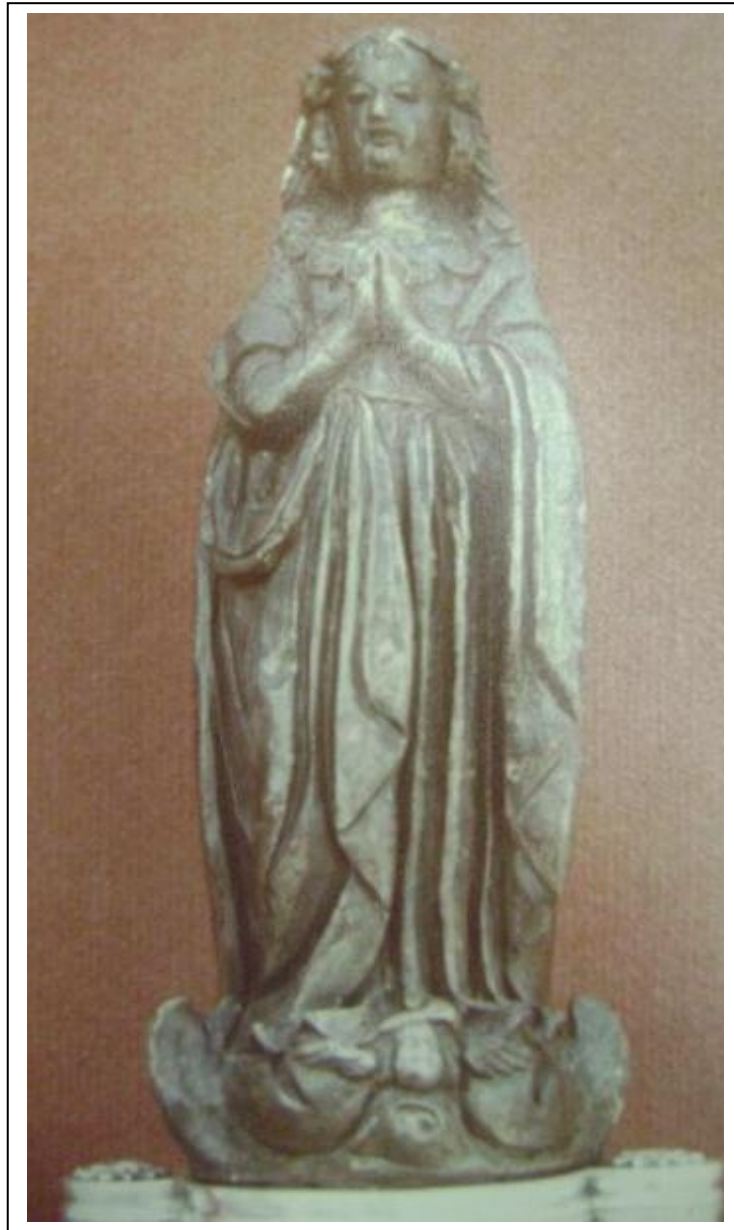
¹⁴ Aos **8 de dezembro de 1854**, Pio IX, na Bula *Ineffabilis Deus*, fez a definição oficial do dogma da Imaculada Conceição de Maria. Assim o Papa se expressou:

Em honra da santa e indivisa Trindade, para decoro e ornamento da Virgem Mãe de Deus, para exaltação da fé católica, e para incremento da religião cristã, com a autoridade de Nosso Senhor Jesus Cristo, dos bem-aventurados Apóstolos Pedro e Paulo, e com a nossa, declaramos, pronunciamos e definimos a doutrina que sustenta que a beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua concepção, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda mancha de pecado original, essa doutrina foi revelada por Deus e, portanto, deve ser sólida e constantemente crida por todos os fiéis.

Disponível: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imaculada_Concei%C3%A7%C3%A3o; acessado: 25/08/2007.

¹⁵ Disponível: <http://www.santuaronacional.com/santuario/index.php?S=18&C=16>. Acessado: 22/02/2007.

¹⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.



Retrato da Imagem Milagrosa de
Nossa Senhora da Conceição
Aparecida Padre Alfredo
Morgado – 1977

que encontramos, além do mais, acreditamos que a fotografia colorida, neste caso, proporcionaria maiores possibilidades de visualizarmos a imagem com mais propriedade.

Conta-se, pois, que em dezembro de 1716, o rei de Portugal, D. João V, nomeou D. Pedro Miguel de Almeida Portugal e Vasconcelos, conhecido como Conde de Assumar, que, viria a ser mais tarde vice-rei da Índia, para governar a Capitania de São Paulo e Minas Gerais. Embarcou no Rio de Janeiro para Angra dos Reis, Parati e Santos, daí galgou a Serra do Mar e foi a São Paulo, onde tomou posse em 04 de setembro de 1717.

Nesta viagem que está relacionada tanto com as preocupações da realeza quanto ao ouro das Minas Gerais, sobretudo, no que diz respeito à regularização e controle da extração e normatização da cobrança de impostos de direito da Coroa, o referido Conde passou, conforme seu *Relatório de Viagem*, por Guaratinguetá, quando a Câmara solicitou uma mesa farta de peixes ao oferecer um banquete à ilustre autoridade, pesca essa na qual teriam achado a imagem de Nossa Senhora Aparecida, como mais tarde seria chamada.

Antes, porém, da narração do encontro da imagem, achamos necessário produzir os devidos esclarecimentos sobre a viagem do Conde de Assumar, citado no parágrafo acima, e assim resolvemos por fazer.

O seu Relatório de Viagem¹⁷, como muito comum à época, oferece impressões minuciosas¹⁸ de todo itinerário, saindo do Rio de Janeiro até São Paulo e desta até Minas Gerais no ano de 1717. Não se sabe se o Conde tinha um secretário, o que é muito provável que o tivesse. Sem querer aprofundar esta questão, este detalhe nos parece interessante, pois, ao analisarmos tais registros fica difícil de afirmarmos se as impressões do relatório correspondem à referida autoridade ou a algum funcionário. Tal comentário é pertinente por

¹⁷ Os trechos e comentários a respeito foram tirados de cópia feita por Rollin de Macedo, do Arquivo Histórico Colonial de Lisboa, também publicado na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 3, ano 1939, p. 295-316 – Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

¹⁸ Como em todos os textos extraídos das mais variadas fontes utilizadas nesta parte da pesquisa, a ortografia foi atualizada, no entanto, optamos em manter a pontuação, concordância verbo-nominal e colocação de pronomes.

percebermos que não há alusão nenhuma às expressões religiosas, mesmo quando havia margem para tal comentário.

Julho 24. Saiu sua Exma. da cidade do Rio de Janeiro pelas duas horas da tarde com muito acompanhamento de oficiais militares e de outras pessoas particulares; a praça o salvou com dez pessos, digo, treze pessos, continuando as marchas chegou as cinco horas ao Engenho dos Padres e depois dos primeiros cumprimentos, conduziram a Sua Excia a ver a fábrica do engenho, que não deixa de ser grandiosa pelos muitos negros que ocupa.

Entre os dias 24 e 30 de julho é muito provável que o conde tivesse ficado no Engenho dos Padres. Não sabemos em qual cidade se localizava tal Engenho. Dia 30 seguiu viagem conforme consta a seguir:

(...) **Julho 30.** Pelas duas da manhã nos embarcamos e navegamos até meio-dia por entre muitas ilhas e a terra firme da outra parte (como tínhamos feito uns dois dias antecedentes), porém, com mais susto neste dia pela muita quantidade de baleias que encontramos em uma baía que faziam duas ilhas, sendo a maior gritaria dos pilotos e remadores com o medo de que encostando-se em alguma canoa a virasse como algumas vezes tem sucedido. Saímos com bom sucesso da baía e fomos jantar à vila de Parati em casa do Capitão Lourenço Carvalho que nos regalou magnificamente. Ele é natural da vila de Bastos e casado com uma mulata filha de Francisco do Amaral; é muito rico e poderoso; porque se acha com trezentos negros que lha adquirem grande cabedal com a condução das cargas em que continuamente andam pela serra acima que vai a sair a vila de Guaratinguetá; que por ser tão áspero não podem subir cavalos carregados e lhe é preciso aos viajantes valer-se desse meio para poder seguir a sua viagem às Minas.

Sua viagem é longa; chegou a Taubaté¹⁹ no dia 6 de outubro ficando até o dia 12 para descansar. Segue em 13 de outubro para Pindamonhangaba e fica até o dia 17.

Outubro 17. Ouviu missa neste mesmo sítio (propriedade de Antônio Cobra Paulista, onde esteve no dia anterior) e partindo depois chegou a vila de Guaratinguetá aonde foi recebido com duas companhias de infantaria, uma dos filhos da terra, e outra dos do Reino. Os naturais são tão violentos e assassinos que raro é o que não tinha feito morte.

¹⁹ Guaratinguetá, Taubaté, Pindamonhangaba (exceção feita à Parati, hoje município pertencente ao estado do Rio de Janeiro) são cidades circunvizinhas de Aparecida com uma distância de 5km da primeira, 40km da segunda e 20km da terceira. A passagem por estas cidades na ordem como se apresenta em seu relatório deve-se à sua ida de Parati a São Paulo e, então, retornando ao Vale do Paraíba, até Guaratinguetá, um trajeto de 250km.

Fica nesta localidade até o dia 30 quando então segue viagem para Minas Gerais. No período de sua estada consolidou a execução de um condenado à morte, fato assistido pelo padre do local, nomeou juízes e tabeliães. Não há nenhuma alusão ao aparecimento da imagem ou de algum episódio considerado espetacular.

No entanto, segundo o *Livro de Tombo* da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, a *pescaria milagrosa* fora motivada pela presença da dita autoridade.

Vale ressaltar que o ano que está registrado no *Livro* em questão, 1719, não corresponde à viagem do Conde de Assumar que fora em 1717 segundo o seu relatório de viagem. Como o encontro da imagem se refere à viagem do Conde, nota-se um pequeno equívoco.

Considera-se, em outros documentos já publicados (REIS, 2000, 1993; BRUSTOLONI, 1980; MOTTA, 1966; MELLO, 1905; entre outras, sem contar as veiculadas pela mídia eletrônica nos sites considerados oficiais da cidade de Aparecida, da Arquidiocese, da Basílica Nacional, da Congregação dos Padres Redentoristas) a opção por 1717 e não 1719. Não se sabe o motivo de tal erro.

Pois bem, é provável, segundo tal documento, que entre os dias 17 e 30 de outubro de 1717 a Santa fora pescada do Rio Paraíba do Sul. Eis, então, a Narração do encontro da Imagem Milagrosa de Nossa Senhora Aparecida²⁰:

Notícia da aparição da Imagem Sr^a. “No ano de 1719, pouco mais ou menos, passando por esta Vila para as Minas o Governador, delas e de São Paulo, o Conde de Assumar Dom Pedro de Almeida, foram notificados pela Câmara os pescadores para apresentarem todo o peixe que pudessem haver para o dito Governador. Entre muitos foram a pescar Domingos M. Garcia, João Alves e Felipe Pedroso, em suas canoas, (e a narração continua à página 99) e principiando a lançar suas redes no porto do José Corrêa Leite, continuaram até o posto de Itaguassú, distância bastante, sem tirar peixe algum, e lançando neste ponto João Alves a sua rede de rasto, tirou o corpo da Senhora, sem cabeça; lançando mais abaixo outra vez a rede tirou a cabeça da mesma Senhora, não sabendo nunca quem ali a lançasse. Guardou o inventor esta Imagem em um tal e qual pano, e continuando a pescaria, não tendo até então tomado peixe algum, dali por diante foi tão copiosa a pescaria em poucos lanços,

²⁰ Em reprodução direta do livro de Tombo de 1745 da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, em processo foto-tipográfico; nas últimas linhas da página 98. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

que receoso, e os companheiros de naufragarem pelo muito peixe que tinham nas canoas, se retiraram a suas vivendas, admirados deste sucesso.

Importante ressaltar que até a imagem ser retirada do rio, primeiro o corpo, depois a cabeça, conta-se que não haviam pescado peixe algum, em contrapartida, após, ficaram receosos de naufragarem, pelo excessivo peso. Este é o primeiro milagre atribuído à santa aparecida. No mesmo documento supracitado se relatou:

Felipe Pedroso conservou esta imagem seis anos pouco mais ou menos em sua casa junto a Lourenço de Sá; e passando para a Ponte Alta, ali a conservou em sua casa nove anos pouco mais ou menos. Daqui se passou a morar em Itaguassú, onde deu a imagem a seu filho Athanásio Pedroso, o qual fez um oratório tal e qual, e em um altar de pano colocou a Senhora, onde todos os sábados ajuntava a vizinhança a cantar o terço e mais devoções.

Podemos notar uma mobilização espontânea da *vizinhança* em torno da já considerada milagrosa imagem. Quanto à expressão “*cantar o terço e mais devoções*” pode ser indício de que as pessoas que lá se reuniam não tivessem assistência, ou a tivessem de forma precária, do vigário responsável pela localidade. Apesar do terço ser originariamente católico, sua reza, ou canto, popularizou-se entre as pessoas mais simples que não conseguiam acompanhar as missas rezadas em latim.

O que se segue é, juntamente com o episódio dos peixes, na ocasião do encontro da imagem, o segundo milagre dentre os atribuídos à Santa:

(...) Em uma dessas ocasiões se apagaram duas velas de cera da terra repentinamente, que alumiavam a Senhora, estando a noite serena, e querendo logo Silvana Rocha acender as velas as luzes apagadas se viram logo de repente acesas sem intervir diligência alguma; foi este o primeiro prodígio, e depois em outra semelhante ocasião viram muitos tremores no nicho e altar da Senhora, que parecia cair a Senhora, e as luzes trêmulas estando a noite serena.

O autor desses apontamentos, provavelmente o Padre José Alves Villela, vigário da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, reforça a idéia de milagre quando escreve

“*estando a noite serena*” procurando deixar claro que as velas não teriam se apagado com o vento, mas por um intervenção divina, o que reforçaria a idéia de milagre.

As pessoas vão se encontrar informalmente na casa de Felipe Pedroso, um dos pescadores que acharam a imagem, até que seu filho Athanásio Pedroso construiu a primeira capela em 1732²¹. Digo “informalmente” por não existir, ainda uma instituição que organizasse e coordenasse tais aglomerações. Mas, dentro desta informalidade, formalizaram-se as rezas, os cuidados, os ritmos, os horários e a duração dos encontros.

(...) Athanásio Pedroso, o qual fez um oratório tal e qual, e em um altar de pano colocou a Senhora, onde **todos os sábados** ajuntava a vizinhança a cantar o terço e mais devoções. (...) Em uma outra ocasião em uma **sexta-feira para o sábado** (o que sucedeu várias vezes) juntando algumas pessoas para cantarem o terço (grifo nosso)²².

No entanto, a primeira capela construída – depois demolida, para ser construída a outra, já no Morro dos Coqueiros – na casa de Athanásio Pedroso, quem detinha a guarda da imagem santa na ocasião da construção desta capela, fora motivada pelo acontecimento, que ora narramos, apropriado como sendo uma manifestação da santa que teria expressado seu desejo de ter sua própria capela, sobretudo, em local de destaque, conforme registro no Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá.

Em uma outra ocasião em uma sexta-feira para o sábado (o que sucedeu várias vezes) juntando algumas pessoas para cantarem o terço, estando a Senhora em poder de Silvana da Rocha, guardada em uma caixa e baú velho, ouviram dentro da caixa muito estrondo, muitas pessoas das quais se foi dilatando a fama até que patenteando-se muitos prodígios, que a Senhora fazia, foi crescendo a fé e dilatando-se a notícia, e chegando ao R. Vigário José Alves Villela, este e outros devotos, lhe edificaram uma capelinha e depois, demolida esta, edificaram no lugar que hoje está com grandeza e fervor dos devotos, com cujas esmolos têm chegado ao estado que de presente está. Os prodígios desta Imagem foram autenticados por testemunhas que se acham no sumário sua sentença, e ainda continua a Senhora com seus prodígios, acudindo a sua santa casa romeiros de partes muito distantes a gratificar os benefícios recebidos desta Senhora.

²¹ <http://www.cidadeaparecida.com.br/aparecida/municipio/historias/aconteceu.htm>. Acessado em 15/02/2007.

²² Livro de Tombo de 1745 da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá.

Esse mesmo padre, o Vigário Villela, foi a autoridade eclesiástica que se mobilizou quanto à construção da primeira capela oferecida à santa inaugurada no mesmo ano desse registro, ou seja, 1745, no Morro dos Coqueiros, terreno doado por Dona Margarida Nunes Rangel (REIS, 1967, p. 41), ponto bastante elevado, de forma a dar visibilidade à construção, traduzindo-se, assim, a importância que adquirira a Imagem na vida das pessoas que ali moravam, referência à circunvizinhança e, simbolicamente, Aparecida seria edificada aos olhos de Nossa Senhora, por que não dizer, aos olhos da Igreja.

A benção desta primitiva Capela foi realizada a 26 de julho de 1745, pelo Padre Villela (José Alves Villela), tendo dado licença o Bispo do Rio de Janeiro Dom Fr. João da Cruz. Neste mesmo dia, 26 de julho, festa da gloriosa Santa Ana, se celebrou a primeira missa no Santuário. (MELLO, 1905, p. 6)

A construção da capela levou dois anos sendo aberta à visitação pública, conforme supradito em 26 de julho de 1745, dia consagrado à Santa Ana (pela Bíblia, mãe de Maria) em que foi celebrada a primeira missa. Assim, 28 anos depois de aparecida, se tomarmos o ano de 1717, conforme registramos anteriormente, a imagem nas águas do Rio Paraíba do Sul, ela teve sua capela, que durou 138 anos, até 1883²³.

A partir dessa primeira missa cuidados extraordinários vão cercar a devoção à Santa e recepção dos romeiros: foi criada a Paróquia de Aparecida e nomeado o primeiro pároco, Padre Joaquim Pereira Ramos: 4 de março de 1842²⁴; (...) *em 1893 a até então Capela foi elevada à categoria de Paróquia e a Igreja foi reconhecida como Santuário Episcopal por D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo de São Paulo, fatores que indicavam autonomia pastoral*” (REIS, 2000, p. 277); os Missionários Redentoristas são enviados ao Brasil para assumir o atendimento no Santuário de Nossa Senhora Aparecida, a pedido de D. Joaquim Arcoverde, bispo auxiliar da Arquidiocese de São Paulo que se preocupava com o

²³ <http://www.aparecida.com.br/historia.asp>. Acessado em 15/03/2007.

²⁴ <http://www.cidadeaparecida.com.br/aparecida/municipio/historias/aconteceu.htm>. Acessado em 15/03/2007.

crescente número de devotos que povoavam o distrito. Chegaram a Aparecida no dia 28 de outubro de 1894.

Mesmo que haja espontaneidade nos romeiros que vão buscar os milagres da Santa, não o é da mesma maneira aos anfitriões que vão se organizando e planejando suas estratégias de convencimento e manutenção de um bem coletivo, semi-público, mas, por ora privado nas fitinhas, imagens, terços e relíquias vendidas.

As relações estabelecidas com a Imagem aparecida são, na verdade, bastante complexas. São vinte e oito anos que separam o mito de origem até a construção abençoada pela Igreja da Capela do alto do Morro dos Coqueiros e celebração da primeira missa. No Brasil, na ocasião da aparição da Imagem, eram proibidas outras expressões religiosas que não fossem católicas.

Até hoje difundido entre os fiéis católicos, romeiros ou aparecidenses, endossados pela própria Igreja, estes três eventos espetaculares que impulsionaram a devoção à Santa, reforçaram seu mito e possibilitaram a representação pela qual passou ser conhecida e reconhecida pela Cúpula Romana como Nossa Senhora da Conceição Aparecida, Mãe de Jesus²⁵: o primeiro “milagre” é a própria pescaria na ocasião da aparição da imagem. O segundo refere-se às velas que se apagaram e se acenderam sem nenhuma intervenção dos devotos presentes. O terceiro se trata do *estrondo* dentro da caixa onde se guardava a imagem, o que seria um sinal para se construir a capela.

A questão em voga é a imagem de barro encontrada no rio configurar-se como representação da mãe de Deus e, como tal, protetora, acolhedora, atenciosa, intercessora entre Deus e os homens.

Este conceito de representação será lido a partir dos estudos de Roger Chartier em seu “*O Mundo como Representação*” (1991, p. 184). Nesta obra o autor afirma existir uma

²⁵ Em alguns casos pode-se usar a expressão “mãe de Deus”. Para os católicos Jesus é a segunda pessoa da Santíssima Trindade (Pai, Filho e Espírito Santo), logo, também é Deus.

diferença no conceito de representação o que explica a partir das acepções da ausência “*o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado*” e da presença como “*a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa*”.

Na primeira acepção [ausência], a representação é o instrumento do conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma “imagem” capaz de repô-lo em memória e de “pintá-lo” tal como é. Dessas imagens, algumas são totalmente materiais, substituindo ao corpo ausente um objeto que lhe seja semelhante ou não: tais como os manequins de cera, de madeira ou couro que eram postos sobre a urna sepulcral monárquica durante os funerais dos soberanos franceses e ingleses (“Quando se vai ver os príncipes mortos, exibidos em seus leitos de morte, só se vê a *representação*, a efigie”) ou mais geralmente e outrora, o leito fúnebre vazio e recoberto por um lençol mortuário que “representa” o defunto. (CHARTIER, 1991, p. 184)

Apropriando-nos do conceito de representação na acepção da *ausência*, a partir dos estudos chartierianos, é possível entendermos como, no caso aparecidense, a imagem de barro tornou-se tão venerada, afinal, é o que ela representa, ou seja, não é a imagem em si que é milagrosa, como se houvesse nela um poder e energia espetaculares mas por remeter os olhares dos devotos à mãe de Deus que, por sua vez, para os católicos, tem o poder de intercessão junto a Deus, logo, nem seria ela a promotora dos ditos milagres, mas, pela sua intercessão é que eles aconteceriam.

Para a Igreja Católica reconhecer um determinado episódio como milagre é necessário a reunião de muitos documentos, principalmente os de cunho científico, com testemunhas, tudo isso dentro de um longo processo, atestado pelas autoridades eclesiásticas locais e enviadas ao Vaticano para apreciação da Santa Sé, ou seja, pela cúpula administrativa e espiritual da Igreja Católica Apostólica Romana que se concentra no Vaticano, em Roma, Itália.

No entanto, os episódios atribuídos ao poder milagroso da Santa que, segundo a doutrina católica, é *intercessora entre Deus e os homens* (PINHEIRO, 1905, p. 33), é contestado, por exemplo, por Aníbal Pereira Reis (1967, p. 57-58), ex-padre católico, que, em

sua obra, *A Senhora Aparecida – outro conto do vigário*, comenta a respeito de uma publicação, segundo ele, autorizada pela Igreja Católica, inclusive premiada, do devoto Fred Jorge intitulado “Aparição e Milagres de Nossa Senhora Aparecida” da editora Prelúdio, em São Paulo, de 1954, na qual o autor diz precisar de milhares de páginas para enumerar todos os milagres, mas que, por falta de provas, “*apresenta uns poucos usando de fantasia*”.

Este mesmo autor conta outra história sobre o aparecimento da imagem. Algumas informações vão ao encontro daquelas do Livro de Tombo, porém, apesar desta proximidade, tais informações são explicadas a partir do interesse do vigário Padre José Alves Villela em se tornar bispo e, oferecer um banquete para o Conde de Assumar, poderia render-lhe uma indicação ao bispado junto à Corte Portuguesa. Algumas outras, como a data “13 de outubro de 1717” não corresponde àquela registrada do Diário de Viagem do próprio Conde, o qual teria passado em Guaratinguetá entre os dias 17 e 30 de outubro de 1717 e não no dia 12 ou 13, conforme sugere o autor, pois o mesmo estaria em Taubaté e Pindamonhangaba respectivamente nesta data.

Aníbal Pereira Reis (1967, p. 35-37) apresenta a aparição da Imagem como uma grande farsa montada pelo Vigário:

Desde o princípio do seu paróquio travara o padre Alves Villela conhecimento com os pescadores de sua freguesia e da região. Deles, e somente deles é que se esperava a mais decidida cooperação nas suas festividades religiosas porque a pesca, naqueles tempos, acima mesmo da agricultura incipiente, se estabelecia como a mais importante fonte de riquezas do Norte da Capitania. E dentre os pescadores seus conhecidos, três se distinguiam pela espontaneidade em auxiliar, pela singeleza de sua fé e, sobretudo, pelo seu acatamento às solicitações do vigário. Domingos Martins Garcia, João Alves e Felipe Pedroso, os seus nomes! Procurou-os, então, o Padre Villela, incumbindo-lhes da pesca para o banquete-homenagem. Nem estranharam a dedicação e o interesse do seu vigário por aquela pesca. Supunham-no desejoso realmente de exaltar à vista do Governador as qualidades da cozinha da Vila, de lhe demonstrar respeito e, certamente, creditar à região a favores futuros. Admirados, contudo, receberam no dia do banquete (13 de outubro de 1717), manhã cedo, as ordens do vigário no sentido de que lançassem redes no Porto de Itaguassú, próximo do Morro dos Coqueiros. Como ativos pescadores sabiam que os peixes permanecem mais nas partes calmas do rio e não é possível pesca alguma junto de um porto onde há tanta movimentação. Toda aquela zona dispunha do Rio Paraíba como principal via de comunicações e transportes. E, dentre os portos, o de Itaguassú se destacava por servir vasta extensão. Em vista da sua própria profissão, entenderam os pescadores, a ineficácia da ordem extravagante do vigário. Mas,

ingênuos e submissos, obedeceram. Não lhes convinha desacatar o sacerdote ameaçador e capaz de praguejá-los e maldiçoá-los. Lançaram a rede na convicção de nada apanhar. Surpresos, porém, retiraram das águas uma imagenzinha de 0,30cm de altura, talhada, em terra cota escura, nos moldes da Madona de Murilo, que o clero se utiliza como símbolo da “*Imaculada Conceição*” de Maria. Decidiram guardar a imagem aparecida nas águas dentro do embornal e prosseguir além sua tarefa. Obtida a quantidade de pescado exigida pelo clérigo anfitrião, foram à sua residência fazer-lhe a entrega. E, jubilosos e na sua crença ingênua, mostraram ao padre, misturado na comitiva do Governador a imagem aparecida. Enternecido o vigário pelo sucesso do seu empreendimento, pois ninguém soubera e nem desconfiara de sua ida durante a madrugada ao Porto de Itaguassú para deixar nas águas aquela imagem, despejava suas expressões religiosas e deslambidas acentuando o “fator milagre” daquela descoberta. Todo o povo daquela região, presente em Guaratinguetá, para conhecer o Governador, Conde de Assumar, ludibriado em sua credulidade, exultou com o “milagre” sucedido, vinculando-o à santidade do seu vigário e divulgou a notícia à distância.

É certo que já existia imagem semelhante como relata a da *Imaculada Conceição*, da mesma forma que é pertinente sua indagação a respeito da imagem ter sido encontrada no Porto Itaguaçu uma vez que os pescadores não lançam suas redes nos portos. Porém, se a imagem foi mostrada ao Conde, por que ele não a registrou em seu diário, ou talvez a levasse consigo procurando verificar seu poder miraculoso? De qualquer forma, o mito no qual Aparecida aparecera, pela limitação deste trabalho, não será discutido além do que já expusemos.

Aparecida, porém, não foi a única que tivera algum acontecimento considerado extraordinário no tocante à personagem de Maria. Antes e depois do evento em Aparecida, outros episódios mobilizaram grande número de fiéis, com romarias espontâneas e programadas e foram, apenas bem mais tarde, com muita cautela da Igreja Católica, considerados como epifania de Maria, ou seja, uma manifestação da própria Mãe de Jesus aqui na Terra de modo a intervir na relação entre as pessoas e destas com Deus difundindo a paz e o amor.

Dentre estes movimentos é possível destacarmos os seguintes: na cidade mexicana de Guadalupe, daí, Nossa Senhora de Guadalupe, conta-se que em 9 de dezembro de 1531 (hoje comemora-se no dia 12 de dezembro) a imagem de uma Senhora, um vulto com feições definidas, um espectro, talvez, para muitos, aparecera a um índio; é padroeira da Cidade do

México desde 1737 e do México desde 1895 e, a partir de 1945, padroeira da América Latina²⁶. Nossa Senhora de Lourdes (França) em 11 de fevereiro de 1858, Nossa Senhora de Fátima (Portugal) em 13 de maio de 1917.

No entanto, percebemos especificidades que distinguem Aparecida de outras cidades, vilas e lugarejos, mesmo os mais próximos, no que se refere a uma curiosa e peculiar mobilização em torno da organização e expectativa quanto à recepção dos devotos da Santa, bem como ao seu processo de urbanização, inclusive em se tratando da instauração de suas escolas, desenvolvimento industrial e comercial e estrutura sócio-econômica.

A dinâmica aparecidense de nortear suas relações a partir da religiosidade inundada pelos milagres de Nossa Senhora Aparecida, catolicizada pelos Missionários Redentoristas, mapeou a lógica da fundação de uma cidade preocupada com a visibilidade de elementos que fossem aceitos e, por que não, esperados pelos visitantes.

Em Aparecida houve dois movimentos paradoxais: de um lado “a religiosidade inundada pelos milagres” e, de outro, “um culto catolicizado pelos Missionários Redentoristas”. O primeiro movimento, espontâneo, presente nas romarias, pelas constantes manifestações de fé que acontecem pelo viés do sacrifício e pagamento de promessas. O segundo, obediente à hierarquia eclesiástica romana sendo porta voz do veículo litúrgico do culto à Nossa Senhora.

Os padres redentoristas não tiveram controle dos eventos tidos como milagres pelos milhares de fiéis mesmo tendo estimulado os romeiros a trazerem objetos que simbolizassem tais milagres, criando um espaço chamado “Sala dos Milagres” onde eram depositados todos os tipos de ofertas que “comprovassem” a prece atendida pela Santa.

Configurou-se em Aparecida o que poderíamos chamar de cultura popular, ou seja, uma dinâmica fundamentada nas *necessidades* e *expectativas* que se distingue da erudita. Há uma religiosidade popular em torno do culto prestado a Nossa Senhora Aparecida que, não

²⁶ <http://www.universocatolico.com.br/content/view/14284/98/>. Acessado em 12/12/2008.

obstante o uso de elementos católicos – o *costume* da reza do terço, por exemplo – não é católica.

As expressões “necessidades” e “expectativas” para definir cultura popular, bem como “costume” têm um tratamento específico a partir das reflexões de Thompson em seu “*Costumes em Comum*” (2005, p. 22) que procurou desenvolver em sua pesquisa um estudo da forma como o tema “costumes” se manifestava na cultura dos trabalhadores no século XVIII e parte do século XIX. Para ele não podemos enfaixar as realidades que são dinâmicas e têm seus significados produzidos materialmente em determinadas condições sócio-históricas bastante definidas.

Segundo Thompson (2005, p. 22):

(...) não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho.

Construiu-se, por assim dizer, uma rede de *costumes* capazes de dar identidade à Aparecida, expressos nas formas pelas quais as pessoas se organizavam em torno da devoção difusa à Santa Aparecida, mesmo que catolicizados mais tarde, sobretudo pelo trabalho dos Missionários da Congregação do Santíssimo Redentor.

Mas, o que são costumes? Segundo o antropólogo Gerald Sider (apud THOMPSON, 2005, p. 22):

Os costumes realizam algo – não são formulações abstratas dos significados nem a busca de significados, embora possam transmitir um significado. Os costumes estão claramente associados e arraigados às realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades, nem as reexpressem. Os costumes podem fornecer o contexto em que as pessoas talvez façam o que seria mais difícil de fazer de modo direto [...], eles podem preservar a necessidade da ação coletiva, do ajuste coletivo de interesses, da expressão coletiva de sentimentos e emoções dentro do terreno e domínio dos que deles co-participam, servindo como uma fronteira para excluir os forasteiros.

O encontro dos mais diversos povos e costumes se tornou inevitável em Aparecida. Nas palavras do arqueólogo César (2000, p. 32) que, ao concluir seus estudos sobre as origens, do ponto de vista da Arqueologia, do território que hoje forma a geografia aparecidense: “*Aparecida é uma verdadeira encruzilhada de culturas*”.

O historiador Fábio Reis (2000, p. 76), em se tratando da ocupação da localidade que se tornara vila, isto no entorno da Capela d’Aparecida, afirma que:

Em 1748, Miguel Martins do Araújo pagava os impostos pelas duas casas que tinha construído na ladeira do morro dos Coqueiros. Em 1750, o tesoureiro da capela, Capitão Antônio Galvão de França, assinava contrato de aforamento com José Leal dos Anjos que havia construído três casas na ladeira. Começava aí o povoamento de Aparecida e a ocupação não apenas na ladeira, onde se abriu a Rua da Calçada, mas do largo da Capela. (...) A ocupação de construtores de imagens, vendedores de terços e, posteriormente, de fotógrafos e comerciantes que ofereciam pouso e alimentação trouxe os primeiros confrontos entre o sagrado e o profano.

Se Aparecida se estruturou a partir do mito da santa, restava aos aparecidenses fazerem disso seu meio de vida e, foi o que fizeram. Se da parte da Igreja houvera a preocupação quanto à catequização do culto prestado à Senhora Aparecida, do leigo de Aparecida a preocupação fora em expandir uma rede hoteleira e a estrutura necessária à modernização local, afinal, a emancipação aparecidense dependeria da ocupação racional dos seus espaços, a distribuição geométrica de sua população.

Quanto aos milhares de visitantes, a grande maioria era composta por pessoas dos mais variados lugares, mas também, como bem registrado nas fontes com as quais trabalhamos, dentre eles também se incluíam diversos ilustres, segundo o jornal *O Paraíba*²⁷ de Guaratinguetá de 1978, em sua página 2, tais como, a visita de D. Pedro II em 1865, do Conde D’Eu, juntamente com a Princesa Isabel em 1868, novamente o Conde D’Eu no ano de 1874, o presidente da república, Dr. Rodrigues Alves a 14 de maio de 1902 (SA, 17/05/1902, p. 2).

²⁷ Arquivo da cúria Metropolitana de Aparecida.

Há alguns nomes, presentes nas publicações do Santuário por seus feitos emancipadores ao potencial município. Dentre eles, o de Américo Alves Pereira Filho, prefeito por quatro gestões (22/12/1930 a 15/03/1932; 29/07/1936 a 23/11/1945; 13/12/1945 a 23/03/1947; 01/01/1948 a 31/12/1951), já aparecia sendo enaltecido a todo público:

Farmácia Alves: O Sr. Américo Alves, que durante muitos anos foi oficial da “Farmácia N. S. da Conceição Aparecida”, de propriedade de seu mano Sr. Luciano Alves, e que ultimamente terminou, com distinção e louvor, seus estudos na Escola de Farmácia de Pindamonhangaba, pelo que e com muito direito recebeu o diploma de farmacêutico, acaba de adquirir aqui uma farmácia, a que deu o título de “Farmácia Alves”. (SA, 26/01/1918, p. 3)

Ou ainda,

Quando a epidemia de gripe começou a irradiar-se do Rio de Janeiro para o interior, apareceu também, nesta localidade, alastrando rapidamente e levando à cama algumas centenas de pessoas. (...) Muito contribuíram para o debelamento da gripe os Srs. Farmacêuticos Luciano e Américo Alves que prestaram seus serviços com a maior prontidão e dedicação. (SA, 30/11/1918, p.3)

Parece-nos que existiu um projeto para a composição do quadro político formal de Aparecida. A Igreja, quando não demonstrava apoio direto estimulando a população a votar, ao apresentar determinada pessoa como sendo alguém que estava sempre de prontidão e dedicado, sinalizava sua preferência.

Pode-se identificar um projeto de educação; uma lógica geométrica na distribuição dos espaços. Aparecida se desenvolveu do centro para a periferia: do alto do Morro dos Coqueiros; do centro, onde está a capela edificada para ser a casa de Nossa Senhora. Assim, os acessos foram construídos, afinal, era preciso chegar até a santa; houve um processo de urbanização com ruas calçadas, praças, iluminação, saúde e escola pública. Se as romarias emanavam espiritualidade, Aparecida transpirava racionalidade.

Eis que se edificou Aparecida. A Aparecida da devoção da Senhora Aparecida. A Aparecida que lutou pela sua emancipação política. Uma potencial metrópole da fé. Uma

Imagem achada, peregrinações espontâneas, a princípio pequenas intervenções da Igreja Católica e um processo de povoamento planejado do centro para a periferia. A urbe aparecidense nasceu em torno da devoção à Nossa Senhora Aparecida e se estabeleceu como uma *Aparecida dos romeiros*, como veremos a seguir.

1.1. APARECIDA DOS ROMEIROS

Romaria de Lorena: Promovida pelo apostolado do Sagrado Coração de Jesus teve a romaria de Lorena um esplendor digno do povo católico daquela cidade. O Revdmo. Vigário de Piquete, Pe. José Pardini, incorporou-se aos lorensenses com cerca de 120 pessoas suas paroquianas o que veio aumentar o realce daquela homenagem a Nosso Senhor Jesus Cristo e à Santíssima Virgem Nossa Senhora Aparecida. A romaria de Lorena composta de cerca de 800 pessoas, deixou nosso Episcopal Santuário, como recordação do belo cometimento, uma cruz de mármore com a seguinte inscrição, dourada, em baixo relevo: “A N. S. Jesus Cristo, Homem-Deus, por meio do Coração de Maria. Homenagem do povo de Lorena. 1º de outubro de 1900. (SA, 10/11/1900, p. 6)

A urbe aparecidense se abriu – parece não ter conseguido ou querido evitar – às romarias que, a princípio espontâneas e, a partir dos derradeiros anos do século XIX, àquelas programadas dentre as quais inúmeras existentes até a atualidade. É uma cidade de todos porque a Santa Nossa Senhora Aparecida é, conforme a tradição católica, tomada como mãe divina de todos. É verdade que há uma espécie de privatização da devoção, pois o aparecidense se sente dono e sua identidade paira sobre esta propriedade.

No entanto, apesar de ser possível identificar uma preocupação e mobilização em torno da urbanização deste distrito de Guaratinguetá, a dinâmica que impulsionava o cotidiano da localidade era o costume quanto à recepção dos romeiros. Diversas melhorias locais eram anunciadas como benfeitorias aos visitantes, como nos indicou o noticiário do *Santuário de Aparecida*:

Empresa de Bondes Aparecidense: esta empresa oferece bondes aos Srs. Romeiros, em todos os trens, pelos preços seguintes por passageiros: para os trens noturnos, descida ou subida 1\$000, para os trens expressos, descida \$500 e subida 1\$000; para os trens mistos, descida ou subida \$500. (SA, 17/11/1900, p. 6)

Reparemos que os trens eram oferecidos aos senhores romeiros, mas não havia alguma proibição de sua utilização pelo aparecidense – não encontramos nenhum registro a respeito –, inclusive na publicação seguinte, há uma passagem indicando que, provavelmente, as pessoas da localidade faziam uso deste benefício:

Os nossos bondes: A Empresa de Bondes de Aparecida estabeleceu uma nova tabela de preços em suas passagens: 300 réis para subida e 200 réis para descida. A bem dos senhores romeiros e a bem da nossa própria população desejamos que a empresa conserve sempre esta nova tabela, que está agora razoável. (SA, 15/08/1903, p. 4)

Ao mesmo tempo em que se parece valorizar a população local, “*bem da nossa própria população*”, retomou-se a atenção às romarias que ao chegarem precisariam da iluminação pública. A crítica se estendeu ao subprefeito que deveria providenciar tanto a iluminação quanto a restauração das ruas esburacadas as quais poderiam colocar em risco o bem-estar dos romeiros. Era uma cidade para os outros.

Iluminação pública: Algumas pessoas que tomaram parte nas últimas romarias estranharam que os combustores da iluminação pública estivessem apagados quando a noite ainda ia alta, dificultando assim o trânsito principalmente às pessoas que não estão afeitas aos buracos da rua Nova ou ao calçamento “sui generis” da rua Monte Carmelo. O subprefeito, dedicado como é, ao menos por ocasião das romarias que por aqui chegam muito cedo, há de providenciar para que se dê luz toda a noite aos combustores da iluminação pública. (SA, 20/08/1910, p. 2)

A melhoria da Agência do Correio foi anunciada como nova alternativa para os interessados em enviar colaborações à Basílica ou à redação do jornal *Santuário*:

Agência do Correio: Foi elevada à segunda classe a agência do Correio deste lugar. Assim ficou habilitada a emitir e a pagar vales de correio, o que constitui uma grande vantagem, pois as pessoas que tiverem que remeter qualquer quantia à

Administração da Basílica ou a esta redação, poderão fazê-lo por vale postal. (SA, 25/07/1914, p. 2)

Aquilo que era melhoria ao aparecidense era interpretado como elemento facilitador à vinda e estadia dos romeiros. São eles que precisavam de ruas calçadas, afinal, como se entendia na época, os cidadãos de Aparecida já estariam acostumados com os buracos, e, quanto aos correios, é melhor tê-los para viabilizar as doações.

Segundo o historiador e estudioso de Aparecida, Fábio José Garcia dos Reis (2000, p. 78): “*O aumento das peregrinações era acompanhado de pedido aos políticos para a melhoria do espaço público*”.

A apreciação feita pelo referido historiador pode ser vista em publicações no *Santuário de Aparecida*. Em 1915 uma reclamação em relação à iluminação no largo da Basílica, esta feita com luz elétrica, e em 1928 a respeito da construção de uma rampa que substituiriam os degraus da rua da Calçada, facilitando o acesso aos hotéis.

Reclamação atendida: Atendendo as nossas reclamações, a Câmara Municipal mandou colocar em frente à porta principal da Basílica, um poste com dois focos de luz elétrica, melhorando assim consideravelmente a iluminação daquele largo, especialmente da frente da Basílica. (SA, 4/12/1915, p.2)

Rampa da Rua da Calçada: Atendendo ao pedido do Vigário da Basílica, já começou digno prefeito de Guaratinguetá a rampa que deve substituir os degraus no começo da dita ladeira, tornando assim possível a descida dos automóveis para os Hotéis situados na Rua da Calçada. (SA, 2/06/1928, p. 3)

Pela distância temporal entre os acontecimentos podemos verificar que Aparecida continuava pouco assistida por Guaratinguetá. Outro ponto que merece a devida atenção é que o *Santuário de Aparecida*, além de sua função informativa sobre temas variados, não obstante seu objetivo catequético, foi um veículo de informação utilizado como porta-voz do distrito, inclusive como espaço de reivindicações e crítica à Guaratinguetá quando o mesmo deixava a desejar no cumprimento mínimo de suas obrigações com a localidade.

Porém, é por esse jornal que vemos um significado muito particular sobre a modernização de Aparecida. Se, de um lado, ter ruas calçadas, canalização do esgoto, iluminação pública, escola, farmácias, subprefeitura e subdelegacia, estação de trem e tantos outros, poderia garantir a emancipação do distrito à município independente, de outro, satisfazer prioritariamente os romeiros era imprescindível.

Aparecida: Com as chuvas das últimas semanas, ficou reduzido a um triste lamaçal a rua que os romeiros têm de palmilhar para irem da Estação até a Basílica. Há vinte anos fez o Dr. Ismael Dias da Silva o calçamento do pátio da Basílica, e os Sr. Arcebispo penalizado com o estado das ruas, mandou calçar a rua desde o pátio da Basílica, até o sopé da colina, esperando que a Câmara Municipal de Guaratinguetá mandasse calçar o restante da rua, até a Estação. Teriam assim as dezenas de milhares de romeiros que aqui desembarcam, um caminho tanto confortável para irem da Estação à Basílica. Pois a Câmara não fez o calçamento, e os pobres romeiros têm de fazer um trajeto sob uma densa nuvem de pó e, no tempo das águas, vadeando um fundo lamaçal. (SA, 21/11/1925, p. 2)

Algo que nos chamou a atenção é a indignação constante quanto ao desleixo guaratinguetaense no que diz respeito às obras minimamente fundamentais à manutenção do distrito de Aparecida, *“dificultando o trânsito principalmente das pessoas que não estão afeitas aos buracos”* (SA, 20/08/1910, p. 2).

Vale reparar que havia reclamações constantes: os buracos das ruas, os serviços de iluminação, a mendicância, manutenção dos bondes elétricos, o desrespeito às manifestações de fé, estas, sempre descritas no periódico da cidade como sendo ordeiras e exemplares.

Enquanto que aos romeiros todo apreço, aos aparecidenses e guaratinguetaenses, desapontamentos.

A vida do romeiro deveria ser preservada, seu conforto, a atenção necessária a fim de que pudessem sempre estar satisfeitos ao visitarem a Santa milagrosa de Aparecida. O jornal *Santuário de Aparecida* denunciou a falta de manutenção dos bondes e não poupou críticas à administração municipal de Guaratinguetá, satirizando que os nossos bondes, apesar de não serem elétricos como os do Rio de Janeiro, são tão perigosos quanto os daquela cidade,

e que devem passar por uma vistoria pois, acima de tudo, não se poderia colocar em risco a vida dos romeiros.

O perigo amarelo em Aparecida: Ainda não temos bondes elétricos como no Rio, mas como lá temos bondes perigosos. Dizem que os freios dos bondes não funcionam direito, pelo que mais de uma vez esses veículos desceram o morro em disparada e parece um verdadeiro milagre que domingo passado (dia 14) não houve ferimentos mais graves ou mesmo mortes. As dignas autoridades municipais poderiam examinar o material rodante de nossa linha de bondes, para não deixar correr perigo a vida dos romeiros que dela usam para descer a estação. (SA, 20/11/1909, p.3)

Aos romeiros toda a honra e hospitalidade necessárias para que voltassem. A construção da Casa dos Romeiros é uma dessas atitudes acolhedoras.

Casa dos romeiros: Já se acha concluída a construção de um vasto edifício para acomodar os romeiros, que veio substituir antigo sobrado. É um edifício bem construído, contendo 11 quartos grandes e diversos menores, assim como cozinhas, água encanada etc. e fica perto da Basílica. (SA, 16/12/1916, p. 2)

Esta postura acolhedora manifesta no *Santuário* é acompanhada pelo sentimento e desejo da ordem explícita e vigilante por partes dos aparecidenses. A notícia dada pelo *Santuário* sobre as modificações na subdelegacia e subprefeitura não ficaram isentas dessa apreciação relativa à ordem:

Subdelegacia de polícia: A vara de subdelegado de polícia deste distrito não está mais em mãos do Sr. Paulino Guedes Pereira, que tão boas providências havia dado para reprimir a mendicidade das crianças. Estas começam novamente a importunar os romeiros com as “cantigas” recomendadas pelos seus exploradores. Esperamos que o Sr. João de Andrade, que está de jurisdição policial, dê as mesmas providências que o Sr. Paulino Guedes estabelecera para desviar as pobres crianças do caminho do vício (SA, 9/01/1909, p. 3).

Subprefeito: A Câmara Municipal de Guaratinguetá elegeu para o cargo de subprefeito deste distrito, vago pelo falecimento do Sr. Belmiro de Andrade, o Sr. Mário Augusto Teixeira. A população de Aparecida recebeu com agrado a notícia desta eleição, porque reconhece o Sr. Mário Teixeira a muita boa vontade e as necessárias aptidões para prestar a esta localidade os serviços de que ela tanto carece. (SA, 26/06/1909, p. 3)

Mais uma vez o jornal *Santuário de Aparecida* se manifestava em prol dos romeiros denunciando quaisquer atitudes que pudessem perturbar a paz e a ordem:

Queixa: Aparecida deve sua existência, seu movimento e sua prosperidade à vida religiosa que aos pés de Nossa Senhora se passa dia por dia [grifo nosso]. Os piedosos romeiros, chegando de longe, querem passar algumas horas de verdadeiro recolhimento e piedade no templo da augusta Rainha do céu. Já temos pedido por estas colunas que durante os atos religiosos não se perturbe por música ou outros divertimentos o silêncio religioso a que os romeiros têm direito. Ultimamente, porém, estabeleceu-se atrás da Basílica um gramofone que, com voz fanhosa e desafinada, começa sua prosa e cantoria enfadonha muito antes de acabar os atos religiosos na Basílica e são graves as queixas que contra ele se ouvem. (SA, 13/06/1912, p. 3)

Queremos sublinhar “*Aparecida deve sua existência, seu movimento e sua prosperidade à vida religiosa que aos pés de Nossa Senhora se passa dia por dia*”. Aparecida parece ter se convencido que fora abençoada pela Virgem Santa que teve sua capela edificada no Morro dos Coqueiros.

Aparecida foi, definitivamente, dos romeiros. Foram eles que deram origem à Vila, movimentaram e participaram do crescimento do distrito, por vezes, até financiaram a modernização do lugar. É a eles atribuída a responsabilidade pela sobrevivência da fé e das obras nesta localidade. É deles, ainda, que sobrevieram os melhores exemplos de democracia, solidariedade e equalização social, segundo publicação do Monsenhor Mello (1905, p.15):

Que edificação naquela sociedade de crentes; entremos em um vagão e admiremos o que aí se passa. Ali ao lado do sacerdote está o velho carregado de anos, a mocidade representada nos moços, os representantes das diversas graduações da sociedade desde o magistrado severo até o artífice; todos irmanados cantam os mesmos louvores, repetem as orações e são inspirados por um único sentimento comum.

Na seqüência, o mesmo autor enaltece a forma como os romeiros dão lição de disciplina e superação, exemplos a qualquer sociedade:

Assim se passaram as horas, ninguém se sentiu cansado. Era enternecedor ali dentro do Santuário contemplar aquela multidão genuflecta ante a Virgem Aparecida com

os olhos pregados na veneranda Imagem, com o coração repleto de satisfação, a alma inundada de doces consolações, o espírito fortalecido pela oração, no segredo do seu íntimo dizer à Virgem Aparecida os seus votos, balbuciar as suas mágoas, pedir o seu valimento, e protestar o seu amor, o seu afeto. (...) Ninguém sabia ali o que fosse cansaço, fome, sede, aperto. No meio de milhares de pessoas vindas de todas as partes, pareciam que todas eram conhecidas, ninguém procurava companhia, todos estavam bem; a Virgem Aparecida tinha confraternizado, de verdade, toda aquela grande multidão. Depois desta primeira visita à Virgem Aparecida é que os peregrinos foram tomar alguma refeição (MELLO, 1905, p. 17-20)

Esse exemplo de superação, tolerância, entrega e respeito à Nossa Senhora da Conceição Aparecida devia ser seguido por todos. O *Santuário* publicou nota criticando os bondes que não paravam ou, de alguma forma, incomodavam as procissões²⁸:

Com os bondes: Em todos os grandes centros, onde há linhas de bondes, é praxe ou mesmo lei que os bondes durante uma procissão religiosa ou um préstito cívico não estacionem nas praças e nem circulem nas ruas por onde passa o préstito. Como os condutores de nossos bondes ainda não conhecem essa praxe, pedimos à digníssima diretoria da Companhia queira dar-lhes as necessárias instruções nesse sentido. (SA, 13/01/1915, p. 2)

Pelas informações trabalhadas até aqui, é possível afirmarmos que Aparecida devia aos romeiros toda sua estrutura econômica, base de seu crescimento. Como se isso não fosse o bastante vimos que, por vezes, dessa arrecadação destinava-se a socorrer o município de Guaratinguetá. Foi dos romeiros que saiu a verba para a construção do pavilhão de tuberculosos da Santa Casa de Guaratinguetá, conforme pedido, ou melhor, segundo a ordem, de Dom Duarte, Bispo de São Paulo, ao tesoureiro do Santuário, Dr. Augusto Salgado²⁹ em pequeno comunicado datado a 3 de fevereiro de 1917, apesar da intenção das doações serem para a Santa. Provavelmente, os romeiros não tinham acesso ao algum tipo de prestação de contas, isso se por acaso existissem:

São Vicente, 3 de fevereiro de 1917.

Sr. Augusto Salgado

²⁸ Caminhadas, tidas como um ato de fé muito comum dentre às práticas católicas, mormente carregando andores com imagens, presididas por um padre ou outro designado para tal ato, com orações e cânticos de louvor.

²⁹ Arquivo Metropolitano de Aparecida.

Rogo-lhe o obséquo de entregar ao Sr. Antônio Rodrigues Alves, provedor da Santa Casa de Guaratinguetá, a importância de seis contos de réis para auxiliar a construção de novo pavilhão de tuberculosos.

Servo em J.C.

Dom Duarte, Arceb. Metrop.

Uma carta de D. Duarte³⁰, arcebispo Metropolitano de São Paulo, datada a 20 de janeiro de 1910, endereçada ao tesoureiro do Santuário Episcopal de Aparecida, Sr. Augusto Salgado, deixa-nos claro que as iniciativas quanto à manutenção, melhorias, bem como, a conjugação dos elementos responsáveis à modernização aparecidense, ora partiam da Igreja, do seu saldo, sobrevivendo das doações dos fiéis – que muito foi disputado (CÂMARA NETO, 2006, p. 163-164) – ora daqueles “*a quem Deus dotou de boa fortuna*” (SA, 15/10/1904, p. 4):

São Paulo, 20 de janeiro de 1910.

Sr. Augusto Salgado

Havendo um saldo que se poderá dispor em benefício da Basílica, lembrei-me de que seria conveniente uma limpeza geral externamente em toda igreja, como também de se fazerem alguns reparos e concertos na rua por onde sobem os bondes ou outra obra que parecer mais urgente.

A Câmara pouco faz em benefício do lugar e eu entendo que não podemos deixá-lo em completo abandono. Para esse fim poderemos combinar bem essas coisas.

Benção e saudações a toda família.

Servo em J.C.

D. Duarte Arceb Metrop.

Ou conforme publicação no *Santuário de Aparecida* (15/10/1904, p. 04):

Um gesto nobre: Uma notícia muito agradável para todos os que amam o progresso desta localidade é a que agora podemos dar aos nossos leitores. Estiveram neste lugar os distintos católicos Srs. Drs. Ismael Dias da Silva e Antônio Maria da Silva, a quem Deus dotou de boa fortuna, os quais se propõem à sua custa, como uma homenagem filial prestada a N. S. Aparecida mandar calçar a paralelepípedos todo o largo do Santuário, inclusive os lados e atrás da Igreja. Consta-nos que além do calçamento farão outros melhoramentos no largo, tais como um pequeno jardim e gradil contornando o monumento comemorativo da Coroação de N. S. Aparecida.

Vale destacar a expressão “*Uma notícia muito agradável para todos os que amam o progresso desta localidade*”. Haveria aqueles que, por ventura, não ficariam satisfeitos com

³⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

as benfeitorias noticiadas? A expressão parece ter um teor crítico sobretudo porque classifica a notícia como *agradável aos que amam*, logo, pode representar sua insatisfação com a política de Guaratinguetá que, como poder público responsável não daria conta de suas obrigações tendo Aparecida que recorrer aos cofres da Igreja ou a ajuda de particulares.

Talvez por isso, também, a valorização do romeiro tenha sido um tema muito presente nas publicações do período. Daí a necessidade de preservar sua vida, porque não dizer, sua vinda.

Esta valorização se refere não só à estrutura material para recebê-los, mas também, por percebermos que a educação, a catequese, as práticas ordeiras, tidas como exemplares, estavam sempre patentes nas publicações que enalteciam o comportamento modelar dos romeiros. Por exemplo, no livro “*Coroação de Nossa Senhora Aparecida*” do Monsenhor José Marcondes Homem de Mello de 1905, encontramos exemplos de respeito e disciplina por parte dos romeiros:

O embarque dos peregrinos foi feito com tal ordem que os empregados superiores da Estrada de Ferro manifestaram a sua admiração. Todas as medidas haviam sido tomadas para tal acontecer. Cada peregrino sabia de antemão o carro que devia tomar e o lugar que tal carro ocupava no comboio; além de um sacerdote que era o diretor espiritual, havia em cada carro um auxiliar secular que diligentemente ia acomodando os seus companheiros. O diretor da peregrinação presidia a entrada dos peregrinos na plataforma; todos obedeciam aos seus avisos e direção. Em pouco tempo todos estavam embarcados. (MELLO, 1905, p. 13)

Em contrapartida, o jornal *Santuário de Aparecida* em publicações do ano de 1906 e 1912, respectivamente, criticou os operários da fábrica de fósforos de Guaratinguetá que “*provocaram incidentes desagradáveis a famílias de romeiros*” (SA, 20/10/1906, p.03). Eles não são romeiros. Da mesma forma, não são romeiros “*a chusma de mendigos importunos*” (SA, 27/04/1912, p. 02) de Aparecida ou que rondam o seu centro.

Fábrica de fósforos: Os operários da fábrica de fósforos de Guaratinguetá fizeram uma passeata a esta localidade no dia 16 do corrente, comemorando o primeiro

aniversário de fundação da fábrica. Lamentamos que entre os operários achavam-se alguns exaltados, que por seu mau gosto **provocaram incidentes desagradáveis a famílias de romeiros** [grifo nosso] que se dirigiam a este Santuário. (SA, 20/10/1906, p.03)

Elogios merecidos: Merecem francos elogios as dignas autoridades policiais pelas medidas acertadas que tomaram contra a chusma de mendigos importunos que assediavam as ruas e praças deste lugar, com grande incômodo dos habitantes e dos romeiros. (SA, 27/04/1912, p. 02)

Quanto à “*chusma de mendigos*”, presentes em vários noticiários, do jornal *Santuário*, revistas da época, publicações em geral, fotos, parece-nos que a “*ordem distributiva geométrica*” (RAMA, 1985, p. 26) era constantemente ameaçada e às autoridades competentes, a polícia primordialmente – o pobre no centro da cidade era caso de polícia – cabia a tarefa de reprimir a vadiagem:

Os pobres de Aparecida: A digna autoridade policial faz muito bem de reprimir de vez em quando, com energia, a vadiagem que se alastra em nossas praças e ruas. Não são sempre pobres, mas verdadeiros exploradores dos sentimentos religiosos, que estendem sua mão aos bons romeiros; são preguiçosos e preguiçosas, que podiam e deviam ganhar o pão de cada dia no suor de seu rosto. E o pior é que até obrigam os seus filhos a entrarem na mesma vida de vadiagem e de vício. (SA, 27/02/1926, p. 2)

A mendicância e a *vadiagem* estavam presentes no cotidiano de Aparecida sendo uma vergonha para a localidade que devia estar sempre preparada para receber os romeiros. Eles eram a desordem e precisavam ser combatidos, reprimidos *com energia*, afinal, justamente por serem *preguiçosos* importunam os romeiros.

Se em 1926, conforme visto acima, o *Santuário de Aparecida* denunciava a pobreza em Aparecida em outra publicação bem mais antiga, datada a 15 de novembro de 1908, já mostrava sua insatisfação com o que chamou de *mendicidade precoce*, o que nos dá entender que o problema se arrastara mesmo com as melhorias sendo anunciadas e as festas acontecendo e o distrito se modernizando:

Mendicidade precoce: Cada vez mais vai aumentando o número de crianças que exploram a caridade pública e que são exploradas por seus pais ou tutores nessa inglória tarefa de se acostumarem ao vício de pedir. A nossa polícia, que parece impotente para regularizar a mendicidade, é a única responsável por esse triste

espetáculo que vemos todos os dias, de bandos de crianças assaltando os romeiros para lhes pedirem esmolas. (SA, 15/11/1908, p. 3)

Nota-se uma valorização da ação enérgica, quando necessário, para restabelecer a ordem, na expressão “*a polícia é a única responsável*”. A situação parecia ser grave. As expressões desta publicação “*triste espetáculo*” e “*bandos de crianças*” podem ser sinais de um problema ainda maior. O espetáculo era triste porque o bando de crianças fazia da cidade seu palco.

Não se sabe quantas crianças ou qual era o tamanho da pobreza aparecidense. As publicações em torno deste tema sempre têm um tom de desagrado e, talvez, vergonha pelo que se era exibido, sobretudo porque atrapalhava os romeiros.

Em pesquisa às *Notas Pessoais* do Conde Dr. José Vicente de Azevedo³¹ (7/7/1859 – 3/3/1944) – *fervoroso devoto de Nossa Senhora Aparecida*, como ele se autointitula – dentre as inúmeras obras encabeçadas por ele, algumas nos chamaram a atenção. Em 22/03/1884 o referido Conde pediu ao Bispo autorização para uso de uma parcela das esmolas destinadas à Nossa Senhora para a construção de uma casa de apoio aos miseráveis:

Em 22/03/1884 apresentou à Assembléia Provincial de São Paulo o projeto nº 268 que destinava as esmolas oferecidas à Nossa Senhora para conclusão da Igreja, respectivo culto e fundação de um Catalengo (amparo e asilo para todas as misérias) a começar por um Asilo para meninos desvalidos, para velhos, inválidos etc, nos arredores de Aparecida.

Ao mesmo tempo em que o número de pobres parecia incomodar a dinâmica cidadina que se quis imprimir em Aparecida, parece-nos que houve alguns esforços em manipular informações ou, de alguma maneira, formar a opinião pública em torno desse problema. Tal reflexão é pertinente quando encontramos a mesma fotografia sendo trabalhada em duas publicações com três anos de diferença.

³¹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.



Mendigo d'Aparecida
(MELLO, 1905, p. 09.)

Na primeira “*Meninos brincando no pátio do Santuário*”, do livro do Monsenhor José Marcondes Homem de Mello de 1905, temos uma imagem menos agressiva, afinal, podem ser ou não crianças pobres.

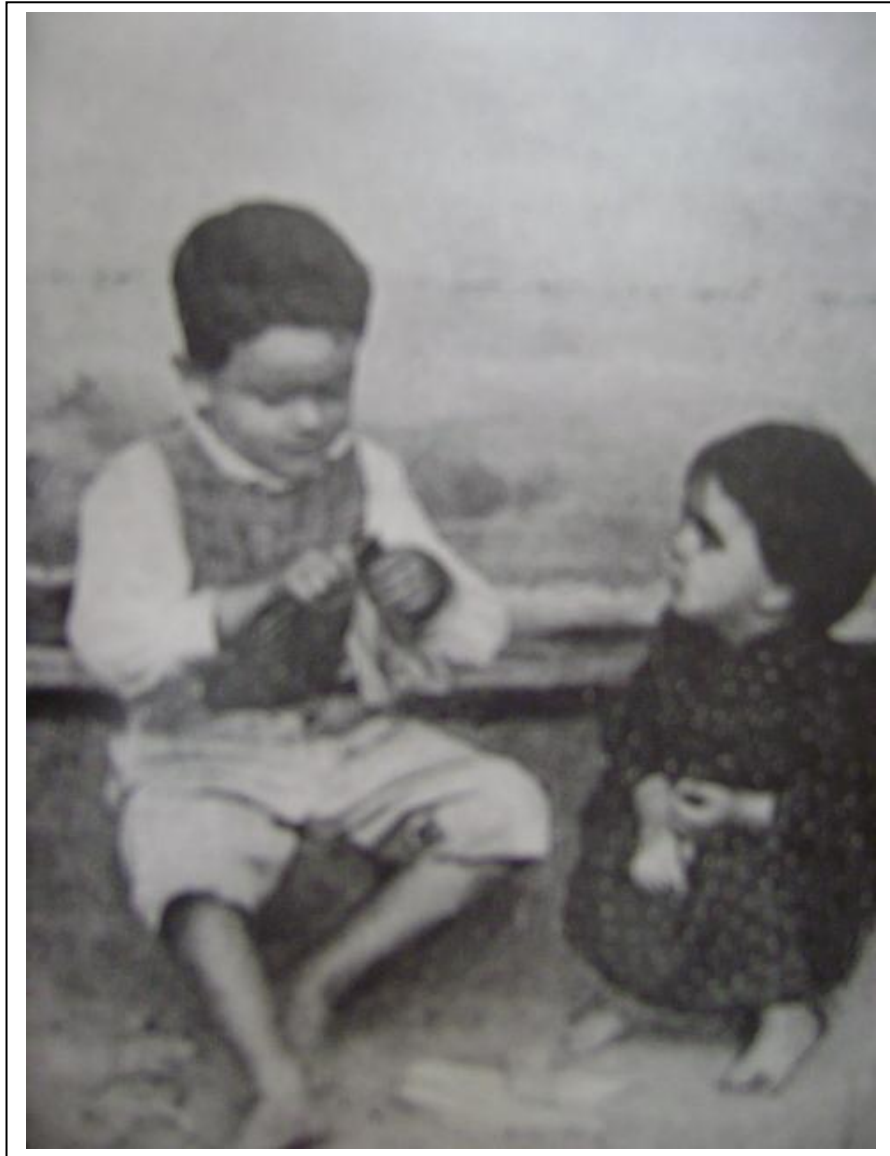
O fato de estarem ambas com os pés descalços diz pouco para uma época em que os calçados eram encomendados nas sapatarias e, por isso, guardados, mormente, para situações especiais.

Outra questão é que estarem ou não no pátio do Santuário não se traduz em condição de pobreza. O largo é um espaço central da cidade, muito freqüentado, com casas ao redor e nas proximidades, não é um pátio fechado, murado. Ainda, ao focalizar as crianças se perdeu a oportunidade de oferecer uma visão mais panorâmica (ou talvez não o quisesse) que nos conduzisse a perceber se estavam no largo do Santuário.

Na segunda, intitulada “*Mendicidade precoce*” que fora publicada pelo jornal *Santuário de Aparecida* em edição de 15 de novembro de 1908, a mesma foto foi usada para denunciar os bandos de crianças que importunavam os romeiros.

Como isso é possível se três anos antes as crianças estavam apenas brincando no pátio do Santuário? O que se quis esconder? O que se quis denunciar? Quem foram essas crianças? Quem foi o fotógrafo? Foi um trabalho encomendado? Por quem? Em nenhuma das fontes a fotografia é assinada e nem datada. O que nos dá margem para ainda perguntarmos: quando esta foto foi tirada e por que foi?

Pouco sabemos sobre os arredores de Aparecida. Nada é mencionado em todas as publicações do *Santuário de Aparecida* no período estudado. Fomos encontrar algo no livro do Monsenhor Mello de 1905, onde, por meio de fotos teceu pequenos comentários sobre o tema.



Esta fotografia aparece em duas fontes com legendas diferentes:

1. Meninos brincando no pátio do Santuário. (Mello, 1905, p. 39);
2. Mendicidade precoce. (SA, 15/11/1908, p. 3).

A periferia de Aparecida não é mencionada, ou como se dizia na época, seus arredores são esquecidos pela administração local, na condição de subprefeitura, e por Guaratinguetá que pouco fizera até mesmo pelo centro deste distrito. Talvez por que seus arredores, sua periferia não fosse visitada pelos romeiros.

Pelas fotos alocadas a seguir podemos perceber um centro urbanizado, com ruas calçadas e casas bem estruturadas e uma periferia totalmente rural. Interessante perceber que há uma pessoa na foto sob o título “*Arredores d’Aparecida*” (MELLO, 1905, p.20), aparentemente, aguardando ser fotografada. Quais seriam seus interesses? Talvez quisesse mostrar sua casa? Quais interesses de um fotógrafo em mostrar realidade tão distante daquela vista do centro de Aparecida? Além do mais, quais arredores são esses? Qual a distância do centro?

Existe uma Aparecida esquecida e passado silenciado. Em missiva enviada pelo Bispo de São Paulo Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti ao tesoureiro do Santuário Episcopal de Aparecida, Capitão João Maria de Oliveira César, em 1 de abril de 1897, a autoridade eclesial falou sobre um *tempo passado*.

Achei que era necessário e oportuno fazer a publicação que lhe remeto. Mande reproduzi-la nos jornais de Aparecida, de Guaratinguetá, de Lorena, Taubaté, e mande fazer isso por dez dias alternados, um dia sim outro não. O Santuário pague essas despesas. Quanto ao que me mandou dizer relativo ao pedido do Revmo. Padre Provincial, já tem o meu amigo compreendido o meu modo de ver nesse particular; faça, pois, tudo quanto lhe pedirem e reclamarem esses bons religiosos; **lembre-se do tempo passado** [grifo nosso]! E essa lembrança estimule-o não só a fazer o que eles pedem, mas adivinhar o que eles precisam e não pedem por delicadeza e por mortificação³².

Chamou nossa atenção a expressão de D. Arcoverde, bispo responsável pela vinda dos padres redentoristas à Aparecida: “*lembre-se do tempo passado*”. A qual passado ele se referia? A que era preciso tomar cuidado? Por que tantos privilégios aos padres redentoristas, “*não só a fazer o que eles pedem, mas adivinhar o que eles precisam*”?

³² Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.



Rua da Calçada
(MELLO, 1905, p.02)



Arredores d'Aparecida
(MELLO, 1905, p.20)

Resolvemos investigar um pouco mais esta questão, afinal a *Aparecida dos romeiros* parece ter querido se mostrar sempre ordeira. Dentre os diversos documentos pesquisados, já anunciados neste trabalho, destacamos o jornal *O Paraíba*³³ de Guaratinguetá em publicação datada a 24 de agosto de 1873, a qual transcrevemos em seguida:

Ao Exmo. e Revmo Bispo de São Paulo: entre os lugares do norte da Diocese que reclamam urgentemente pela benéfica intervenção do zelo apostólico de S. Excia Revma, sobressai a Capela de Aparecida. Na Capela da Aparecida há uma criminosa mercância de missas a tal ponto que em um curto espaço de tempo cada sacerdote recebe um número fabuloso de missas, que por mais longa que seja a sua existência, jamais poderá dizer. E este ato tão reprovado pela moral e pela consciência tão torpe e aviltantes que revoltam todo católico, direi mesmo, a toda pessoa de brio e pudor, por quanto os réus de um tão hediondo delito, não contentes em nomear agente para angariar missas mediante uma porcentagem, apresentam-se descaradamente eles mesmos invadindo desurbanamente as crianças dos pobres romeiros que muitas vezes não chegaram a agasalhar suas famílias. Desta sede insaciável de dinheiro nascem entre os diferentes agentes e padres vergonhosas rivalidades, das quais, constantemente resultam rixas escandalosas em plena publicidade.

É este passado de vergonha, falcatruas, enganações de todos os tipos que refletiu na estagnação do distrito. O crescimento e a prosperidade de Aparecida deram-se, sobretudo, pela evolução moral, otimizada por uma combinação de forças norteadas pela Igreja, sobretudo pelos padres redentoristas, que se propôs a modernizar o distrito a fim de torná-lo cidade.

No “*Annaes Aparecidense*”, escrito por Manuel Marques Pinheiro em 1905, retrata-se uma Aparecida “*formosa e encantadora*” na qual se repetem cenas de fervor religioso todos os dias e não a “*pobre*” de outros tempos:

A Aparecida, atualmente, está transformada. Além de já ter um aspecto de cidade de 2ª ordem (podendo ser vila se o governo quiser) é uma graciosa estância para os romeiros, que vêm render graças à SS. Virgem. Tem cerca de 500 fogos em ruas velhas e novas e conta mais de 1800 habitantes. Existem no perímetro da povoação: 22 casas comerciais de secos e molhados; 15 de fazendas; 8 hotéis (de 1ª e 2ª ordem); 3 vendas de carne de porco; 1 açougue de carne de vaca; 2 padarias; 2 alfaiatarias e 4 barbearias. Também ilustram e dão importância ao lugar: 4 periódicos religiosos, semanais; 4 fotografias; 1 farmácia; **6 escolas públicas** [grifo nosso], 3 de cada sexo e mais uma noturna; duas bandas de música; o colégio Santo

³³ Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

Afonso e o convento dos RR PP Redentoristas, cujo superior é o vigário do Santuário. Uma bem montada linha de bonde e vários veículos conduzem, quer de noite, quer de dia, da estação até ao largo do majestoso Santuário, os romeiros que desembarcam dos trens. É de notável beleza e importância, a estátua da Virgem e o jardim que ordenam o largo da Igreja. A estátua é de bronze e foi mandada fundir em São Paulo e erigir sobre o bonito pedestal por ilustre e piedosa comissão de católicos paulistanos. O jardim também foi mandado construir, bem como o belo calçamento de todo o largo, pelos ilustres irmãos e muito devotos de N. S. os Drs. Antônio Maria da Silva e Gabriel Dias da Silva, residentes em São Paulo. Hoje em dia a famosa e florescente Aparecida é um foco de atração e piedade católica. (...) É por isso que de toda parte e constantemente acodem aqui milhares de peregrinos a cumprir votos e a render homenagens à milagrosa Virgem Aparecida. (...) Ninguém, pois, que hoje visite Aparecida, e que a tenha conhecido há 40 anos atrás, poderá negar que este importante e abençoado lugar tem progredido material e espiritualmente de um modo extraordinário, principalmente há 15 aos a esta parte. (PINHEIRO, 1905, p. 33-36)

A Aparecida dos romeiros quis se emancipar, tornar-se município, independente de Guaratinguetá que tanto demorara, quando não se negava, a socorrê-la em seus percalços. Dessa forma, esta Aparecida que se organizou à recepção dos romeiros não se alienou ao processo de sua emancipação. Atentos à necessidade de compreender quais foram os caminhos da emancipação de Aparecida é que pensamos em analisá-la desde sua constituição como vila até a categoria de município independente, tentando identificar a presença da Igreja e da Escola neste processo.

2. A IGREJA CATÓLICA EM APARECIDA E A ROMANIZAÇÃO DO CULTO A NOSSA SENHORA

“[...] se a sociedade humana deve ser curada, não o será senão pelo regresso à vida e às instituições do cristianismo”.

(Rerum Novarum³⁴, 1891)

As palavras do Papa Leão XIII, ao publicar a Encíclica Rerum Novarum aos 15 de novembro de 1891, evidenciaram a postura da Igreja Católica Apostólica Romana na transição entre os séculos XIX e XX. Ele pensava numa Igreja mais comprometida com as causas sociais e que estivesse aberta ao povo, ao leigo, e que este tivesse seu espaço reconhecido e valorizado em seu seio.

A construção desta parte do nosso trabalho nasceu da preocupação em entender como se deu a ação da Igreja Católica em Aparecida, afinal, no período em que nos propusemos estudar, o país promulgava suas diretrizes as quais consolidaria sua nova condição de Estado laico onde a Igreja Católica deixou de ser a religião oficial, numa República recém proclamada.

Tal preocupação é pertinente uma vez que, desde a segunda metade do século XIX, a Igreja vinha reformando suas práticas, movimento que passou a ser conhecido como romanização ou ultramontanismo, sobretudo com o que fora pregado pela Rerum Novarum³⁵ em 1891. Outra questão não menos importante, é que, parece-nos que por uma extensão desse ultramontanismo, por pedido do bispo de São Paulo, D. Arcoverde, a Congregação do Santíssimo Redentor, cujos membros são conhecidos como Missionários Redentoristas, instalou-se em Aparecida no ano 1894, intensificando o diálogo com a religiosidade popular em torno de Nossa Senhora, mas, sobretudo, intensificando o controle do culto à Santa. Aparecida se tornou um lugar estratégico da campanha católica em nível nacional, afinal,

³⁴ Em relação à Encíclica iremos nos utilizar da publicação comentada de Foyaca (1967).

além de se tratar de uma localidade atípica no sentido de concentrar a devoção à Nossa Senhora Aparecida, com grande mobilização de romeiros, o distrito tem em mão a padroeira do Brasil.

A Religião e a religiosidade popular em Aparecida se encontraram de modo a produzir uma síntese, num movimento dialético, onde a veneração da Imagem não é tão somente católica nem tão somente popular. A Imagem encontrada no rio Paraíba do Sul, identificada como sendo a Mãe de Jesus e que recebera o título de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, fora apropriada de tal maneira a produzir no imaginário popular a crença na sua força milagrosa. Desde então, a difusão do seu trunfo milagreiro, conforme se acreditava, fora difundido até os recônditos mais longínquos.

À sua maneira, as pessoas que se aproximavam da Santa e se reuniam para as orações, produziram seus próprios ritos e verdades de fé que, muitas vezes, explicavam tamanha comoção popular dentre os milhares de romeiros que visitavam a cidade. Foi essa comoção, essa relação afetiva, de proximidade visceral, que produziu ao longo do tempo uma religiosidade marginal à Católica, apesar do esforço da Igreja, desde a criação da primeira capela, em 1745, ou de forma mais intensa, quando elevou esta capela à categoria de Santuário Episcopal em 1893 e reforçou sua ação ao enviar os Padres redentoristas em 1894, em catolicizar, ou catequizar seus devotos a partir de sua doutrina ou corpo dogmático.

Não foi repentina e nem específica à Aparecida essa intensificação pastoral por parte da Igreja. O ultramontanismo era uma realidade. Barata (1999, p. 100) em sua obra *Luzes e Sombras: a ação da maçonaria no Brasil*, caracterizou este movimento católico da seguinte forma;

A partir da segunda metade do século XIX, a Igreja Católica no Brasil, seguindo uma tendência internacional, iniciou um processo de reorganização interna, conhecido como romanização do clero católico. Tal processo significou a condenação da Maçonaria, do Protestantismo, do Espiritismo e dos cultos de origem africana por parte da Igreja Católica, numa tentativa de consolidação das concepções

ultramontanas no que se refere a sua organização interna e à sua ascendência sobre a sociedade.

De certa forma, a atuação da Igreja Católica na chamada *Questão Religiosa*, no último quartel do século XIX, quando tentou combater a ação da maçonaria no Brasil já refletia sua preocupação quanto à manutenção do poder milenar em todo mundo e, principalmente nas colônias portuguesas e espanholas, estritamente, forçosamente católicas.

Apesar de ser uma tendência internacional, a Igreja no Brasil (provavelmente também em outros lugares) buscou tomar as medidas necessárias de modo a se tornar mais presente, não só no sentido material por meio da construção de novas igrejas, mas, principalmente, por meio da ampliação do seu corpo administrativo que se deu pela criação de novas dioceses, construção de seminários, convite às ordens religiosas a se instalarem no país.

Os ideais dos católicos ultramontanos brasileiros, segundo Barata (1999, p. 103) podem ser assim resumidos:

Basicamente, os católicos ultramontanos brasileiros defendiam as seguintes teses: a supremacia do poder espiritual sobre o poder temporal, o qual, no caso brasileiro, estava diretamente ligado à extinção do beneplácito imperial; a Monarquia como a melhor forma de governo; a cidadania vinculada ao professar o catolicismo; a defesa da estrutura familiar patriarcal e o combate à educação laica.

Percebe-se que, no caso brasileiro, a proclamação da República fora mais um problema à efetivação dos ideais ultramontanos. Se, de um lado, resolvia-se a questão do beneplácito imperial, por outro lado, a instauração do poder laico punha em risco a supremacia da Igreja sobre a sociedade, tanto que a referida instituição continua seu apoio à monarquia, o que, em Aparecida, isto pode ser visto quando, por exemplo, a Santa é coroada em 1904 como rainha do Brasil, com uma coroa doada pela Princesa Isabel.

A laicidade do Estado brasileiro, a sua liberdade religiosa, tanto no sentido da sua profissão pública ou privada, esta como extensão da liberdade individual, a extinção do

padroado e o direito das igrejas e confissões adquirirem e administrarem seus bens foram consolidados por meio do decreto 119-a de 7 de janeiro de 1890, promulgado pelo Governo Provisório do Marechal Deodoro da Fonseca, conforme segue abaixo:

O Marechal Deodoro da Fonseca, chefe do Governo Provisório constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, decreta: Art. 1º - É proibida à autoridade federal, assim como a dos estados federados, expedir leis, regulamentos ou atos administrativos estabelecendo alguma religião ou vedando-a e criar diferenças entre os habitantes do país ou nos serviços sustentados à custa do orçamento, por motivo de crenças ou opiniões filosóficas ou religiosas. Art. 2º - A todas as confissões religiosas pertence por igual a faculdade de exercer o seu culto, regerem-se segundo à sua fé e não ser contrariadas nos atos particulares ou públicos que interessem o exercício deste decreto. Art. 3º - A liberdade aqui instituída abrange não só os indivíduos por atos individuais, senão também as igrejas, associações e instituições em que se acharem agremiados, cabendo a todos o pleno direito de se constituírem e viverem coletivamente, segundo seu credo e a sua disciplina, sem intervenção do poder público. Art. 4º - Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas. Art. 5º - A todas as igrejas e confissões se conhece a personalidade jurídica para adquirirem bens e os administrarem sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão-morta, mantendo-se a cada uma o domínio de seus haveres atuais bem como de seus edifícios de culto. Art. 6º - O governo federal continua a cômgrua, sustentação dos atuais serventários do culto católico e subvencionará por um ano as cadeiras dos seminários ficando livre a cada estado o arbítrio de manter os futuros ministros desse ou de outro culto, sem contravenção do disposto nos artigos antecedentes. Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário. Sala de sessões do Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil. 7 de janeiro de 1890, 2º da República. Seguem-se as assinaturas.

Em se tratando, especificamente, do evento da Coroação de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, parece-nos ter tomado conotações mais amplas do que o processo de catequização do culto popular à Santa no distrito aparecidense, pela sua dimensão política, de modo que se tornou um espaço propício de fortalecimento e reconhecimento do poder da Igreja Católica dentro da laica república brasileira. Dentre as festas grandiosas, como foram assim consideradas e tratadas na época, talvez, a de maior relevância fora a *Coroação de Nossa Senhora Aparecida* no dia 8 de setembro de 1904. O jornal *Santuário de Aparecida*, desde fevereiro de 1904, já informava sobre tal solenidade, conforme abaixo:

Solene coroação da Sant Imagem de N. Sra. Aparecida: O que o povo católico desde há muito tempo ardentemente desejava, a coroação da milagrosa Imagem de Nossa Senhora Aparecida, há de realizar-se neste auspicioso ano do jubileu de Nossa Senhora Imaculada. (...) Sua Excia. O Arcebispo Metropolitano determinou

que a coroação solene da milagrosa Estátua tenha lugar no dia 8 de setembro, na festa do Nascimento de Nossa Senhora, com a presença de todos os Exmos. Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil. Será precedida a Festa de um oitavário solene. (SA, 13/02/1904, p. 1)

Importante destacar as impressões que tiveram a função de dar as grandiosidade e expressividade à solenidade. O anúncio da presença de “*todos os Exmos. Bispos da Província Eclesiástica Meridional do Brasil*” chamava a atenção para a relevância da cerimônia que seria precedida por um “*oitavário solene*”. Houve, pois, uma preparação material e espiritual, conforme se exige para a realização de uma grande festa.

Assim, em 8 de setembro de 1904, foi coroada solenemente Nossa Senhora Aparecida como Rainha e Padroeira do Brasil quando se inaugurou um monumento comemorativo, conforme anunciado pelo *Santuário de Aparecida*:

Subiu agora o Sr. Bispo de São Paulo (Dom José de Camargo Barros) até o trono alto, onde a imagem estava colocada, e com as orações do ritual pôs sobre a cabeça da imagem a rica coroa de ouro. Um viva unísono encheu a praça. O relógio da Igreja marca 11 horas e 42 minutos do dia 8 de setembro. Seguiu-se o solene Te Deum, cantado por todos os sacerdotes.

Findo o Te Deum dirigiram-se todos para o lugar onde foi levantado o monumento comemorativo daquela festa. Caiu a cortina que cobria a estátua, e ao som dos instrumentos musicais e no meio de delirante aplauso foi inaugurado o monumento. (SA, 17/09/1904, p. 2)

Enaltecendo o Monumento levantado à Nossa Senhora e inaugurado na mesma solenidade da sua Coroação, no *Santuário de Aparecida* se inscreveu:

Quem sobe agora a rua da Calçada de Aparecida, vê ao chegar ao cume, diante de si, o monumento erguido a Maria Imaculada, obra e testemunho da fé e do amor em Nossa Senhora de todos os moradores do Estado de São Paulo, especialmente dos que em peregrinação solene aqui chegaram no dia 8 de setembro. (SA, 24/09/1904, p. 2)

Vale reparar que no monumento é a imagem de Maria, a Imaculada Conceição que é homenageada e não uma versão ampliada de Nossa Senhora Aparecida. Isto pode

impulsionar tanto o tom catequético prescrito no evento, como ser o atestado da definitiva aceitação, por parte da Igreja, que ambas as imagens eram a representação da mãe de Jesus.

O Monsenhor José Marcondes Homem de Mello (1905, p. 6) em livro intitulado *Coroação de Nossa Senhora Aparecida* disserta sobre o que ele chamou de “*Razão da Coroação*”:

Há imagens que cercadas de veneração secular e dos votos de gerações sucessivas se destacam notavelmente a ponto da Santa Igreja vir pela autoridade de seu Pontífice supremo dar uma aprovação soleníssima ao culto, à veneração e à piedade prestada a tais imagens. É nisto que, positivamente em que se traduz a solenidade da Coroação de uma imagem, e é esta a sua própria significação.

Na mesma obra supracitada, Monsenhor Mello acrescenta: “*A celebração do quinquagésimo aniversário da proclamação do dogma da Imaculada Conceição veio agradavelmente ministrar ocasião propícia para essas expansões de fé, para esse deslocamento de piedade, e para afervoramento na crença*” (MELLO, 1905, p. 2)³⁶.

Assim, a Coroação de Nossa Senhora Aparecida significou que a Santa Igreja aprovou, solenemente, o culto de veneração, de piedade e de confiança que os fiéis de longa data atribuíam à Imagem de Nossa Senhora Aparecida e simbolizou essa sua aprovação coroando com uma coroa de ouro a tão sagrada e veneranda Imagem. A Coroação foi, portanto, uma cerimônia simbólica, a qual serviu para se reforçar qual era a representação da imagem que deveria ser difundida e preservada.

Foi, pois, na República que as disputas com o Estado laico, constituído pelo Governo Provisório, pelo decreto 119-A, ou por aqueles legitimados pelas eleições previstas na Constituição Federal de 1890 a qual manteve os princípios liberais, consolidaram-se, nem sempre, porém, pela rispidez e rivalidades, mas, ao contrário, pelas simpatias e alianças.

³⁶ O autor reinicia a paginação nessa segunda parte do livro.



A coroa de ouro com que foi coroadada a Virgem Aparecida
(MELLO, 1905, p. 46)

Imagem coroadada da Virgem
Aparecida
(MELLO, 1905, p. 19)





Povo esperando a Missa
Pontifical
(MELLO, 1905, p. 21)

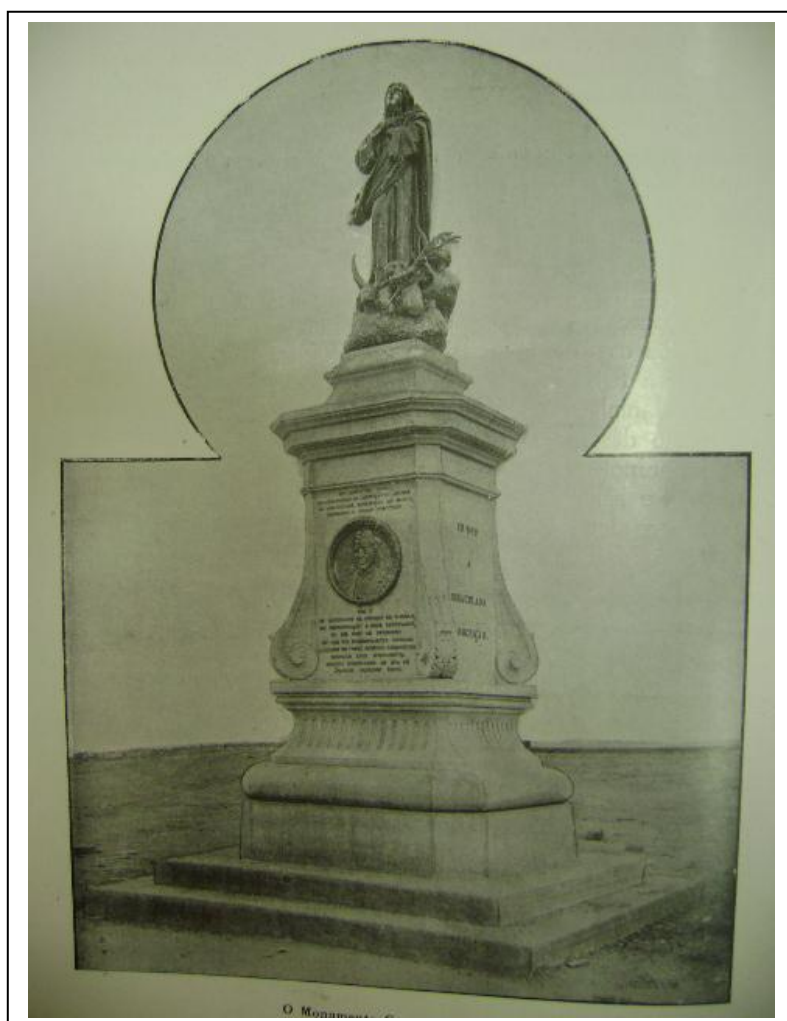


Ao Evangelho da Missa
Pontifical
(MELLO, 1905, p. 24)



Inauguração do Monumento
(MELLO, 1905, p. 65)

Imagem da Imaculada
Conceição.
Monumento
comemorativo
(MELLO, 1905, p. 58)



A coroação de Nossa Senhora como Rainha e Padroeira do Brasil é um exemplo dessas alianças revestidas de disputas, de controle, de garantia de espaço reconhecido. Souza (2004, p. 4), ao se referir ao evento em Aparecida, afirma:

Os bispos buscavam, com a solenidade, renovar o culto à Maria e oficializar o gesto que a devoção popular já havia consagrado, de enfeitar com manto e coroa o objeto de sua devoção. Além dessa intenção, havia o desejo de mostrar ao governo republicano a força da fé católica. Em lugar da figura do rei paternal, a Igreja oferecia a figura maternal de uma rainha.

A Igreja ao apresentar Nossa Senhora como rainha, uma expressão da monarquia recém aniquilada, por meio da coroação solene, parece querer evidenciar sua força, pois, ao mesmo tempo em que rejeita a figura do rei e não anuncia sua aliança com a República, torna evidente a disputa, conforme aponta Carvalho (2004, p. 93-94):

De fato, assim como na França do Segundo Império, também no Brasil da Primeira República Maria foi utilizada como arma anti-republicana. Houve um esforço deliberado dos bispos para incentivar o culto mariano, sobretudo por meio de Nossa Senhora Aparecida. A partir do início do século, começaram as romarias oficiais. Em 8 de setembro de 1904, Nossa Senhora Aparecida foi coroada rainha do Brasil. Observem-se a data e o título: um dia após a comemoração da independência, uma designação monárquica. Não havia como ocultar a competição entre a Igreja e o novo regime pela representação da Nação. O processo culminou na década de 30. Em 1930, Pio IX declarou Nossa Senhora Aparecida padroeira do Brasil. No ano seguinte, Dom Sebastião Leme, perante uma multidão congregada no Rio de Janeiro, a consagrou rainha e padroeira do Brasil.

Por problemática que também seja a capacidade da Aparecida de representar a nação, ela sem dúvida supera em muito a de qualquer outra figura feminina, ou mesmo de quase todos os símbolos cívicos. Além de deitar raízes na profunda tradição católica e mariana, apresenta a vantagem adicional de ser brasileira e negra, a léguas de distância da francesa e branca Clotilde. Nem mesmo a princesa Isabel lhe poderia fazer frente. A batalha pela alegoria feminina terminou em derrota republicana. Mais ainda, em derrota do cívico perante o religioso.

Outro desafio que a Igreja teve que enfrentar, e não menor do que até agora abordamos, foi a apropriação da doutrina católica pelos devotos de Nossa Senhora de modo a existirem, concomitantemente, tanto as manifestações populares quanto aquelas consideradas, pela Igreja, oficiais.

Em relação às primeiras, tanto havia uma devoção própria dos peregrinos mais simples, pagadores de promessas, os quais representavam a grande maioria dos romeiros que por Aparecida passavam, como também, os de classe e posição social mais privilegiadas que professavam outro tipo de devoção, um pouco mais erudita, mas, nem por isso, de acordo com os preceitos oficiais da Igreja Católica.

Hoonnaert (1978, p. 105), ao realizar estudos quanto à formação do catolicismo no Brasil, afirma: *“O contraste entre catolicismo patriarcal e popular é flagrante; o primeiro é a religião da casa-grande, exprime a fé e as aspirações dos proprietários de terra. O segundo é a religião dos moradores em terra alheia, dos que dependem dos proprietários”*.

Pois bem, apesar das diferenças da *“casa-grande”* ou *“dos moradores em terra alheia”*, referindo-se aos escravos, mas não somente a eles, o autor não menciona o problema de, em ambos os casos, não ser professado a doutrina católica oficial. Há, sempre a necessidade da intervenção da Igreja e, ao mesmo tempo, uma relativa flexibilidade que garantisse alguns caprichos de poucos seletos.

Em pesquisa ao *“Livro para lançamentos de todos os documentos históricos”*³⁷, de iniciativa do Padre Claro Monteiro do Amaral, primeiro capelão do Santuário, este quando assim reconhecido em 1893, verificamos, em sua página 7, o pedido e autorização para *“celebrar em casa ou em oratório particular”*.

Não obstante ao fato de que, de maneira geral, os oratórios particulares pertencessem às fazendas e, por isso, muitos desses fazendeiros optavam por cerimônias particulares, a expressão, nesse caso, *“oratório”*, é insuficiente para nos dar a certeza de ser ou não um privilégio da elite. Por isso, ao escrever sobre as possibilidades de se atender aos seletos, não significa, necessariamente, que sejam os mais abastados

Moura e Almeida (2004, p. 325), historiadores que se ocuparam em estudar a atuação da Igreja Católica na chamada Primeira República, mormente recortada entre os anos

³⁷ Arquivo Cúria Metropolitana da Aparecida.

de 1889-1930, ao refletirem sobre o problema de Canudos, no que diz respeito à religiosidade popular, comentam:

(...) a Igreja desconfia desse tipo de religiosidade espontânea e carismática que dispensa a sua assistência oficial e coloca a autoridade de seus líderes acima da autoridade sacramentada dos ministros ordinários. Cedendo cada vez mais terreno, no decorrer do século, no que diz respeito ao poder temporal, a Igreja tem consciência de que a sua força de ora em diante reside precisamente numa sólida base popular, e toma por isso mesmo precauções para que este apoio não lhe escape das mãos.

A Igreja Católica sempre teve reservas à participação do leigo nos préstimos peculiares a sua ação. A criação de organizações leigas dentro da Igreja a que viessem assumir alguma função pastoral, por isso, educativa, catequética, foi reforçada, senão instaurada, pela Encíclica de 1891, *Rerum Novarum* que, nestes termos determinou que o Estado deve respeitar, conservar e defender as Associações Benéficas Católicas de modo que os bens adquiridos por essas associações fossem reconhecidas da Igreja, da Comunidade, dos benfeitores e dos beneficiados (FOYACO, 1967, p. 29). A mesma Encíclica afirmava sobre a necessidade das Associações Benéficas para atenuar os efeitos da desigualdade social de modo a socorrer os mais necessitados.

Em Aparecida, a criação da Conferência de São Vicente de Paulo³⁸ em 1901, cujos membros são conhecidos como “vicentinos”, por excelência, exemplo desse modelo de

³⁸ A Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), conhecida pelas iniciais SSVP, no Brasil, é uma organização e um movimento católico internacional de leigos, fundada em Paris, França, no ano de 1833, por Antônio Frederico Ozanam (na época com 20 anos de idade) e alguns companheiros. Colocada sob o patrocínio de São Vicente de Paulo, inspira-se no pensamento e na obra deste Santo, esforçando-se, sob o influxo da justiça e da caridade, para aliviar os sofrimentos do próximo, mediante o trabalho coordenado de seus membros. Fiel a seus fundadores, tem a preocupação de renovar-se constantemente e adaptar-se às condições mutáveis do mundo. De caráter católico, está aberta a quantos desejam viver sua fé no amor e no serviço a seus irmãos. A unidade da SSVP no mundo é representada por sua REGRA (REGULAMENTO). Busca, incansavelmente, um trabalho de maior contato e aproximação com a Igreja, através do Clero.

Nenhuma obra de caridade é estranha à SSVP. Sua ação compreende qualquer forma de ajuda, por contato pessoal, no sentido de aliviar o sofrimento e promover a dignidade e a integridade do homem. A SSVP não somente procura mitigar a miséria, mas também descobrir e remediar as situações que a geram. Leva sua ajuda a quantos dela precisam, independentemente de raça, cor, nacionalidade, credo político ou religioso e posição social: daí a existência das chamadas Obras Unidas (asilos, creches, hospitais, etc.) e de Obras Especiais (Escolinhas de informática, de Costura, de Reforço, e das Vilas Vicentinas, etc).

associações às quais nos referimos, fora noticiada pelo *Santuário de Aparecida* (SA, 7/12/1901, p. 6) a qual se ocupara em, senão combater, pelos menos, confortar os mais pobres:

Conferência de São Vicente de Paulo: Pelo Sr. Dr. Alberto Saladino Figueira de Aguiar, Presidente do Conselho Central de São Paulo, foi instalada neste Santuário a Conferência de São Vicente de Paulo de Nossa Senhora Aparecida, instituição de caridade genuinamente católica. A sessão de instalação da Conferência deu-se no convento dos RR. PP. Redentoristas, com a presença dos Srs.: Revdmo. Vigário da Paróquia, Pe. Gebardo Wiggermann, tenente-coronel Rodrigo Pires do Rio, Augusto Marcondes Salgado, Roberto Pereira Cardozo, José Lopes Ferreira, Belmiro Gomes de Andrade, Antônio Jorge de Lorena, Luiz Matiniano dos Santos, Francisco A. das Chagas Pereira, Jayme Athayde Teixeira, Marcolino Antonio de Freitas e Joaquim Pinto Barbosa. Após a exposição feita pelo ilustre Dr. Saladino dos fins da sociedade, foi aclamada a seguinte diretoria: Presidente, Revdmo. Pe. Gebardo Wiggermann; secretário, Francisco A. das Chagas Pereira; e Tesoureiro, Jayme Athayde Teixeira.

Benfeitorias foram registradas pelo *Santuário de Aparecida* atribuídas à Conferência como em edição de 18 de maio de 1912:

Pelos pobres: A Conferência de São Vicente de Paulo, que tantos e tão bons serviços vem prestando desde a sua fundação à pobreza recolhida deste lugar, acaba de promover mais um benefício, abrindo um segundo albergue, que se acha instalado provisoriamente numa casa da rua da Estação. Com esta acertada

Os membros da SSVP, Confrades e Consócias (os Vicentinos), são unidos entre si pelo espírito de pobreza e de partilha. Formam, no mundo inteiro, com aqueles a quem prestam auxílio, uma só família, buscando contato com todos os demais movimentos e organizações inspirados em São Vicente de Paulo: é a FAMÍLIA VICENTINA. Os vicentinos procuram, pela oração, pela meditação da Sagrada Escritura e pela fidelidade aos ensinamentos da Igreja, ser testemunhas do amor a Cristo, em suas relações com os mais desprovidos, bem como, nos diversos aspectos da vida.

A coordenação do trabalho vicentino depende de uma organização simples, mas complexa: primeiro existem grupos, tradicionalmente chamados de Conferências, que se reúnem com regularidade e frequência. Essas Conferências são unidas entre si por meio de Conselhos Particulares, de âmbito local. Esses são vinculados a Conselhos Centrais, órgãos executivos em determinada circunscrição. Na seqüência hierárquica há os Conselhos Metropolitanos, de âmbito regional. Em nível nacional existe o Conselho Nacional, no Brasil, com sede no Rio de Janeiro, RJ, está o Conselho Nacioanal do Brasil. Coordenando o trabalho em todo mundo está o Conselho Geral Internacional, em Paris, na França. Cada um dos Conselhos deverá ter formada uma Equipe especial, com trabalho voltado para a juventude, denominada COMISSÃO DE JOVENS. O maior trabalho de formação vicentina está a cargo, no Brasil, das Escolas de Caridade de Antônio Frederico Ozanam (ECAFO).

Atualmente a SSVP está presente em mais de 135 (cento e trinta e cinco) países, com cerca de 930 mil membros. O Brasil é o maior país vicentino do mundo: são em torno de 20 mil Conferências, 1754 Conselhos Particulares, 272 Conselhos Centrais, 30 Conselhos Metropolitanos, 2 mil Obras Unidas e milhares de Obras Especiais, coordenados pelo Conselho Nacional do Brasil. São aproximadamente 250 mil membros. A Conferência São José, no Rio de Janeiro foi a primeira no Brasil, fundada no ano de 1872.

(Disponívem: http://pt.wikipedia.org/wiki/Sociedade_de_S%C3%A3o_Vicente_de_Paulo; Acessado: 12/04/2008)

providência, para cuja consecução muito concorreram as autoridades locais, já não se vê mais nenhum mendigo naquela movimentada rua. (SA, 18/05/1912, p. 2)

Outras associações foram criadas como o Círculo de São José e Pia União das Filhas de Maria, ambas em 1907, conforme o *Santuário* assim anunciou:

Círculo São José: Vai de vento em popa o círculo de São José para os moços, que foi inaugurado aqui no dia 19 de março. Agora sob a competente direção do R. P. Estevam Maria, já conta com 80 associados, fazendo parte desse número quase todo jovem desse lugar, que freqüentam no domingo com igual ardor o divertimento do “foot-ball” de tarde e a reunião regular do Círculo, das 6 às 8 e meia da noite. (SA, 10/08/1907, p. 2)

Pia União das Filhas de Maria: Está estabelecida nesta Paróquia a Pia União das Filhas de Maria, que domingo último (dia 25) fez sua primeira reunião já bastante numerosa. (SA, 31/08/1907, p. 2)

Estas Associações além de função catequética e laboriosa assistência aos pobres da localidade foram uma espécie de exército em favor das causas consideradas importantes pela Igreja. Formam o braço leigo a serviço da difusão da fé institucionalizada pela Igreja Católica ao mesmo tempo em que são representantes do povo, dos seus anseios e dúvidas norteando o trabalho do clero.

Este trabalho da “*difusão da fé*” a qual nos referimos acima, em Aparecida, podemos entender como sendo a manutenção do mito do aparecimento da santa e o que ela representa para o povo, afinal, acreditou-se ser a mãe de Jesus, para a localidade que tem nela a base de sua existência e, daí, sua organização sócio-econômica-cultural, à política nacional que viu no distrito o sinal da unidade nacional.

Em relação à questão do *mito de origem*, em meio às imprecisões geradas pela ausência de documentos – pelo que até agora se sabe, dentro dos limites de nossa pesquisa – , recorreremos a Thompson (2005, p. 333) que, ao explicar sobre a origem, ou a dificuldade de se encontrar, em seu trabalho, a origem da venda de esposas na Inglaterra, principalmente, o historiador reflete sobre a possibilidade de se existirem o que ele chamou de “*tradição*

inventada”. Não é, segundo o autor, uma invenção do nada, do vazio. Mas, é fruto das mais diversas articulações e necessidades num determinado espaço e tempo, ou seja, dentro de determinadas condições das quais se liam necessidades específicas de um povo que, na sua organização em torno de algum acontecimento, promove tal tradição, que encontra na repetição, a fórmula de manutenção do mito de origem, desde que haja alguma utilidade o engrandecimento desse mito na atualidade de cada época. Assim, reforça-se ou se reprime de acordo com os interesses em torno do elemento em questão.

No caso de Aparecida, as festas em homenagem a Nossa Senhora se tornaram um espaço propício à inculcação tanto do mito de origem da Imagem como, tão logo a Igreja Católica admitira seu culto, do seu Catecismo que se também se apropriara deste mito, ou seja, quanto mais as pessoas entendessem o dogma da Imaculada Conceição, menos iriam promover manifestações que pudessem ser interpretadas como idolatria, ou seja, a adoração de imagens. Apesar do dogma da Imaculada Conceição de Maria ter sido promulgada pelo Papa Pio IX em 1854, desde muito tempo a Igreja se esforçara em garantir a boa imagem da Mãe de Jesus, afinal, ela, segundo catecismo católico, fora escolhida pelo próprio Deus que teria enviado um anjo para anunciar a concepção de seu filho, Jesus, o que ela teria aceitado de prontidão.

As festas de Nossa Senhora eram anunciadas muito antes de se inaugurar o *Santuário de Aparecida* em 1900 pelos Redentoristas. Em 1862, o jornal *O Mosaico*³⁹ de Guaratinguetá, em edição de 30 de novembro, número 231, página 2, deste ano, anunciou a festa de Nossa Senhora: “*Ontem, 29 do corrente, começaram as festas de Nossa Senhora d’Aparecida. No dia 8 de dezembro próximo futuro, terá lugar a festa e conta-nos que será celebrada com a costumada pompa*”.

³⁹ As informações deste jornal foram extraídas de Faria (1973, p. 97).

Outro jornal de Guaratinguetá, *Correio Popular*⁴⁰, de 1929, aqui Aparecida já emancipada politicamente há um ano, referiu-se à festa, como um acontecimento no qual se repete a “*pompa*” já registrada em anúncio muito semelhante de *O Mosaico*, de 1862, como “*costumeira*”: “*No dia 8 de dezembro próximo futuro terá lugar a festa de Nossa Senhora da Conceição Aparecida e consta-nos que será celebrada com grande pompa*”. Aqui a palavra “*costumeira*” de *O Mosaico* é trocada pela “*grande*”. O que nos chama a atenção é que, de alguma forma, deve ter havido grande mobilização em torno da organização dessa festa de modo a garantir um luxo às homenagens prestadas à Mãe de Jesus representada na Imagem de Nossa Senhora Aparecida.

O jornal, recém-inaugurado, *Santuário de Aparecida*, ao informar sobre a festa de Nossa Senhora mantém o discurso de homenagem e engrandecimento, sendo mais minucioso, procurou informar não só a data mas o horário dos acontecimentos:

A festa da Conceição: A missa solene começará às 8 ½ horas, subindo à tribuna sagrada, ao Evangelho, o fluente orador eclesiástico Ilmo. e Revdmo. Sr. Cônego Manoel Vicente da Silva, digníssimo Vigário Geral do Bispado. Ao meio-dia, em elegante coreto, serão leiloadas as jóias e outras prendas oferecidas a Nossa Senhora Aparecida pelos seus devotos. Às 4 ½ horas da tarde sairá do Santuário, em solene procissão, a venerável imagem de Nossa Senhora Aparecida, para cujo maior realce a administração do Santuário pede aos moradores desta localidade concorrerem com anjos e virgens e enfeitarem as frentes de suas casas. (SA, 8/12/1900, p. 6)

É um anúncio cheio de adjetivos:

1. “*missa solene*”, expressão muito comum na Igreja Católica para diferenciar as missas do dia-a-dia, não pelo seu valor enquanto sacramento, mas pela sua função catequética e abrangência social;
2. “*fluente orador*”, ao se referir ao Cônego Manoel Vicente da Silva, digníssimo Vigário Geral do Bispado, neste caso, o termo “*bispado*” se refere à Diocese de São

⁴⁰ Edição de 30/11/1929. In: Faria (1973, p. 103).

Paulo, a qual Aparecida se submetia na hierarquia eclesiástica; a ordem dos acontecimentos, com horário e local marcados dá o tom da devida organização;

3. a “*solene procissão*” onde há uma convocação à comunidade aparecidense à apresentação de “*anjos*” e “*virgens*”, o que se tornou uma tradição na localidade, as crianças estarem vestidas de anjos, com asas, auréola e virgens, meninas com véu ou manto azul, como a própria imagem da Santa. Importante reparar que, em ambos os casos, a identificação da pureza e candura de Nossa Senhora representada na criança. Em relação à tradição, não se sabe, ao certo, quando, nas festas de Nossa Senhora, passou-se a fazer uso de anjos e virgens nas procissões, o que configura um quadro de solenidade. Porém, a Igreja Católica, desde longa data, já se utilizara de procissões, ou seja, dessas caminhadas envoltas de oração como manifestações públicas de fé, de valor catequético, com outros temas que compõem seu corpo dogmático.
4. Em relação às “*jóias*” doadas pelos devotos as quais foram leiloadas, demonstra o que se tornou praxe entre os peregrinos devotos: a doação, esta em dinheiro – há cofres espalhados pelas basílicas⁴¹, atualmente – ou pelas mais variadas formas.

⁴¹ A expressão “basílicas”, no plural, é pelo fato de, desde o ano de 1967, a chamada Catedral-Basílica de Nossa Senhora Aparecida, mais conhecida como Basílica Nova fora entregue ao povo aparecidense conforme descrição a seguir: Com planta elaborada pelo arquiteto Benedito Calixto de Jesus Neto, aprovada pela Santa Sé, teve suas obras iniciadas no ano de 1946. Concluída por Dom Carlos de Vasconcelos Mota, 1º Arcebispo de Aparecida, teve um quinto mandato entregue ao povo em 1967, com Rosa de Ouro mandada pelo Papa Paulo VI, para ornamentar o Santuário. Desde 1926, o povo e os missionários Redentoristas desejavam uma igreja maior, pois nos dias de festa não havia condições de trabalho e conforto na igreja. Entretanto, Dom Duarte Leopoldo e Silva, Arcebispo de São Paulo, que construía a catedral e o Seminário Maior do Ipiranga e precisava do salto do cofre do Santuário, não se interessou em construir uma nova igreja em Aparecida. Somente seu sucessor, e grande devoto de Nossa Senhora Aparecida, Dom José Gaspar de Afonseca e Silva, comprometeu-se em 1939, e prometeu construí-la. Sua morte prematura, em acidente de avião no ano de 1943, interrompeu planos e trabalhos. Novamente, a instâncias dos Redentoristas e dos peregrinos, Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, novo Arcebispo de São Paulo (1944-1964), retomou o projeto de Dom José e deu, ainda que demorados (1945-1955), os passos necessários para a construção, lançando a primeira pedra a 10 de setembro de 1946. Entre 1952 e 1954 foi canalizado o córrego da Ponte Alta e nivelado o Morro das Pitãs. A 8 de setembro de 1954 foi lançada nova pedra fundamental, pois a primeira tinha sido violada e roubada. Em julho de 1955, o Sr. Cardeal Motta indica e recebe como bispo auxiliar o Pe. Antônio Ferreira de Macedo, Redentorista, que pôs os pés no chão e mãos à obra, dando início efetivo à construção no dia 11 de novembro daquele mesmo ano de 1955, com a concretagem das colunas da ala ou nave norte. Dom Macedo construiu a nave norte, torre e parte da cúpula, dando prosseguimento à construção da cúpula e naves sul, leste e oeste, com as respectivas capelas laterais, o também Redentorista Pe. Noé Sotilo. A imagem de Nossa Senhora Aparecida está em um nicho de

Exemplo de doações, além da coroa que fora doada pela Princesa Isabel, é possível verificar, em diferentes épocas outras manifestações do gênero. Em pesquisa às Notas Pessoais do conde Dr. José Vicente de Azevedo⁴², falecido em 1944, o qual se auto-intitula, “*fervoroso devoto de Nossa Senhora Aparecida*”, assim encontramos: “*promoveu numerosas romarias; em 1904, mandou cunhar em Milão belas medalhas de Nossa Senhora e São José que foram bentas por Sua Santidade Pio X; escreveu letra e música dos cânticos, ‘Senhora Aparecida’ e ‘Viva a Mãe de Deus e Nossa’*”⁴³. Este mesmo devoto que descreveu sua iniciativa de ir falar ao Presidente da república, Sr. Washington Luís em 28 de julho de 1929 a fim de que determinasse ao Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, a redução do preço do bilhete do trem tendo em vista as festividades de Nossa Senhora no mesmo ano, conforme sua descrição abaixo:

Em 28/07/1929 fui ao Palácio Guanabara fazer uma visita ao Dr. Washington Luís e pedir-lhe que em nome de Nossa Senhora Aparecida que determinasse ao Diretor da Estrada de Ferro Central anunciar o abatimento dos preços das passagens de São Paulo à Aparecida e do Rio idem e estações intermediárias, para o mínimo possível, abrindo, por assim dizer, só o carvão, para as grandiosas festas a se realizarem em princípio de setembro daquele ano. Igual pedido eu havia feito também em fim de julho de 1904 ao Conselheiro Rodrigues Alves, então presidente da República e que atendeu. O que em nome de Nossa Senhora, declarei ao Dr. Rodrigues Alves realizou-se: uma graça para si, para a família e para a Pátria (o pedido não fora atendido).

Muito antes desse episódio, outras doações já eram documentadas pelo jornal *Santuário de Aparecida* (SA, 15/10/1904, p. 4), quando os Srs. Drs. Ismael Dias da Silva e

mármore e ouro, dominando o Altar-Mor. A Basílica Nacional de Aparecida tem capacidade de abrigar 75 mil pessoas, possui a forma de uma Cruz Grega e suas naves possuem uma altura de 40 metros, a cúpula mede 70 metros de altura com um diâmetro de 78 metros e sua torre mede 100 metros de altura, projeto elaborado pelo arquiteto Benedito Calixto de Jesus Neto. A Catedral-Basílica de Nossa Senhora Aparecida, mais conhecida por "Basílica Nova", começou a ser construída em 11 de novembro de 1955, e foi solenemente sagrada no dia 4 de julho de 1980, pelo Papa João Paulo II. Ela é a terceira igreja que o povo construiu para a Senhora da Conceição Aparecida. A primeira foi iniciada em 1741 e inaugurada a 26 de julho de 1745; a segunda foi iniciada em 1844 e inaugurada em 24 de junho de 1888. Disponível: <http://www.aparecida.com.br/basilicanova.asp>. Acessado: 14/07/2008.

⁴² Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

⁴³ Letra da música completa em anexo 1.

Antônio Maria da Silva, mandaram calçar todo largo e arredores do Episcopal Santuário de paralelepípedos:

Um gesto nobre: Uma notícia muito agradável para todos os que amam o progresso desta localidade é a que agora podemos dar aos nossos leitores. Estiveram neste lugar os distintos católicos Srs. Drs. Ismael Dias da Silva e Antônio Maria da Silva, a quem Deus dotou de boa fortuna, os quais se propõem à sua custa, como uma homenagem filial prestada a N. S. Aparecida mandar calçar a paralelepípedos todo o largo do Santuário, inclusive os lados e atrás da Igreja. Consta-nos que além do calçamento farão outros melhoramentos no largo, tais como um pequeno jardim e gradil contornando o monumento comemorativo da Coroação de N. S. Aparecida.

Uma parcela dessas doações se revertiam a melhorias na própria igreja, principalmente ao altar da santa:

Ornamentos: Acabam de chegar da Europa lindíssimos castiçais prateados que deverão adornar o altar de N. Senhora. Esses castiçais, 6 grandes, 10 pequenos e 2 serpentinas, foram por nosso Vigário encomendados mediante diversas ofertas de devotos de N. Senhora Aparecida destinadas expressamente para o altar da Sma. Virgem. (SA, 28/02/1914, p. 3)

Ou ainda:

O novo nicho de N. Senhora: Já foi colocado sobre o altar mor da Basílica o novo nicho de N. Senhora, feito por encomenda da Exma. Sra. viúva do Sr. General Neiva, do Rio de Janeiro. O novo nicho é todo de metal e no interior todo dourado, e tem duas portinholas enfeitadas com pedras preciosas e com dois anjos de prata. O nicho foi executado na Alemanha e custou um conto e quinhentos mil réis. (SA, 23/09/1911, p. 2)

Essas ofertas dos ilustres aclamados pelo *Santuário de Aparecida* ou qualquer outra fonte representam ínfima parcela do montante arrecadado pelas centenas de milhares de romeiros que passam por ano em Aparecida.

Aparecida e sua romaria: Oferecemos hoje aos nossos leitores uma estatística quase completa do movimento religioso de Aparecida, no ano de 1921. (...) Devemos esses dados à gentileza ao chefe da Estação de Aparecida, Sr. Pinheiro Chagas, e à crônica da Basílica. (...) A Estação local vendeu, no ano passado, 63.396 passagens. Nesse número, porém, não estão incluídas as passagens de ida e volta,

fornecidas nas outras estações, assim como as passagens dos trens ou carros especiais das romarias das diversas cidades. (...) Grande e mesmo enorme é o número daqueles que aqui chegam a pé ou a cavalo. Reunindo, pois, todos os dados, temos o belo número de 200 mil peregrinos por ano que visitam o Santuário de Nossa Senhora Aparecida. (SA, 24/06/1921, p. 1)

As doações não só serviam às melhorias da Igreja, como já nos referimos, mas se estendia à própria urbe aparecidense, bem como, a ajuda freqüente a outras obras, conforme orientação de Dom José, bispo da diocese de São Paulo⁴⁴:

São Paulo, 18 de janeiro de 1905.

Sr. Augusto Marcondes Salgado

Como é muito grande o número de meninos pobres que se apresentam pedindo lugares gratuitos no seminário, lembrei-me de pedir algum auxílio ao Santuário de Aparecida. Recomendo à V.S^a que vá combinar com o Padre Roberto e veja o quanto o Santuário poderá dar por ano para a Obra das Vocações. Eu preciso de 12 contos por ano.

Peço-lhe o favor de responder-me com certa urgência.

A V.S^a e sua exm^a Sr^a e Filhos, as minhas saudações e bênçãos.

Seu amigo em J.C.

D. José Bispo Diocesano

Outras cartas com o mesmo teor foram enviadas. Em 1907 o pedido aumentara para 40 contos de réis. Em 1909, reclamando por dívidas adquiridas com a Coroação (que ocorrera em 1904), pelas relíquias vindas de Roma, pela sagração da Basílica. Nesta última, o signatário é Dom Duarte, Arcebispo Metropolitano de São Paulo.

Duzentos mil romeiros em início dos anos de 1920. Aparecida se tornou, sem dúvida, um grande centro religioso. Os números impressionam. Por isso, talvez as festas tivessem adquirido um tom educativo que, por meio de espetáculos, reuniam-se multidões que entoavam cânticos, ouviam sermões, participavam de procissões e se aproximavam dos sacramentos, ou seja, eram trazidos para “dentro” da Igreja.

As festas, em Aparecida, não somente homenageavam Nossa Senhora, não obstante a presença da Santa nas bênçãos e homenagens finais de todas elas. Estavam em

⁴⁴ Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

datas significativas como o Natal e a *transposição dos séculos* conforme anunciado pelo *Santuário de Aparecida*:

Missas do Natal: Apesar da chuva torrencial que caiu sobre esta localidade, desde às 2 horas da tarde de 24 do corrente até quase às 10 da noite, a Missa do Natal, à meia-noite, teve grande concorrência de fiéis. As missas do dia foram muito concorridas e também houve muitas confissões e comunhões. (SA, 29/12/1900, p. 6)

Festa no Santuário: Teve um brilho esplêndido e magnífico desempenho a festa de transposição dos séculos, no Santuário de Nossa Senhora Aparecida. (SA, 5/01/1901, p. 2)

Na primeira, “*Missa de Natal*”, comemoração do nascimento de Jesus, tido pelos católicos como Filho de Deus, interessa ao referido jornal endossar o quanto fora concorrida, apesar das chuvas, o que demonstra a força da Igreja na localidade e / ou uma piedade dos fiéis propriamente aparecidenses, talvez pelo fato de, desta vez, não ter utilizado da expressão “romeiro”.

Na segunda, houve uma preocupação em celebrar, e tornar tal celebração festiva, “*a transposição dos séculos*” o que demonstra a preocupação da Igreja em estar presente nos grandes acontecimentos ou torná-los grandes a sua maneira.

Outras solenidades foram edificando a Igreja Católica em Aparecida, e por que não dizer, construindo a própria Aparecida. Em 1888, por exemplo, Mello (1905, p. 6) afirma que durante uma festa dedicada à Imaculada Conceição, no dia 8 de dezembro deste ano, a Capela de Nossa Senhora fora “*solenemente benzida pela Exmo. Revdmo. Sr. Bispo Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho*”. O registro da presença de um bispo que benzeu a capela, tanto, de um lado, reforça-se a aproximação da Igreja e, por isso, justifica-se o prestígio dado à festa com tal presença, ao que se era estabelecido em torno da Santa no local, como se pode ver a vigilância que essa autoridade eclesiástica representa de uma Igreja enquanto instituição.

Muitas festas que contribuíram nesse intento catequético foram registradas pelo jornal *Santuário de Aparecida* que anunciava, principalmente, àquelas, tradicionalmente dedicadas ao culto de Nossa Senhora Aparecida, o que anualmente acontecia, sempre muito concorridas, solenes, afinal, nas que aqui selecionamos, 1901, 1902, 1903, 1906, em todas se entoavam o *Te Deum*⁴⁵, conforme abaixo podemos verificar:

A Festa de Nossa Senhora Aparecida: Desde a primeira à última novena, desde as “Vésperas” ao dia da Festa de Nossa Senhora Aparecida, teve bem regular concorrência de fiéis o nosso Episcopal Santuário. (...) Ao Evangelho da Missa solene, cantada no dia da Festa, foi grande a satisfação dos fiéis ao verem surgir na tribuna sagrada o nosso venerável Vigário, Revdmo. P. Gebardo Wiggermann, que **produziu verdadeiro sermão cheio de verdadeiros ensinamentos e brilhantes conceitos sobre as sublimes virtudes e inesgotáveis graças de Nossa Senhora da Conceição Aparecida** [grifo nosso]. (...) à tarde do dia da Festa percorreu as ruas da povoação a anunciada procissão (...) À entrada da procissão foi cantado o “**Te Deum**”, dada a benção com o Santíssimo Sacramento e dada ao ósculo de todos a Santa Imagem [grifo nosso]. (SA, 18/05/1901, p. 4)

Festa de N. S. Aparecida: De acordo com o programa publicado nas últimas quatro edições deste jornal, será celebrada amanhã, neste Episcopal Santuário, a festa especial de Nossa Senhora Aparecida, a qual constará de missa, cantada às 9 horas, com sermão ao Evangelho pelo notável orador sagrado Revdmo. Sr. Cônego Manoel Vicente da Silva, zeloso Vigário Geral desta Diocese. Às 4 ½ da tarde sairá imponente procissão acompanhando a Milagrosa Imagem, sendo cantado o “**Te Deum**” logo que volte à Igreja a procissão [grifo nosso]. (SA, 3/05/1902, p. 3)

Festa de N. S. Aparecida: Conforme anunciamos, realiza-se amanhã a festa especial de N. S. Aparecida, havendo missa solene cantada, às 9 horas, com sermão ao Evangelho pelo notável orador sagrado Revdmo. Mons. Felisberto Edmundo da Silva. Às 4 ½ da tarde sairá a procissão com a Santa Imagem, em cuja entrada haverá “**Te Deum**” [grifo nosso]. (SA, 16/05/1903, p. 2)

A festa de N. Senhora: Com um belo dia realizou-se no domingo último a festa especial de N. S. aparecida, constando de missa cantada, sermão, procissão e “**Te Deum**”. (...) A corporação musical regida pelo Sr Rodolpho Lorena, e que serviu em todos os atos da festa, esteve excelente e é merecedora de nossos elogios [grifo nosso]. (SA, 12/05/1906, p. 2)

Vale ressaltar o teor catequético das festas na expressão: “*P. Gebardo Wiggermann, que produziu verdadeiro sermão cheio de verdadeiros ensinamentos*” no anúncio de 1901. Os sermões durante as festas eram para se ensinar aos católicos a doutrina da Igreja, sobretudo o dogma da Imaculada Conceição.

⁴⁵ Pela tradição católica era um hino entoado somente em solenidades de grande importância. Ver letra completa no Anexo 2.

Em 1902, além de a programação ter sido publicada em quatro outras edições, ou seja, um mês de antecedência, o que demonstra organização, investimento e expectativa em relação à festa, destacamos a presença do Sr. Cônego Manoel Vicente da Silva, zeloso Vigário Geral desta Diocese, apresentado como “*notável orador*”, vindo de São Paulo para celebrar a missa e se responsabilizar pelo sermão. Demonstra-se aqui uma aliança entre os Missionários Redentoristas e o episcopado paulistano no tocante à romanização do culto à Nossa Senhora Aparecida.

Outro aspecto a ser sublinhado é o horário dos acontecimentos que se repete em 1902 e 1903 e, muito provável, pela seqüência dos eventos, também fossem os mesmos horários em todos os outros anos. A repetição, nesse caso, aparentemente intencional, planejada, pode estar tentando gerar uma tradição no sentido de promover costumes e uma expectativa quanto à festa, de modo a conduzir o povo a mobilizações organizadas através do tempo.

Em se tratando dos ensinamentos sobre a doutrina, a comemoração do bi-centenário do aparecimento da Imagem de Nossa Senhora Aparecida fora, sem dúvida, um espaço catequético privilegiado:

(Festa do bi-centenário do encontro da Imagem de Nossa Senhora Aparecida) **A Festa de 8 de setembro:** Belo e edificante transcorreu o dia 8 de setembro, que certamente nunca se apagará da lembrança dos que assistiram na Basílica de Nossa Senhora Aparecida. (...) No dia 8 as portas da Basílica se abriram às 3 horas da madrugada, começando deste então as Missas e afluindo desde logo grande número de fiéis às Missas e à mesa de Comunhão. (...) Às 8 e 40 entrou a solene Missa Pontifical celebrada no adro da Basílica para poder ser assistida por todos. (...) A procissão que saiu às cinco e meia da tarde, teve o brilho de sempre e um concurso como o deixava prever a multidão reunida. (SA, 15/09/1917, p. 1)

Fora uma grande festa que começara às 3 horas da madrugada. O jornal *Santuário de Aparecida* fez questão de dar relevância à concorrência sempre muito expressiva, segundo o periódico, de tal maneira que ao leitor se pudesse gerar uma impressão de grandiosidade e se condicionasse à valorização de tais eventos.

Outras festas foram promovidas a fim de se manter o clima festeiro, onde, a aglomeração de fiéis era sempre maior, e desta forma, mantinha-se renovado o discurso catequético.

Melhoramento na Basílica: Mais um importante melhoramento o Revdmo. Pe. José Francisco introduziu na Basílica. Com o donativo de diversos devotos de Nossa Senhora, adquiriu ele na Europa um grande órgão de fabricação muito aperfeiçoada e já se acha nesta localidade, para ser montado no coro na Basílica logo após o Natal. (SA, 25/12/1926, p. 2)

Benção do novo órgão: Como estava anunciado, realizou-se no domingo passado (dia 6), na hora da reza, a benção e inauguração do novo órgão da Basílica. O programa teve início com a benção litúrgica do instrumento, dada pelo Exmo. E Revdmo. Sr. Dom José Marcondes Homem de Mello, arcebispo de São Carlos. Em seguida ecoaram pelo templo as notas sonoras do órgão, magistralmente executado pelo seu fabricante, Sr. João Speith. (...) Por fim foi dada a benção com o Santíssimo Sacramento pelo Sr. Arcebispo de São Carlos, e o coro da Basílica sob a competente batuta do Sr. Benedicto Júlio Barreto, cantou o “Eia Povo”. A solenidade foi fechada com chave de ouro pela execução do Hino Nacional. (SA, 12/02/1927, p. 2)

A inauguração do órgão refletiu a preocupação de garantir em meio à população de fiéis, aparecidenses ou romeiros, uma unidade simbólica e que esta fosse essencialmente católica. Ao mesmo tempo, verificamos a presença de autoridades que comungavam com eventos de tal natureza e, ainda, pareciam valorizar o acontecimento, pelo destaque que lhes foram dirigidos. Por fim, a solenidade ter sido *“fechada com chave de ouro pela execução do Hino Nacional”* vem reforçar que, em Aparecida, houve, à sua maneira, a aliança entre Estado, enquanto autoridade secular, civil, republicana e Igreja, autoridade divina.

E nesse sentido, organizando grandes festas e otimizando motivos os quais mantivessem um clima festivo (por exemplo, a benção do novo órgão), que a Igreja, em Aparecida, foi ampliando suas relações políticas. Internamente, quando conseguia trazer para suas Associações autoridades – ou assim considerados – da localidade; e, externamente, quando, no rol de seus visitantes ilustres, podia-se contar com presidentes, da República ou dos Estados e / ou seus vices, príncipes e outros titulados. A Igreja Católica vê Aparecida como um local privilegiado e estratégico para consolidar seus ideais ultramontanos.

Houve diversos casos dessas visitas ilustres documentados pelo jornal *Santuário de Aparecida*. Interessante notar a mobilização em torno da chegada, recepção e acompanhamento durante sua estada na localidade.

Dr. Rodrigues Alves: A 14 do mês corrente passou por aqui, em trem especial, o Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente eleito da República. Para cumprimentar a S. Exa. Compareceram à estação o Exmo. Revdm. Sr. Bispo Diocesano (Dom Antônio Cândido de Alvarenga) com o seu secretário particular, o nosso Vigário, Rev. Pe. Wiggermann, os RR. PP. Redentoristas João e Vicente, o Sr. Coronel Rodrigo, os professores das escolas reunidas deste lugar etc. O Exmo. Sr. Presidente, desembarcando, conversou por algum tempo com o Exmo. Sr. Bispo, sendo na ocasião saudado pelo Sr. Cel. Rodrigo Pires em nome desta população, tocando em seguida a banda musical “Aurora Aparecidense” o Hino Nacional brasileiro. (SA, 17/05/1902, p. 2)

O Sr. Vice-Presidente da República: Procedente de Itajubá chegou aqui no dia 8 o Exmo. Sr. Vice-Presidente da República, Dr. Wenceslau Braz. S. Excia. veio acompanhado de sua Exma. senhora e de sua sogra, que em cumprimento de promessa fizeram a pé todo longo trajeto de cerca de quinze léguas, subindo e descendo a serra da Mantiqueira. Vieram mais com S. Excia. seus filhos e outras pessoas da família, em tudo mais de vinte pessoas (SA, 22/04/1911, p. 2)

O Sr. Presidente do Estado: Segunda-feira (dia 28) veio a esta Basílica o Exmo. Sr. Conselheiro Rodrigues Alves, presidente do Estado de São Paulo. S. Excia. Veio em bonde especial, acompanhado de suas filhas, de seu ajudante de ordens e de outras pessoas. Ao chegar assistiu à Missa por ele encomendada. Depois visitou o Sr. Tesoureiro da Basílica e os Padres Redentoristas, voltando em seguida a Guaratinguetá, de onde no dia seguinte partiu para São Paulo (SA, 2/01/1915, p. 2)

Passagem dos reis da Bélgica: Sendo anunciada para terça-feira (dia 5) ao meio-dia a passagem do trem especial que conduzia a São Paulo os reis da Bélgica, o Sr. Presidente da República e as comitivas de ambas, compareceram à estação a banda de música e grande número de povo. O trem especial chegou a uma e meia da tarde e parou alguns instantes na estação. O Sr. Presidente da República mandou entregar um lindíssimo “bouquet” de flores naturais que trazia a dedicatória: “A Exma. Sra. Epitácio Pessoa oferece a Nossa Senhora Aparecida. (SA, 9/10/1920, p. 2)

Presidente do Estado: E sua viagem de inspeção da estrada de rodagem, passou por aqui o Sr. Dr. Júlio Prestes, presidente do Estado de São Paulo e visitou a imagem de Nossa Senhora Aparecida (SA, 15/05/1928, p. 2)

Sempre com muitos adjetivos, “*trem especial*”, “*lindíssimo bouquet*”, demonstrações de piedade, “*pagando promessa*”, “*missa por ele encomendada*”, ao se referir ao Presidente do Estado de São Paulo Sr. Conselheiro Rodrigues Alves, vão demonstrando ou criando uma imagem de proximidade à Nossa Senhora e, por isso, ao distrito de Aparecida que os recebe bem, dignamente, com “*banda de música*” e presença de autoridades locais.

A Igreja Católica foi marcando, passo a passo, sua presença no processo de emancipação do distrito de Aparecida. Se, do ponto de vista da pastoral, do exercício catequizador, as festas se fizeram o melhor caminho, era necessário implantar a autonomia do ponto de vista da administração eclesiástica que favorecesse sua diferenciação, sua singularização, a obtenção definitiva das rédeas de sua própria história.

Foi nomeado o Padre Claro Monteiro do Amaral como capelão efetivo da Capela de Nossa Senhora Aparecida aos 18 dias do mês de novembro de 1893, conforme portaria⁴⁶ do episcopado paulistano a qual transcrevemos:

PORTARIA NOMEANDO O PADRE CLARO MONTEIRO DO AMARAL,
capelão

Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo Diocesano de São Paulo etc, etc, etc.

[ilegível] Fazemos saber que, atendendo aos requisitos que concorrem na pessoa do Revmo Pe. Claro Monteiro do Amaral para o desempenho do cargo de Capelão efetivo da Capela de Nossa Senhora Aparecida de Guaratinguetá. Havemos, por bem, pelo presente nomear, como efetivamente nomeamos o Revmo Pe. Claro Monteiro do Amaral Capelão da referida Capela devendo no prazo de 15 dias requerer a competente provisão tomando primeiramente posse e entrando no ofício do cargo. Mandamos por santa obediência a todos os fiéis da referida Capela que reconheçam o Pe. Claro M. do Amaral por seu legítimo capelão e, como tal, o respeitem e lhe obedeçam em tudo o que são obrigados.

Terá esta publicada, a Estação da Missa Paroquial de um dia festivo para que chegue ao conhecimento de todos. E desta sorte haverá os emolumentos que legitimamente lhe pertencerem. Dado e passado na Comarca Eclesiástica de São Paulo sob o selo e sinal de nossas armas ao 18 de novembro de 1893.

+ Lino, Bispo Diocesano.

A Capela d'Aparecida foi elevada à Santuário se tornando independente de Guaratinguetá, conforme Provisão⁴⁷ de Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, bispo de São Paulo, em 28 de novembro de 1893:

Provisão isentando a Aparecida da jurisdição paroquial de Guaratinguetá e dando-lhe o honroso título de Episcopal Santuário.

Portaria de isenção, digo, provisão de isenção e graça.

⁴⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

⁴⁷ Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de São Paulo no Brasil.

Havendo nós resolvido fundar no Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida uma Escola Apostólica, resolução esta que mereceu aprovação e benção da S.S. Papa Leão XIII, gloriosamente reinante e além desta, outros atos exclusivamente diocesanos para o desenvolvimento da piedade e devoção dos fiéis e também da Diocese e aproveitamento dos católicos brasileiros. Havemos, por bem, pelo presente declarar isento da jurisdição paroquial o dito Santuário com os limites seguintes: Ribeirão do Sá até o alto do morro, cabeceira do mesmo que verte para o Santuário pelas altas do dito morro as cabeceiras do Ribeirão da Ponte Alta para este abaixo até a confluência do Ribeirão do Sá, onde principia.

A administração de todos os sacramentos em tal circunspecção será feita pelo Capelão do Santuário, como nosso Delegado, observando, digo, observadas as disposições canônicas. Outrossim querendo nós manifestar a nossa devoção e amor ao dito Santuário e esperanças que nutrindo em Maria Imaculada, sua padroeira, havemos por bem, dar ao referido santuário o título de Episcopal Santuário de Nossa Senhora Aparecida.

Esta será lida à estação da missa conventual e transcrita no livro de tombo da paróquia de Guaratinguetá e do referido Santuário.

São Paulo, 28 de novembro de 1893. E eu, Padre Júlio Marcondes de Araújo e Silva, escrivão da Câmara Eclesiástica e Secretário do Bispado a subescrevi.

+ Lino, Bispo Diocesano.

Elevada à categoria de Episcopal Santuário, a Capela d'Aparecida ainda passaria por mais um reconhecimento da cúpula romana, quando em 1908 se decretou sua nova condição de Basílica e, no ano posterior, 1909, recebeu sua sagração. Tais eventos são documentados pelo *Santuário de Aparecida*:

Decreto: Decreto de elevação à dignidade de Basílica do Santuário de Nossa Senhora Aparecida. (O documento, datado de 29 de abril de 1908, é todo redigido em latim e vem assinado pelo Cardeal Mery Del Val, Secretário de Estado do Vaticano). (SA, 27/06/1908, p. 1)

A sagração da Basílica: Realizou-se no dia 5 a sagração do templo de Nossa Senhora Aparecida, com todas as cerimônias prescritas no ritual. Oficiou a cerimônia o Arcebispo Dom Duarte Leopoldo e Silva e serviram de Mestre de Cerimônia os Revdmos. Srs. Mons. Benedito e Pe. Péricles Barbosa. Assistiram e ajudaram a solenidade todos os padres presentes e os alunos do Colégio Santo Afonso. (...) A sagração da Igreja foi ao mesmo tempo sua inauguração como Basílica. Só ao meio-dia terminou a sagração, entrando então a missa solene, da qual foi celebrante o Revdmo. Estevam Maria. (SA, 11/09/1909, p. 2)

Do ponto de vista da administração eclesial foi, sem dúvida, um grande avanço a isenção de Aparecida da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá e a nomeação do Padre Claro como capelão do então criado Santuário Episcopal. Porém, a vinda dos padres da

Congregação do Cristo Redentor se tornou marcante dentre as ações da Igreja Católica no distrito aparecidense.

Esta ação católica planejada e pontual de iniciativa da Diocese de São Paulo não parece expressar a atuação da Igreja Católica em todo território nacional.

Dom Sebastião Leme, Arcebispo Metropolitano de Olinda, em 1916 publicava sua *Pastoral* direcionada à saudação dos seus diocesanos de Pernambuco, na qual exige uma renovação da ação católica no Brasil. Segundo Villaça (1975, p. 81), Dom Leme denunciara uma Igreja sem planejamento e, por isso, ineficiente diante dos novos desafios do século XX:

Não havia pregação metódica, didática, nas paróquias. Não existia doutrinação catequética de adultos. A pregação era o panegírico, a festa, a girândola, a pirotécnica, o fogo de artifício momentâneo. Vivia-se de novenas e devoções paralitúrgicas. O povo até venerava as imagens com mais fervor do que adorava o sacramento. O espírito de indefinição ou indistinção dominava os meios católicos. Não havia ação católica. Não havia espírito de organização. Confrarias sem espírito católico, voltadas apenas ao aparato de um culto exterior e festeiro. (...) Catolicismo informe, difuso e inoperante.

Esse catolicismo, abominado por D. Leme, já vinha sendo combatido em Aparecida, dentre outras providências da Diocese de São Paulo, de forma mais contundente, principalmente desde a vinda dos padres da Congregação do Santíssimo Redentor, os Missionários Redentoristas, em 1894, fato que se configurou num quadro de ações muito pontuais da Igreja Católica no distrito.

Da administração eclesiástica direta da diocese de São Paulo, como vimos anteriormente, havia sido nomeado um capelão oficial à Capela de Aparecida em 1893 e, no mesmo ano, elevada esta Capela à condição de Episcopal Santuário. Somado a estas duas decisões, foi feito o “*Ato de lançamento da Primeira Pedra da Capela do Colégio de Nossa Senhora Aparecida*”, que se tornaria Seminário central e referência para todo Brasil. Em

documento⁴⁸ do Bispo da Diocese de São Paulo, Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, assinado pelo seu secretário, Pe. Porphírio de Souza Martins, registrou-se este Ato:

Ato de lançamento da Primeira Pedra da Capela do Colégio de Nossa Senhora Aparecida, no Episcopal Santuário da Mesma Senhora, desta Diocese de São Paulo, Estado do mesmo nome.

Aos seis dias do mês de agosto, do Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil oitocentos e noventa e quatro, festa da Transfiguração de Nosso Senhor Jesus Cristo, presidindo os destinos da Igreja de Deus, o Grande imortal Pontífice Leão XIII que dignou abençoar esta obra, sendo internúncio apostólico representante da Santa Sé no Brasil o Excelentíssimo Arcebispo de Petra Dom Frei Jeronymo Maria Gotti, Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil o Exmo. Vice_Presidente Marechal Floriano Peixoto, Presidente do Estado de São Paulo, o Exmo. Sr. Dr. Bernardino de Campos, neste Episcopal Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida; por sua Excelência Revdma. o Sr. Bispo Diocesano Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho foi lançada a primeira pedra da Capela do colégio depois de benta por Sua Excia Revma., na forma do Pontifical Romano, descansando a dita pedra numa pequena caixa de madeira também colocada no fundamento ou alicerce, na qual depositou-se cópia idêntica deste auto, moedas do País de valores e metais diversos e um folheto da Sentença do Juiz que emitiu o Santuário na posse desse terreno em litígio, ficando a referida caixa incluída em outra de zinco que fora soldada na ocasião. A pedra foi conduzida ao local pelos senhores Major Manoel da Silva Carneiro, Tem.Cel. Rodrigo Pires do Rio, Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal Comendador Antônio Martiniano de Oliveira Borges e Capitão João Maria de Oliveira Cesar.

Compareceram ao ato, além da Comissão Administrativa do Episcopal santuário, composta do Revmo. Pe. Claro Monteiro do Amaral, Capelão Cura do mesmo Episcopal Santuário e Ilmo. Sr. Capitão João Maria de Oliveira Cesar, Tesoureiro, e o Sr. Arthur Alves Marques, Secretário, as autoridades eclesiásticas e civis da Comarca e a Câmara de Guaratinguetá.

Com esta solenidade declarou Sua Excia. Revma. Inaugurados os trabalhos da Construção da referida Capela do Colégio, por iniciativa sua, ficando a administração das obras a cargo do Tesoureiro, que fará executar a planta aprovada sob a direção do Engenheiro das Obras. Em seguida fora celebrado o Santo Sacrifício da Missa pelo Revmo. Monsenhor João Soares do Amaral, reitor do Seminário Episcopal.

E para constar a todo o tempo, lavrou-se esta auto que vai assinado por Sua Excia. Revma., pela Comissão Administrativa e mais pessoas presentes. E, eu, Pe. Porphírio de Souza Martins, secretário de S. Ex. Revdma, o subescrevi.

+ Lino, Bispo Diocesano.

O ato descrito por detalhado documento assinado por Dom Lino acabou sendo, apesar de muito simbólica, com a presença de autoridades de todos os níveis da administração pública, inclusive o vice-presidente da república, não foi conduzida conforme o que se desejava.

⁴⁸ Arquivo da Arquidiocese Metropolitana de Aparecida.



Padres Redentoristas do Santuário
de Aparecida
(MELLO, 1905, p. 40)



Escola Apostólica e
Aparecida
(MELLO, 1905, p. 14)

Em 1919, o jornal *Santuário de Aparecida* registrou que as obras estavam paradas na ocasião da visita do Arcebispo Metropolitano de São Paulo, Dom Duarte Leopoldo e Silva.

O colégio: Em sua estada aqui, o Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo de São Paulo (Dom Duarte Leopoldo e Silva) inspecionou demoradamente o vasto edifício cuja construção foi iniciada pelo saudoso D. Lino, e cujas obras acham-se atualmente paradas. Resolvendo destinar o edifício às obras de caridade, sob a direção de uma congregação religiosa, determinou S. Excia. Revdma. que os trabalhos de construção sejam dentro em breve continuados, e desde já tratou de encomenda dos materiais necessários. (SA, 17/05/1919, p. 2)

Sabe-se da troca de tesoureiros, mas os motivos pelos quais as obras não seguiram no ritmo desejado não se tem ao certo, dentro dos limites desta pesquisa, informações que satisfaçam tais indagações.

Neste mesmo ano de 1894, foram enviados para o Brasil os padres da Congregação do Santíssimo Redentor, os Missionários Redentoristas dentre os quais, um grupo viera para Aparecida no dia 28 de outubro deste mesmo ano.

Em carta ao tesoureiro do Episcopal Santuário de Aparecida⁴⁹, Capitão João Maria de Oliveira Cesar, o bispo de São Paulo, Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti comunicou o envio dos missionários ao distrito aparecidense.

São Paulo, 24 de outubro de 1894.

Carm^o Sr. João Maria,

Para aí seguem vários padres e irmãos dos religiosos redentoristas. Aos que devem ficar em Aparecida passará V.S^a quinhentos mil réis mensais para o custeio de casa, roupa e mais despesas necessárias para o sustento decente deles. Como os irmãos religiosos redentoristas aplicam-se também à agricultura, plantação de horta, queira por à disposição deles terreno suficiente para isso dentro da chácara do edifício da Escola Apostólica.

+ Joaquim Arcoverde, Bispo Diocesano.

⁴⁹ Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

Em pouco tempo os missionários assumiram a administração do Episcopal Santuário, o que fazem até a atualidade, e iniciaram diversas ações na localidade, imprimindo sua marca em território brasileiro.

Em pesquisa à Cúria Metropolitana de Aparecida localizamos uma carta onde consta a transição da administração do santuário Episcopal do Capelão Padre Claro Monteiro do Amaral ao Padre Redentorista Lourenço Gahr:

São Paulo, 22 de fevereiro de 1895.

Revmo. Sr. Pe. Superior!

De ordem de S. Excia. Revdma. o Sr. Bispo Diocesano comunico a V.R. que tendo eu obtido exoneração do cargo de cura desse Episcopal Santuário, e o mesmo Exmo. Sr. Resolveu encarregar os Revdmos. Redentoristas da administração interina do dito Episcopal Santuário até que seja nomeado outro.

Deus guarde a V. Revdma.

Ilmo. e Revmo. Sr. Pe. Lourenço Gahr, DD. Superior dos Redentoristas

Pe. Claro Monteiro do Amaral

Esta transferência relatada acima deu aos Redentoristas, definitivamente, a administração do Santuário. A princípio o Pe. José Wendel assumiu e, por motivo de seu envio à outra comunidade redentorista em Goiás, foi passada ao Pe. Gebbardo Wiggermann, em indicação interna, conforme comunicado a seguir: *“Aos vinte e cinco de novembro de 1895 fui mandado para Goiás e da administração do curato encarrega-se o Exmo. R. Pe. Gebbardo Wiggermann, Superior e Visitador. Pe. José Wendel CSsR”*.

Devidamente autorizado pelo Bispo Diocesano de São Paulo⁵⁰, na ocasião, Dom Joaquim Arcoverde, Pe. Gebbardo Wiggermann, imprimiria, logo no início de sua administração, em fevereiro de 1896, com novas práticas, a postura redentorista, conforme registro abaixo:

Concedemos ao Revdmo. Sr. Pe. Gebbardo Wiggermann, da Congregação dos M. Redentoristas, a licença de erigir no Santuário de Nossa Senhora Aparecida a

⁵⁰ Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

devoção da Via Crucis e benzer os quadros para isto necessários. Do que fará um termo escrito no livro de Tombo do curato para que em todo tempo conste.

São Paulo, 17 de fevereiro de 1896.
+ Joaquim, Bispo Diocesano.

Dentre as modificações trazidas pelos Padres Redentoristas, o historiador Reis (2000, p. 78) destaca a fundação do *Jornal Santuário de Aparecida*, organização de romarias programadas, reorganização das associações religiosas, as missões populares e, segundo o referido autor, a contribuição para a modernização da localidade.

Os padres redentoristas, logo que chegaram, iniciaram uma rede de ações que marcaram sua presença em Aparecida conforme já relatado acima. Além, de tomarem conta do Santuário Episcopal de Nossa Senhora e, posteriormente da igreja de São Benedito, em 1901, implantaram as chamadas missões, daí o seu reconhecimento internacional sob a expressão *missionários redentoristas*.

Este evento não ficou fora da pauta do *Santuário de Aparecida* que publicara em tom de convite o que parece ter significado um grande acontecimento para a localidade:

Santa Missão: Nas vésperas da Festa de São Pedro e São Paulo, principiará, no santuário de Nossa Senhora Aparecida, a santa Missão, que durará doze dias. (...) Em todos os dias haverá sermão das 8 horas da manhã e às 7 horas da noite; e procissão de penitência às 5 ½ horas da tarde. (SA, 22/06/1901, p. 4)

A preocupação era atingir sempre o maior número de pessoas, aparecidenses ou romeiros, devotos ou não. O jornal *Santuário de Aparecida*, impresso em gráfica própria (dos padres redentoristas) procurou se modernizar. Em 1913, noticiado pelo próprio jornal, foi adquirido um motor elétrico que agilizaria e ampliaria as publicações:

Motor elétrico: Acaba de ser instalado em nossa oficina um motor elétrico, que deve de agora em diante tocar a máquina do Santuário. A instalação foi feita pelo Sr. Guilherme Stiebler, técnico da Companhia de Luz e Força, e mostra a perfeição que distingue todos os trabalhos executados sob a direção deste competente engenheiro elétrico. (SA, 21/06/1913, p. 3)



Jornal Santuário d' Aparecida –
1900
Disponível:
<http://www.redemptor.com.br/redentorist/inte-03/hredbra3.html>
Acesso: 17/03/2007

Com postura professoral, os ditos missionários, organizaram o Manual do Devoto de Nossa Senhora Aparecida. A expressão *manual* é muito significativa. O *Santuário* o descreve de maneira detalhada. Sua função catequética torna-se evidente e, sobretudo, a difusão do mito de origem da santa aparecida “*com descrição desenvolvida*”, conforme podemos ver abaixo:

Manual do Devoto de Nossa Senhora Aparecida: Está no prelo este novo “Manual”, que contará com uma descrição desenvolvida do aparecimento de Nossa Senhora Aparecida, do progresso religioso desta Romaria, algumas graças importantes concedidas por N. S. Aparecida, orações próprias para o cristão, para Missa, Confissão, Comunhão, Via-Sacra etc e, finalmente, uma série de cânticos usados no Santuário. (SA, 13/02/1904, p. 4)

“*Este piedoso livrinho alcançou um verdadeiro sucesso*”. Esta é a maneira que o *Santuário* encontrou para mostrar o quanto o Manual do devoto se tornou importante dentre os fiéis católicos. Em edição de dezembro de 1904, ou seja, dez meses após a edição que divulgara seu lançamento, já se anunciara a previsão da segunda edição tamanha fora o consumo da primeira.

Manual: Está esgotada a 1ª edição do “Manual do Devoto de N. S. Aparecida”. Este piedoso livrinho alcançou um verdadeiro sucesso, pois em poucos meses vendeu-se toda a edição de 3.000 exemplares. Sabemos que vai ser feita a 2ª edição, e esta com melhor impressão e com alguma alteração e algum aumento. (SA, 8/12/1904, p. 2)

É difícil sabermos qual foi o volume consumido entre os aparecidenses deste Manual, porém há de se convir que para o ano de 1904, o número de 3 mil exemplares vendidos é bastante expressivo. Não sabemos quantos da localidade sabiam ler, ou se, de alguma forma, houvesse a compra do Manual por fiéis analfabetos que assim o faziam acreditando estar ajudando a Senhora Aparecida.

O fato é que senão apenas pelo Manual, mas pelo conjunto da obra dos missionários, a atuação civilizadora e modernizadora destes padres modificou os ritmos do

distrito aparecidense. Conforme noticiara o *Santuário de Aparecida* os redentoristas combateram esquemas de exploração aos romeiros:

Agentes de Missas: Tendo chegado ao nosso conhecimento que há indivíduos que na estrada de ferro e outros lugares abordam os romeiros que se destinam a essa localidade, com o fim de agenciar Missas que os mesmos romeiros pretendem fazer celebrar neste Santuário, é bom ficarem prevenidos do seguinte: Os Revdmos. PP. Redentoristas, aqui domiciliados, já pela sua austeridade e já pelo respectivo cumprimento do seu ministério, não têm agentes de Missas, só celebrando as que forem cometidas espontaneamente. (SA, 16/03/1901, p. 4)

Outra prática dos Padres Redentoristas foi tornar ato público as suas atividades internas, suas datas festivas e comemorações popularizando sua presença. Diversos momentos foram registrados pelo *Santuário de Aparecida*:

Recebimento de Hábito: Uma festa realmente comovedora realizou-se no nosso Santuário no domingo da Páscoa. Era a de recebimento de hábito de irmão leigo da Congregação do Santíssimo Redentor, filho do defunto Antônio Modesto dos Santos, que como honrado trabalhador fora muito estimado nesta localidade. (...) É esta a segunda vez que neste santuário um brasileiro tomou o hábito da Congregação do Santíssimo Redentor. (SA, 5/04/1902, p. 2)

O “*Recebimento de Hábito*” é um ato litúrgico interno, próprio da rotina do convento. Neste caso, o sujeito que recebera, porém, era filho de Aparecida, o que já demonstra, em 1902, resultados da intervenção desta congregação religiosa.

A “*Festa de Santo Afonso*” o fundador da Ordem Missionária foi também lançada ao público levando o santo a compor o quadro religioso de Aparecida:

Festa de Santo Afonso: No sábado seguinte será celebrada neste Santuário, com toda solenidade, a festa do glorioso Santo Afonso Maria de Ligório, Bispo, Doutor da S. Igreja e Fundador da Congregação do Santíssimo Redentor. Constará de Missa solene às 8 ½ e sermão ao Evangelho. No mesmo dia será inaugurado o Colégio Santo Afonso, situado ao largo do Santuário. Será dirigido pelos RR. PP. Redentoristas desta localidade. (SA, 26/07/1902, p. 2)

A presença do Núncio Apostólico, representante direto do papa no país fora registrado pelo *Santuário* que enaltecera a sua presença, afinal, seria o presidente da assembléia que deu o sacramento da ordem a um diácono redentorista:

Núncio Apostólico: Deve chegar a este Santuário, na próxima semana, S. Excia. Revdma. D. Júlio Tonti, Arcebispo titular de Ancyra e representante da Santa Sé Apostólica junto ao governo brasileiro. S. Excia. Revdma. dignar-se-á dar ordens de presbítero, no dia 26 do corrente, ao Revdo. Diácono Estevam Heigenhauser, Redentorista. (SA, 18/03/1903, p. 2)

A presença de uma autoridade eclesiástica deste porte em Aparecida pode ter sido por diversos motivos. Ele não viera, certamente, apenas para ordenar o referido diácono. Talvez o papa quisesse saber dos resultados da atuação da congregação em relação à catequização dos devotos de Nossa Senhora, afinal, os missionários já estavam, nesta ocasião, há quase uma década em Aparecida.

Outro anúncio do *Santuário*, no mesmo ano, 1903, demonstra que os redentoristas faziam questão de apresentar ao leitor de seu jornal tudo o que pudesse servir de exemplo de moral, quando anunciaram o falecimento de um dos seus membros, descrevem-no de maneira a dar o devido crédito ao modelo que o cristão deveria seguir. Ou seja, até numa nota de falecimento, os redentoristas procuravam educar o povo.

Padre João Spaeth: Faleceu ontem neste Santuário, às primeiras horas da manhã, com toda a resignação e confortado com os Santos Sacramentos, o venerando sacerdote Revdmo. Padre João Spaeth, da Congregação do Santíssimo Redentor. Contava 72 anos de idade e 47 de sacerdócio. Há oito anos residia neste Santuário e era bastante estimado por todos que o conheciam, porquanto tinha para todos um sorriso em seus lábios. (SA, 13/06/1903, p. 2)

Os redentoristas construíram sua nova residência perto da Basílica, conforme indicou o *Santuário*, em 1912, contando, na inauguração com o arcebispo – provavelmente o de São Paulo –, o clero – não se sabe se outros padres, além dos seus, religiosos ou

diocesanos, inclusive os vigário da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, fizeram parte deste evento – e “*de grande massa popular*”:

Inauguração: Foi domingo passado (dia 15) inaugurada a nova residência dos padres redentoristas construída perto da Basílica. O Exmo. Sr. Arcebispo chegou sábado pelo noturno. Domingo realizou-se solene missa cantada, à qual S. Excia. Revdma. assistiu no trono. Em seguida dirigiu-se acompanhado do clero e de grande massa popular, para a nova casa, que a percorreu toda e a benzeu com as orações do ritual. (SA, 21/12/1912, p. 2)

Também fora “*festivamente comemorado*” os vinte e cinco anos da chegada e instalação dos missionários redentoristas em Aparecida. Assim informou o jornal *Santuário de Aparecida*:

Vinte e cinco anos: Faz nestes dias vinte e cinco anos que os Padres Redentoristas vieram estabelecer-se aqui e foram encarregados da direção espiritual de Aparecida. Este acontecimento será festivamente comemorado, havendo hoje à noite solene “Te Deum” e, amanhã, comunhão geral e Missa solene de ação de graças. (SA, 25/10/1919, p. 2)

Não menos festiva fora a celebração do vigésimo quinto aniversário do jornal *Santuário de Aparecida*, o qual, no ensejo aproveitou-se para reforçar sua finalidade, objetivo e inconfundível missão, qual seja senão estar a “*serviço da Virgem Aparecida*”:

Os 25 anos do “Santuário”: Muitos jornais devem a sua origem a interesses de propaganda comercial ou política ou qualquer outro fim de lucro ou de ambição. O “Santuário de Aparecida” proclama como seu fim o de espalhar a devoção de Nossa Senhora Aparecida, a Mãe e protetora dos brasileiros. Desde a sua fundação o nosso jornal se consagrou a serviço da Virgem Aparecida e, em nenhum dos números que nestes vinte e cinco anos foram publicados, desmentiu a sua primeira consagração. (SA, 7/11/1925, p. 1)

A implementação de festas, estas sempre organizadas nas quais se valorizavam as datas já consagradas pela Igreja e todo simbolismo necessário a fim de catequizar o grande número de fiéis, aparecidenses ou romeiros, conforme mostramos neste trabalho, foi outra marca da atuação Redentorista em Aparecida.

Além da consagrada festa de Nossa Senhora Aparecida a qual ganhou força com a constante presença de autoridades, parece ter se tornado necessário ampliar a atuação da Igreja em Aparecida. Iniciaram-se, então, as festividades em homenagem a São Benedito, de acordo com o que anunciara o *Santuário de Aparecida*: “**Uma festa muito concorrida: Foi também muito concorrida a festa de São Benedito, celebrada aqui pela primeira vez na terça-feira última (dia 29 de março)**” (SA, 2/04/1910, p. 2) .

Em 1919 fora inaugurada uma igreja destinada ao referido santo:

Benção da Igreja: Com muita solenidade e muita concorrência realizou-se no passado domingo (dia 25) o benzimento e entrega ao culto público da nova igreja de São Benedito. No sábado antecedente (dia 24), à tarde, em procissão transportara-se a imagem do santo da Basílica para o novo templo que lhe é dedicado. No domingo, às 10 horas, o Revdmo. Vigário celebrou a missa na bela igreja. À tarde houve solene reza, à qual seguiu-se animadíssimo leilão, que e prolongou até tarde da noite. (SA, 31/05/1919, p. 2)

Uma questão que precisa ser sublinhada é que no mesmo ano de 1910 que se iniciaram as festividades a São Benedito, as escolas isoladas de Aparecida foram elevadas à categoria de Escolas Reunidas, sendo o primeiro episódio em março e o segundo em abril. Como se não bastasse, o que, talvez não tenha sido uma coincidência, conforme registro do *Santuário* de 1919, a igreja construída para São Benedito é no mesmo ano da publicação do dispositivo legal nº1692 (CORRÊA, MELLO, NEVES, 1991) que autorizou a construção do edifício-escola que abrigou o grupo escolar de Aparecida.

Em 1920, o *Santuário de Aparecida* reforçou que a festa de São Benedito foi na “*capela recentemente construída nesta localidade*”, com os mesmos elementos já verificados nas homenagens a Nossa Senhora, ou seja, os adjetivos como “*imponente*” procissão foram marcante neste informe:

Festa de São Benedito: Realizou-se segunda-feira passada (dia 5), com toda solenidade, a festa de São Benedito, em sua capela recentemente construída nesta

localidade. Às 9 horas houve missa cantada, e à tarde imponente procissão percorreu as ruas da localidade. (SA, 10/04/1920, p. 3)

A festa de São Benedito, bem como a construção de uma capela (igreja) para o referido santo, pode ter representado em Aparecida uma alternativa de se reforçar sua identidade que, pelo viés da religião, o que já era sua marca, o que já lhe era emblemático, reforçaria e, talvez, daria novo impulso ao seu processo de emancipação.

Como já apresentado, a presença de autoridades civis ou eclesiásticas sempre vieram reforçar e, desta forma, dar visibilidade à atuação da Igreja na localidade, esta como epicentro estratégico da pastoral romana aqui no Brasil.

Na ocasião da festa quando se benzeu a igreja de São Benedito, conforme informa o jornal *Santuário de Aparecida*, o Arcebispo Metropolitano Dom Duarte Leopoldo e Silva esteve presidindo a celebração, num ritual que se revestiu de “*toda pompa*”:

Igreja de São Benedito: Foi benta solenemente, no dia 21 do corrente, pelo Exmo. Sr. Arcebispo Metropolitano (Dom Duarte Leopoldo e Silva), a Igreja de São Benedito. O ato, que se revestiu de toda pompa do ritual, foi assistido por grande número de fiéis. (SA, 30/08/1924, p. 2)

Os investimentos na festa e na capela de São Benedito cresceram e tiveram espaço no *Santuário* que não poupava adjetivos ao descrever a “*generosidade dos devotos de São Benedito*”:

Capela de São Benedito: Graças à generosidade dos devotos de São Benedito está concluída a pintura do elegante templo, trabalho esse executado pelo pintor Sr. Henrique Theiss, com arte e muito gosto, apresentando o aspecto geral uma impressão muito boa. (SA, 21/05/1927, p. 2)



Igreja de São Benedito – Aparecida
Disponível:
<http://www.portalvale.com.br/cidades/aparecida/igreja-sao-benedito.php>
Acessado: 25/01/2009

Agora são Nossa Senhora e São Benedito que compõem o calendário de festas em Aparecida. Por esse caminho, vemos ampliar o leque de atuação e intervenção da Igreja Católica, por meio do qual se colocou ainda mais em evidência os padres da Congregação do Santíssimo Redentor, na localidade.

É desta forma, com a mesma lógica de intervenção educativa, catequética e, por que não dizermos didática, que o Cruzeiro no Porto Itaguaçu – onde teria sido encontrada a Imagem – foi inaugurado em 1927, pouco antes da conclusão da pintura da igreja de São Benedito (SA, 21/05/1927), noticiado pelo *Santuário de Aparecida*, conforme a seguir:

Cruzeiro comemorativo: Com solenidade e grande regozijo do povo foi inaugurado pelo Revdmo Sr. Vigário, no dia 3 de maio, no próprio Porto do Itaguaçu, um lindo cruzeiro comemorativo do encontro da prodigiosa imagem de Nossa Senhora Aparecida. O monumento em forma de cruz representa Nossa Senhora Aparecida em uma grande e artística estrela dourada. No pedestal do cruzeiro lêem-se as palavras: “Neste Porto Itaguaçu foi encontrada a imagem de Nossa Senhora Aparecida, em fins de setembro de 1717”. (SA, 7/05/1927, p. 2)

Importante sublinha os dizeres impressos no pedestal do Cruzeiro: “*Neste Porto Itaguaçu foi encontrada a imagem de Nossa Senhora Aparecida, em fins de setembro de 1717*”. Não se apresenta uma data precisa, mas se mantém o mês e o ano e, sobretudo, a história apropriada que a Imagem teria sido achada neste Porto.

Apesar da constante demonstração de confiança por parte da Diocese de São Paulo aos Padres da Congregação do Santíssimo Redentor, conforme pudemos constatar até agora, não lhes fora dada a administração financeira do Santuário até meados da década de 1940, quando, por motivo de seu falecimento, deixou o cargo o último tesoureiro leigo, passando às mãos dos ditos religiosos marcando mais uma conquista desses padres.

Para entendimento quanto às modificações na tesouraria de Aparecida, em pesquisa à Cúria Metropolitana de Aparecida, localizamos um documento explicativo, o qual, pela força de sua composição, resolvemos registrá-lo na íntegra em box abaixo:

Tesoureiros do Santuário de N. S^a Aparecida

Há períodos distintos na administração da Capela; inicialmente sob orientação da Igreja, depois por 85 anos por dependência exclusiva do governo (1805-1890) e, finalmente, a administração eclesiástica desde 1890 até hoje. Até o ano de 1844, o tesoureiro recebia salário: 70\$000 em 1810; 100\$000 em 1816; 150\$000 em 1821. Estes salários eram percebidos anualmente. De 1844 a 1888, o tesoureiro e o escrivão recebiam cinco por cento das entradas do cofre e a partir de 1888, oito por cento. Durante a administração eclesiástica desde 1892 o tesoureiro continuou recebendo oito por cento das entradas do cofre.

Vejam agora como eram nomeados ou indicados os tesoureiros da Capela. De 1745 a 1805, exercia o cargo de tesoureiro da Capela o tesoureiro da Irmandade de Nossa Senhora Aparecida que anualmente era eleito pelos irmãos no dia 8 de dezembro. De 1805-1824, exerceu o cargo de tesoureiro o Capitão Mor de Guaratinguetá, o Sr. Jerônimo Francisco Guimarães. A Mesa Protetória foi criada em 1805 e até o ano de 1824 foi administrada pelo Capitão Mor de Guaratinguetá. De 1824 a 1844 o tesoureiro da Capela passou a ser escolhido entre os membros remanescentes da Irmandade e confirmado pelo Juiz provedor de Capelas. De 1844 a 1890, o tesoureiro era nomeado pelo Juiz Municipal e permanecia no cargo ad nutum do mesmo juiz.

De 1890 em diante o tesoureiro do Santuário passou a ser nomeado pelo Bispo, posteriormente Arcebispo de São Paulo até o ano de 1958, e a partir desta data pelo arcebispo de Aparecida.

O primeiro tesoureiro nomeado por Dom Lino a 17 de janeiro de 1890 foi o Major Antônio Martiniano de Oliveira Borges que ocupou o cargo até 17 de outubro de 1892. Seguiram-se mais dois leigos nomeados pelo Bispo (Arcebispo) de São Paulo para o cargo de tesoureiro: Capitão João Maria de Oliveira Cesar, de outubro de 1892 até sua morte, ocorrida a 29 de setembro de 1900 e o Comendador Augusto Marcondes Salgado, de setembro de 1900 até a sua morte ocorrida a 17 de maio de 1946.

Com a morte deste último, o cargo de tesoureiro ficou entregue interinamente ao Vigário e Reitor da Basílica, Pe. Antônio Pinto de Andrade, sucedendo-lhe no ofício em outubro de 1950, o Pe. Antônio Jorge Hechenblaickner.

Em 1952, o Superior Provincial sugeriu ao Sr. Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta que o cargo de tesoureiro passasse definitivamente para a Congregação Redentorista e constasse do contrato entre a Congregação e a Arquidiocese de São Paulo que seria renovado em abril desse mesmo ano. Quando o Padre Antônio Ferreira de Macedo, então superior provincial, procurou S. Emília, o Sr. Cardeal Motta expondo o motivo da conveniência de o cargo de tesoureiro ser confiado à Congregação, este lhe afirmou que já tinha em mente o nome de um leigo para o referido cargo, mas que iria expor o caso aos membros do Cabido Metropolitano, conforme nos asseverou Dom Antônio Ferreira de Macedo, os candidatos para o cargo seriam o Sr. Américo Pereira Alves, prefeito do Aparecida e o Sr. Tolosa de São Paulo. Diante disso, o então provincial Padre Antônio Macedo, procurou conversar com alguns amigos do Cabido Metropolitano, entre eles e Monsenhor Pavésio, Meirelles e Ladeira, que prometeram também expor ao Sr. Cardeal os motivos da conveniência de o cargo de tesoureiro continuar nas mãos do Reitor do Santuário. O motivo mais preponderante apresentado foi a inutilidade da presença de um leigo na administração, pois o último tesoureiro praticamente nada fazia a não ser apanhar o dinheiro já contado, descontar a porcentagem de oito por cento que lhe cabia e depositar o saldo em conta bancária, que ficava à disposição da Cúria Metropolitana de São Paulo. Como se supõe, e realmente assim era, muitos outros estavam interessados em ocupar o cargo de tesoureiro. O próprio Sr. Américo Alves conseguira habilmente obter para si toda a confiança do Sr. Cardeal Motta na divergência política havida com o vigário da Basílica, Pe. Antônio Pinto de Andrade, em 1948. Na ocasião, como político matreiro, conseguiu deixar o vigário na sombra e no ostracismo. Conforme crônica da Comunidade de Aparecida, 8 de dezembro de 1948 e 24 de outubro de 1950. Acresce que o Pe. Antônio P. de Andrade fora um tanto precipitado em certos assuntos que requeriam mais prudência e menos afoiteza. Em razão destes atritos com o Reitor da Basílica, o Sr. Cardeal estava de fato disposto a dar o cargo de tesoureiro a um dos leigos acima mencionados. Os contatos pessoais do provincial Pe. Macedo com os membros do Cabido e sua exposição humilde e elucidativa ao Sr. Cardeal fizeram-no mudar de propósito e entregar o cargo de tesoureiro à Congregação, fato que passou a constar no contrato renovado em 25 de abril de 1952. Pela cláusula de novo contrato a Congregação deve apresentar um de seus membros para o cargo de tesoureiro.

Por fim, em relação a atuação da Igreja Católica em Aparecida, podemos dividi-la em três fases que, apesar de articuladas, mantêm, cada uma delas, sua estrutura específica.

A princípio, do aparecimento da Imagem em 1717 até a construção da capela em 1745, dedicada à Nossa Senhora Aparecida, uma vez que a Santa fora identificada como a Mãe de Jesus, Maria, não há registro de uma ação mais próxima e planejada por parte do vigário da Igreja de Santo Antônio de Guaratinguetá, na época, Padre José Alves Villela.

Uma segunda fase se constituiu por ações ainda pouco planejadas, mas que, de alguma forma intensificaram os processos de valorização do culto por meio da construção de nova capela e reformas da mesma, datada em 1862 a conclusão destas, porém, do ponto de vista da pastoral, da catequese, pouco ainda havia sido feito.

A terceira fase inaugurou-se, pelo nosso entendimento, com ações pontuais por parte da Diocese de São Paulo, a partir de 1893 quando a Capela foi elevada à categoria de Episcopal Santuário desligando-se definitivamente de Guaratinguetá, tendo seu próprio capelão e, em 1894 sendo trazidos, com a finalidade de cuidar do culto e devoção à Nossa Senhora Aparecida, os padres da Congregação do Santíssimo Redentor, conhecidos como Missionários Redentoristas que assumiram a administração do Santuário que logo fora elevado à condição de Basílica trazendo para si a responsabilidade pelas festas a Nossa Senhora e mais tarde àquelas destinadas à honras a São Benedito.

Dois pontos, ainda, merecem a devida atenção:

1. Guaratinguetá já tinha uma festa de São Benedito e igreja construída desde 1898⁵¹; considerando ser um evento onde há o encontro do folclore e da religião, a participação popular, inclusive na sua organização é considerável. Aparecida parece ter querido a oportunidade de prestar sua própria homenagem ao santo, à sua maneira, que, como se não bastasse

⁵¹ Informações retiradas do site <http://www.portalvale.com.br/cidades/guaratingueta/igreja-sao-benedito.php>. Acessado em 25/01/2009.

ter seu altar dentro da basílica de Nossa Senhora, fora construída sua igreja no novo centro do distrito;

2. A igreja de São Benedito inaugurou o novo centro de Aparecida, justamente onde fora construída o prédio que abrigou o grupo escolar aparecidense. A escola, neste distrito, nasceu aos olhos da igreja.

A ação da Igreja em Aparecida parece ter ido para além da romanização do culto à Nossa Senhora. A Igreja construiu e reconstruiu a localidade. E para tanto, acompanhou de perto seu processo de emancipação política.

2.1. APARECIDA: VILA, DISTRITO, MUNICÍPIO

O processo de emancipação política de Aparecida perpassou todo o período que nos propusemos estudar neste trabalho, ou seja, 1893 a 1928, o que não significa que ele está preso neste recorte histórico.

Enquanto processo, houve elementos que conseguimos identificar, outros, porém, talvez pela limitação das fontes e da própria pesquisa, ficaram silenciados no passado.

Procurando entender este processo e, para tanto, identificar as forças que foram articuladas e como a fizeram, percorremos este caminho que culminou na promulgação da lei estadual 2312/28 a qual reconheceu Aparecida como município independente, dando-lhe direito de formalizar, pelo viés democrático, consolidado por eleições diretas nos moldes republicanos, seu quadro político.

Modernizar Aparecida para que se pudesse respirar ares citadinos se tornou necessário, afinal, a vila aparecidense já almejava sua emancipação política desde 1896 noticiado pelo jornal *A Gazeta* (18/12/1928, apresentação) na ocasião da entrega de representação junto ao Congresso estadual para apreciação que fora rejeitada.

Era fundamental, nesse processo, que Aparecida fosse reconhecida como uma cidade, com ritmos urbanos, voltada às letras, preocupada em *polir as expressões de suas paixões* – o que é próprio dos povos civilizados, entendido aqui a partir das reflexões de Norbert Elias em seu *O processo civilizador* (1993).

Aparecida até março de 1842 era território da Vila de Guaratinguetá, quando então foi criado o Distrito de Aparecida, pela Lei Provincial nº 19, recebendo foros de Vila. Para se emancipar precisou se atirar – e fez à sua maneira – na proposta de progresso da política republicana, ou seja, aproximou-se do conceito de modernidade introduzido no Brasil com a República proclamada aos 15 de novembro 1889 que teve seu ideário difundido a partir dos grandes centros, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro nos últimos anos do período monárquico.

Em São Paulo o Partido Republicano fora fundado em 1873 sendo, segundo Carvalho (1990, p. 24), o “*mais organizado do país, formado, principalmente por proprietários*” rurais. No Rio de Janeiro é publicado a 3 de dezembro de 1870 no jornal *A República* o Manifesto Republicano conforme inscrito no livro de Barata (1999, p. 126-127):

Não há nem pode haver representação nacional onde não há eleição livre, onde a vontade do cidadão e sua liberdade individual estão dependentes dos agentes imediatos do poder que dispõe da força pública. [...] Uma Câmara de deputados, demissível à vontade do soberano e um senado vitalício, à escolha do soberano, não podem constituir de nenhum modo a legítima representação do país. A liberdade de consciência nulificada por uma igreja privilegiada; a liberdade econômica espremida por uma legislação restritiva; a liberdade de imprensa subordinada à jurisdição de funcionários do governo, a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade de ensino suprimida pela inspeção arbitrária do governo e pelo monopólio oficial; a liberdade individual sujeita à prisão preventiva, ao recrutamento, à disciplina da guarda nacional, privada da própria garantia do “habeas corpus” pela limitação estabelecida, tais são praticamente as condições reais

do atual sistema de governo. [...] A autonomia das províncias é, pois, para nós mais do que um interesse imposto pela solidariedade dos direitos e das relações provinciais, é um princípio cardeal e solene que inscrevemos na nossa bandeira. O regime da federação baseado, portanto, na independência recíproca das províncias, elevando-as à categoria de estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da representação e da defesa exterior, é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira.

O que vemos nesse período é a difusão pelos republicanos da crença de um desenvolvimento sem precedentes que se colocaria por demais acima do passado de trevas do período imperial, mesmo sabendo que a modernização em si não está relacionada com a república uma vez que há países industrializados, com moeda forte, influência na política internacional, como a Inglaterra, que nunca deixaram sua monarquia.

Os conceitos de moderno, novo, científico estavam relacionados com uma tendência internacional difundida nas Exposições Internacionais. Segundo estudos de Kuhlmann Jr (2001), houve, pelo viés das Exposições, uma legitimação e hierarquização dos países, sobretudo pela garantia de hegemonia dos centrais europeus em relação aos periféricos:

Os adjetivos “novo” e “científico” eram adicionados às propostas, como condição necessária, imprescindível mesmo, para o seu reconhecimento e validação como elementos constitutivos da sociedade moderna, adequada aos padrões ditados pela crença no progresso. (...) O mundo dos países centrais europeus era o modelo de civilização. (2001, p. 240)

Ademais, foi grande a influência destas Exposições visto a mobilização do governo brasileiro quando as sediou em nível internacional no ano de 1922, nas comemorações do 1º centenário da nossa independência, como também, promoveu, nos moldes europeus, as suas exposições: 1861, 1866, 1873, 1875, 1881 (Exposição da Indústria Nacional) e 1908 (Exposição do centenário da abertura dos portos).

Conforme Kuhlmann Jr. (2001, p.11): “*As Exposições foram um palco para a representação no progresso, na técnica e na ciência*”. O mesmo autor ainda explica que diversos campos do conhecimento se desenvolveram neste período:

Não foram apenas os conhecimentos no campo da Higiene que se desenvolveram neste período. A Antropologia e a Sociologia informavam o Direito nas propostas relacionadas à família, ao trabalho e à criminalidade infantil, visando à renovação das instituições educacionais sob a influência dos setores jurídicos, como os internatos e as escolas disciplinares. A Engenharia Civil e a Arquitetura procuravam aplicar os ensinamentos da higiene nos seus projetos. (2001, p. 241)

É possível dizermos que havia na época uma tendência mundial à crença no progresso, este por meio da ciência gerador dos países avançados, mesmo que, tal progresso tenha gerado uma cisão no mundo moderno, efeito contraditório ao que teoricamente se difundia: diminuir as distâncias, facilitar a vida das pessoas, produzir uma unidade, mesmo que relativa, no mundo.

HOBBSAWM (1988, p. 41) chega a apresentar o que considerou como sendo as características dos países tidos como avançados:

Existia claramente um modelo geral referencial das instituições e estrutura adequadas a um país “avançado”, com algumas variações locais. Esse país deveria ser um Estado territorial mais ou menos homogêneo, internacionalmente soberano, com extensão suficiente para proporcionar a base de um desenvolvimento econômico nacional; deveria dispor de um corpo único de instituições políticas e jurídicas de tipo amplamente liberal e representativo (isto é, deveria contar com uma constituição única e ser um Estado de direito), mas também, a um nível mais baixo, garantir autonomia e iniciativas locais. Deveria ser composto de “cidadãos”, isto é, da totalidade dos habitantes individuais de seu território que desfrutavam de certos direitos jurídicos e políticos básicos, antes que, digamos, de associações e outros tipos de comunidades. As relações dos cidadãos com o governo nacional seriam diretas e não mediadas por tais grupos. E assim por diante.

Não obstante algumas iniciativas do governo brasileiro para equiparar-se aos países centrais, tidos como desenvolvidos, pela sua política descentralizada, foi de iniciativa dos estados, a otimização do processo de urbanização, também das cidades do interior. A modificação dos grandes centros, inclusive pelo viés da imigração, gerou transformações nos

ritmos urbanos que alteraram a paisagem de cidades como São Paulo. Temos como exemplo desse processo de urbanização, otimizado pelos estados, o caso da cadeia de Aparecida que fora criada em 1898 pelo Projeto de Lei nº 68⁵² conforme transcrito abaixo:

Projeto nº 68 de 1898

O Congresso Legislativo do Estado de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica o governo autorizado a mandar construir uma casa para cadeia no povoado de Aparecida, município de Guaratinguetá, correndo as despesas pela verba de obras públicas do orçamento vigente.

§ único: Serão começadas as obras dentro do prazo de dois meses da data desta lei.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 18 de junho de 1898.

Porém, em 1907, o *Santuário de Aparecida* por meio de uma crítica ao governo paulista demonstrou, de alguma forma, a situação das cidades do interior do país, por mais que a República quisesse ser a grande signatária do progresso, muito tinha o que ser feito:

Falta de polícia: Há cerca de um mês que o destacamento policial desta localidade é composto de um só praça, parecendo-nos que este lugar não faz parte do opulento Estado de São Paulo, cujo governo procura enobrecer-se em todos os ramos da administração pública. Em vão as autoridades públicas têm solicitado o aumento do destacamento, a fim de melhor poderem garantir seu prestígio e a propriedade constantemente assaltada pelos amigos do alheio. Consta que uma de nossas autoridades vai convidar os seus companheiros para pedirem demissão coletiva, caso o governo continue negar o aumento de praças para o nosso destacamento. (SA, 16/02/1907, p. 2)

Quanto ao problema da insuficiência de policiamento no distrito, por falta de documentação, não conseguimos identificar quais providências foram tomadas pelo Estado de São Paulo, desta forma não sabemos como ou quando fora resolvida esta questão.

No entanto, o mesmo jornal noticiou em ano posterior o edital de arrendamento de um prédio para servir de cadeia da localidade. Por este caminho, concluímos que, se houve a publicação do edital é porque a cadeia não fora fechada, conforme acima se apresentou como uma possibilidade. Além do mais, pelas exigências alocadas no edital, temos a impressão que

⁵² Esta informação foi encontrada em duas fontes: documento manuscrito, sem data e sem autor, porém, de caligrafia muito semelhante a do Padre Oto Maria Babem, CSSR, falecido em 1954; Jornal *A Gazeta* de 18 de dezembro de 1928, ambos fruto de pesquisa no Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

o distrito necessitava ampliar estes serviços de segurança, uma que o imóvel iria servir de quartel e cadeia.

Edital: João Baptista Rodrigues de Andrade, Subdelegado de Polícia em exercício neste distrito de Aparecida. Faz saber a todos os interessados que até o dia 14 próximo futuro mês de março, acha-se aberta nesta Subdelegacia concorrência para o arrendamento de um prédio que sirva para quartel e prisão, tendo o dito prédio uma porta de frente e duas janelas, sendo ladrilhado, cimentado ou assoalhado, completamente forrado e que ofereça boa higiene. (SA, 7/03/1908, p. 3)

Interessante notar as preocupações quanto à qualidade da estrutura do prédio, ser cimentado, ladrilhado e “*que ofereça boa higiene*”.

Quanto ao primeiro aspecto, a estrutura do prédio a ser arrendado, para um distrito que não tinha dez mil habitantes – um dos obstáculos à sua emancipação em 1896 – parecer-se com São Paulo, em algum aspecto, que neste ano já estava na casa dos 200 mil habitantes⁵³ ou Rio de Janeiro, era imprescindível ao seu desenvolvimento e, neste período, ter prédios estruturados, sobretudo os públicos, era fundamental.

Raquel Glezer (1994/5, p.17), ao realizar seus estudos sobre “*As transformações da cidade de São Paulo na virada dos séculos XIX e XX*”, afirma que muitos são os elementos para analisarmos o desenvolvimento de uma cidade: infra-estrutura econômica, crescimento demográfico, oferta de serviços na área social, distribuição espacial ou ocupação das áreas e, dentre outros, as técnicas construtivas podem dizer muito sobre os níveis de desenvolvimento de determinado local:

A vila e cidade colonial e imperial foi feita em taipa: taipa de pilão, taipa de mão. A partir do último quartel dos oitocentos o tijolo passou a ser utilizado, seu uso substituindo a taipa, permitiu maior complexidade na construção. A vila de taipa, a cidade de taipa passou a ser de tijolo e depois de concreto.

⁵³ Tabela de Crescimento Populacional de São Paulo. in: GLEZER, 1994/5, p. 18

Aparecida precisou enfrentar, materialmente, essa passagem da taipa ao tijolo. Mais do que uma cadeia que fosse cimentada, o que podemos ver é uma mobilização quanto às mudanças necessárias para a transição do rural ao urbano.

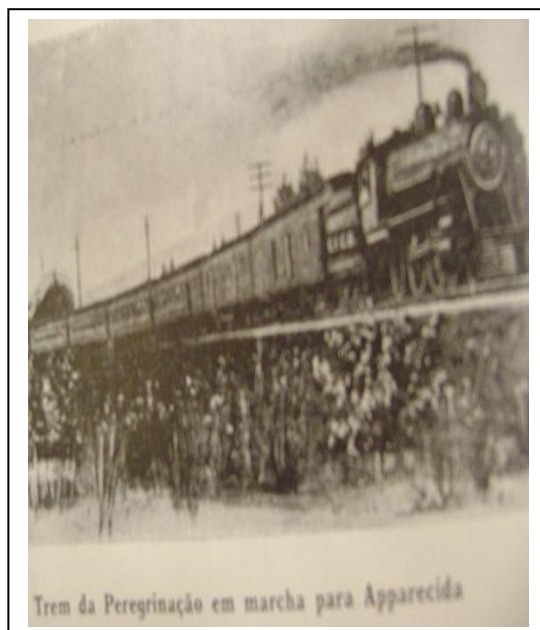
Quanto ao segundo aspecto, “*que ofereça boa higiene*”, demonstra uma preocupação bastante difundida na época, ou seja, a questão da saúde pública. Em relação às doenças e, prováveis epidemias, deveria-se desenvolver uma postura preventiva, o que lhe garantiria uma condição moderna e avançada.

Como Aparecida precisava ir além das melhorias, que foram muitas, responsáveis em organizar o espaço urbano do ponto de vista material – ruas calçadas, esgoto, iluminação pública, a fim de ser reconhecida como moderna e em condições de emancipação, tornou-se imprescindível que desse um sentido, um significado às farmácias, correios, estação de trem, seus bondes elétricos, subdelegacias, subprefeitura, destacamentos policiais ou prisões. Enfim, deveria transformá-las em elementos simbólicos a sua emancipação.

Em se tratando da saúde pública a iniciativa privada sobressaiu à pública. Foi publicado pelo *Santuário de Aparecida* a criação de farmácias e, destas, algumas campanhas de vacinação. Num artigo sob o título “*Nova Professora*” – por anunciar a professora Risoleta removida para a escola mista de Santa Rita dos Machados – informou que o Sr. Albino de Oliveira Júnior (esposo da referida professora) tinha interesses em abrir uma farmácia em Aparecida:

Nova professora: (...) Sabemos que o Sr. Albino de Oliveira Júnior, digno esposo da nova professora, está trabalhando para conseguir do governo de São Paulo a necessária licença para estabelecer uma farmácia nesta localidade, que, aliás, muito necessita deste melhoramento. (SA, 23/02/1901, p. 6-7)

Trem de
Peregrinação
em marcha
para
Aparecida
(MELLO,
1905, p. 12)



Estação de
Aparecida
(MELLO,
1905, p. 15)

Movimento da Estação: O movimento da Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil de Aparecida foi, no ano de 1911, de cerca de 110 mil passageiros. (SA, 27/01/1912, p. 2)

Nova Estação: No dia 14 do corrente realizou-se a inauguração do novo edifício da Estação ferroviária desta localidade. (...) A solenidade teve início às 10 horas, com a benção do novo edifício, pelo Revdmo. Pe. José Clemente. Em seguida foi lida a ata de inauguração que foi assinada por todos os presentes. Ao champagne usou da palavra o Sr. Chrispiniano F. Cordeiro Souza, que em eloqüentes palavras congratulou-se com o povo aparecidense por esse melhoramento, ao que respondeu agradecendo o Pe. José Clemente. (SA, 18/11/1922, p. 2)

Não obstante à necessidade da localidade, conforme citada acima, a solicitação que fora feita em fevereiro de 1901 somente foi atendida em dezembro do mesmo ano quando, então, criou-se tal farmácia:

Farmácia Nossa Senhora: Com este título o Sr. Albino de Oliveira Júnior acaba de estabelecer uma farmácia no largo do Santuário, dando à nossa localidade este melhoramento há muito desejado. (SA, 21/12/1901, p. 7)

Outras farmácias foram criadas, todas elas de iniciativa privada dando à Aparecida ares mais modernos e uma curiosa preocupação com a saúde pública.

Farmácia: Graças a Deus já temos uma farmácia nesta localidade, melhoramento este de que muito se ressentia a nossa população. O Sr. Bento Ramos de Queiroz, farmacêutico diplomado pela Escola de Ouro Preto, é o proprietário da farmácia. (SA, 21/03/1906, p. 3)

Farmácia: Inaugurou-se anteontem, depois de benta pelo nosso Revdmo. Vigário Pe. Roberto Hansmair, a Farmácia Nossa Senhora da Conceição Aparecida, de propriedade de nosso prezado amigo Sr. Mário de Augusto Teixeira. (SA, 17/08/1907, p. 3)

Farmácia Alves: O Sr. Américo Alves, que durante muitos anos foi oficial da “Farmácia N. S. da Conceição Aparecida”, de propriedade de seu mano Sr. Luciano Alves, e que ultimamente terminou, com distinção e louvor, seus estudos na Escola de Farmácia de Pindamonhangaba, pelo que e com muito direito recebeu o diploma de farmacêutico, acaba de adquirir aqui uma farmácia, a que deu o título de “Farmácia Alves”. (SA, 26/01/1918, p. 3)

E parece ser nesta direção a que Aparecida estimulou suas *consultas médicas* anunciadas pelo jornal *Santuário de Aparecida*: “**Consultas Médicas:** *Comunica-nos o Sr. Albino de Oliveira Júnior que o Sr. Dr. Arthur de Castro dará consultas médicas em sua farmácia todas as terças-feiras e sábados das 9 horas da manhã ao meio-dia*” (SA, 1/02/1902, p. 4).

Não se sabe se essas consultas eram pagas ou gratuitas. Como também não se sabe ao certo se o Dr. Arthur de Castro era de Aparecida, afinal, em anúncio de 1910, o jornal

saúda a vinda do Dr. Almeida Couto de Pouso Alto, estado de Minas Gerais, para Aparecida, quando afirmou não ter médico há muito tempo:

Dr. Almeida Couto: Fixou residência neste lugar o distinto médico Dr. Almeida Couto, que até agora residia em Pouso Alto. Há muito tempo que Aparecida ressentia-se da falta de um médico. Agora está remediada esta falta. (SA, 29/10/1910, p. 3)

As campanhas de vacinação estiveram presentes no Santuário de Aparecida.

Houve duas campanhas noticiadas pelo dito jornal as quais, em 1902 e 1908. Mesmo que numa diferença de seis anos, acreditamos demonstrar preocupação com a saúde pública da localidade a promoção de tais campanhas,

Vacina: O Sr. Dr. Arthur de Castro dispõe-se a vacinar contra a varíola todas as pessoas que para isso se apresentarem na farmácia do Sr. Albino Júnior, hoje, de 1 às 2 horas da tarde, assim como nos sábados seguintes. (SA, 7/06/1902, p. 4)

Vacina: Os Drs. Homero Ottoni e Benedicto Meirelles vacinaram contra a varíola, na farmácia do Sr. Mário Teixeira, quarta-feira, 365 pessoas. Hoje, das 8 às 10 horas da manhã, no mesmo local, o Dr. Benedicto Meirelles vacinará as pessoas que se apresentarem para esse fim. (SA, 22/08/1908, p. 3)

Importante registrar que campanhas desse gênero acompanhavam uma mobilização maior. Em São Paulo, por exemplo, a partir dos estudos de Bresciani (1993, p. 35), houve em 1908 uma Campanha de Vacinação contra varíola. A questão, no entanto, como demonstra a autora, é que a saúde pública paulista não dependia apenas dessas campanhas, mas do estado social em que as pessoas eram obrigadas a enfrentar neste grande centro. Em seu trabalho apresentou uma publicação da *Folha do Povo* acerca desse problema:

É, diga-se ao povo que se vaccine, que prepare contra o mal! Quando se vive no meio da imundície, da poeira, dos charcos, quando se tem o corpo estenuado por londo e brutal trabalho, quando se habitam pocilgas sem ar nem luz, humidas, amontoadas de porcos em chiqueiro (...) Quem está precisando de uma poderosa e radical vacinação é este miserável estado social.

Em relação à saúde pública aparecidense, em contrapartida, em edição de 11 de fevereiro de 1905, página 2, *O Santuário* publicou em coluna informativa sob o título “*Notícias várias*”: “*É excelente o estado sanitário desta localidade e não há aqui doente algum de moléstia contagiosa. Graças a Deus!*”.

Bem sabemos que, como em São Paulo houvesse jornais que tivessem outra opinião a respeito desse tema, em Aparecida, é preciso pensarmos na possibilidade de, além do fato de Aparecida não sofrer com a questão do crescimento demográfico desenfreado como em São Paulo, o *Santuário* pode estar se referindo a um público que era assistido no centro urbanizado que se formara no decorrer do seu processo de modernização que ora estudamos.

De iniciativa do poder público pouco veremos nas páginas do *Santuário de Aparecida* decisões que pudessem expressar grandes preocupações com a localidade. Em edição de 20 de junho de 1903, página 4, fora registrado a visita de uma comissão sanitária:

Comissão sanitária: O Sr. Dr. Afonso, atualmente em comissão sanitária na cidade de Guaratinguetá, estacou para esta localidade uma turma de camaradas para fazer a limpeza e a desinfecção dos quintais, cuja turma, dirigida pelo zeloso Sr. José Albuquerque, vai fazendo o serviço de maneira perfeita.

Mesmo quando existia alguma ação oriunda do poder público de Guaratinguetá que merecesse reconhecimento, este não vinha senão acompanhado dos protestos que elevassem a auto-suficiência de Aparecida em detrimento da intervenção de Guaratinguetá:

A epidemia: Quando a epidemia de gripe começou a irradiar-se do Rio de Janeiro para o interior, apareceu também, nesta localidade, alastrando rapidamente e levando à cama algumas centenas de pessoas. Graças a Deus, porém, a epidemia teve caráter muito benigno, tendo-se tornado fatal somente para algumas pessoas que já sofriam de outros incômodos. Muito contribuíram para o debelamento da gripe os Srs. Farmacêuticos Luciano e Américo Alves que prestaram seus serviços com a maior prontidão e dedicação. A Câmara Municipal de Guaratinguetá, por intermédio do Sr. Aristides Pereira de Andrade, contribuiu muito para o debelamento da epidemia e fez distribuir dinheiro, gêneros e remédios à pobreza. Também os Padres Redentoristas prestaram um grande auxílio aos pobres, fornecendo-lhes dinheiro, gêneros e remédios, além de visitá-los em suas casas. (SA, 30/11/1918, p. 3)

Vale sublinhar a ordem dos personagens que trabalharam para o “*debelamento da epidemia*” (SA, 30/11/1918, p. 3), esta em 1918: em primeiro lugar os senhores farmacêuticos Luciano e Américo Alves, cidadão importante na localidade; logo após a Câmara de Guaratinguetá; e, os Padres Redentoristas.

Seria apenas uma lista se Aparecida não tivesse uma insatisfação com a política guaratinguetaense. Os senhores farmacêuticos “*prestaram seus serviços com a maior prontidão e dedicação*” (SA, 30/11/1918, p. 3); são cidadãos de Aparecida que não se omitem ao prestar o socorro devido, ressalta o *Santuário*, que pela incompetência da política de Guaratinguetá, as iniciativas privadas aparecidenses sobrevivem ao desleixo do poder público imediato. Enquanto a Câmara guaratinguetaense distribui “*dinheiro, gêneros e remédios à pobreza*” (SA, 30/11/1918, p. 3), os padres redentoristas fazem o mesmo e, como que reforçando a tese do abandono da política de Guaratinguetá em relação ao distrito, procuram consolar as famílias visitando suas casas.

Existiu uma lógica ordeira em Aparecida. O jornal *O Santuário de Aparecida* noticiava periodicamente, por exemplo, seu apreço ao trabalho da polícia: “***Subdelegacia de Polícia: Está de jurisdição o Sr. Roberto Pereira Cardozo, que já tem prestado bons serviços na repressão enérgica da vagabundagem que aqui explora a caridade pública***” (SA, 5/01/1901, p. 7).

O mesmo jornal aparecidense quis mostrar a importância da polícia para a manutenção da moral, esta conseguida, quando não pelos processos catequéticos ou propriamente escolares, a coerção era um caminho alternativo:

Casas de jogo: A nossa polícia consentiu no estabelecimento de duas casas onde se joga o “inocente” víspora. Está agora na obrigação de fiscalizá-las, para que os menores que as têm freqüentado não continuem a fazê-lo. É uma obra de moralidade e de caridade afastar as crianças dos meios viciosos e perniciosos. (SA, 28/07/1906, p. 2)



Praça Nossa Senhora Aparecida –
1910
Disponível:
www.cidadedeaparecida.com.br.



Praça Nossa Senhora Aparecida – 1910
Disponível:
www.cidadedeaparecida.com.br.



Praça Nossa Senhora Aparecida – 1910
Disponível: www.cidadedeaparecida.com.br.
Acessado: 25/05/2007

Vale ressaltar a expressão “*está agora na obrigação de fiscalizá-las*”. Existe um tom de imposição, de mando, expressamente imperativo o que pode não significar que houvesse uma imposição real, mas uma demonstração de força da parte da Igreja, nesse caso, na voz dos Missionários Redentoristas na construção da *nova* Aparecida ou de cumplicidade destes ao que poderia ser costumeiro da polícia na época.

Foram vários os relatos do *Santuário* demonstrando a insatisfação dos aparecidenses, ou até indignação quanto, segundo julgam, ao abandono do poder público de Guaratinguetá.

Arbitrariedades municipais: Não se assuste a Câmara Municipal de Guaratinguetá. Não é da “boa vontade” com que trata esta freguesia de Aparecida que vamos falar, mas trata-se de uma resolução arbitrária que tomou a edilidade de Boa Vista das Pedras, lavrando um decreto de desapropriação do patrimônio da igreja da mesma vila e chamando a si a administração do mesmo patrimônio. (SA, 21/10/1905, p. 2)

E outras reclamações podem ser vistas, mesmo em edições anteriores. Por exemplo, em publicação de 25 de junho de 1904, página 2:

Melhoramentos em ruas da cidade: O Sr. Tenente José Rodrigues Alves, digno intendente municipal de Guaratinguetá, tem estado diversas vezes nesta freguesia e, segundo nos conta, S.S. delineou vários planos de melhoramentos a serem executados no largo e ruas desta localidade, os quais pretende levar a efeito antes da festa da Coroação de Nossa Senhora Aparecida. A população de Aparecida espera que a Câmara de Guaratinguetá aprove a realização daqueles melhoramentos.

Vale sublinhar: “*A população de Aparecida espera que a Câmara de Guaratinguetá aprove a realização daqueles melhoramentos*”, conforme citação acima. Há nítida insegurança do distrito em relação às promessas do intendente municipal e sua concretização o que necessitaria da aprovação da Câmara municipal.

Insegurança que se comprova por publicação dois anos após esta acima:

A Rua Nova: Esta nossa rua Nova está com ares de velha engelhada: tal é o estado de buracos e panelões a que ficou reduzida pelas últimas chuvas. No entanto, já temos tido vários dias de sol e a Câmara Municipal de Guaratinguetá não se lembrou de ao menos encher de terra os perigosos buracos. Talvez seja falta de uma reclamação, que ora dirigimos ao ilustre intendente municipal, Sr. Tenente José Rodrigues Alves, que certamente terá um pouco de compaixão por esta pobre e abandonada freguesia de Aparecida. (SA, 17/02/1906, p. 3)

Restava à Aparecida contar com o apoio privado, mais precisamente dos devotos os quais ajudavam nas melhorias locais, tratar com polidez as iniciativas públicas, sobretudo àquelas vindas de Guaratinguetá e continuar lutando pela sua emancipação. De qualquer forma, Aparecida precisava criar sua própria história, conquistar seu espaço de memória e assim o fez.

Neste caso há um processo bastante complexo de construção de uma memória peculiarmente aparecidense, afinal, há uma luta com Guaratinguetá que a dominava politicamente com toda força do alvismo, mas também há um não-dito aparecidense que o *Santuário de Aparecida* não disse, as fontes pesquisadas não disseram, os grandes eventos e inaugurações não se preocuparam em revelar. Aparecida repetiu com os seus, na ânsia da emancipação, a dominação que sempre sofreu de Guaratinguetá.

Ao se falar de Aparecida, fala-se de Nossa Senhora. Onde estavam seus mendigos que aparecem como aqueles que importunavam os romeiros, vadios e vagabundos? Quando o *Santuário de Aparecida* se refere ao povo nos grandes eventos, o faz após destacar pessoalmente as autoridades conforme costume da época, deixando uma impressão de ordem, conformidade e felicitação por parte das pessoas que compunham o que o jornal simplificava na expressão “povo”. Aparecida quis construir sua memória coletiva primando pelos milagres da Santa e recepção dos romeiros, e, para a realização de tal intento, mobilizou-se na construção de um espaço urbano moderno e letrado.

Carregador
d'Aparecida
(MELLO, 1905, p. 45)



Instantâneo tirado nas
ruas d'Aparecida
(MELLO, 1905, p. 11)

Michael Pollak (1989, p. 5), autor que trata em suas pesquisas a questão da formação da identidade social, ao falar sobre o que chamou de “*memória coletiva subterrânea*”, pode nos dar fundamentação teórica para entendermos esse processo:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nosso exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.

Por esse viés teórico, analisando o caso de Aparecida, é possível afirmarmos que este distrito, em vias de emancipação, quis ser lembrado pelos seus exemplos de luta e conquista. Dar espaço aos preguiçosos, mendigos, baderneiros que atrapalhassem a ordem da “cidade” seria, de alguma forma, prejudicar seu mito de origem e tudo o que fora construído em torno dele.

A Igreja quando não se fazia presente por meio de seus padres, estimulava as suas irmandades leigas demonstrarem o apoio à urbe aparecidense:

Conferência com muitos sócios: A Conferência de São Vicente de Paulo de Aparecida conta atualmente com 53 membros, sendo 4 honorários, prometendo com tais elementos proporcionar aos pobres que socorrer o consolo de dias melhores; e, ainda mais, à Conferência de Aparecida talvez esteja destinado resolver magno problema de regularizar a mendicidade nesta localidade. (SA, 15/02/1902, p. 2)

Desta Conferência de São Vicente de Paulo conhecidos como “Vicentinos” participavam aquelas pessoas que, de alguma forma, garantiriam seu reconhecimento em Aparecida. O sub-prefeito, tenente-coronel Rodrigo Pires do Rio, por exemplo e o Sr. Francisco Antônio das Chagas Pereira que foi o diretor das Escolas Reunidas quando instauradas em 1910 e do primeiro Grupo Escolar aparecidense, uma força intelectual da localidade.

Outras iniciativas, bem mais antigas, que nos remontam a meados do século XIX, registrados nos *Annaes Aparecidense* (PINHEIRO, 1905, p. 47-48) já tinham inaugurado esta lógica da provisão privada em detrimento da pública:

O tesoureiro que mais desenvolveu o progresso de Aparecida foi o falecido Capitão João dos Santos Silva, o qual por sua única deliberação, mandou abrir a rua Nova, hoje denominada, Rua Dr. Oliveira Braga. Dotou a Aparecida com um cemitério, o qual era chamado Cemitério de Nossa Senhora e cujos enterramentos eram gratuitos, hoje, porém, fechado, em virtude de ser aberto o novo Cemitério Municipal. Também formou uma Banda de Música em 1852. (...) É preciso que fique arquivado o seguinte; as despesas feitas com o abrimento da Rua Nova e com o Cemitério recaíram sobre este bom e progressista tesoureiro, pois que lhe foi negado o devido pagamento por conta da Capela.

O que é possível percebermos em Aparecida foi uma reconstrução da República de maneira que os ideais de laicidade do poder público e o que a ele era ligado, bem como, o de uma Pátria ordeira e progressista, estiveram sob a vigilância e controle da Igreja, de modo que foram os preceitos religiosos que deram o tom ao desenvolvimento aparecidense. Afinal, esta instituição, mais do que a escola, era que participava das inaugurações, indicava candidatos, trazia para suas irmandades os sujeitos mais influentes da localidade.

O *Santuário de Aparecida* publicou, na ocasião da visita do então Presidente da República, o Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, líder do chamado *alvismo guaratinguetaense* que também fora, governador do Estado de São Paulo e, no período imperial, Conselheiro do Imperador, Dom Pedro II, a presença das autoridades que se reuniram para receber tão ilustre visitante:

Dr. Rodrigues Alves: A 14 do mês corrente passou por aqui, em trem especial, o Exmo. Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente eleito da República. Para cumprimentar a S. Exa. Compareceram à estação o Exmo. Revdm. Sr. Bispo Diocesano (Dom Antônio Cândido de Alvarenga) com o seu secretário particular, o nosso Vigário, Rev. Pe. Wiggermann, os RR. PP. Redentoristas João e Vicente, o Sr. Coronel Rodrigo, os professores das escolas reunidas deste lugar etc. O Exmo. Sr. Presidente, desembarcando, conversou por algum tempo com o Exmo. Sr. Bispo, sendo na ocasião saudado pelo Sr. Cel. Rodrigo Pires em nome desta população, tocando em seguida a banda musical “Aurora Aparecidense” o Hino Nacional brasileiro. (SA, 17/05/1902, p. 2)

Há de se reparar que as autoridades, leia-se aqui, como sendo aqueles que gozavam de algum prestígio diante da coletividade aparecidense, formavam uma totalidade na recepção do presidente na estação: a Igreja com suas autoridades eclesiásticas, o bispo diocesano, Dom Antônio Cândido de Alvarenga e o Padre. Wiggermann, vigário do Santuário Episcopal e líder dos redentoristas, os professores das escolas reunidas⁵⁴ e o Sr. Coronel Rodrigo, sub-prefeito que se encarregou de saudar o presidente em nome da população de Aparecida.

O que estava em jogo era a oportunidade de Aparecida se manifestar pronta à emancipação, pois, ao prestigiar ilustre visita, mostrava que tinha condições de fazê-lo como um grande centro urbano o faria. A banda de música se encarregou de dar o clima festivo, porém, neste caso, muito simbólico, afinal, neste período, a banda estava presente nos principais eventos de uma cidade.

Desde que a Igreja Católica decidiu investir esforços no controle do culto prestado à Nossa Senhora e, por isso elevou a capela à condição de Santuário Episcopal em 1893 nomeando seu próprio vigário, inaugurou-se uma complexa teia de relações público-privadas que deram direção à rejeição de um passado inglório, rural, voltado à cultura popular. Daí a valorização das letras, logo da escola, da saúde, por isso, as campanhas de vacinação, da segurança, por isso, a polícia, da representatividade pública, daí se entende as lutas políticas travadas com Guaratinguetá na formação de seu próprio quadro, da religião, por isso, os Redentoristas.

Este passado inglório não está relacionado com o período Imperial como se houvesse em Aparecida uma opção especificamente republicana. A questão era modernizar-se para emancipar-se e se, para isso se concretizar era necessário assimilar, à sua maneira, o que se acreditava como sendo moderno no país naquele momento histórico. Foi assim que o

⁵⁴ Não se sabe a razão da expressão “escolas reunidas” ter sido usada pelo jornal *Santuário de Aparecida* uma vez que as escolas isoladas foram reunidas apenas em 1910 e passando a funcionar no centro de Aparecida.

distrito lutou na construção de sua representatividade política junto à Guaratinguetá, por meio das eleições diretas ao mesmo tempo em que formava seu corpo local de políticos.

No *Santuário* vemos que se lamentou o fato de Aparecida não conseguir eleger nenhum representante local na renovação da Câmara de Guaratinguetá, apesar de nomes como o do Sr. Tenente-Coronel Rodrigo Pires do Rio, sub-prefeito de Aparecida na ocasião da visita do Presidente da República – relatado acima – ser eleito para o cargo de juiz de paz da localidade.

Eleições municipais: Realizaram-se no município de Guaratinguetá, como em todo o Estado de São Paulo, a 30 de outubro próximo passado, as eleições para a renovação das Câmaras Municipais e juizados de paz. É de lamentar que a freguesia de Aparecida, tão importante e que concorre com elevada soma para o erário municipal, não tenha o seu representante na nova Câmara, como não o tem na atual e não teve na transata. Para os lugares de 1º, 2º e 3º juízes de paz do distrito de Aparecida foram eleitos os Srs. Tenente-Coronel Rodrigo Pires do Rio, Tenente Jeronymo Pereira de A. Bessa e Jayme Athayde Teixeira. (SA, 05/11/1904, p. 2)

A fim de entendermos melhor a força da política alvista de Guaratinguetá, vale destacarmos algumas passagens de um artigo⁵⁵ datado a 10 de abril de 1927 do jornal *Correio Popular* em seu ano XI, nº 83, p. 2 (COELHO, 1982, p. 73-75) que enaltece a figura do Sr. Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves e todos àqueles que, ligados a ele, foram responsáveis, segundo o artigo, pelo progresso guaratinguetaense:

Guaratinguetá, a Sultana do Norte de São Paulo, é uma pequena capital. Ali tudo está dentro das normas do progresso, de conforto, de civilização. Da sua antiguidade, que infunde especial carinho e respeito, aos seus moderníssimos, que encanta, a cidade é primorosa. Os seus templos vetustos, expressivos, por todos os títulos respeitáveis, dão à cidade um tom especial de dignidade e veneração. As suas ruas e praças, otimamente calçadas e arborizadas, prendem as vistas de quem as visita, e fazem-lhe este convite (...).

A idéia de *progresso* é que conduzirá todo o artigo, sobretudo o que se entendia, na época, por “*normas do progresso*”, senão a aproximação com os grandes centros,

⁵⁵ Ver artigo na íntegra no Anexo 4

principalmente São Paulo. Interessante notar que ao conceito de progresso estão associados os de “conforto” e “civilização”. Conforto pelas ruas e praças calçadas e arborizadas. Civilização, porém, dá-nos entender as formas pelas quais a política era conduzida em Guaratinguetá, ou seja, como se dava o alvismo naquela cidade.

Dentre as suas praças destaca-se a Praça Conselheiro Rodrigues Alves. (...) E assim moderna e assim sugestiva é toda a cidade de Guaratinguetá, de que nos iremos ocupando em todos os números desta publicação. A cidade é, pode-se dizer, sem receio de contestação, feita pelo alvismo, que há de meio século lhe vem imprimindo toda a ação de progresso e de grandeza.

A cidade moderna foi feita pelo alvismo. A modernidade de Guaratinguetá pertence à política encabeçada pelo Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, ou Conselheiro Rodrigues Alves.

Na seqüência, o artigo apresenta diversos nomes ligadas direta ou indiretamente ao Conselheiro enaltecendo a dinastia alvista e insistindo no argumento inicial do progresso e modernidade da cidade e conclui da seguinte forma:

O Norte de São Paulo precisa conhecer mais minuciosamente o que tem sido a ação cívico-social do alvismo, para lhe fazer a justiça, e, irem com raras exceções, as suas cidades, buscar ensinamentos em Guaratinguetá, a sultana do norte, verdadeira pequena capital de São Paulo.

Esta dinastia alvista atravessou todo o período estudado. Em 1901 *O Santuário* já noticiava a eleição do Comendador Antônio de Paula Rodrigues Alves, irmão do Sr. Francisco de Paula Rodrigues Alves:

Intendente Municipal: Em sessão de 4 de corrente a Câmara Municipal de Guaratinguetá elegeu seu intendente, para o ano vigente, ao Ilmo. Sr. Comdr. Antônio de Paula Rodrigues Alves. É de esperar que S.S. secunde ao Sr. Dr. Júlio Pourchet, seu antecessor, nos bons serviços prestados a esta localidade (Aparecida). (SA, 12/01/1901, p. 7)

Importante destacar que em artigo tão apologético ao alvismo guaratinguetaense nenhuma alusão é feita ao distrito de Aparecida. Elevam-se os grandes feitos no centro da cidade, a arborização, a praça, o solar, mas evita, esquece e, por isso, faz lembrar o distrito que disputa fama, reconhecimento e modernidade.

A emancipação política do distrito de Aparecida, do ponto de vista burocrático e documental, passou por três momentos:

1. O dito território da Vila de Guaratinguetá fora elevado a distrito em 1842, pelo decreto provincial nº 19;
2. O referido distrito adquiriu sua autonomia, em dois momentos: primeiro, a autonomia eclesiástica pela Provisão datada em 28 de novembro de 1893 por Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, Bispo de São Paulo, quando elevou a Capela de Nossa Senhora Aparecida à Paróquia e lhe deu o título de Santuário Episcopal isentando-a da administração da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá; segundo, a autonomia administrativa, conforme noticiada pelo *O Santuário*, na qual se registrou o expresso desejo do Presidente do Estado de São Paulo, Sr. Dr. Jorge Tibiriçá, em 1905, como segue:

Mensagem presidencial: O Exmo. Sr. Dr. Jorge Tibiriçá (Presidente do Estado de São Paulo), na Mensagem que dirigiu ao Congresso do Estado, entre outras considerações sobre a reforma da municipalidade, diz o seguinte: “Providência que também me parece acertada é de dar aos distritos de paz certa autonomia, a fim de que, por intermédio de um conselho executivo, habituá-los a cuidar dos seus serviços particulares e especiais, deixando-se-lhes uma parte da renda com que ajudam as despesas dos municípios a que pertencem”. Este tópico da brilhante Mensagem encheu de satisfação aos habitantes de Aparecida, que, sendo realizada a proposta do ilustre Presidente do Estado, poderá manter-se com decência e sob a administração direta dos moradores da freguesia. (SA, 15/04/1905, p. 2)

3. A autonomia política por meio da emancipação devidamente decretada pela lei estadual 2312 de 17 de dezembro de 1928, conforme transcrição do jornal *A Gazeta de São Paulo* em 18 de dezembro de 1928:

A promulgação da Lei

Recebendo os respectivos autógrafos, o Sr. Presidente do Estado promulgou o decreto legislativo que é concebido nos seguintes termos:

Art. 1º – Fica criado o município de Aparecida, com sede na do atual distrito de paz do mesmo nome na comarca de Guaratinguetá.

Art. 2º – As suas divisas são as mesmas do atual distrito de paz, principiando no lugar denominado Arueira; Paraíba acima, até as divisas de Pindamonhangaba, com Guaratinguetá, do mesmo lugar denominado Arueira, principiando no barranco do Paraíba, a rumo direito a sair nas divisas do sítio de Francisco Nabo Freire Guimarães, com terras dos herdeiros de Francisco de Arueira, seguindo deste ponto a rumo direito a sair no ribeirão dos Mottas e por este acima até a sua nascente e deste a rumo direito até o Alto da Serra que limita Guaratinguetá com os municípios de Lagoinha e São Luiz.

Art. 3º – Revogam-se os dispositivos em contrário.

Esta autonomia definitiva promulgada pela lei acima descrita fora uma conquista aparecidense fruto de organização e inteligência de sua representatividade política. Organizou-se uma comissão de notáveis, conforme anunciou o *Santuário de Aparecida* em 8 de março de 1922, página 3 que se encarregara de representar o desejo de emancipação do distrito diante da câmara estadual:

Autonomia de Aparecida: Sabemos que foi organizada uma comissão composta dos Srs. Cel. Rodrigo Pires do Rio, Comdr. Augusto Marcondes Salgado e farmacêutico Américo Alves para dar os passos necessários à autonomia desta localidade, e tratar da criação do Município de Aparecida. Essa antiga aspiração do povo aparecidense tomou vulto ultimamente, e parece que em breve será uma realidade.

Esta comissão consolida uma articulação política já anunciada com presteza pelo *O Santuário*. Todos os seus membros participavam da diretoria da Conferência de São Vicente de Paulo, importante irmandade leiga, devidamente reconhecida pela Igreja Católica apostólica Romana. O Cel. Rodrigo, já em 1902 era o subprefeito do distrito na ocasião da visita do presidente da República, Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves; o Comdr. Augusto

Marcondes Salgado foi tesoureiro do Santuário no período de 1900 a 1946, ano em que viera a falecer; farmacêutico Américo Alves fundara sua farmácia em 1918 e no mesmo ano foi importante personagem no combate à epidemia, subdelegado em 1924 e, conforme destaca *O Santuário*, responsável pela estação de telégrafo, considerado melhoria de grande valia à localidade, no ano de 1927.

Inauguração da estação de telégrafo: Com a presença do Exmo. Sr. Dom José Marcondes Homem de Mello, o Revdmo. Vigário da Basílica e muitas pessoas gradas do lugar, inaugurou o Exmo. Sr. Amâncio Esquibel a estação telegráfica de Aparecida. Foram passadas telegramas às primeiras autoridades civis e religiosas, entre elas o senador Dr. Arnolpho Azevedo, a quem se deve este melhoramento. Parabéns ao esforçado batalhador para o progresso local, Sr. Américo Alves, que muito trabalhou para conseguir esta estação. (SA, 6/08/1927, p. 2)

Aparecida para se emancipar deveria conseguir trazer para o seu centro diversos elementos que lhe dessem um perfil urbano. E, no decorrer do período estudado, muitos desses elementos foram configurando os ares citadinos de Aparecida.

Por exemplo, o mercado municipal:

Inauguração do Mercado Municipal: Conforme anunciamos, realizou-se domingo passado (dia 13) a inauguração do mercado de Aparecida. Para esse fim vieram de Guaratinguetá o Juiz de Direito, Dr. Álvaro Augusto de Carvalho Aranha, o prefeito municipal, Cap. Alfredo Antunes de Oliveira, os vereadores Cap. José Joaquim de Castro e Benedito Rodrigues Alves, o Dr. Benedicto Meirelles, o Dr. João Arantes e outros cavalheiros. Abriu e presidiu a sessão, a pedido do Sr. Prefeito, o Dr. Juiz de Direito. Este declarou inaugurado o mercado e deu em seguida a palavra ao Sr. Prefeito que fez a entrega do mercado ao povo. (SA, 19/12/1908, p. 3)

A Agência de Correio fora trazida em uma casa mais central, afinal, a cidade deveria crescer do centro para a periferia, conforme anunciou *O Santuário* em 9 de outubro de 1909: “A agência de Correio local está funcionando em uma casa mais central e espaçosa, junto ao antigo Hotel Fernando” (SA, 9/10/1909, p. 3).

Em 1913 houve a inauguração do Serviço de Abastecimento de Água:

Abastecimento de água: No meio de brilhantes festejos e satisfação geral foi inaugurada domingo passado (dia 20) o serviço de abastecimento de água deste lugar. À solenidade de inauguração assistiram o Sr. Presidente e os Vereadores da Câmara Municipal de Guaratinguetá, muitas outras pessoas gradas da vizinha cidade e toda a população daqui. (SA, 26/04/1913, p. 2)

A inauguração dos bondes elétricos que contara com grande participação popular, bem como, das autoridades municipais e estaduais, os quais vieram ligar Aparecida a Guaratinguetá, em março de 1914 informado pelo jornal *O Santuário*, como também, a nova banda musical em 7 de abril de 1917, noticiada em edição de 11 de abril do mesmo ano, são outros exemplos de iniciativas na localidade.

O Santuário demonstrou-se enfático quanto à importância da elevação das Escolas Reunidas à categoria de Grupo Escolar:

Grupo Escolar: Em um dos números do “Santuário” do mês de novembro do ano passado publicamos a notícia da elevação das Escolas Reunidas desta localidade à categoria de Grupo Escolar. Essa notícia, com era de se esperar, causou muita satisfação. Muita satisfação causou, também, a nomeação do Sr. Prof. Francisco Antônio das Chagas Pereira para diretor daquele Grupo. (SA, 15/07/1916, p. 3)

Parece ser, porém, a pobreza o grande problema de Aparecida:

Asilo dos pobres: A Prefeitura Municipal de Guaratinguetá representou à municipalidade sobre a conveniência de ser desapropriado o terreno das ruas Oliveira Braga e Monte Carmelo, em Aparecida, terreno triangular com extensão de 80,6m, 39,2m e 86,6m em cada lado do triângulo, e destinado a receber o edifício que servirá de asilo para os pobres do lugar. Esta representação foi remetida à Comissão de Justiça da Câmara Municipal. (SA, 6/09/1913, p. 2)



Praça Nossa Senhora Aparecida – 1920
Disponível:
www.cidadeaparecida.com.br



Praça Nossa Senhora Aparecida – 1920
Disponível:
www.cidadeaparecida.com.br

Em pouco mais de um ano inaugurou-se o Asilo dos Pobres:

Asilo dos pobres: Domingo passado (dia 7) inaugurado o asilo dos pobres, recentemente construídos sob os auspícios da Conferência de São Vicente. Após a Missa conventual o Revdmo. Vigário dirigiu-se ao asilo, seguido dos confrades de São Vicente, dos pobres e da banda de música. Feita a benção do edifício foi lavrada uma ata que todos os presentes assinaram. (SA, 13/01/1915, p. 2)

Mas, novamente, foi da iniciativa privada aparecidense que veio o auxílio necessário para o funcionamento das obras no distrito em vias de emancipação. O jornal *O Santuário* informou à população sobre a contribuição do Sr. José Florindo Coelho ao Asilo dos Pobres:

Para o asilo dos pobres: A Companhia Telefônica “N. S. Aparecida”, de propriedade do Sr. José Florindo Coelho, que tem sua estação no Hotel Andrade, entregou por intermédio da proprietária deste hotel, a Exma. Sra. Maria José de Andrade, a quantia de 20\$000, metade dos lucros, para o asilo dos pobres desta localidade. (SA, 9/10/1915, p. 3)

Sob o título “Melhoramentos locais”, *O Santuário* anunciou melhoramentos, inclusive com a utilização de verbas estaduais:

Melhoramentos locais:

Prosseguem com grande atividade as obras de construção da nova Estação ferroviária de Aparecida, esperando que dentro em poucos meses seja inaugurada. No cemitério municipal está sendo construído uma elegante capela, cumprindo-se assim uma disposição estamentária do Sr. Gabriel Ribeiro de Souza, falecido no ano passado em Lorena, o qual legou a quantia de 4:000\$000 para esse fim. A Câmara Municipal de Guaratinguetá resolveu mandar fazer uma nova captação de águas para o abastecimento de Aparecida. Esses serviços já estão bem adiantados, de sorte que dentro em pouco nossa população terá mais abundância do precioso líquido, que até agora tem sido tão escasso. O Governo do Estado deu um auxílio de 30:000\$000 para esse melhoramento. Vão bem adiantadas as obras do grande Colégio N. S. Aparecida. (SA, 22/07/1922, p. 2)

Sob o título “Notícias Várias” o *Santuário de Aparecida* demonstrou entusiasmo quanto às eleições ocorridas a 17 de fevereiro de 1924, ao noticiar a formação do Congresso Estadual de maioria do Partido Republicano Paulista registrando, assim, sua esperança quanto

ao apoio necessário desta Casa à independência política do distrito por meio da criação oficial do município de Aparecida.

Notícias várias:

Correram muito animadas as eleições aqui realizadas, a 17 do corrente, para renovação de 1/3 do Senado e para Deputados à Câmara Federal. Os candidatos indicados pelo Partido Republicano Paulista obtiveram 130 votos e os da oposição 27. Reina grande entusiasmo nesta localidade pelo movimento ultimamente levantado em favor da independência do lugar, com a criação do Município de Aparecida, velha aspiração de toda a população. (SA, 23/02/1924, p. 3)

Em 1º de dezembro de 1928 comemorou-se o empenho do Sr. Presidente do Estado de São Paulo, Dr. Júlio Prestes em encaminhar à Câmara o pedido formalizado pela Comissão aparecidense composta pelos senhores: Srs. Cel. Rodrigo Pires do Rio, Comdr. Augusto Marcondes Salgado e Sr. Américo Alves.

Município de Aparecida: O Exmo. Sr. Presidente do Estado, Dr. Júlio Prestes, encaminhou à Câmara dos Deputados a representação que foi dirigida pelo povo de Aparecida, pedindo a elevação deste distrito de paz a município. Recebida pela respectiva comissão da Câmara, esta solicitou, de acordo com o texto expresso de seu regimento interno, as necessárias informações do Sr. Dr. Juiz de Direito da Comarca de Guaratinguetá, à Câmara Municipal e Juiz de Paz, em exercício em Aparecida. Tendo em vistas estas informações, exigidas pelo regimento da Câmara, a Comissão de Estatística oferecerá imediatamente o projeto de lei criando o Município de Aparecida, justa aspiração do povo desta localidade. (SA, 1/12/1928, p. 2)

Enfim, Aparecida tornou-se município independente. O jornal *A Gazeta de São Paulo* enalteceu a emancipação política do distrito aparecidense. Este jornal dedicou sua primeira página datada a 18 de dezembro de 1928, sob manchete escrita em letras garrafais, “*Aparecida do Norte é agora sede de município*”, com foto panorâmica da localidade, mostrando-a arborizada, com carros nas ruas e casas bem fundadas:

Pelo Presidente do Estado será depois de amanhã promulgada a lei votada pelo Congresso, elevando a município o distrito de paz de Aparecida do Norte, em Guaratinguetá. Distrito de paz desde 1842, os habitantes do novo município de há muito pleiteavam a lei, ora aprovada. Nesse sentido dirigiram, em 1896, uma representação ao Congresso, tendo sido, em 1898, apresentada à Câmara um projeto

que não logrou passar. Em 1925 o deputado Rangel de Camargo, representante do 3º distrito estadual, político em Guaratinguetá e Aparecida, ofereceu à Câmara novo projeto criando o município de Aparecida. Objeto de forte oposição foi ardorosamente defendido pelo seu autor e, finalmente também rejeitado, sob pretexto de não ter a população de dez mil almas. Continuando os aparecidenses e o deputado Rangel de Camargo na luta em prol da aspiração daquela localidade, resolveram estão os habitantes de Aparecida dirigir uma representação ao Presidente do Estado, Sr. Júlio Prestes, que a enviou, com um ofício, à Câmara dos Deputados. A Comissão de Estatística dessa Casa do Congresso tomando em consideração essa representação resolveu ouvir as autoridades competentes sobre o desejo dos aparecidenses. As informações foram todas absolutamente favoráveis às idéias do povo de Aparecida, sendo de notar que a Repartição de Estatística, pelo seu relator, Deputado Sá Pinto, de novo ofereceu à Câmara o projeto elaborado em 1925 pelo deputado Rangel de Camargo. Depois de passar pelos trâmites legais, esse projeto foi convertido em lei, tendo sobre ele falado na Câmara o deputado Rangel de Camargo, e, no Senado, o senador José Vicente de Azevedo que dando o seu voto favorável narrou aos seus pares.

Este fato foi comemorado por toda Aparecida, como narrou o *Santuário de Aparecida*:

Salve Aparecida, novo município!

Raiou a liberdade para a cidade de Aparecida. Não é demais que registremos nestas linhas com justo desvanecimento e sincera alegria uma data aureolada de glória: a Independência de Aparecida. Raiou o dia da liberdade, o dia almejado por todos os aparecidenses, o dia da vitória e do triunfo, o dia da sua própria municipalidade. Não há na hora presente uma pena que possa traduzir o júbilo festivo do povo aparecidense. Já no dia 17, às 10 horas da noite, a banda-de-música, anunciou a festa, percorrendo as ruas da cidade, não obstante o mau tempo. No dia seguinte, a cidade acordou embandeirada, com música e foguetes para festejar dignamente o primeiro dia de sua vida municipal: o dia 18 de dezembro. De noite, houve manifestação do povo. (SA, 22/12/1928, p. 1)

A Arquidiocese Metropolitana de São Paulo enviou ao tesoureiro Sr. Marcondes Salgado uma missiva⁵⁶ demonstrando seu contentamento pelo evento, bem como, o apoio ao novo intento como município independente:

São Paulo, 11 de maio de 1929.

Exmº Ilmº Conselheiro Marcondes Salgado
Respeitosas saudações

Muito de propósito esperei o dia de hoje, o grande dia de Nossa Gloriosa Virgem Aparecida para dirigir esta carta que é portadora dos meus votos de congratulações a essa cidade, a esse povo e às dignas autoridades.

O motivo dessas minhas sinceras congratulações é por ter a tradicional cidade da Virgem conseguido o foro de município.

⁵⁶ Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

Bem sabe V. Excia que a minha pessoa sempre foi por essa conquista e hoje esse desejo do bom povo sendo uma realidade, cumpro o meu dever de, suplicando à Virgem Aparecida que abençoe o nosso município com suas autoridades e munícipes, externar esse grande contentamento que empolga a minha alma.

Dêem graças a Deus por esse fato.

De V. Excia, servidor em Jesus Cristo

Monsenhor Dr. Martins Ladeira

(secretaria do arcebispado de São Paulo)

A emancipação do distrito aparecidense deveu-se ao seu *processo civilizador* bem articulado e balizado pela Igreja. Para tanto, o investimento nas letras, logo, na escola, fora imprescindível. A escola em Aparecida não foi uma extensão natural da proposta republicana paulista. A escola aparecidense nasceu aos olhos da Igreja. Teve sua proposta. Respondeu aos anseios de uma época.

É nesse sentido que abordaremos, neste próximo capítulo, a Escola, ampliando nossas reflexões sobre o processo de modernização aparecidense.

3. A ESCOLA EM APARECIDA

No centro de toda cidade, (...) houve uma *cidade letrada* que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder (...).
(RAMA, 1985, p. 43)

É-nos grande a preocupação em compreender como se deu a instauração da escola em Aparecida, bem como seu papel no processo de emancipação deste distrito, uma vez que, como vimos, eram tão grandes as forças das religiosidade e Religião em torno da devoção a Nossa Senhora da Conceição Aparecida que existe o risco de simplificarmos as relações responsáveis pelas transformações ocorridas ao longo do tempo apontando, apenas, para tal fenômeno como sendo o único capaz de explicar o desenvolvimento aparecidense, desviando nossa atenção dos conflitos que existiram, documentados ou não.

Nos anos inaugurais da república brasileira acreditava-se numa escola potencialmente redentora, conforme o ideário republicano apregoava. Rosa Fátima de Souza (1998, p. 26) ao explicar sobre a concepção de educação difundida neste período, o que, por iniciativa paulista, gerou a construção dos grupos escolares, afirma: “*A crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos*”. Uma escola capaz de emanar influências unilaterais, isentas de quaisquer interesses políticos, civis ou religiosos, resguardada pela neutralidade científica.

Interessados em estipular um marco na história brasileira os republicanos, sobretudo os integrantes do Partido Republicano Paulista, queriam que a Proclamação de 15 de novembro de 1889 fosse este divisor de águas. José Murilo de Carvalho (2004, p. 56) afirma sobre a dificuldade no caso brasileiro de se encontrar um herói, ou seja, um

personagem que representasse essa passagem de modo a torná-la significativa, ou ainda, fosse capaz de carregar o fardo de uma nova era inaugurada pela Proclamação:

No caso brasileiro, foi grande o esforço de transformação dos principais participantes do 15 de novembro em heróis do novo regime. As virtudes de cada um foram cantadas em prosa e verso, em livros e jornais, em manifestações cívicas, em monumentos, em quadros, em leis da República. Seus nomes foram dados a instituições, a ruas e praças de cidades, a navios de guerra. Quadros como o de Henrique Bernardelli, exaltando Deodoro, foram expostos a admiração pública.

Neste sentido, em se tratando da educação, principalmente a escolar, Marta de Carvalho (1989, p. 25) em seu *A Escola e a República*, mostra-nos que a imagem que se propuseram passar era de uma república ordeira e progressista que viera para superar, e muito, o passado de trevas do Império:

À visão do luminoso templo laico levantado com recursos que o Império havia destinado à construção de uma catedral, contrapunham-se visões tenebrosas da escola na velha ordem: “casas sem ar e luz, meninos sem livros, livros sem método, escolas sem disciplina, mestres tratados como párias”. No retrato da educação no Império, a falta de recursos “trazia a de estímulos, o desânimo, e a escola pública era, em geral, a penitenciária do menino, e o ganha-pão do mestre”. Dessas escolas não se poderia nem obter educação cívica, nem “preparação para satisfazer as necessidades da vida ou para desempenhar as funções sociais, que o regime representativo exige”, nem “preparo da mentalidade infantil para receber as idéias que por ampliação se lhe deveriam inculcar nos anos superiores”. Por isso, resolvido o problema econômico, o social e o político, o governo republicano ter-se-ia voltado para o da instrução.

Bem sabemos que nem somente passado de trevas, como se o período imperial nada fizera pela educação, nem somente luzes conforme os republicanos desejaram. Se São Paulo fora pioneiro em implantar a escola graduada – o grupo escolar – tida, na época como um grande avanço, inclusive dentre os países europeus considerados modernos e desenvolvidos –, não conseguira “evoluir” como se pregou e, muito menos, com a homogeneidade desejada.

Em Aparecida a escola pública foi instaurada ainda no período imperial. Sobre esta instauração encontramos duas fontes que, apesar de manterem o ano de 1854, divergem-se quanto ao número da lei / decreto e o dia da promulgação da mesma:

1. Conforme o site da *Assembléia Legislativa*, encontramos que teria sido pela Lei n. 26, de 03 de maio onde consta a criação “*de uma cadeira de primeiras letras na capela da senhora da conceição Aparecida, município de Guaratinguetá*”⁵⁷.
2. Pelo site da *Cidade de Aparecida*, teria sido instaurada por meio do decreto provincial 484 de 5 de maio de 1854⁵⁸.

Conforme a lei nº 60 de 10 de abril de 1880⁵⁹, esta “*cadeira de primeiras letras*” fora transferida: “*transfere as cadeiras de primeiras letras da Capela da Aparecida para a freguesia de São Manoel, do município de Botucatu e a do sexo masculino do bairro do Lageado para a do bairro dos moinhos, quarteirão do rio pardo, igualmente do município de Botucatu*”.

Oito anos depois, esta escola, senão esta, alguma outra que fora criada posteriormente, fora removida conforme indica a Lei nº 47 de 21 de março de 1888⁶⁰: “*remove a cadeira do sexo feminino do cerrado para a cidade de Sorocaba, e a do sexo masculino da aparecida para o bairro do Passa-tres*”.

Entre transferências e remoções, podemos dizer que, pelas fontes pesquisadas, desde a criação da escola em 1854, Aparecida não contou com um serviço público de educação cuja existência estivesse em evidência. Mesmo a educação não parecendo ter sido prioridade dos investimentos públicos, existiam escolas o que já nos é suficiente para afirmarmos que a difusão das letras em Aparecida não se iniciara somente com as iniciativas

⁵⁷ Disponível: www.al.sp.gov.br. Acessado: 20/08/2008.

⁵⁸ Disponível em: <http://www.cidadeaparecida.com.br/aparecida/municipio/historias/aconteceu.htm>. Acessado em 15/02/2007.

⁵⁹ Disponível: www.al.sp.gov.br. Acessado: 20/08/2008.

⁶⁰ Disponível: www.al.sp.gov.br. Acessado: 20/08/2008.

republicanas, muito menos com a criação de seu grupo escolar que ocorrera em 1915. É certo que esta difusão se intensificara a partir da República que, no caso aparecidense, parece-nos que por meio de uma combinação de forças entre Igreja e Escola, iniciativas pública e privada, e não somente por uma intervenção verticalizada do Estado na localidade de modo a reproduzir sua política da capital para o interior.

É nesse sentido que encaminharemos este debate, neste capítulo, em dois momentos: primeiramente, em “Aparecida das Letras”, nosso esforço será em mostrar a maneira como as *letras* vão tendo seu espaço reconhecido em Aparecida e as diversas iniciativas para que o distrito se mostrasse civilizado, moderno, desenvolvido; num segundo momento focalizaremos a iniciativa pública quanto à instauração das Escolas Reunidas em 1910, bem como, sua elevação à categoria de Grupo Escolar em 1915 de modo a desnaturalizar este processo no sentido de não concebê-lo como evolutivo, mas, como resultado de disputas políticas e interesses de diversos grupos que eram norteados por princípios ordeiros, ventilados em ares republicanos, apropriados por um distrito que se estruturou sua emancipação no culto e devoção a Nossa Senhora Aparecida.

2.1. APARECIDA DAS LETRAS

Nosso monarca, D. Pedro II, pode até ter sido um grande mecena, como sugere Fernando de Azevedo (1971, p. 103), ao falar sobre nosso imperador que, com demonstrações de bastante benevolência apoiava diversas iniciativas que servissem para difundir uma cultura letrada, erudita e humanista, não deixando dúvida quanto à sua inclinação para a literatura, filosofia e avanços da tecnologia européia. Por esse prisma existiu uma lógica que conduziu

suas fundações e investimentos, tais como, o Museu Nacional, o Observatório Astronômico, o Instituto Histórico e a Biblioteca Nacional:

Ele animou as letras, as ciências e as artes, não somente com a ação catalítica de sua presença, nas festas de arte ou de espírito, mas fazendo publicar as obras às suas expensas, subvencionando viagens de estudos aos artistas da Academia Imperial de Belas-Artes ou do Conservatório de Música e valorizando, pelo seu exemplo, as atividades intelectuais. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 21 de outubro de 1838, não teve maior protetor que *Pedro II*, que assistiu e presidiu a 506 de suas sessões em 40 anos, lhe fez valiosas doações de obras e manuscritos e, ainda exilado em 1891, pouco antes de sua morte, lhe legou a sua biblioteca particular e uma coleção preciosa de retratos, gravuras e mapas antigos. Certamente, a função de *Mecenas* ninguém a exerceu com mais naturalidade e elegância moral do que esse monarca ilustre e magnânimo: podia já ser muito para as ciências, as letras e as artes o apoio constante com que as incentivou o Imperador, mas era muito pouco para as responsabilidades de um homem e um Chefe de Estado. No entanto, foi devido em grande parte a esse estímulo caloroso que puderam desempenhar, em todo o Império, uma alta função cultural as grandes instituições como o Museu Nacional, o Observatório Astronômico, o Instituto Histórico e a Biblioteca Nacional – uma das mais importantes senão já a maior do continente americano.

Apesar de muito admirar a cultura erudita, Dom Pedro II não conseguiu ampliar e difundir uma cultura que gerasse unidade e identidade ao povo brasileiro e colocasse nosso *processo civilizador* num patamar cultural, muito além da visão legalista que predominou na transição Império – República. Poderíamos divagar dentre muitas explicações: talvez, pela falta de uma visão de totalidade das necessidades que entremeavam a realidade brasileira; pelas crises constantes que obstaculizavam as articulações políticas que se mostrassem mais promissoras; ou ainda, não sabemos até que ponto a idéia de modernidade era valorizada.

Em se tratando das crises as quais nos referimos no parágrafo acima, buscamos no sociólogo Octávio Ianni (1969, p. 298-299) que as pontua da seguinte forma:

Não há dúvida de que outros aspectos também são importantes para explicar o caráter da sociedade brasileira nas últimas décadas do século dezenove. Os estudiosos costumavam destacar os seguintes: as repercussões da Guerra do Paraguai na sociedade nacional, no plano econômico, político e social; o aparecimento do “exército deliberante” no quadro da política nacional; a expansão acelerada da cafeicultura, tornando-se o setor dominante na economia brasileira; os surtos iniciais de produção artesanal e fabril; o abolicionismo e a abolição; a imigração européia, desdobrada nas colônias do Brasil meridional e na política de “braços para a lavoura cafeeira do oeste paulista”; o movimento republicano e a queda da Monarquia, pela ação conjugada de civis e militares. Esses acontecimentos

podem contribuir para elucidar a fisionomia da sociedade brasileira na época, desde que convenientemente conjugados.

Esse complexo quadro da realidade brasileira nas últimas décadas do século dezanove, inclusive pela existência de uma política nacional pouco articulada, aliás, descentralizada, desde o Ato Adicional de 1834, não conseguiu tornar sólido um sistema de educação de caráter nacional, mesmo que tenham existido propostas que tentaram levar novos ares à educação brasileira (GONDRA, 2003).

Reportamo-nos a Luciano Mendes de Faria Filho (2003, p. 139), historiador que focaliza as iniciativas educacionais de Minas Gerais e seu impacto na política nacional, a fim de apresentar sua análise à proposta de Rui Barbosa, um dos políticos e intelectuais atuantes no final do século XIX:

É nessa direção que devemos entender, por exemplo, as preocupações daqueles que, como Rui Barbosa, propunham reformar, no final do século XIX, todo *sistema* de instrução no Brasil e não apenas um ou outro nível, uma ou outra instituição de ensino, dando-lhe uma coerência e organicidade, a partir de variadas visões políticas, que tinham em comum a crença **no progresso da nação por meio do progresso das letras** [grifo nosso]. Para isso, diziam, não bastavam escolas ou instituições isoladas, seria preciso, inclusive de acordo com as nações mais desenvolvidas, reformar o ensino dando-lhe um caráter moderno e nacional.

Importante sublinhar “*progresso da nação por meio do progresso das letras*”. A difusão das letras aqui no Brasil teve à sua frente um enorme paradoxo: via-se, de um lado, a vontade, por influência do movimento iluminista, que a população fosse letrada e, para tanto, defendia-se a criação de mecanismos de difusão dessas letras, enquanto que, de outro lado, a ausência de uma política nacional, organizada e moderna que desse conta da ampliação das oportunidades as quais garantissem o acesso ao universo letrado.

Em Aparecida a construção de uma cidade letrada como elemento fundamental para o progresso parece ter se tornado imprescindível. Uma crítica publicada pelo jornal

Santuário de Aparecida, em edição de 18 de janeiro de 1913 (SA, 18/01/1913, p. 3), chamou muito nossa atenção:

A quem de direito: É costume antigo entre nós de serem espetáculos anunciados por indivíduos grotescamente vestidos e pintados, que andam a gritar pelas ruas e seguidos de meninada também a gritar. Este modo de reclame, próprio para lugares sertanejos, onde a arte de ler e escrever está pouco conhecida, não deixa de ser impróprio para centros civilizados e adiantados e por isso já desapareceu de quase todas as cidades vizinhas. **Como Aparecida também se gloria de ser um centro civilizado, onde os reclames podem ser feitos por meio de cartazes** [grifo nosso], pedimos a quem de direito, de livrar-nos do seu palhaço e do seu cortejo, permitindo sua saída, quando muito, nos dias de Carnaval.

Algumas expressões merecem destaque:

1. “*Costume antigo*”: o jornal imprime aqui seu conceito de moderno como sendo urbano e letrado em contraponto a *antigo* como aquilo que já não se concebe naquela dinâmica citadina que caracterizava Aparecida. Enquadra-se *antigo* nos lugares sertanejos de onde os ritmos nada lembram aos ares da modernidade;
2. “*Centros civilizados adiantados*”: aqui expressa a vontade de Aparecida ser reconhecida de tal forma. Em 1913, quando publicado este informe crítico, já havia no centro de Aparecida as Escolas Reunidas há três anos com 260 alunos distribuídos em sete turmas com funcionamento regular, matutino para os garotos e a partir do meio-dia para as meninas. A ordem das palavras também merecem destaque, pois não bastou os *centros* serem *civilizados*, o que já seria suficiente para expressar a intenção aparecidense em criar os meios necessários para ser civilizada; reforça-se a idéia de civilizado acrescentando o adjetivo *adiantado* o que retoma o ponto anterior quanto ao conceito de antigo e nele a sua condição rural. Aparecida quer se identificar com aqueles grandes centros urbanos e desenvolvidos, como São Paulo e Rio de Janeiro, em se tratando de Brasil,

mas também, dos centros estrangeiros, possivelmente, os modelos europeus.

3. “*já desapareceu de quase todas as cidades vizinhas*”: Aparecida como é um centro desenvolvido, possui escola e nela freqüentam mais de duas centenas de crianças, meninos e meninas, não poderia admitir posturas que não fossem coniventes com tal nível de desenvolvimento. Provavelmente, há preocupações do *Santuário de Aparecida* quanto às disputas com Guaratinguetá, cidade a qual Aparecida era distrito e que tinha uma política pouco preocupada com a modernização aparecidense.
4. “*Como Aparecida também se gloria de ser um centro civilizado, onde os reclames podem ser feitos por meio de cartazes*”: nesta precisamos analisá-la em dois momentos. Primeiro, Aparecida se demonstrou orgulhosa em ser um centro civilizado. A escola, Escolas Reunidas, mas também, seus jornais e tipografias dão ao lugar a condição letrada, nodal ao reconhecimento como moderna e desenvolta. Em segundo, decorrente do já dito, se “*os reclames podem ser feitos por meio de cartazes*”, significa que, pelos menos no que se pretende passar, em Aparecida existiam poucos analfabetos, ou talvez, superestimando as iniciativas na difusão das letras, não houvesse analfabetos.

A valorização da escola em Aparecida parece vir de longa data. Em 1901, segundo publicação do *Santuário de Aparecida*, fora transferida para a Escola Mista do bairro de Santa Rita dos Machados a professora Sra. Risoleta Lopes de Oliveira:

Nova professora: Pelo governo do estado foi concedida à Exma. Sra. D. Risoleta Lopes de Oliveira, professora normalista, com exercício no 1º Grupo Escolar de Campinas, a remoção, que solicitou, para a escola mista de Santa Rita dos Machados, nesta localidade. (SA, 23/02/1901, p. 6-7)

O referido jornal fez questão de enfatizar sua formação e experiência: “*professora normalista*”, ou seja, uma senhora que teve formação específica para a instrução, é uma profissional que exercia seu ofício no “*1º Grupo Escolar de Campinas*”. Aqui temos a combinação *grupo escolar*, uma inovação da educação paulista, e *Campinas*, a referência de uma cidade maior que já tinha um processo de escolarização mais avançado que o de Aparecida.

Isto nos chama a atenção pelo fato de ter sido publicado no jornal de origem religiosa que, de alguma forma, propunha-se informar a população dos mais variados assuntos, privilegiando os relacionados a Nossa Senhora como também aqueles que representassem a emancipação da localidade.

Em relação às iniciativas, de ordem privada, as quais buscaram a difusão das letras em Aparecida, podemos destacar o caso das Escolas Noturnas, conforme anunciado pelo *Santuário de Aparecida*:

Escola Noturna: O Círculo Católico São José criou em prol dos seus sócios uma escola noturna que começou a funcionar na segunda-feira (dia 12) desta semana. É professor da mesma o quartanista da Escola Normal de Guaratinguetá, Sr. João Severino Villela, presidente do Círculo. A matrícula já indica número bastante elevado. (SA, 17/05/1913, p. 2)

A Igreja desempenhava seu papel por meio dos leigos que se organizam nos grupos e círculos, devidamente reconhecidos pela autoridade eclesial, no caso, pelos Padres Redentoristas que, ao anunciarem tal iniciativa do *Círculo Católico São José* demonstraram seu apoio ao projeto. Este apoio pode ser visto na expressão “*Católico*” que não faz parte do nome Círculo São José, mas é uma opção sua origem e engajamento na Igreja Católica, passando a imagem de aprovação e combate aos protestantes que procuravam seu espaço em Aparecida.

Em relação aos protestantes, uma publicação de 1921 do *Santuário de Aparecida* chamou nossa atenção:

Ainda o pastor protestante: O ministro protestante, que conforme no último número anunciamos, esteve aqui, ofereceu a diversos hoteleiros cem mil réis para que lhe permitissem fazer uma conferência em sua sala. Mas em Aparecida não há hoteleiros que por cem mil réis ceda sua sala para uma conferência protestante. Assim ele falou da janela da casa de um pobre preto. Como suas palavras logo provocassem protestos, ele encolheu-se e apenas distribuiu uns poucos folhetos. Mas ele devia dar conta a seus patrões do que fez e, por isso, ao sair de Noturno, atirou punhados de folhetos pela janela do trem. Até uma distância de dois quilômetros, a margem da linha amanheceu semeada de folhetos protestantes.

O *Santuário*, como voz católica, catequética, educativa apresenta o ministro protestante como mau exemplo enquanto que ao anunciar o professor, Sr. João Severino Villela, percebe-se a preocupação do jornal em anunciar sua condição de presidente do Círculo e quartanista da Escola Normal de Guaratinguetá. Assim, virtudes como “seriedade”, “responsabilidade” são aquelas que o “ser católico” garantiria, enquanto que “ser quartanista” dá a idéia de competência, afinal, a Escola Normal de Guaratinguetá foi construída nos moldes daquela de São Paulo, Escola Normal da Capital, da praça, de onde deveriam sair os moldes para a escolarização no estado de São Paulo.

Quando *Santuário* anuncia as aulas do Curso Noturno, cujo professor era presidente do Círculo Católico de São José e quartanista da Escola Normal de Guaratinguetá, elucida a inclinação e vocação de Aparecida às letras: aos que pudessem estudar em idade adequada, havia as Escolas Reunidas elevadas à categoria de Grupo Escolar, aos demais, o Curso Noturno no qual “*a matrícula já indica número bastante elevado*”. O que importava, ao que nos parece, era que todos os aparecidenses estivessem aptos a participarem da *cidade das letras*.

Apesar de citar a Escola Normal de Guaratinguetá, não era a referida cidade que estava em evidência, mas o que ela representava, ou seja, o fato da sua escola ser tão moderna quanto à Escola Normal da capital do estado.

Quanto à Escola Normal da capital, referimo-nos àquela criada pela Reforma Caetano de Campos, entre os anos de 1890-1892, a qual nos remetemos à Marta de Carvalho (2003, p. 225-226), que em seu *Reformas da Instrução Pública* faz um estudo sobre as reformas paulistas e daquelas que se inspiraram, segundo a autora, na proposta de São Paulo, durante o período convencionalmente chamado de República Velha entre os anos de 1889 à 1930.

É com a Reforma Caetano de Campos que se inaugura a lógica que preside a institucionalização do modelo escolar paulista. Na Escola Modelo (anexa à Escola Normal criada pela Reforma) os futuros mestres podem “ver como as crianças eram manejadas e instruídas”. Desse modo de aprender centrado na visibilidade e na imitabilidade das práticas pedagógicas esperava-se a propagação dos métodos de ensino e das práticas de organização da vida escolar. (...) Assim é que a Escola Modelo era constituída, como instituição nuclear da Reforma, pois não seria, segundo o ponto de vista do reformador, “ser mestre em tais assuntos sem ter visto fazer e sem ter feito por si”. Para assegurar a excelência do modelo a ser imitado, Caetano de Campos enumera os ingredientes que garantiriam o sucesso de sua reforma: mestres formados no estrangeiro para os alunos-mestres da Escola Modelo; moderno e profuso material escolar importado; prédio apropriado e “criação de bons moldes” de ensino.

Em edição de 13 de janeiro de 1906 (SA, 13/01/1906, p. 3), alguns anos antes da oferta do Curso Noturno – comentada nas páginas 109 e 110 –, o *Santuário de Aparecida* anunciou, sob o tema “*Aula gratuita*”, uma iniciativa voltada a atender meninos e meninas pobres:

Aula gratuita: Propõem-se ensinar gratuitamente meninos e meninas pobres, principalmente órfãos, debaixo da proteção de N. S. Aparecida. Ensinam: religião, ler, escrever e contar, das 10 horas ao meio-dia e das 2 às 4 da tarde. Não aceitam meninos e meninas que estejam matriculados nas escolas públicas.

Este atendimento seria, provavelmente, fruto de trabalho voluntário de pessoas ligadas à Igreja, afinal seria “*debaixo da proteção de N. S. Aparecida*” e seria ensinado, além de ler, escrever e contar, “*religião*”, o que, pela ordem apresentada no anúncio, parece-nos revelar a importância das letras desde que voltadas ao entendimento dos preceitos religiosos.



Escola Normal de São Paulo (da Praça)
 CORRÊA, Maria E.P., MELLO, Mirela G.,
 NEVES, Hélia M.V. *Arquitetura Escolar*
Paulista: 1890-1920. São Paulo: FDE.
 Diretoria de Obras e Serviços, 1991.



Escola Normal de Guaratinguetá
 CORRÊA, Maria E.P., MELLO, Mirela G.,
 NEVES, Hélia M.V. *Arquitetura Escolar*
Paulista: 1890-1920. São Paulo: FDE.
 Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

Vale ressaltar que não deveriam desfrutar desse atendimento todos os que já estivessem “*matriculados nas escolas públicas*”. Há uma complementariedade e uma combinação de forças das instâncias públicas e privadas com vistas à otimização do desenvolvimento de Aparecida e, talvez, alguma disputa.

Não se fala, dentre os documentos aos quais tivemos acesso, de algum tipo de preferência e, por isso, discriminação quanto aos meninos e meninas pobres do distrito no tocante ao atendimento na escola pública. Porém, uma vez que as Escolas Reunidas nasceram da reunião, num prédio central, das escolas isoladas dos bairros Santa Rita e Aroeira, é possível que algumas crianças deixassem de ser atendidas.

Porém, vale considerar que o número de crianças que freqüentavam as Escolas Reunidas, mesmo no centro – duzentos e sessenta em 1910 segundo ofício do Dr. Antônio Morato de Carvalho, Inspetor Escolar e Diretor em Comissão para Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, Secretário de Estados dos Negócios do Interior⁶¹ – não era pequeno, para uma cidade que somente atingiu a casa dos dez mil habitantes em 1928, na ocasião de sua emancipação política, e, além do mais, os referidos bairros (Santa Rita e Aroeira) nem eram distantes em demasia, a ponto de obstaculizar o acesso à escola.

A já comentada “*Aula gratuita*” fora anunciada em 1906. Vinte anos depois, em edição de 30 de janeiro de 1926, o *Santuário de Aparecida* (SA, 30/01/1926, p. 3) registrou mais uma iniciativa, desta vez denominada “Escola Paroquial”, destinada ao atendimento aos meninos e meninas pobres de Aparecida. A questão da pobreza parece ter sido uma tarefa difícil neste processo de emancipação do município:

Escola Paroquial: Do dia 1º de fevereiro em diante a escola paroquial vai ser mista. A seção masculina continuará sob a competente direção da Exma. Sra. Dona Sinhana Pires do Rio Monteiro; a seção feminina vai ser dirigida pelas irmãs do Colégio São Carlos, e é destinada **somente para meninas pobres do bairro de Santa Rita** [grifo nosso].

⁶¹ Arquivo do Estado, C07084, 1910-11. Todas as referências do Arquivo do Estado serão tratadas a partir da sigla “AE”, seguido do código de identificação e ano do documento ou pasta de documentos.

Chama-nos a atenção a expressão “*somente para meninas pobres do bairro de Santa Rita*” ao se referir ao público que seria atendido pelas irmãs do Colégio São Carlos. É preciso considerar que foi a escola isolada deste bairro que serviu na instauração das Escolas Reunidas em 1910. Parece-nos que, da iniciativa pública – nesses dezesseis anos –, não teria sido instalada outra escola. Outra questão é a própria opção pelo bairro, não o de Santa Rita propriamente, mas pelas crianças de algum bairro e não àquelas pobres do distrito como um todo. Uma vez que o Grupo Escolar estava no centro de Aparecida talvez não houvesse vagas para todos ou existiriam exigências, tais como, o material e uniforme, que, porventura, pudessem gerar algum constrangimento e/ou fossem um obstáculo à presença desses pobres na escola.

Sobre esta questão não temos nenhuma fotografia ou documento escrito no qual pudéssemos identificar o uso do uniforme, por exemplo, em Aparecida. Porém, em outras escolas do estado de São Paulo ou Minas Gerais, é possível percebermos esta prática, inclusive como preceito de higiene, elemento bastante valorizado na época.

Por que o alerta, “*somente*”? Havia tanta procura a ponto de se tornar necessário um atendimento mais restrito? Por que estes pobres não estavam no Grupo Escolar?

Estas questões ganham relevância porque se referem a meninos e meninas – importante sublinhar a preocupação quanto ao atendimento do público misto – que estavam fora da escola, mas que, de alguma forma, tinham tempo para os estudos e, não sendo desta forma, poderiam estar nas ruas importunando os romeiros sendo vistas como problema que a polícia deveria resolver, significando o atraso e, talvez, um obstáculo à emancipação do distrito, conforme assinalamos no primeiro capítulo deste trabalho ao abordarmos a questão da formação do espaço urbano de Aparecida.

Por outro lado, as iniciativas de difusão das letras pretendiam construir uma *Aparecida letrada*, uma cidade que primasse pelo erudito em detrimento do popular. Um

povo que ocupasse ordenadamente os espaços urbanos. Um povo que compreendesse uma religião dogmática que se esforçava para se sobrepor à religiosidade popular.

Há, neste processo, uma educação quanto ao uso do tempo. Se a criança que não estivesse na escola poderia estar na rua é, de alguma forma, uma evidência que o processo de modernização de Aparecida pode ser avaliado, também, pelo viés do uso do tempo. Não somente em relação às crianças. As romarias passaram de espontâneas a programadas de modo a não se perder tempo. As missas e outras atividades como as bênçãos do Santíssimo⁶² e de Nossa Senhora, esta para encerrar as missas, bem como uma oração dedicada especialmente à Maria, mãe de Jesus, conhecida como “*Angelus*”⁶³, passaram a ter hora marcada. A escola também deveria funcionar a partir dos preceitos da modernidade e, dentre estes, o tempo programado, cronometrado, de modo a garantir a ordem e disciplina no desempenho das atividades escolares.

Correia e Gallego (2004, p. 14), em relação ao que vão chamar de “*socialização nos tempos*” afirmam que o uso do tempo é algo aprendido, desnaturalizando, desta forma, os processos de assimilação e expressão das noções de temporalidade que fazemos uso no decorrer de nossas vidas.

A aprendizagem das noções de tempo e da respectiva manipulação na vida cotidiana constituem um processo que se prolonga por toda a infância e culmina, no essencial, durante a adolescência. Nas nossas sociedades, os indivíduos são submetidos, desde a mais tenra idade, às modalidades de socialização pautadas por regularidades, ritmos, durações, continuidades e descontinuidades a que estão associados, por via de regra, o calendário e o relógio. Há uma gama de noções temporais a serem aprendidas, entre elas: ontem, hoje, as estações do ano, semanas, meses, anos, horas, minutos, segundos... Além disso, há um sistema de valores e normas de conduta, tais como pontualidade e assiduidade. Portanto, as nossas idéias acerca do tempo, implícitas ou explícitas, não são, por conseguinte, inatas nem elaboradas de forma espontânea. Elas resultam de um processo prolongado de socialização, que se inicia na família, se desenvolve pela educação escolar e é apurado em muitos outros contextos sociais, através do qual as práticas e as interações das pessoas são organizados de acordo com determinados esquemas cognitivos e as experiências são estruturadas e interpretadas.

⁶² Santíssimo é o nome dado, entre os católicos, à hóstia consagrada, cujo dogma determina que seria a “corpo de Cristo”. No caso da bênção, esta hóstia, é colocada num objeto, mormente em forma de cruz, alguns de ouro e brilhantes, chamado de ostensório.

⁶³ Ver letra completa no Anexo 5.

Mesmo que sejamos submetidos a ritmos, a uma cadência, a certas regularidades à medida que nos inserimos na sociedade, há pouco de natural nesse processo: há um tempo fabricado que serve a um determinado povo num espaço e período específicos, o que, por sua vez, dá-nos margem a afirmarmos que a identidade de um povo pode ser lida a partir das formas pelas quais são distribuídas suas atividades no tempo.

Thompson (2005, p. 267-304), em seu “*Costumes em Comum*” dedica o sexto capítulo desta obra, intitulado “*Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial*” às questões relacionadas ao uso do tempo. O autor nos ajuda a perceber que as relações humanas vão se modificando a partir das suas condições sócio-históricas, ou seja, da materialidade das coisas que lhes são dadas e transformadas, num processo dialético que modifica as relações humanas e assim, sucessivamente.

Nesta linha, podemos dizer que não há um tempo numa determinada comunidade ou cidade, mas, ao contrário, existem vários tempos que ora se sincronizam ora se disputam, e, harmonizam-se com uma cadência maior, mormente ditada pela organização política – em se tratando do uso do poder – que pretende balizar estes outros. Quando esta “política” não consegue controlar estes outros ritmos, são criados processos de marginalização e anulação desses outros.

No caso de Aparecida, esta “política” a qual nos referimos parece ser ditada pela Igreja que balizava, dava a cadência, impunha os ritmos. Conforme publicações no *Santuário de Aparecida* é possível verificarmos alguns exemplos dessa disciplina quanto ao uso do tempo e este enquanto quesito à formação da identidade de um povo: o aproveitamento dos feriados, o comportamento durante a missa, calendário de festas e dias santificados, são apenas alguns poucos exemplos.

Dias Santificados: escrevem-nos: A Companhia Luz e Força aumenta o número de seus bondes nos domingos e dias feriados, porém, não o faz nos dias santificados. Ora, o nosso povo pouca importância dá aos dias feriados, enquanto respeita muito

os dias santificados. Convém, portanto, que a Companhia estenda a estes dias o horário dos domingos, para que não haja a falta de condução, como aconteceu na semana passada, no dia de São Pedro. (SA, 10/07/1920, p. 3)

À escola aparecidense, mesmo constituindo o seu próprio tempo, o que vamos chamar de “tempo escolar”, com suas próprias festas, ano letivo, calendário de matrículas, exposições, exames, inclusive a seriação que impôs um tempo para cada nível de ensino, parece não ter disputado com o “tempo da Igreja”, mas, ao contrário, aliou-se a ela a fim de se construir, em Aparecida, o “*sucesso social*” por meio do “*controle das paixões*”. Cabe-nos, no entanto, definirmos o que tomamos como “*tempo escolar*”. Para tanto, recorremo-nos a Correia e Gallego (2004, 12) que assim o conceituam:

Quando falamos de tempo escolar, no seu todo, referimo-nos a um sistema social de referências temporais a partir do qual se define, organiza e regula o funcionamento, os ritmos, a coordenação, a sincronização das interações no interior da escola e que o distinguem e colocam em relação com outros tempos sociais. Tendo em vista que a realidade escolar é concretizada em diferentes escalas e contextos, nos quais se situam e se redefinem as atividades e as interações dos atores escolares, devemos considerar a existência de um tempo escolar global composto por múltiplas temporalidades, correspondentes a outros tantos sistemas de referência temporal, que se sobrepõem, complementam ou conflituam entre si.

Em Aparecida, Igreja e Escola articularam-se, aproximaram-se no intuito de emancipar o distrito. Nesse processo se construiu uma sociedade peculiarmente aparecidense e, desta, uma realidade na qual a escola se inseriu. A escola pública em Aparecida não foi uma extensão da Escola Modelo de São Paulo, apesar de não podermos negar as suas preocupações em aproximar-se dos modelos tidos como modernos; da mesma forma, apesar do seu Grupo Escolar não ter sido uma escola confessional, a escola laica difundida pelo ideário republicano fora apropriado em Aparecida a partir da religiosidade perene do seu cotidiano.

Dessa combinação de forças, é que fazem sentido as mais diversas mobilizações em torno da difusão das letras no distrito. Segundo Norbert Elias (1993, p. 229), um dos

caminhos, para se atingir o que ele chama de “*sucesso social*”, é a construção de um povo letrado, de modo que, o desenvolvimento do autocontrole é quesito fundamental, pois propicia o amadurecimento dos sujeitos de tal maneira que aceitarão o controle de suas paixões. Segundo este autor:

O aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação das paixões, necessária tanto para escrevê-los quanto para lê-los.

Não se sabe, pelo menos nas fontes com as quais trabalhamos, sobre a quantidade de livros que circularam em Aparecida no período em que nos propusemos estudar. Em 1904, segundo edição do *Santuário de Aparecida* de 13 de fevereiro do corrente, consta o pré-lançamento do “*Manual do Devoto de Nossa Senhora Aparecida*”:

Manual do Devoto de Nossa Senhora Aparecida: Está no prelo este novo “Manual”, que contará com uma descrição desenvolvida do aparecimento de Nossa Senhora Aparecida, do progresso religioso desta Romaria, algumas graças importantes concedidas por N. S. Aparecida, orações próprias para o cristão, para Missa, Confissão, Comunhão, Via-Sacra etc e, finalmente, uma série de cânticos usados no Santuário. (SA, 13/02/1904, p. 4)

No mesmo ano, consta que o referido manual se esgotara numa tiragem de três mil exemplares:

Manual: Está esgotada a 1ª edição do “Manual do Devoto de N. S. Aparecida”. Este piedoso livrinho alcançou um verdadeiro sucesso, pois em poucos meses vendeu-se toda a edição de 3.000 exemplares. Sabemos que vai ser feita a 2ª edição, e esta com melhor impressão e com alguma alteração e algum aumento. (SA, 8/12/1904, p. 2)

É difícil sabermos o quanto se circulou entre os aparecidenses dentre esses três mil exemplares vendidos, mas, a relação com as letras, em Aparecida, é mais ampla.

Documentos, como o assinado pelo Padre Oto Maria Bobem⁶⁴, Missionário Redentorista, apontam para a existência de jornais e tipografias no distrito.

Ensino [grifo do autor]: Grupo escolar dirigido por Francisco Antônio das Chagas Pereira; Colégio Santo Afonso, fundado em 14/05/1902; Convento de Ensino para mulheres fundado em 03/05/1920. Biblioteca: nada. Jornais: Houve os seguintes jornais: 1. Tim-tim por Tim-tim: diretor Manoel Marques Pinheiro; 2. Busca-pé, foi publicado há 40 anos por Inácio Custódio. 3. O Horizonte, redator Francisco Antônio das Chagas Pereira; 4. O Contemporâneo, redator Francisco Antônio das Chagas Pereira, gerente Miguel Maia. 5. Voz d'Aparecida, redator Manoel Marques Pinheiro, gerente Carlos de Toledo Neves. 6. O Santuário, fundado em 10 de novembro de 1900. Tipografia: Estrela d'Aparecida, redator proprietário Cônego Antônio Marques Henriques que publicava o jornal Luz d'Aparecida; Folha d'Aparecida, redatores diversos, gerente Luiz Pereira da Fonseca; Echo popular, redator Francisco Antônio das Chagas Pereira, gerente José Ambrósio de Oliveira Borges; Santuário d'Aparecida, Padres Redentoristas, gerente Júlio Braga; O Pharol, João Evangelista de Andrade.

A questão pode ser assim colocada: se Aparecida fosse tão analfabeta, quais interesses motivariam uma indústria de jornais em meio a um povo que desconhecesse as letras? Além do mais, a existência, segundo Padre Bobem, de tipografias, bem como a crítica anunciada pelo *Santuário de Aparecida* em relação aos que ainda não faziam seus reclames de forma escrita (conforme queixa intitulada “*A quem de direito*”, citada na introdução deste trabalho, p. 20) reforça nossa impressão de uma Aparecida letrada.

É possível ver, em Aparecida, uma elite letrada, responsável pelos planejamentos, representações oficiais, organização dos eventos. Elite esta que se encontrava e se articulava na Conferência de São Vicente de Paulo, cuja composição foi registrada pelo *Santuário de Aparecida* (SA, 7/12/1901, p. 6), em 1901:

Conferência de São Vicente de Paulo: Pelo Sr. Dr. Alberto Saladino Figueira de Aguiar, Presidente do Conselho Central de São Paulo, foi instalada neste Santuário a Conferência de São Vicente de Paulo de Nossa Senhora Aparecida, instituição de caridade genuinamente católica. A sessão de instalação da Conferência deu-se no convento dos RR. PP. Redentoristas, com a presença dos Srs.: Revdmo. Vigário da Paróquia, Pe. Gebardo Wiggermann, tenente-coronel Rodrigo Pires do Rio, Augusto Marcondes Salgado, Roberto Pereira Cardozo, José Lopes Ferreira, Belmiro Gomes

⁶⁴ Padre Bobem, falecido em 1954, assina este documento manuscrito e sem data. Porém, suas informações coincidem com o período estudado – Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida.

de Andrade, Antônio Jorge de Lorena, Luiz Matiniano dos Santos, **Francisco A. das Chagas Pereira** [grifo nosso], Jayme Athayde Teixeira, Marcolino Antonio de Freitas e Joaquim Pinto Barbosa. Após a exposição feita pelo ilustre Dr. Saladino dos fins da sociedade, foi aclamada a seguinte diretoria: Presidente, Revdm. Pe. Gebardo Wiggermann; **secretário, Francisco A. das Chagas Pereira** [grifo nosso]; e Tesoureiro, Jayme Athayde Teixeira.

Podemos destacar alguns nomes que demonstraram tal articulação e combinação de forças dessa então elite letrada. Srs. Cel. Rodrigo Pires do Rio, fora subprefeito em Aparecida, o Comendador Augusto Marcondes Salgado, tesoureiro do Santuário Episcopal entre os anos de 1900 à 1946 e, como tal, tinha exclusividade no trato com o arcebispo de São Paulo, recebia em sua própria casa as autoridades que viessem em visita ao santuário e fora vereador eleito na composição da primeira Câmara de Vereadores na ocasião da emancipação do distrito aparecidense. Estes dois, juntamente com o farmacêutico Américo Alves (um pouco mais moço) formaram a comissão que fora responsável em representar junto ao Sr. Presidente do Estado de São Paulo, Dr. Júlio Prestes, em 1º de dezembro de 1928, a intenção oficializada da emancipação política de Aparecida.

Outro nome, o qual fizemos questão de sublinhar é do Sr. Francisco Antônio das Chagas Pereira, homem que esteve voltado às letras durante toda sua vida. Fora professor em Aparecida ainda numa escola isolada masculina, diretor das Escolas Reunidas mantendo-se no cargo após sua elevação à Grupo Escolar, redator de vários jornais.

É a composição de uma elite letrada que se transformou, nas palavras de Rama (1985, p.43), num “*anel protetor*” do poder, cujo elemento articulador é a Igreja, por isso não estavam separados, distantes, alheios ou alienados aos processos que dinamizaram a urbe, mas, ao contrário, compuseram o próprio poder. Completa Rama (1985, p.43): “*Todos os que manejavam a pena estavam estreitamente associados às funções do poder*”.

Em Aparecida, ser secretário da Conferência de São Vicente de Paulo significou ter o poder de *manejar a pena* dando seu próprio tom à história das intervenções dessa irmandade religiosa na política aparecidense. Há uma delegação aos donos das letras que

transcendem a dos copistas medievais. Ao contrário destes últimos, os letrados se incumbem não de reproduzir, mas de produzir o sentido, aqui tomado como direção e significado às suas letras, de certa forma, sacralizando-as, perpetuando sua presença.

Conforme Rama (1985, p. 42), dentro das cidades,

(...) sempre houve outra cidade, não menos amuralhada, e não menos porém mais agressiva e redentorista, que a regeu e conduziu. É a que creio que devemos chamar de *cidade letrada*, porque sua ação se cumpriu na ordem prioritária dos signos e porque sua qualidade sacerdotal implícita contribuiu para dotá-las de um aspecto sagrado, liberando-se de qualquer servidão para com as circunstâncias.

Importante destacarmos que, diferente de Guaratinguetá onde toda sua vida política girava em torno da oligarquia alvista, em Aparecida, houve a formação de um grupo heterogêneo no qual se inseriram pessoas de formação e origem bem diferentes. Se olharmos novamente a mesa dos componentes da Conferência de São Vicente de Paulo é possível identificarmos fazendeiros, padre e pessoas voltadas à educação e saúde. À Comissão merece a mesma apreciação. A presença do Padre Gebardo Wiggermann está para além de sua função sacerdotal, aliás, os Padres Redentoristas se destacaram, talvez, pela maneira como conformaram suas relações com a cúpula católica, com a política guaratinguetaense e local e, ao mesmo tempo, com a multidão de romeiros em torno de Nossa Senhora Aparecida.

A partir destas considerações é possível afirmar que, em Aparecida, a heterogeneidade do grupo de intelectuais que compuseram o *anel protetor* do poder aparecidense deu ao distrito uma identidade, pela sua força e longevidade na elaboração e aplicação de políticas que conduziram a localidade à emancipação.

Rama (1985, p. 46), a respeito da força dos intelectuais, afirma: “*A força do grupo letrado pode ser percebida através de sua extraordinária longevidade*”. Longevidade esta que podemos verificar em relação a alguns sujeitos aparecidenses. O tesoureiro do Santuário Marcondes Salgado ocupou este cargo, mesmo após a presença dos redentoristas no

distrito, durante quarenta e seis anos, quando veio a falecer. O farmacêutico Américo Alves que desde o ano de 1918 já aparecia como sendo um sujeito de iniciativas fundando sua farmácia e combatendo a epidemia, sendo subdelegado, vereador e o primeiro prefeito de Aparecida, função que exerceu em quatro gestões. O Prof. Francisco Antônio das Chagas Pereira que desde o final do século XIX, consolidou-se como força intelectual da cidade sendo professor e, como diretor, sua atuação ultrapassou os anos de 1930.

Quanto ao primeiro, não sabemos a sua formação, porém, pela sua participação na vida social de Aparecida e seu contato com as autoridades eclesiásticas e civis dá-nos condições de classificá-lo, neste caso, como intelectual. O segundo, Américo Alves, farmacêutico formado pela Escola de Farmácia de Pindamonhangaba, consolidou seu lugar na política de Aparecida sendo um nome em destaque durante larga data e foi a voz do distrito nos encaminhamentos finais do processo de emancipação. O terceiro, Chagas Pereira, pela larga atuação à frente da educação pública na localidade, foi homenageado com a inauguração do prédio que abrigou o grupo escolar aparecidense no dia do seu aniversário, 4 de outubro de 1921. Todos esses, assistidos e apoiados pela Igreja.

Estes são alguns nomes que demonstram outro lado dessa elite intelectual, o que Rama (1985, p. 54) chamará de *“cidade escriturária”*: *“Acima de tudo, inspirou a distância em relação ao comum da sociedade. Foi a distância entre a letra rígida e a fluída palavra falada, que fez da cidade letrada uma cidade escriturária, reservada a uma estrita minoria”*.

Em Aparecida, não obstante às inúmeras iniciativas de letramento do seu povo, eram-lhe oferecida as primeiras letras, àquelas suficientes para lhes dar civilidade e compreensão dos ritmos citadinos, não às outras, superiores, usada pelo corpo intelectual aparecidense e, assim, pela palavra erudita, diferenciava-se dos demais, eram reconhecidos durante toda teatralização da vida urbana.

Aparecida precisava se lançar no intento da diferenciação das demais cidades da região de modo a ser reconhecida, ou seja, ter a sua própria identidade, autonomia, o que a faria independente de Guaratinguetá.

No caso de Aparecida, sua identidade já era ameaçada a partir do próprio nome quando é conhecida pelo complemento “do Norte”. Além disso, os romeiros sempre presentes. Somente em 1911, conforme noticia o *Santuário de Aparecida* (SA, 27/01/1912, p. 2), o movimento na estação alcançou o número de 110 mil passageiros e em 1921 (SA, 24/06/1922, p. 1) este número se elevava para 200 mil.

O que seria, pois, uma ameaça, tornou-se elemento essencial na identidade do aparecidense que se organizou em torno do movimento dos romeiros e do sonho de sua autonomia política, como já assinalado.

Mas era preciso mais do que uma organização que suportasse a presença dos romeiros e a eles dedicasse toda hospitalidade. Aparecida quis criar sua identidade e, para tanto, depositou na difusão das letras, quer seja pela iniciativa privada, *Escola Paroquial*, *Escola Noturna*, quer seja pela iniciativa pública, sobretudo a partir da instauração das Escolas Reunidas em 1910.

2.2. DAS ESCOLAS ISOLADAS A GRUPO ESCOLAR

Esta escola, tal como conhecemos, ou seja, com salas homogêneas, no mesmo prédio, este com espaço apropriado que atendesse às orientações médico-sanitaristas, uma arquitetura planejada para tal intento, sob a mesma direção, mantida pelo poder público, consolidou-se, aqui no Brasil, nos primeiros anos do período republicano, ou seja, na última década do século XIX, fazendo parte do conjunto de transformações que a sociedade

brasileira daquela época vivenciou: o progresso econômico (a partir da segunda metade do século XIX) que se deu, principalmente, pelo gradativo e intenso cultivo do café na região sudeste – o que no Vale do Paraíba não foi diferente – o qual incentivou, por sua vez, a presença do trabalhador livre que veio satisfazer nossa “*fome de braços*”⁶⁵ (IANNI, 1969, p. 303), a urbanização e lançou as bases da industrialização.

Este processo de modernização ao qual se dispôs a neófito república brasileira, combinado aos avanços da medicina – vemos, neste período, sanitaristas combatendo as epidemias, por exemplo – e modernização do Estado, por influência Liberal e Positivista, na tentativa de inaugurar uma nova era, a República, fomentaram as condições sócio-históricas capazes de implementar a construção dos grupos escolares públicos que se espalharam por todo estado de São Paulo por ser pioneiro nesta empreitada e, a partir desse sistema de ensino paulista que se tornou modelo, por todo Brasil passando a representar um dos maiores esforços à construção de uma sociedade moderna e desenvolvida que queria ser inserida no “*concerto das nações*”⁶⁶ (KUHLMANN Jr., 2001, p. 234).

O conceito de modernidade, bem como, todos os elementos que a caracterizam, no entanto, não se configuraram na República, como se fossem uma pérola republicana. Esta imagem de luzes e vitória sobre as trevas do Império foi uma construção dos partidários desse regime que lutavam pelo seu reconhecimento.

Gondra (2003) afirma que muitos desses ideais que serviram à propaganda republicana se consolidaram neste regime uma vez que encontraram as condições sócio-históricas necessárias. Por exemplo, o autor mostra que os preceitos higienistas, sobretudo na

⁶⁵ Expressão usada por Octávio Ianni (1969) ao se referir à lógica em que se pautou a transição do trabalho escravo pelo livre e este fenômeno como elemento nodal ao *progresso econômico* nos anos finais do século XIX e início do século XX, o que, segundo o autor, deu-se, principalmente à imigração européia e asiática.

⁶⁶ Expressão usada pelo professor KUHLMANN Jr. para identificar o encontro das nações que exibiam seus avanços técnico-científicos nas chamadas Exposições Internacionais, as quais passaram a ser úteis na classificação dos países entre centrais, aqueles mais desenvolvidos nos mais diversos setores, e periféricos aos outros que, por sua vez, deveriam seguir as pegadas dos primeiros.

oferta da educação pública, já estavam presentes muito antes da proclamação nas palavras do Dr. Corrêa que se destacou em 1872 ao defender a relação entre a saúde e desenvolvimento:

Descrevendo a cidade como mal delineada, mal construída, mal ventilada, úmida, quente, fétida, insalubre, de arquitetura mesquinha e defeituosíssima no tocante aos trabalhos de higiene pública, polícia médica e educação higiênica, esse médico cria condições para recusar a instalação de prédios públicos junto a esse núcleo urbano, representando-o como foco continuado de males. Com isso define e defende a necessidade de reordenamento higiênico do espaço urbano e de suas edificações. E, também, do espaço escolar. (GONDRA, 2003, p. 530)

Outro médico, o Dr. Tavares, em 1823, segundo Gondra (2003, p. 528), já denunciava, o que ele chamou de “*desastroso quadro da insalubridade pública*” referindo-se à cidade do Rio de Janeiro. E na seqüência, ao comentar sobre esta apreciação do médico, o autor faz referências em relação à instalação da escola e às preocupações que a isso se despendia:

Afastar-se desse quadro descrito e representado como negativo e insalubre constituía-se, pois, um critério para dispor sobre a localização das escolas obedecendo, assim, as leis de uma natureza saudável e produtora de saúde. Tal afastamento era visto como uma estratégia de produção de uma escola e de formação de indivíduos afinados com a pedagogia da natureza, recurso que, no limite, possibilitaria um redesenhamento do urbano e do humano.

Rui Barbosa fora, também, segundo Gondra (2003, p. 532), importante personagem na difusão dos preceitos médico-higienistas, por meio do seu parecer publicado em 1882, sobretudo, no tocante à escola e sua relação com o espaço urbano, bem como, da necessidade de inovação do material didático e mobília que deveriam estar de acordo com a idade da criança:

Dando continuidade à defesa da higiene escolar, Rui Barbosa faz questão de lembrar, além da arquitetura / iluminação / arejamento, outros elementos que dificultam a boa higiene escolar: a influência da vida urbana com seus “horizontes acanhados”; os compêndios e os manuais de leitura, que pela “qualidade dos caracteres, pela excessiva densidade da matéria, pela escassez de espaços interlineares, cansam e extenuam as crianças”; e os processos “viciosos” de escrita,

ordinariamente adotados nas escolas. Estes últimos, segundo ele, sobressaíam “na primeira ordem entre as origens capitais, não só das enfermidades da visão como das deformações do corpo geradas pela escola, a fatalidade das posições contrafeitas, a que os alunos são condenados entre nós pela mobília inadequada, de que geralmente nos servimos.

Se tais preceitos e reflexões não foram geradas pela República, muito menos, pela república brasileira. O Brasil seguia, na época, uma tendência internacional quanto aos investimentos na educação a partir da crença que se difundiu do seu poder redentor.

Varela e Alvarez-Uria (1992, p. 88) ao dissertarem sobre o que chamaram de “*Institucionalização da escola obrigatória e controle social*”, o que seria, segundo os autores, a quinta instância da modernidade, afirmam sobre uma escola, já no final do século XIX, que tenderia a ser instalada com vistas ao controle social, sobretudo na sociedade européia cuja luta de classes era uma realidade mais presente, no sentido de ser possuidora de saberes que, uma vez vigiados pelo Estado, poderia estar a serviço do mesmo:

A educação das classes populares e, mais concretamente, a instrução e formação sistemática de seus filhos na escola nacional, fazem parte, na segunda metade do século XIX e em princípios do século XX, das medidas gerais do bom governo: “... o operário é pobre e é forçoso socorrê-lo e ajudá-lo; o operário é ignorante e faz-se urgência instruí-lo e educá-lo; o operário tem instintos avessos e não há outro recurso senão moralizá-lo se queremos que as sociedades e os estados tenham paz e harmonia, saúde e prosperidade”. Eis aqui, em resumo, o programa político destinado a resolver a *questão social*, a luta de classes, no interior da qual a educação ocupa um papel primordial.

Em se tratando da proposta e pretensões da República aqui no Brasil, Carlos Cury (2005, p. 72), em estudo que intitulou “*A educação e a primeira constituinte republicana*”, afirma que existia o interesse em oferecer escolas à população e que esta oferta fosse completamente distinta da que ocorria durante o período imperial, sobretudo ao que fora determinado pelo Governo Provisório, como nos aponta:

O governo Provisório foi também um *poder educador* e no terreno educacional tomou medidas diretas e indiretas. O Decreto nº 6 (19/11/1889) extinguiu o voto censitário e impôs o *saber e escrever* como condição do acesso à participação

eleitoral. O Decreto nº 7 (20/11/1889) ao fixar as atribuições dos Estados diz que a instrução pública, em todos os seus graus, é competência das unidades federadas. Também o Aviso nº 17 de 24/04/1890, do Ministério do Interior, *laiciza* o currículo do Instituto Nacional, ex-Pedro II. Isto quer dizer que o governo provisório buscou e tomou iniciativas que começassem a dar um perfil político ao novo regime.

Apesar deste “*poder educador*” expresso nas palavras de Cury, a União não conseguiu gerar uma política que sinalizasse para uma unidade do povo brasileiro. A defesa do indivíduo liberal e a manutenção da descentralização herdada do Ato Adicional de 1834 desqualificava a edificação de uma estrutura sólida, por parte do governo federal, que garantisse a concretização da “*Ordem e Progresso*”.

De qualquer modo, não se pode dizer que a Constituinte de 1891 haja ignorado a educação escolar. Mas a se deduzir do seu conjunto pode-se afirmar que a tônica individualística, associada a uma forte defesa do federalismo e da autonomia dos Estados, fez com que a educação compartilhasse, junto com os outros temas de direitos sociais, os efeitos de um liberalismo excludente e pouco democrático. (CURY, 2005, p. 80)

O governo federal teve algumas iniciativas que pouco contemplaram as necessidades do país naquela época. Foram reformas que, visando os ensinos secundário e superior, uma vez que o nível elementar estava descentralizado aos estados da federação, implantavam modificações que não alteravam as estruturas da educação brasileira, como também, não geraram um sistema nacional de educação.

Assim, sucederam-se as seguintes reformas (SAVIANI, 2005, p. 30): Benjamin Constant em 1890, a única que incidiu sobre o primário e secundário, introduziu os estudos científicos conciliando-os aos literários. Importante lembrar que este reformista foi um dos principais representantes e expoentes do Positivismo no Brasil. Militar e ministro da justiça na ocasião da reforma, pois, a educação, na ausência de um ministério que tratasse especificamente do tema em questão, fora, a princípio, oferecida à Pasta dos Correios e Telégrafos e ao Ministério da Justiça até a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública no início da chamada Era Vargas.

Em 1901 houve o código Eptácio Pessoa que acentuou os estudos literários, afinal, Benjamin Constant havia sofrido muitas críticas, e equiparou as escolas públicas e privadas. Em 1911, Rivadávia Corrêa desoficializou totalmente o ensino lhe concedendo autonomia. Em 1915, Carlos Maximiliano reoficializou o ensino e instituiu o vestibular. Por fim, Rocha Vaz em 1925, tornou os vestibulares classificatórios e estabeleceu os currículos do ensino superior.

Senão pela letra legal explícita na Constituição Federal de 1891 tal postura minimamente oscilante da União no tocante à educação de massa, ou seja, à difusão da escola básica, foi, segundo Cury (2005, p. 79), resultado das interpretações, excessivamente liberais, vigentes entre os membros da Assembléia Constituinte de 1890, conforme explica abaixo:

A Constituinte avançou no sentido da defesa da plenitude dos direitos civis, ampliou um pouco os direitos políticos e omitiu-se ante (ou mesmo negou) os direitos sociais. O silêncio constitucional sobre a desigualdade fazia da igualdade a lei do mais forte e a defesa da desigualdade fazia a igualdade uma tese discriminatória.

Mesmo que a educação, enquanto direito social, tenha sido alvo de discussão na Assembléia Constituinte de 1890, os liberais acreditavam que a composição de uma educação obrigatória fosse ferir a liberdade individual que deveria ser plena, deixando assim, à iniciativa do cidadão a procura pela educação.

Já no terreno específico da educação escolar (...) é possível dizer que a educação teria sido o único direito social insinuado no campo de direitos civis. Mas, mesmo isto, com a hegemonia do liberalismo oligárquico, será ancorado na dimensão de *virtus* própria do esforço individual de cada qual. Assim, não haverá educação obrigatória exatamente porque a oportunidade educacional será vista como demanda individual. (CURY, 2005, p. 79)

Carvalho (2003, p. 225) ao comentar sobre como o ideário republicano, no que tange à educação, consolidou-se na política paulista, assim afirma:

Tão logo proclamada a República, os governantes do Estado de São Paulo, representantes do setor oligárquico modernizador que havia hegemonizado o processo de instauração da República, investem na organização de um sistema de ensino modelar. Assim, a escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado da Federação. O investimento é bem sucedido e o ensino paulista logra organizar-se como sistema modelar em duplo sentido: na lógica que presidiu a sua institucionalização e na força exemplar que passa a ter nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados.

O estado de São Paulo foi, sem dúvida, pioneiro no que diz respeito à implementação de reformas educacionais que objetivavam mudar o cenário nacional, a partir da ótica dos integrantes do Partido Republicano Paulista.

Se, da parte do governo federal as Reformas Educacionais pouco efeito tiveram em âmbito nacional, da parte do estado de São Paulo o que vimos é uma postura de vanguarda em relação ao progresso criando os Grupos Escolares, conforme aponta Carvalho (2003, p. 226):

Nessa estratégia republicana, o Grupo Escolar é a instituição que condensa a modernidade pedagógica pretendida e o “método intuitivo” a peça central na instituição do sistema de educação pública modelar. De sua conjunção, resulta o modelo paulista que será exportado para outros estados da Federação. Ensino seriado, classe homogêneas e reunidas em um mesmo prédio, sob uma única direção, métodos pedagógicos modernos dados a ver na Escola Modelo anexa à Escola Normal e monumentalidade dos edifícios em que a Instrução Pública se faz signo do Progresso – essa era a fórmula do sucesso republicano em São Paulo.

No Estado de São Paulo, a prática da reunião de escolas se tornou, segundo Souza (1998, p. 39), a “*a fórmula mágica*” para se instituir uma reforma educacional que apresentasse “*vantagens pedagógicas e econômicas*” (1998, p. 46).

O processo de construção do grupo escolar como uma nova organização administrativo-pedagógica do ensino primário concretizou-se em poucos anos. Uma escola urbana, moderna e de melhor qualidade. A reunião de escolas trazia todos os princípios fundamentais que propiciaram as mudanças no ensino primário: a racionalização e padronização do ensino, a divisão do trabalho docente, a classificação dos alunos, o estabelecimento de exames, a necessidade de prédios próprios com a conseqüente constituição da escola como lugar, o estabelecimento de programas amplos e enciclopédicos, a profissionalização do magistério, novos procedimentos de ensino, uma nova cultura escolar. (SOUZA, 1998, p. 49-50)

No que diz respeito às chamadas “*vantagens pedagógicas*”, a utilização do método intuitivo que fora oficializado na Reforma da Escola Normal em 1890, evidenciou que o estado havia optado, definitivamente, por uma educação que dava primazia à perspectiva científica quanto ao trato dos elementos constitutivos da escola. Sobre o método intuitivo, encontramos em Faria Filho (2003, p. 143), em seu “*Instrução elementar no século XIX*”:

O assim chamado “método intuitivo” deve essa denominação à acentuada importância que os seus defensores davam à intuição, à observação, enquanto momento primeiro e insubstituível da aprendizagem humana. Ancorados nas tradições empiristas de entendimento dos processos de produção e elaboração mental dos conhecimentos, sobretudo na forma como foram apropriadas e divulgadas por Pestalozzi, os defensores do método intuitivo chamaram a atenção para a importância da observação das coisas, dos objetos, da natureza, dos fenômenos e para a necessidade da educação dos sentidos como momentos fundamentais do processo de instrução escolar.

Em relação às “*vantagens econômicas*”, Souza (1998, p. 46) afirma:

O agrupamento de centenas de crianças num mesmo edifício-escola apresentava-se como medida de **racionalização de custos e de controle** [grifo nosso]. Por isso, tais escolas eram apropriadas para os centros populosos, as cidades onde a escolarização em massa poderia ser estabelecida com maior facilidade.

Quanto à questão do “*controle*”, como aponta Souza supracitada, Faria Filho (2003, p. 146) afirma que já era uma preocupação que se mostrou progressiva durante o século XIX, aliás, sendo, segundo o autor, um dos elementos que impulsionaram a instauração dos grupos escolares:

No Brasil, a educação escolar, ao longo do século XIX, vai, progressivamente, assumindo as características de uma luta do *governo do estado* contra o *governo da casa*. Nesses termos, simbolicamente, afastar a escola do recinto doméstico, significava afastar também das tradições culturais e políticas a partir das quais o espaço doméstico organizava-se e dava a ver.

Em Aparecida, esta escola signatária do progresso, conforme era difundida pelo ideário republicano, também teve seu espaço, deu-se a ver, principalmente a partir da instauração das Escolas Reunidas de acordo com decreto de 13 de abril de 1910.

Em ofício de 2 de maio de 1910 (AE, C07084, 1910-11), do Professor Antônio Morato de Carvalho, Inspetor Escolar e Diretor em Comissão das Escolas Reunidas de Aparecida ao Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães, Secretário de Estados dos Negócios do Interior, vemos o comunicado quanto ao funcionando das Escolas Reunidas, e a contratação do Sr. João Baptista Rodrigues de Andrade para serviços gerais na escola:

“Sendo necessária a nomeação de um empregado que se responsabilise, desde já, pela guarda e conservação dos materiaes que estão sendo enviados pelo Almojarifado da Secretaria do Interior para as Escolas Reunidas da Apparecida, **creadas por decreto de 13 de abril** [grifo nosso] p. passado, participo a V.Ex^a que contractei para servente deste estabelecimento o I^{mo} João Baptista Rodrigues de Andrade que se acha em condições de bem exercer este cargo e só espera ordem para entrar em exercício.

Pedindo aprovação do meu acto, solicito também de V.Ex^a que se digne arbitrar em 90#000 ou 100#000 mensaes os vencimentos desse empregado, visto que as escolas deverão funcionar em dois períodos o que importa em muitas horas de trabalho para esse único servente que também deverá exercer a função de porteiro”.

Vale ressaltar na dada explicação de Souza (1998, p. 50) sobre as *escolas reunidas* como sendo “*uma forma de protelar a criação do grupo escolar na localidade*”, afinal, entre Aparecida e Guaratinguetá, havia disputas, dentre as já exploradas no primeiro capítulo, também no campo educacional, pois na dependência dos mandos e desmandos da câmara guaratinguetaense, a instalação dos Grupos Escolares no distrito ocorreu somente cinco anos mais tarde.

Embora a cidade de Guaratinguetá já tivesse tanto o Grupo Escolar quanto uma Escola Normal não encontramos nas atas da Câmara de Vereadores⁶⁷ debates em torno dos assuntos escolares, afinal, somente em 1909, em ata de 23 de outubro do corrente, é que se discutiu sobre a necessidade de se preencher o cargo de Inspetor Municipal até então ocupado

⁶⁷ Acervo do Museu Frei Galvão.

pelo prefeito acertando-se o valor à gratificação de 1200\$000 mensais, sendo, a partir daí nomeado o Sr. Dr. Antônio Morato de Carvalho. E, durante o ano de 1910 – quando então foram instauradas as Escolas Reunidas de Aparecida – houve apenas em três seções algum registro que fizesse referência à educação guaratinguetaense com extensão ao distrito de Aparecida. São estes:

- No dia 22 de abril há o requerimento do Dr. Antônio Morato de Carvalho, Inspetor Municipal de Ensino pedindo à Câmara determinar quais os pontos mais convenientes à localização das diversas *escolas isoladas*. Não há registro de algum debate em torno do tema em pauta. Não se registra, também, sobre quais escolas se falava, ou ainda, quantas seriam instaladas. Tema que parece não ter sido levado adiante, pois, nas próximas atas não há nenhuma alusão a respeito dessa questão.
- No dia 27 de maio, o Professor Antônio Morato de Carvalho, Inspetor Escolar e Diretor em Comissão das Escolas Reunidas de Aparecida, comunicou sua instalação e funcionamento, porém, sem pormenores, ficou difícil tirarmos conclusões a respeito desse estágio inicial, mesmo sabendo que se instalara num edifício alugado no centro de Aparecida.
- Somente em 20 de outubro é que foi destinado ao aluguel do prédio das Escolas Reunidas de Aparecida o valor de 180\$000. O que não sabemos é se as Escolas Reunidas se instalaram em outro espaço a não ser o localizado à rua da Calçada, conforme registrado pelo jornal *Santuário de Aparecida*:

Escolas Reunidas: O governo do Estado lavrou um decreto reunindo as escolas dos bairros de Santa Rita dos Machados e Aroeira e as 1ª e a 2ª do sexo masculino e 1ª e 2ª do sexo feminino deste distrito de Aparecida. As escolas vão funcionar em um prédio da rua da Calçada, convenientemente adaptado para tal fim. (SA, 23/04/1910, p. 3)

Uma vez instauradas as Escolas Reunidas em Aparecida o seu diretor em comissão, Professor Antônio Morato de Carvalho, sem demora enviou a 14 de maio de 1910, poucos dias depois do seu primeiro ofício, ao Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães – Secretário de Estado dos Negócios do Interior, um ofício-relatório apresentando em quais condições tais Escolas se encontravam uma vez reunidas:

Ofício – 14 de maio

Dr. Antônio Morato de Carvalho – Inspetor Escolar e Diretor em Comissão para Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães – Secretário de Estados dos Negócios do Interior.

“Participo a V.S^a que de accôrdo com as instruções do Ex^{mo} I^{mo} Dr Inspetor Geral do Ensino, reuni no dia 11 do corrente, no prédio offerecido pela Câmara, as escolas desta localidade e as dos bairros de Aroeira e S. Rita dos Machados, cujos professores, enquanto era feita a matrícula e classificação dos novos alunos, foram praticar no Grupo Escolar de Guaratinguetá, nos dias 11, 12 e 14 do corrente.

A fim de poder iniciar o serviço de organização das classes, vou installá-las no dia 16 do corrente em salas do novo prédio, mobiliadas provisoriamente com as carteiras existentes nas antigas escolas isoladas, até que seja completa a dotação material que está regularmente feita pelo almoxarifado.

Distribuídos todos os alunos pelos diferentes annos do curso de accôrdo com o adiantamento de cada um, ficarão as Escolas Reunidas com um total de 7 classes e 6 professores apenas, conforme V.Ex^a verá pela folha inclusa.

Assim sendo se torna necessária a nomeação de uma professora para reger o 1º anno B feminino, que ficará a meu cargo até a vinda da dita professora, visto não ser de conveniência dispensar as alunas.

Em vista do exposto, peço a V.Ex^a se digne mandar incorporar às Escolas Reunidas da Aparecida a escola mixta do bairro do Fogueteiro, município de Guaratinguetá, provida por decreto de 2 de maio deste ano, com a nomeação da professora complementarista D. Maria da Conceição Pires do Rio. (AE, C07084, 1910-11)

Em folha anexa a este ofício está um quadro que detalhava o número de alunos em cada classe, masculina e feminina, e seus respectivos professores:

Relação dos professores existentes nas Escolas Reunidas da Aparecida e número de alunos matriculados nas diferentes classes do curso.

CLASSES	ALUNNOS	ALUNNAS	PROFESSORES
1º A MASCULINO	45		D. ZÉLIA DE CASTRO RODRIGUES
1º B MASCULINO	41		FRANCISCO A. CHAGAS PEREIRA
2º E 3º MASCULINO	29		PEDRO DE CASTRO
1ª A FEMININO		45	D. ROSA AMÉLIA DE ALMEIDA
1º B FEMININO		47	SEM PROFESSORA
2º FEMININO		27	D. GETULINA DE TOLEDO
3º FEMININO		26	D. LEOPOLDINA GAGEIRO COSTA
TOTAL	115	145	

Total de Classes estabelecidas.....	7
Idem de professores.....	6
Idem de alunos nas duas secções.....	260

Observações

“Parece tender a aumentar ainda a matrícula, visto que várias pessoas esperam o regular funcionamento das aulas para matricularem creanças”. (AE, C07084, 1910-11)

Algumas informações precisam ter o seu destaque: as Escolas Reunidas nasceram da reunião das escolas isoladas da localidade e dos bairros de Aroeira e S. Rita dos Machados. Desde sua criação, não encontramos informações que relatasse seu fechamento ou transferência a não ser quando, em 1921, é definitivamente removida para o prédio construído no centro de Aparecida.

Outro ponto que merece destaque está no fato dos professores terem ido, conforme ofício, “*praticar no Grupo Escolar de Guaratinguetá*”, medida esta que entre outras, demonstra uma unidade na proposta de instrução pública do estado de São Paulo, segundo Rosa Fátima de Souza (1998, p. 70):

A formação passou a ser o critério fundamental para o ingresso na carreira. Além dela, dois outros critérios condicionaram o recrutamento no magistério primário: a competência legitimada por meio de concursos e a interferência política. A predominância de um ou outro, a conciliação e as constantes modificações de alguns requisitos legais demonstram o jogo de interesses e privilégios ao qual foram submetidos os profissionais do ensino primário.

O concurso público para ingresso na carreira do magistério foi instituído em 1892. Cabia ao presidente do Estado determinar ao diretor geral a época de abertura dos concursos para provimento das escolas preliminares de três em três meses. O diretor geral então deveria dirigir-se ao Conselho Superior solicitando o programa que este deveria organizar para base do concurso. Recebido o programa, o diretor geral deveria fazer publicá-lo no diário Oficial durante 30 dias, acompanhado de edital chamando concorrentes às escolas vagas, e da lista de tais escolas. Para se inscrever, o candidato deveria ter completado 18 anos, apresentar atestado de moralidade e, no caso de não-diplomado, ter exercido por 5 anos o magistério.

Há uma clara preocupação com a formação dos professores e, a partir daí, numa organização em cadeia, piramidal, da Escola Normal da Capital do Estado emanava o modelo que as outras Escolas Normais, inclusive a de Guaratinguetá iriam se apoiar. Da Escola-Modelo da Capital, “(...) *escolas preliminares privilegiadas considerando os professores* –

escolhidos entre os melhores alunos da Escola Normal –, as condições físicas dos edifícios e a dotação de materiais didáticos” (SOUZA, 1998, p. 55) aos Grupos Escolares e destes às Escolas Reunidas e Isoladas.

Ainda em relação à formação dos professores, Silva (2003, p. 54), ao estudar sobre apropriação e construção de saberes nos manuais pedagógicos brasileiros escritos pelos católicos no período de 1870 a 1971, afirma:

Numa perspectiva mais panorâmica, a formação de professores primários em Portugal e no Brasil configura-se, durante todo o período abordado (1870-1971), por um discurso político e pedagógico que enfatiza a necessidade de uma preparação eminentemente profissional para a atividade docente. Também é claro que, não sendo pacífico o entendimento do sentido do adjetivo profissional, institucionalmente tal discurso evolui numa direção tecnicista, de aplicação de técnicas e metodologias pedagógico-didáticas. Poder-se-á mesmo assumir que, com maiores ou menores desvios, Brasil e Portugal não constituem exceção no panorama internacional.


Outro ponto a ser destacado do ofício do Dr. Antônio Morato de Carvalho – Inspetor Escolar e Diretor em Comissão para Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães – Secretário de Estados dos Negócios do Interior é a questão dos professores indicados em seu ofício, dentre os quais, de acordo com afirmação da historiadora, Rosa Fátima de Souza (1998, p. 70), quanto ao recrutamento dos professores, sendo por meio de “*concursos*” e “*interferência política*”, o que pode ser visto com os nomes da professora complementarista⁶⁸ D. Maria da Conceição Pires do Rio, filha do Coronel Rodrigo Pires do Rio militante da política alvista, bem como o professor Francisco Antônio das Chagas Pereira, que foi indicado a ocupar o cargo de diretor das Escolas Reunidas de Aparecida, também alvista.

⁶⁸ Segundo Souza (1998, p. 43), a Reforma da Educação Paulista de 1892 “estabeleceu as diretrizes gerais sobre as quais passou a funcionar a instrução pública no Estado de São Paulo, nas primeiras décadas republicanas. O ensino primário passou a compreender dois cursos: o preliminar e o complementar. O curso *preliminar*, obrigatório para crianças de 7 a 12 anos, deveria ser ministrado em *escolas preliminares* (...). O curso *complementar*, também com a duração de quatro anos, destinava-se inicialmente aos alunos habilitados no curso preliminar e deveria ser ministrado em *escolas complementares*”. Daí a expressão “*professora complementarista*”.

Estabelecidas as Escolas Reunidas não tardou a visita do Inspetor Escolar, Sr. Carlos Gallet que registrou suas impressões quanto à boa administração do diretor, Professor Francisco Antônio Chagas Pereira, que ocupara o lugar do Sr. Professor Antônio Morato de Carvalho, desde 12 de junho de 1910, da harmonia do cotidiano escolar e, ainda, o empenho dos professores, estes sempre assinalados como bons e dignos.

Fazendo um estudo comparativo entre o quadro de matrículas, registrado em ofício de 2 de maio de 1910 com a primeira ata no Livro de Visitas em 21 de julho do mesmo ano, veremos um pequeno aumento do número de alunos matriculados, tanto o de meninos quanto o número de meninas, o que confirma o registro no anexo do referido ofício, *“parece tender a aumentar ainda a matrícula, visto que várias pessoas esperam o regular funcionamento das aulas para matricularem creanças”*: dentre os meninos, de 115 para 121 e meninas, de 145 para 151. Porém, notou-se que a frequência dos alunos é um tanto quanto sofrível: dentre os 121 meninos matriculados em julho de 1910, apenas 102 estavam presentes; dentre as meninas, 151 matriculadas e apenas 116 presentes na ocasião da visita.

Visitei hoje, ligeiramente, as escolas reunidas desta localidade, dirigidas interinamente pelo professor Sr. Francisco Antônio das Chagas Pereira. Encontrei boa disciplina e ordem por toda parte e notei boa vontade em todos os professores. Em vista das escolas estarem funcionando reunidas em pouco tempo, o resultado ainda não pode ser apreciado *prometh* (dúvida na caligrafia), entretando ser satisfatório. Estavam matriculados 121 meninos e 151 meninas com a respectiva presença de 102 e 116. existiam 161 alunos analfabetos nas classes de 1º ano. Aparecida, 21 de julho de 1910.



Carlos Gallet
Inspetor Escolar

É muito difícil gerar explicações quanto às flutuações na frequência dos alunos. A reunião de escolas no centro das localidades associada aos rigorosos exames mensais e finais, dentre outras exigências, podem ter sido alguns elementos que foram obstáculos à continuidade nos estudos por parte de muitas crianças.

Sobre os exames que mencionamos acima, reportamo-nos, mais uma vez a Souza (1998, p. 242):

A instituição dos exames públicos constituiu uma das “inovações” educacionais republicanas mais contraditórias e conflituosas no processo de construção da escola primária pública renovada. Desejavam os republicanos universalizar a educação popular, projeto de caráter democrático. No entanto, essa escola, essencial para a República, deveria ter prestígio e qualidade, haveria de ser austera e rigorosa. Os exames foram os dispositivos adotados para reafirmar esses atributos.

Esse rigor e austeridade apontados pela autora acima estarão presentes, também, nas visitas dos inspetores escolares que tinham autoridade, inclusive, para darem licença ao professor, conforme podemos ver pelo jornal *Santuário de Aparecida* em edição de 26 de março de 1904, página 4:

Instrução Pública: Em visita às escolas públicas da localidade, aqui estive na sexta-feira passada, o Sr. Tenente Domingos de Paula e Silva, digno Inspetor escolar do Estado. Ao Sr. Francisco Antônio das Chagas Pereira, digno professor da 1ª cadeira desta localidade foram concedidos pelo governo do Estado três meses de licença, sendo nomeado para substituí-lo, durante o seu impedimento, o Sr. Alberto Cesar Nogueira.

Ainda em 1910, outra visita de diversas autoridades (cujos nomes não conseguimos identificar), registrou-se boas impressões, sobretudo quanto ao “*das alumnas das diversas classes*”:

Os abaixo assinados aqui estiveram em visita às escolas reunidas, de onde ficaram impressionados com o adiantamento das alumnas, das diversas classes, com o bom *mestrado* (dúvida na caligrafia) de ensino, asseio e disciplina, tudo demonstrando a capacidade e dedicação do ilustrado corpo docente, ao qual rendemos nossas homenagens e felicitamos.

Aparecida 8 de Novembro de 1910.

Guilherme Kubiat
 Alberto Cesar Nogueira
 Francisco Antonio das Chagas Pereira

Em Aparecida, de acordo com os registros do Livro de Visitas, as meninas são em número maior tanto nas matrículas quanto na frequência, interessante constatação quando vemos um registro de autoridades que se manifestam “*impressionados com o adiantamento das alunas*”.

As Escolas Reunidas conseguiram inaugurar em Aparecida uma rotina de espetáculos, passando a participar ativamente dos eventos do distrito, porque não dizer, passou a promover tais eventos, sendo porta-voz da ordem e símbolo do progresso aparecidense. Em 1910, mesmo sendo instaladas no mês de maio, em edição do mês de novembro, o *Santuário de Aparecida* descreve em detalhes a Festa da Bandeira:

Festa da Bandeira: A patriótica Festa da Bandeira foi carinhosamente realizada em nossas Escolas Reunidas. Ao meio-dia, quando já se tinha realizado um festival na seção masculina, esta e a seção feminina, formadas em frente ao edifício escolar, assistiram ao hasteamento da Bandeira. Neste momento o símbolo de nossa Pátria foi festejado com palmas e flores, fazendo bela saudação à Bandeira o festejado orador Sr. João Evangelista. Cantaram então os meninos o Hino Nacional e outros hinos patrióticos, acompanhados por uma pequena orquestra regida pelo maestro Benedicto Barreto. (SA, 26/11/1910, p. 3)

A instalação das Escolas Reunidas em Aparecida aconteceu em meio a problemas de pagamento para os professores, funcionário e para o próprio diretor, conforme ofícios (AE, C07084, 1910-11) do Sr. Professor Antônio Morato de Carvalho, diretor em comissão dessas escolas para o Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães – Secretário de Estados dos Negócios do Interior:

Ofício – 18 de maio

Dr. Antônio Morato de Carvalho – Inspetor Escolar e Diretor em Comissão para Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães – Secretário de Estados dos Negócios do Interior.

“Solicito de V.Ex^a as necessárias providências para que, de acordo com a 7^a e 26^a disposições do art 81 do Regimento Interno dos Grupos Escolares, a Collectoria de Guaratinguetá possa pagar mensalmente, ao diretor das Escolas Reunidas da Aparecida, os vencimentos do pessoal docente e administrativo das referidas ‘Escolas’, já installadas num só prédio, desde o dia 11 do corrente”.

Ofício – 23 de maio

Dr. Antônio Morato de Carvalho – Inspetor Escolar e Diretor em Comissão para Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães – Secretário de Estados dos Negócios do Interior.

“Solicito de V.Ex^a se digne determinar que, ao cidadão João Baptista Rodrigues de Andrade, por mim contractato para o cargo de servente, sejam pagos os vencimentos desde 11 do corrente, visto que, desde essa data, ao installarem-se as escolas esteve desempenhando os deveres de seu cargo.

Aproveitando-me da oportunidade, reitero a V.Ex^a o meu pedido de 2 do corrente para que, de acordo com a informação favorável do Es^mº Iº Dr. Inspector Geral do Ensino, sejam fixados em 90# ou 100#000 mensaes os vencimentos desse funcionário que, tendo de acumular os cargos de servente e porteiro, trabalhará diariamente de 7 horas da manhã às 5,30 da tarde”.

Ofício – 23 de maio

Dr. Antônio Morato de Carvalho – Inspetor Escolar e Diretor em Comissão para Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães – Secretário de Estados dos Negócios do Interior.

“Apresento-vos a V.Ex^a os inclusos recibos de materiaes entregues à Prefeitura pelos professores das antigas escolas isoladas da Aparecida, hoje reunidas, solicito de V.Ex^a se digne determinar que sejam expedidas as necessárias ordens a fim de serem pagos, pela Collectoria de Guaratinguetá, os ordenados dos referidos professores, de accordo com a folha enviada por esta directoria”.

Foram muitos elementos inseridos no ritmo diário do aparecidense com a instauração das Escolas Reunidas. Hastear a bandeira, símbolo da Pátria, e sê-lo festejado “*com palmas e flores*” (SA, 26/11/1910, p. 3) fazia emergir um sentimento e, sobretudo, uma postura ordeira, obediente, disciplinada, muito próxima daquela pregada pelos padres missionários. Aparecida se acostumara a cantar os hinos religiosos e aplaudir Nossa Senhora. Agora com as Escolas Reunidas que se deram a ver, “*em frente ao edificio escolar*” (SA, 26/11/1910, p. 3), ou seja, em plena praça central, apropriara-se dos novos símbolos a serem enaltecidos e hinos a serem entoados.

Souza (1998, p. 241), ao apresentar as escolas paulistas como “*Templos de espetáculos e ritos*”, nos ajuda a compreender esta dinâmica aparecidense:

A escola primária republicana instaurou ritos, espetáculos, celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrava-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores e a pedagogia moral e cívica que lhes era própria. Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados. Eles

podem ser vistos como práticas simbólicas que, no universo escolar, tornaram-se uma expressão do imaginário sociopolítico da República.

Segundo o Regimento Interno das Escolas Públicas (AE, E01085, 1894) do Estado de São Paulo de 26 de julho de 1894 em seu capítulo I – do Ensino, artigo 11:

Art. 11 – Nos dias destinados à educação cívica, além de outros meios empregados para dar ao aluno o conhecimento da Pátria, o professor deverá explicar a constituição da República e do Estado, preparando as suas lições de modo a despertar o interesse das crianças.

§ único – No último ano do curso, o professor fará os alunos lerem a Constituição, fazendo-lhes perguntas sobre o texto e explicando-lhes o sentido tanto do texto, como dos termos que forem desconhecidos às crianças.

Estamos diante, pois, de um quadro no qual se configura a *cultura escolar*, que, como sugere Dominique Julia (2001, p. 10), pode ser assim conceituada:

Um conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores. Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que concebem a aquisição de conhecimentos e habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização.

Definitivamente o Estado de São Paulo quis criar uma educação republicana e ser modelar para todo restante do país. Quando concursados, processo que conduziu a profissionalização da categoria, associada à criação de instituições formadoras e mecanismos que exigiam tal formação, os professores deviam assinar um termo de juramento. Neste constata seu compromisso com a República, quase que como um voto religioso de fidelidade ao projeto que o abraçara como profissional reconhecido e valorizado diante de toda sociedade.

E pesquisa ao Arquivo do Estado de São Paulo foi possível identificar este Termo de Juramento (AE, E01113, 1910) o qual reproduzimos a seguir o da professora D. Maria das Dores de Oliveira, concursada para o município de Guaratinguetá:

Termo de Juramento de professores públicos⁶⁹

D. Maria das Dores de Oliveira

Guaratinguetá

Aos *vinte e cinco* dias do mez de *fevereiro* de mil novecentos e *des*, nesta secretaria, perante o Snr. Secretário de Estado dos Negócios do Interior, *por seu procurador Norberto Francisco de Oliveira* compareceu *D. Maria das Dores de Oliveira*, professora *complementarista*, nomeada para reger a escola *mixa do bairro da Jararaca, em Guaratinguetá* e prometeu ser fiel à causa da República, observar suas leis e regulamentos e ser exacta no cumprimento dos deveres inerentes ao seu cargo. Em virtude do que mandou o Snr. Secretário lavrar o presente termo, que assigna com o referido *procurador. Eu, Carlos Reis, servindo de director, o subscrevo.*

(Assinaturas) _____

_____x_____

Recebi o título de nomeação.
São Paulo, 25 de *fevereiro* de 1910.

A expressão “*prometeu ser fiel à causa da República*” expressa que São Paulo esteve sempre muito consciente e disposto quanto à propagação do ideário republicano por meio desse sistema de educação totalmente inovador em nosso país. Exigir a promessa num país católico, num Vale do Paraíba religioso e numa Guaratinguetá e, conseqüentemente, em Aparecida, à causa republicana, era laicizar a educação desde suas origens. A promessa tem um teor religioso e, talvez exatamente por isso, a manutenção do termo apenas trocando os deuses.

As Escolas Reunidas e, posteriormente, o Grupo Escolar em Aparecida nasceram num Estado republicano laico, mas teve como diretor, por mais de vinte anos, Sr. Chagas

⁶⁹ As palavras em itálico se referem aos espaços manuscritos neste diploma.

Pereira, secretário da Conferência de São Vicente de Paulo e, uma vez instaladas no coração do distrito (e se mantendo depois da construção do prédio próprio) conviveu com os romeiros e teve de admitir a ocupação da praça central pela igreja de São Benedito.

Talvez por ser o ano de sua instalação, ao que nos parece, muitas foram as visitas às Escolas Reunidas de Aparecida. O *Santuário de Aparecida* (SA, 3/12/1910, p. 3) registrou a presença do inspetor escolar Sr. Carlos Gallet que elogiou a administração na pessoa do Professor Francisco Antônio das Chagas Pereira bem como o trabalho dos professores; novamente constava-se a presença de um pouco mais de meninas do que garotos; ainda mencionou encontrar tudo em “*boa disciplina e rigoroso asseio*”:

Escolas Reunidas: O Sr. Carlos Gallet, inspetor escolar do Estado, e que esteve nesta localidade em visita às Escolas Reunidas, deixou escrito o seguinte termo no livro de visitas das referidas escolas: “Inspeccionando hoje este estabelecimento, dirigido interinamente pelo professor Francisco Antônio das Chagas Pereira, encontrei tudo em ordem e funcionando regularmente. Em todas as classes os alunos apresentaram, relativamente ao tempo de estudo, um resultado bastante satisfatório e que revelou a boa vontade dos professores. Notei também que houve um louvável esforço da parte de todos, na aplicação dos métodos e processos modernos de ensino. Estavam presentes 195 alunos (94 meninos e 101 meninas) dos 252 matriculados e existiam 114 analfabetos, nas classes de 1º ano de ambos os sexos. Observei boa disciplina e rigoroso asseio. Aparecida, 21 de novembro de 1910”.

A constatação quanto ao número de analfabetos parece ser um hábito ou, talvez, uma obrigação dos inspetores. Em outros termos de visita foi possível notar este ponto como sendo um elemento que, apesar de preocupante, juntamente com o número de reprovados, garantia a qualidade exigida pelo rigoroso sistema de educação que se instaurou, sobretudo no estado de São Paulo.

Em outra visita às Escolas Reunidas, o inspetor escolar, Sr Carlos Gallet relatou que tudo funcionava dentro da normalidade, ou seja, o registro coincide com as expectativas do Estado, do poder público o qual é representado pelo supervisor que, por sua vez, pode ser visto como um fiscal, um agente da ordem, disciplina, asseio.

Estive a 28 e 30 deste mez findo em visita de inspeção nas Escolas Reunidas de Aparecida, dirigido interinamente pelo operoso professor Francisco das Chagas Pereira. Os trabalhos escolares seguiam a sua marcha com toda regularidade, a disciplina era boa e notei muita ordem e asseio em todo edifício e suas dependências. A escripturação das classes e da directoria estava em dia e muito bem feita. Encontrei 252 alumnos matriculados, sendo 116 meninos e 136 meninas; a frequência apurada a 28, elevou-se a 160, dando uma porcentagem de 63,4. Existiam, mas de classe de 1º anno, 80 alumnos considerados analfabetos. A promoção calculada approximadamente deve ser de 47 na secção masculina e 59 na feminina, ao todo 106, com uma porcentagem de 42,0, não obstante não ser numerosa a actual promoção, o corpo docente mostrou-se dedicado no cumprimento de seus deveres e empenhado em aperfeiçoar seus métodos e processos de ensino de accordo com os preceitos modernos.

Aparecida, 30 de outubro de 1911.
Carlos Gallet
Inspetor Escolar

Vale ressaltar a expressão do senhor inspetor citada acima: “*não obstante não ser numerosa a actual promoção, o corpo docente mostrou-se dedicado no cumprimento de seus deveres*”. Ele parece não se incomodar com a reprovação desde que os professores estivessem tendo a rigidez necessária para não deixar esmorecer o processo civilizador.

Souza (1998, p. 251) constata que esse processo excludente viera aumentando o número de reprovados por todo estado de São Paulo demonstrando, inclusive, a média de aprovados do curso preliminar de 65,9%, no ano de 1909, acima, pois, da média de Aparecida que não ultrapassou a casa dos 42% referente ao ano de 1911:

Em 1909, considerando os 92 grupos escolares existentes no Estado de São Paulo, incluindo a Escola-Modelo “Caetano de Campos”, a porcentagem de promoção em todos os anos do curso preliminar foi de 65,9% (64,1% na seção masculina e 67,7% na seção feminina). A questão apenas se configurava naquele momento e a precariedade do trabalho de estatística pouco contribuía para se ter uma visão rigorosa do problema que incluísse dados por série ou ano. Os dados consultados permitem, não obstante, a verificação de duas tendências: uma alta seletividade no primeiro ano do curso primário e um número reduzido de conclusões de curso.

Sobre a questão da reprovação, Correia e Gallego (2004, p. 22) afirmam:

Pode dizer-se, de algum modo, que a escola graduada inventa a reprovação e a repetência. Com a seriação, as crianças passam a ser submetidas a sucessivos exames ao longo do ano letivo a fim de determinar se, no fim do ano, “passam” ou não para a série subsequente, sendo reprovadas quando o desenvolvimento não atinge as metas estabelecidas. Portanto, no interior da escola graduada os exames

são reinventados, pois são imprescindíveis pelas constantes classificações e reclassificações dos alunos. Somados aos exames realizados no fim do ano letivo (Novembro ou Dezembro, são instituídas provas trimestrais, bimestrais e mensais. Pela primeira vez, há critérios “objetivos” e com base científica para perseguir a meta da constituição de classes homogêneas de alunos, nomeadamente através dos testes mentais e do coeficiente de inteligência.

As anotações do Livro de Visitas são insistentes quanto às expressões *ordem, asseio, cumprimento de deveres, funcionamento regular*. Porém, um ano após assumir a direção das Escolas Reunidas, o Professor Francisco Antônio das Chagas Pereira escreveu uma carta (AE, C07084, 1911) ao então Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, Dr. Oscar Thompson onde reclamava por seus vencimentos que, por sinal, demonstrou-se bastante insatisfeito diante da carga de trabalho descrita em pormenores:

Carta – Dr. Francisco Antônio das Chagas Pereira para o Dr. Oscar Thompson – Diretor Geral da Instrução Pública.

“Aparecida, 10 de julho de 1911.
Direção das Escolas Reunidas desde
12 de junho 1910.

As Escolas funcionavam desdobradas em dois períodos. Os professores do primeiro período trabalhavam das 8 horas da manhã ao meio dia, e os do segundo período das 12 e meia às 4 e meia. Eu me acho no estabelecimento tanto num quanto no outro, tendo no primeiro a regência de uma classe a meu cargo. Quando falta qualquer professora do segundo período, vou eu substituí-la. Faço escripturação do estabelecimento. Entretanto, não tenho recebido nenhum real de gratificação além dos meus antigos vencimentos. Ora, se as Escolas Reunidas tiveram organização de grupo escolar e como grupo escolar tem funcionado, parece de inteira justiça que seja para ao seu director interino, não os vencimentos de director de grupo, já não digo os de adjunto de grupo, mas apenas a gratificação correspondente que é de 100#000 mensaes.

Bem sei que não tenho direito algum a pagamento, por isso não no regulamento da Instrução Pública nenhuma referência a escolas reunidas. Entretanto parece que por equidade ser-me paga a gratificação ora reclamada”.

Ser diretor nesse período, tanto dos Grupos Escolares como das Escolas Reunidas, cuja diferença verifica-se apenas nos vencimentos, conforme apelo, em carta supracitada, do professor Chagas Pereira, significava estar diante de grandes desafios que lhe exigiam habilidades administrativas e pedagógicas para dar conta da carga burocrática que se instalou neste novo sistema de ensino.

Souza (1998, p. 81) descreve as competências que o professor abraçava ao ser indicado à direção de alguma escola:

As competências do diretor estabelecidas na legislação foram sendo ampliadas com o passar do tempo, abrangendo aspectos administrativos e pedagógicos. Desde a criação dos grupos, o diretor foi visto como o responsável pela implementação do tipo de organização e método de ensino das escolas-modelo do Estado. Cabia a ele fiscalizar todas as classes durante o funcionamento das aulas, elaborar horários, representar a escola, propor ao governo criação e supressão de lugares de adjuntos no grupo e nomeação e dispensa de professores, indicar a nomeação de porteiros, contratar e despedir porteiro e servente, proceder à matrícula, classificação e eliminação de alunos, submetê-los a exames mensais e finais, responder por toda a escrituração da escola, organizar folha de pagamento e diário de ponto, apresentar relatórios anuais, além de fazer cumprir as disposições legais sobre o recenseamento escolar e impor ao pessoal as penas em que incorressem.

As remoções de professores parecem ser um obstáculo ao cotidiano escolar em Aparecida, porém, dá-se a entender ser uma realidade de todo Estado. Em janeiro de 1911 dois ofícios (AE, C07084, 1910-11) comunicam a remoção de dois professores de Aparecida, ambos para Ribeirão Preto:

Ofício n° 43 – 21 de janeiro

Diretoria das Escolas Reunidas de Aparecida para o Dr. Oscar Thompson – Diretor Geral da Instrução Pública.

“Comunico a V.Ex^a que hoje, depois de terminada as aulas do primeiro período, deixou o seu exercício nestas Escolas Reunidas a professora D. Zélia Rodrigues de Castro, em virtude de ter sido removida para Ribeirão Preto.

Peço permissão para, de acordo com o artigo 81§10 do Regimento interno, propor por intermédio de V.Ex^a ao Ex^{mo} II^{mo} Dr. Secretário d’Estado dos Negócios do Interior a nomeação da professora D. Djanira Rosa da Silva para preenchimento da vaga.

Envio com este a V.Ex^a a pública-forma do diploma de professora complementarista e o atestado de prática da indicada”.

Ofício n° 44 – 25 de janeiro

Diretoria das Escolas Reunidas de Aparecida para o Dr. Oscar Thompson – Diretor Geral da Instrução Pública.

“Levo ao conhecimento de V.Ex^a que o professor Pedro de Castro, removido para Ribeirão Preto, deixou seu exercício neste estabelecimento após o encerramento dos trabalhos do primeiro período.

Para efeito de respectivo concurso, tenho mais a comunicação que a escola do referido professor era a 2^a masculina desta localidade”.

Segundo a própria letra do texto é possível identificar que o ofício fora redigido no dia da remoção o que demonstra grande preocupação por parte do diretor. Quanto à remoção da primeira professora, D. Zélia Rodrigues de Castro, Chagas Pereira antecipou-se em indicar o nome de D. Djanira Rosa da Silva para o preenchimento da vaga. Quanto ao segundo, dois dias apenas após à primeira, o Sr. Pedro de Castro, vemos a atitude de indicar a escola, ou seja, a turma que o docente ministrava suas aulas, no caso, 2º masculino, para efeito de preenchimento da vaga pelo viés do concurso público.

Apesar de tais percalços a rotina escolar obrigava a direção e todo corpo docente se empenharem na elaboração das festas, estas que parecem ter se procedido como eventos marcantes para a urbe aparecidense. O jornal *Santuário de Aparecida* noticiou Festa das Aves: “*Realiza-se hoje em nossas Escolas Reunidas a Festa das Aves, instituída ultimamente pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado*” (SA, 22/04/1911, p. 2).

Na conclusão das atividades escolares do ano de 1911, o referido jornal documentou o que chamou de “*Exposição de trabalhos*”:

Exposição de Trabalhos: Visitamos a exposição de belos trabalhos e lindos desenhos feitos pelos alunos das Escolas Reunidas desta localidade, e podemos dizer que, durante o ano de 1911, trabalharam com afincos os **dignos professores** [grifo nosso] daquelas escolas, sob a **competente** [grifo nosso] direção do provector professor Sr. Francisco Antônio das Chagas Pereira. (SA, 16/12/1911, p. 3)

Percebe-se a valorização dos trabalhos pelas palavras que compuseram a redação do jornal. “*Belos trabalhos*”, fruto do empenho de “*dignos professores*” e a “*competente*” direção do Sr. Chagas Pereira.

Esta era a fórmula encontrada para se difundir a cultura erudita, a qual a escola representava, a toda população. Uma escola estritamente urbana que se dava a ver pelas suas festas que movimentavam a comunidade, sempre com um caráter pedagógico uma vez que se

pretendia ensinar algo. As festas eram veículos de informação e elevação cultural, no sentido de tornar erudito o popular e assumir a posição de instituição educadora.

No tocante às festas escolares, Souza (1998, p. 259), comenta:

De fato, em poucos anos, tornara-se desnecessária a propaganda da escola pública para atrair a população, mas as festas escolares haviam adquirido outros significados e respondiam a outras necessidades; elas tornaram-se momentos especiais na vida das escolas e das cidades, momentos de integração e de consagração de valores – o culto à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes.

Tais festas eram, definitivamente, a representação da ordem republicana e o momento precípuo à difusão dos seus símbolos e heróis.

Sobre a questão do fomento republicano ao soerguimento de seus heróis, sobretudo objetivando substituir aqueles do pretérito imperial, o historiador José Murilo de Carvalho (2004, p. 55) afirma sobre a dificuldade, no caso brasileiro, de selecionar e justificar os seus:

A luta em torno do mito de origem da República mostrou a dificuldade de constituir um herói para o novo regime. Heróis são símbolos poderosos, encarnações de idéias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. (...) Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder a alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado.

Muitas serão as datas cívicas que motivarão o culto à Nação: descobrimento do Brasil, Tiradentes (consagrado como herói nacional), a Proclamação da República, mas sem dúvida, a mais aclamada era o 7 de setembro, a Independência do Brasil. Conforme Souza (1998, p. 265), “(...) na véspera dos dias de festa nacional, cada professor faria no último quarto de hora preleção a respeito da data que iria comemorar”.

A fim de que a escola funcionasse atingindo o sucesso desejado, ou seja, estivesse de acordo com os ditames de São Paulo, foi necessária a criação do calendário escolar que pretendia ordenar o ano letivo e homogeneizar as práticas das escolas paulistas.

Define-se não só o período de matrícula, mas também as datas de início e do final das aulas, férias, feriados, dias em que a escola não funciona. Além disso, o controle da frequência ganha um novo sentido. Mais importante que ter um número suficiente para permitir o funcionamento da escola, os alunos que faltam atrapalham o desenvolvimento das atividades daqueles que freqüentam as aulas regularmente. A inexistência de datas específicas para a admissão das crianças na escola e de períodos dedicado à férias, como ocorria antes da escola graduada, fazia da escola uma atividade irregular e sazonal. (CORREIA e GALLEGOS, 2004, p. 24)

Aparecida quer se emancipar, tornar-se cidade, ser independente e, para tanto, a sua escola deveria ser modificada, ter mais autonomia. O Diretor, Sr. Chagas Pereira, em 1911, já reclamava direitos às Escolas Reunidas de Aparecida de modo a torná-la símbolo do progresso aparecidense:

Ofício – 23 de janeiro
Diretoria das Escolas Reunidas de Aparecida para Dr. Carlos Augusto Pereira Guimarães – Secretário de Estados dos Negócios do Interior.

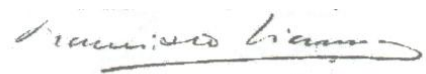
“(…) comunico-vos que, sendo considerada de bairro, embora funcionem reunidas, haja concurso público para o provimento das escolas de Aparecida, conforme dispõe o artigo 13, do Regulamento de 30 de setembro de 1904”. (AE, C07084, 1910-11)

Importante ressaltar que o diretor assinala reconhecer sua condição mas, ao mesmo tempo, deseja que seja atendida sua solicitação quanto aos concursos públicos. Nesse momento, conforme vimos, as Escolas Reunidas perdiam dois professores que foram removidos para Ribeirão Preto. A autonomia desejada pelo diretor iria abrandar as lacunas deixadas pelas remoções e a burocracia estatal que demorara em satisfazer às necessidades locais.

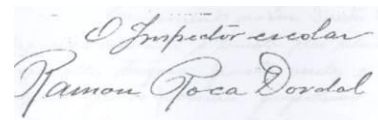
No ano de 1912, nas três visitas registradas no Livro de Visitas das Escolas Reunidas, observa-se que em se tratando dos registros destinados a tal estabelecimento

mantêm-se algumas características desde sua instauração em maio de 1910. Quais são eles: elogios ao diretor, Sr. Chagas Pereira, elogios à ordem, à disciplina, ao asseio e à perfeita regularidade. Mas também, o número de alunos presentes bastante inferior aos matriculados, bem como, um aproveitamento maior dentre as meninas:

Em visita de inspeção às Escolas Reunidas desta localidade, dirigidas pelo dedicado professor Sr. Francisco das Chagas Pereira, tive ocasião de verificar que suas sete classes funcionavam com toda regularidade.
Apparecida, 11 de outubro de 1912.



Ao visitar novamente este estabelecimento que continua a funcionar com toda regularidade e disciplina de suas classes, verifiquei a presença de 88 meninos e 108 meninas das 276 crianças actualmente matriculadas. Cumprindo as ordens do Sr. Dr. Director Geral dei ao Sr. Director instruções quanto a promoções e matrícula.
Apparecida, 12 de Novembro de 1912.



Visitadas em comissão especial, funcionavam em perfeita regularidade, ordem e disciplina as Escolas Reunidas da Aparecida, confiadas à direcção do Sr. Professor Francisco A. das Chagas Pereira. Matrícula, 275; frequência, 192.
Apparecida, 6 de dezembro de 1912.

Antônio Morato de Carvalho
Inspector Escolar

No ano de 1913, outra inspeção registrou a regularidade quanto ao funcionamento das Escolas Reunidas, mas constatou grande número de ausentes em relação aos matriculados. Desta vez, o registro, menos minucioso não deixou pistas quanto à frequência entre meninos e meninas. Aparecida parece não conseguir resolver este problema, ou talvez, não o via, neste momento de sua história, como sendo um problema:

Visitei hoje esta escola verificando ser regular o funcionamento percorrendo todas as classes em ambos os períodos, assistindo aulas e examinando os livros de escripturação. Dos 239 matriculados estavam presentes 153.
Apparecida, 22 de novembro de 1913.

Mauricio de Camargo
Inspector Escolar

Em 1914, o Sr. Mauricio de Camargo, Inspetor Escolar, esteve nas Escolas Reunidas de Aparecida por duas vezes: em março e em junho. Um detalhe que merece comentário é que não parece ter uma regularidade ou uma previsão às visitas que, como já vimos, foram feitas em meses diferentes no decorrer do ano letivo. Em sua primeira visita, além da costumeira análise no tocante à ordem, asseio e regularidade no funcionamento, o Inspetor deixou registrado suas orientações quanto aos lanches que os alunos poderiam levar; na segunda visita, ao contrário da primeira, foi bastante breve registrando apenas o número de matriculados e presentes sem nenhuma discriminação e/ou alusão ou mérito sobre sua constatação:

No desempenho dos deveres de meu cargo, visitei nos dias 9 e 10 do corrente este estabelecimento de ensino encontrando tudo em ordem. A matrícula verificada foi de 256, sendo 122 da secção masculina; estando presentes 216 sendo 105 da secção masculina. São analfabetos 89. Recomendo ao Sr. Director Francisco Chagas que fiscalize rigorosamente o lanche dos alumnos a fim de evitar que eles tragam frutas verdes e outros alimentos indigestos que os possam prejudicar e bem assim a quantidade dos mesmos, que não deve ser demasiada em relação ao organismo da criança.

Aparecida, março de 1914.
Mauricio de Camargo
Inspector Escolar

Visitei, hoje, ligeiramente este estabelecimento, verificando a regularidade do seu funcionamento; matriculados 269; total 198.

Aparecida, 11.6.914
Mauricio de Camargo
Inspector Escolar

Em visita do Inspetor Escolar, Sr. Júlio Pestana às Escolas Reunidas de Aparecida, data a 20 de setembro de 1915, encontramos registrado no Livro de Visitas suas boas impressões; novos elogios ao diretor, Sr. Chagas Pereira e a manutenção de tendência já percebida anteriormente quanto a maior presença das meninas em detrimento a dos meninos.

Nos dias 16 e 20 estive nestas Escolas, em serviço de inspecção e as encontrei funcionando com a melhor regularidade. Verifiquei a matrícula de 127 meninos e 155 meninas e a frequência, no 1º dia de visita, de 106 e 123 respectivamente. De tudo que observei tanto em relação ao ensino como à disciplina, ordem e asseio, tive

a melhor impressão. Reitero meus applausos ao digno director Sr. Chagas e também aos seus dignos auxiliares.

Aparecida, 20 de setembro de 1915.

Júlio Pestana
Inspector Escolar

Parece-nos que, diante de tanta regularidade no funcionamento das Escolas Reunidas, Aparecida conseguiu a elevação de tais escolas à categoria de Grupo Escolar conforme informa o jornal *Santuário de Aparecida* (SA, 13/11/1915, p. 3): “**Grupo Escolar:** Por decreto de 8 do corrente as Escolas Reunidas de nosso lugar foram elevadas à categoria de Grupo Escolar. Este fato causou aqui, como era natural, grande contentamento”.

Em julho de 1916, o Professor Francisco Antônio da Chagas Pereira foi nomeado diretor do Grupo Escolar de Aparecida conforme o *Santuário de Aparecida* anunciou de forma bastante efusiva, deixando-nos a imagem de tal diretor ser realmente um sujeito de renome na localidade, um intelectual respeitado e, muito provavelmente, desejado pelos Padres Redentoristas:

Grupo Escolar: Em um dos números do “Santuário” do mês de novembro do ano passado publicamos a notícia da elevação das Escolas Reunidas desta localidade à categoria de Grupo Escolar. Essa notícia, com era de se esperar, causou muita satisfação. Muita satisfação causou, também, a nomeação do Sr. Prof. Francisco Antônio das Chagas Pereira para diretor daquele Grupo. (SA, 15/07/1916, p. 3)

Mesmo sendo elevado à Grupo Escolar, a escola aparecidense parece passar por dificuldades quanto às suas finanças, afinal, o jornal *Santuário de Aparecida* informou a iniciativa da professora Nenê Pires em prol da “*Caixa escolar*”:

Caixa escolar: Com um escolhido programa cênico-musical, realizou-se no salão do Cinema Rio Branco um belo festival organizado pela senhorinha professora Nenê Pires em benefício da fundação da Caixa escolar do grupo aparecidense. (SA, 3/01/1920, p. 3)

Apesar da criação do Grupo Escolar em Aparecida que viera por substituir as Escolas Reunidas, faltava, à localidade, a construção do edifício-escola. O *templo* escolar

completava a demonstração da força educativa dos republicanos paulistas. Em Carvalho (1989, p. 25) fomos nos apoiar para tal reflexão:

Para fazer ver, a escola devia se dar a ver. Daí os edifícios necessariamente majestosos, amplos e iluminados, em que tudo se dispunha em exposição permanente. Mobiliário, material didático, trabalhos executados, atividades discentes e docentes – tudo deveria ser dado a ver de modo que a conformação da escola aos preceitos da pedagogia moderna evidenciasse o Progresso que a República instaurava.

Em Aparecida, a construção do edifício-escola no centro do distrito, por meio do dispositivo legal nº 1692 de 18 de novembro de 1919 (CORREA, 1991, s/p.), parece ter sido motivo de comemoração. O episódio fora anunciado pelo *Santuário de Aparecida*, em edição de 21 de fevereiro de 1920, página 2, como elemento que “*muito concorrerá para o progresso*”:

Grupo Escolar: Iniciaram-se as obras do edifício próprio onde funcionará o Grupo Escolar desta localidade. A par de muitos melhoramentos que se têm feito ultimamente neste lugar. Aparecida dentro de muito pouco tempo, contará com mais esse, que muito concorrerá para o seu progresso.

A construção do prédio que abrigaria o Grupo Escolar aparecidense foi resultado de um projeto assinado pelo engenheiro Cesar Marchisio que, por essa época, iniciara suas atividades na Diretoria de Obras Públicas do Estado de São Paulo e representa uma nova fase na difusão dos prédios para fins escolares no Estado. Este projeto atendeu a várias localidades do interior paulista: Aparecida, Santa Adélia, Altinópolis, Angatuba, Ibitinga e Mogi Mirim.

Em menos de dois anos de trabalho, conforme noticiou o jornal *Santuário de Aparecida*, o referido edifício fora inaugurado no dia 4 de outubro de 1921, dia do aniversário do Professor Francisco Antônio das Chagas Pereira, então diretor do Grupo Escolar.

Inauguração e aniversário: Com a das altas autoridades de Guaratinguetá e desta localidade realizou-se no dia 4 do corrente a inauguração do novo edifício do Grupo

Escolar de Aparecida. Coincidiu com esta festividade o aniversário do digníssimo diretor do mesmo estabelecimento, Prof. Francisco Antônio das Chagas Pereira, que por este motivo foi alvo de significativas manifestações por parte do corpo docente e discente do Grupo e de **multíssimas cultas pessoas** [grifo nosso]. (SA, 8/10/1921, p. p.2)

Parece ter sido uma grande festa. Uma celebração capaz de representar a articulação da política interna aparecidense, bem como a consolidação de sua identidade. Não foi o prestígio de Chagas Pereira que se festejou, mas a força da *Aparecida das letras*.



CORRÊA, Maria E.P., MELLO, Mirela G., NEVES, Hélia M.V. *Arquitetura Escolar Paulista: 1890-1920*. São Paulo: FDE. Diretoria de Obras e Serviços, 1991.

Em novembro de 1916*, as Escolas Reunidas foram transformadas em Grupo Escolar, quando então o Presidente do Estado de São Paulo, o Dr. Altino Arantes. Neste mesmo ano, iniciou-se a construção do prédio “Grupo Escolar Chagas Pereira”. Em 1921, no dia do aniversário de seu futuro patrono, o Grupo Escolar foi instalado em seu prédio próprio, à Praça Dr. Benedicto Meirelles, nº 111. Por aqui passaram gerações de aparecidenses, escritores, políticos, sacerdotes, bispos, homens do comércio e da lavoura, da indústria, trabalhadores anônimos de todas as classes sociais. Militaram professores de renome como, Eliseu Chagas Pereira, Nenê Pires do Rio, Maria Vilela da Costa Braga, Murilo do Amaral, Virgolina Fázzeri, Maria Aparecida Encarnação e aqui aprenderam as bases do saber, aparecidenses e não aparecidenses, brasileiros e imigrantes. O maestro Oscar Randolph Lorena plantou e cuidou do jardim ecológico. Durante décadas, neste prédio, funcionaram as seções eleitorais de Aparecida; funcionou o Hospital de Emergência, na Revolução Paulista de 1932; sediou o primeiro ginásio de Aparecida. Algumas reformas foram feitas, procurando preservar sua estrutura. Em quase todas houve a colaboração da comunidade aparecidense. Há um projeto de restauração do prédio feito pela Condefhat desde de 1987, porém, nenhuma providência concreta foi tomada pelo governo do Estado até a presente data.

Documento datilografado, sem autor, datado a 06 de outubro de 1995 – Arquivo da atual Escola Municipal Professor Chagas Pereira.

* Optamos por manter este texto em seu original, porém, leia-se **1915** e não 1916.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar os processos que conduziram à emancipação o distrito de Aparecida, a Aparecida do Norte, como popularmente é conhecida, exigiu-nos muito empenho, uma vez que as fontes pesquisadas nos conduziam para uma forma simplista de análise quando explicavam sua dinâmica local a partir da devoção à Imagem que, segundo história comumente contada, teria sido achada no Rio Paraíba do Sul no ano de 1717 e passou a representar a própria intervenção da força divina na localidade.

Desta forma, identificar os elementos que representaram as forças que, de alguma forma combinadas, instauraram uma nova ordem na localidade de modo a garantir seus processos de modernização e emancipação, tornou-se imprescindível.

Vimos que Aparecida se estruturou a partir do seu mito de origem, qual seja, o do encontro da imagem, tida mais tarde, como a representação da Mãe de Jesus, que passou a se chamar Nossa Senhora. Dedicada a ela fora criada a Capela D'Aparecida, por se referir à imagem que apareceu. A partir daí, este lugarejo pertencente ao município de Guaratinguetá passou a ser conhecido como Aparecida.

A Igreja Católica, apesar de nunca ter deixado de acompanhar as mobilizações espontâneas pelos devotos da Santa, mostrou-se mais pontual e atenta a tais manifestações de fé, peculiarmente populares, nos anos finais do século XIX. Essa mudança de postura não aconteceu de forma isolada ou fora um privilégio de Aparecida. É neste período que a Igreja incrementou uma série de iniciativas que passaram a ser conhecidas como ultramontanismo ou romanização que visava à ampliação de sua influência nos processos de criação e instauração de políticas públicas, sendo assim, reforçando seu poder como instituição mundial e milenar.

O caso aparecidense tem seu lugar de destaque pelo menos por dois pontos a considerar: o crescente movimento de romeiros, os quais, a Igreja julgava necessário um

acompanhamento catequético mais rigoroso de forma que assimilassem os seus dogmas; pelas possibilidades de ampliar suas relações políticas que serviriam para renovar o poder da Igreja, esta como uma instância divina aqui na Terra, junto ao Estado, uma vez que sua atuação se mostrou estratégica em Aparecida por ter a posse da Padroeira da Brasil.

Foi possível percebermos que em Aparecida a Igreja foi a instituição que deu o norte ao seu desenvolvimento, porém, para tanto, criou parcerias, trazendo para seu seio, sujeitos que pudessem representar sua força moral e modelar.

É nesta lógica que encontramos uma valorização das letras por meio da criação de mecanismos de difusão dessas, dentre os quais, a escola pública. Esta instituição, apesar da indiscutível força da Igreja no local, parece ter conseguido conduzir o processo de escolarização aparecidense de modo a ter espaço privilegiado nas publicações do *Santuário de Aparecida* (1900-2009), jornal originariamente católico, fundado pelos padres da Congregação do Santíssimo Redentor, conhecidos como Missionários Redentoristas, sendo considerada signatária do progresso, desenvolvimento e modernização em Aparecida.

Esta escola pública, apesar de ter sido criada ainda no período imperial, a cadeira de primeiras letras, foi com a instauração das Escolas Reunidas em 1910, quando se reuniram as escolas isoladas da localidade, dos bairros de Santa Rita dos Machados e Aroeira, instaladas em prédio central, alugado e adaptado para tal finalidade, é que tomara lugar de destaque na sociedade aparecidense.

Se a emancipação de Aparecida se deu pela urbanização de seus espaços, a criação de praças, farmácias, correio, estação de trem, instalação de bondes, calçamento, iluminação pública, não menos importante fora a construção de novos ritmos, estes cidadãos, que sobressaíssem aos seus ares frugais.

A instalação desses novos ritmos pode ser verificado pelo largo calendário de festas, as quais eram planejadas de modo a soerguer a localidade numa estrutura religiosa o

que lhe deu identidade e condições de garantir seu reconhecimento na região e em outros lugares do país.

Aos poucos, vimos a participação do Grupo Escolar em espaço privilegiado, como devidamente narrado no episódio das festividades do Centenário da Independência, noticiada pelo *Santuário de Aparecida*, quando os escoteiros da referida escola tem seu lugar de honra no altar de Nossa Senhora.

Fora a combinação de forças entre Igreja e Escola e a reunião dos mais diversos sujeitos, ligados a uma ou outra, senão pela simbologia que desta união se emanava, é que foram construídas, em Aparecida, as condições necessárias à sua emancipação, que se consolidara em 1928.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, José R. P. de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. Trad.: Antônio Chizzotti. 2 ed. SP: EDUC, 2000. p. 98-309.

AZEVEDO, Fernando. *Cultura Brasileira (Tomo III)*. São Paulo: Melhoramentos / EDUSP, 1971. Cap 2. p. 61-114.

BARATA, Alexandre Mansur. *Luzes e Sombras: a ação da Maçonaria no Brasil (1870-1910)*. Campinas: UNICAMP / Centro de Memória – UNICAMP, 1999. p.19-24; 87-167.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Trad.: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001. p. 69-87.

BRESCIANI, Maria S. M. (org.) *Imagens de cidade: século XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

BRUSTOLONI, João P. *Aparecida: sua Imagem, seu santuário*. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1980. 70p.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Trad.: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005. p. 44-130.

CÂMARA NETO, Isnard A.. *Ação romanizadora e a luta pelo cofre: Dom Epaminondas, primeiro bispo de Taubaté (1909-1935)*. Tese de Doutorado pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006. 338p.

CARVALHO, José M. de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2004. 166p.

CARVALHO, Marta. M.C de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane M.T., FARIA FILHO, Luciano M., VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*, 3ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p. 225-251.

_____. *A Escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989. 86p.

CASTILHO, Edson D. e REIS, Fábio J. G. dos. *Vale do Paraíba: pessoas, instituições e movimentos – contribuições relevantes nos séculos XIX e XX*. Campinas/SP: Alínea, 2008. 234p.

CATANI, Denice. B; BASTOS, Maria. H. C. *Educação em Revista: a Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo, Escrituras, 1997.p. 77-91.

CATANI, Denice B. Distâncias, Vizinhanças e Relações: comentários sobre os estudos Sócio-histórico-comparados em Educação. In: NÓVOA, António e SCHRIEWER, Jürgen (eds.). *A difusão mundial da escola: alunos, professores, currículo, pedagogia*. Lisboa: Educa, 2000. p. 143-150.

CÉSAR, José V. Arqueologia de Aparecida. In: BARBOSA, Alexandre L. *Aparecida: a multiplicidade do olhar*. Taubaté/SP: Imagem, 2000. p. 26-32.

CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. In: *Estudos Avançados*, 11 (5). Trad.: Andréa Daher e Zenir Campos Reis. 1991. p. 173-191.

COELHO, Benedito C.M. *O processo político da comunidade guaratinguetaense*. São Paulo: Traço Editora, 1982. 85p.

CORRÊA, Maria E. P., MELLO, Mirela G. de M., NEVES, Hélia M. V. *Arquitetura Escolar Paulista (1890-1920)*. São Paulo: FDE, 1991.

CORREIA, António C. L. e GALLEGO, Rita de C. *Escolas públicas primárias em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920)*. Lisboa: Educa (Cadernos Prestige), 2004. 47p.

CURY, Carlos, R. J. A Educação e a primeira constituinte republicana. In: FÁVERO, Osmar (org.). *A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)*, 3ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2005. p. 69-80.

DE CERTEAU, Michel. A operação histórica. In: Le Goff, Jacques. *História: novos problemas*. Trad.: Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988. p. 17-48.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Trad.: Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Zahar, 1993. Vol 2. 307p.

FARIA, Teresinha P. *Decadência do café numa comunidade valeparaibana*. Guaratinguetá, 1973.

FARIA FILHO, Luciano M. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane M.T., FARIA FILHO, Luciano M., VEIGA, Cynthia G. *500 anos de educação no Brasil*, 3ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2003. p. 135-150.

FERNANDES, Rogério e MIGNOT, Ana C.V. *O Tempo na Escola*. Lisboa: Profedições, 2008. p. 246.

FOYACA, Manuel. *As Encíclicas sociais*. Rio de Janeiro: Agir, 1967. p. 13-33.

GAGNEBIN, Jeanne M.. O início da história e as lágrimas de Tucídides. In: *Sete aulas sobre linguagem, memória e história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imago, 2005, p. 13-35.

GALLEGO, Rita de C. *Uso(s) do tempo: a organização das atividades de alunos e professores nas escolas primárias paulistas (1890-1929)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Orientadora: Prof^a Dr^a Denice Bárbara Catani. 2003.

GESSINGER, Humberto e LICKS, Augusto. Música: Exército de um homem só I. In: Engenheiros do Hawaii, Disco: *O papa é pop*, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Trad.: Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 255p.

GLEZER, R. As transformações da cidade de São Paulo na virada do século XIX e XX. *Cadernos da História de São Paulo*. São Paulo, v. 3/4, p. 17-28, 1995.

HOORNAERT, Eduardo. *Formação do Catolicismo brasileiro (1550-1800)*, 2ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1978. 140p.

HOBBSAWM, Eric J. *A Era dos Impérios*. Trad.: Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 29-56.

IANNI, Octávio. O progresso econômico e o trabalhador livre. In: HOLANDA, Sérgio B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. II. RJ: Difusão Européia do Livro, 1969. p. 297-319.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objetivo histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. n. 1, p. 10, jan / jun. 2001 (2).

KUHLMANN Jr, Moysés. *As grandes festas didáticas: a educação brasileira e as exposições internacionais (1862-1922)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. 262p.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5 ed. Trad.: Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003. 541p.

Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, 1745.

LUCA, Tânia Regina de. Fontes Impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

Mapa Rodoviário do Estado de São Paulo, 2001.

MELLO, José M. H. *Coroação de Nossa Senhora Aparecida: 8 de setembro de 1904*. Narrativa ilustrada. São Paulo: Duprat & Comp., 1905.

MOTTA, Carlos C. de V. *História do Santuário de Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil*. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1966, 37p.

MOURA, Sérgio L. e ALMEIDA, José M.G. A Igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org), *O Brasil Republicano*, t. III, vol. 2: Sociedade e Instituições [1889 – 1930], 7ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 323-342.

NIETZSCHE, Friedrich W. Da Pobreza do Riquíssimo. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 459-462.

PINHEIRO, Manuel M. *Annaes Aparecidense*. Tipografia de JP Cardozo – São Paulo, 1905.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*. Tradução: Dora Rocha Flaksman. Vol. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

RAMA, Angel. *A Cidade das Letras*. Trad.: Emir Sader. São Paulo: Brasiliense, 1985. 157p.

REIS, Fábio J. G. Igreja e História de Aparecida. In: BARBOSA, Alexandre L. *Aparecida: a multiplicidade do olhar*. Taubaté/SP: Imagem, 2000. p. 74-81.

_____. *Os Redentoristas, o Cônego Antônio Marques Henriques e a Romanização da Igreja Paulista (1888-1917)*. São Paulo, USP – Dissertação de Mestrado – Departamento de História da FFLCH-SP, 1993.

REIS, Aníbal P. *A Senhora Aparecida: outro “conto do vigário”*. São Paulo: Caminho de Damasco, 1967. 70p.

Relatório de Viagem do Conde de Assumar, 1717.

SAVIANI, Dermeval. A política educacional no Brasil. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria H. C. *Histórias e memórias da educação no Brasil*. Vol III: Século XX. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005. p. 29-38.

SILVA, Vivian B. da. Leituras para professores: apropriação e construção de saberes nos manuais pedagógicos brasileiros escritos pelos “católicos” (1870-1971). In: *Cadernos de História da Educação* - n°. 2 - jan./dez. 2003. p. 51-58.

SILVA, Francisco de A. e BASTOS, Pedro I. de A. *História do Brasil*. São Paulo: Moderna, 1988. 304p.

SIMON, Paul & GARFUNKEL. Música. The sounds of silence. In: Disco Simon & Garfunkel, Coletânea: VinteUm, s/d.

SOUZA, Juliana B.A. de. Uma Rainha para a República. In: *Revista Nossa História*. Ano 1, n° 12, out-2004. p. 64-68.

SOUZA, Rosa F. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1810-1910)*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. 302p.

TERRA, João E.M. *Maçonaria e Igreja Católica*. São Paulo: Santuário, 1996. 109p.

THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Trad.: Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. 493p.

_____. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 47-62.

VARELA, J. e ALVAREZ-URIA, F. A Maquinaria Escolar. In: *Teoria e Educação*. Porto Alegre-RS: Pannonica, 1992. p. 68-96.

VEYNE, Paul. *O inventário das diferenças*. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 05-55.

VILLAÇA, Antônio C. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975, 205p.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Trad.: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 205-231.

1. Fontes Primárias

1.1. Arquivo do Estado de São Paulo

a) Informações – 1910-1911 (C07084)

- Carta do Professor Francisco Antônio das Chagas Pereira à Oscar Thompson – 10 de julho de 1911
- Ofício 568 – ER-A – 23 de janeiro de 1911
- Ofício 43 – ER-A – 21 de janeiro de 1911
- Ofício 44 – ER-A – 25 de janeiro de 1911
- Ofício 78 – ER-A – 13 de dezembro de 1911
- Ofício 11 – ER-A – 23 de maio de 1910
- Comunicado / Pedido / Solicitação – 2 de maio de 1910
- Ofício 10 – ER-A – 23 de maio de 1910
- Ofício 5 – ER-A – 18 de maio de 1910
- Carta / Relatório – ER-A – secretário de Estado dos Negócios do Interior – 14 de maio de 1910

b) Regimento Interno das Escolas Publicas do Estado de São Paulo – 26/07/1894 (E01085)

c) Termo de juramento de professor público – 1909-1910 (E01113)

1.2. Arquivo da Escola Municipal Francisco Antônio das Chagas Pereira – Aparecida

a) Biografia do Patrono (documento datilografado sem autor – sem data)

b) Professor Chagas Pereira – Irene Bedaque Zago (Diretor de Escola) – 5 de julho de 1985

1.3. Museu Frei Galvão

a) Atas da Câmara Municipal de Guaratinguetá – 1909-1916

1.4. Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida

a) Seção 5, Parte 8, Grupo 1, Pasta 1: Personagens e Aparecida – 1717-1963

- Diário da Jornada que fez o Exm^o Senhor D. Pedro, Conde de Assumar – desde o Rio de Janeiro até a cidade de São Paulo
- Conde Dr. José Vicente de Azevedo – Notas Pessoais
- Tesoureiros – correspondências
- Dom Joaquim Arcoverde – cópia da carta de pêsames do Cardeal D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti pela morte do Pe. Gebbaro Wiggermann, CSSR, dirigido ao vice-provincial, Pe. João Batista , em Aparecida / SP.

b) Seção 5, Parte 8, Grupo 1, Pasta 2: Anotações e Acontecimentos – 1719-1958

- Narração do encontro da Imagem Milagrosa de Nossa Senhora Aparecida – em reprodução direta do livro de Tombo de 1745 da Paróquia de santo Antônio de Guaratinguetá, em processo foto-tipográfico
- Jornal *A Gazeta – São Paulo*, terça-feira, 18 de dezembro de 1928
- Documento escrito à mão, sem data – coleta de dados históricos sobre Aparecida feita pelo Padre Oto Maria Bobem, CSSR, falecido em 1954
- Ato de lançamento da Primeira Pedra da Capela do Colégio de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, no Episcopal Santuário da Mesma Senhora, desta Diocese de São Paulo, Estado do mesmo nome

c) Seção 5, Parte 8, Grupo 1, Pasta 3.1: Documentos históricos (original) – 1893-1910

- Livro de lançamento de todos os documentos históricos por iniciativa do Vigário forâneo Pe. Claro Monteiro do Amaral
- Coletânea de Documentos e Crônica da Capela de Nossa senhora Aparecida (1717-1917), Vol. I
 1. Retrato da Imagem Milagrosa de Nossa Senhora Aparecida – Pe. Alfredo Morgado, CSSR, 1977
 2. Retrato da Imagem Milagrosa de Nossa Senhora Aparecida com manto e coroa – Pe. Alfredo Morgado
- Coletânea de Documentos e Crônicas da Capela de Nossa senhora Aparecida (1717-1917), Vol. I
 1. Cópia do Jornal *O Paraíba* de Guaratinguetá transcrito dos exemplares que se encontram na Hemeroteca Júlio de Meesquita, do IHG / SP – 25/07/1978
 2. Coleção de cartas de Dom Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, bispo de São Paulo ao Tesoureiro Capitão João Maria de Oliveira Cesar
 3. Provisão isentando Aparecida da jurisdição paroquial de Guaratinguetá e dando-lhe o honroso título de Episcopal Santuário
 4. Portaria nomeando o Padre Claro Monteiro do Amaral, Capelão – Dom Lino Deodato Rodrigues de Carvalho
 5. Missionários Redentoristas – Capelães do Santuário

1.5. Periódicos:

- a) Jornal *Santuário de Aparecida*, Ano LXXXVI, nº 4223, 10 de novembro de 1985.

b) Jornal *Paraíba*, 24/08/1873. (Documento datilografado por Padre Júlio João Brustoloni CSSR, 27/04/1981; cópia do jornal O Paraíba de Guaratinguetá transcrito dos exemplares que se encontram na hemeroteca Júlio de Mesquita do IHG/SP (1978) – Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida).

c) Jornal *O Mosaico*, 30/11/1862. In: FARIA, Teresinha P. *Decadência do café numa comunidade valeparaibana*. Guaratinguetá, 1973.

d) Jornal *Correio Popular*, 30/11/1929 – In: FARIA, Teresinha P. *Decadência do café numa comunidade valeparaibana*. Guaratinguetá, 1973; 10/04/1927 – In: COELHO, Benedito C.M. *O processo político da comunidade guaratinguetaense*. São Paulo: Traço Editora, 1982. 85p.

e) Jornal *A Gazeta* – São Paulo, terça-feira, 18/12/1928. (Arquivo da Cúria Metropolitana de Aparecida)

2. Obras da Cúria Metropolitana de Aparecida

Aparecida. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1975.

Aparecida: de antanho e de hoje. Impresso nas Oficinas de Arte Sacra – Aparecida – com licença da autoridade eclesiástica, s/d.

BRUSTOLONI, João P. *Aparecida*: sua Imagem, seu santuário. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1980. 70p.

Livro de Tombo da Paróquia de Santo Antônio de Guaratinguetá, 1745.

MELLO, José M. H. *Coroação de Nossa Senhora Aparecida*: 8 de setembro de 1904. Narrativa ilustrada. São Paulo: Duprat & Comp., 1905.

MOTTA, Carlos C. de V. *História do Santuário de Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil*. Aparecida-SP: Editora Santuário, 1966, 37p.

Nossa Senhora Aparecida, seu Santuário – sua história: Oficinas Gráficas Editora Santuário de Aparecida, 1962.

Notas históricas de Aparecida. Datilografado, 1970.

PINHEIRO, Manuel M. *Annaes Aparecidense*. Tipografia de JP Cardozo – São Paulo, 1905.

Resumo histórico do Santuário de Nossa Senhora Aparecida. Datilografado, 1977. 23p.

Relatório de Viagem do Conde de Assumar, 1717.

SOUSA, Ney de (org). *Catolicismo em São Paulo – 450 anos da presença da Igreja Católica em São Paulo (1554/2004)*- São Paulo: Paulinas, 2004.

VILHENA, Maria Ângela e PASSOS, João Décio (org.) - *A Igreja em São Paulo: presença católica na história da cidade* - São Paulo: Paulinas, 2005.

3. Lista de Fotos

3.1. Mello, José M. H. *Coroação de Nossa Senhora Aparecida: 8 de setembro de 1904. Narrativa ilustrada. São Paulo: Duprat & Comp., 1905.*

- a) Trem da peregrinação em marcha para Aparecida (p.12);
- b) Estação de Aparecida (p.15);
- c) Padres Redentoristas do santuário de Aparecida (p. 40);
- d) Carregador d'Aparecida (p.45);
- e) O monumento comemorativo (p. 58);
- f) Inauguração do monumento (p.65);
- g) Os peregrinos descendo a ladeira de Aparecida indo para a estação para tomarem o trem (p.75);
- h) Escola apostólica da Aparecida, em construção (p.10);
- i) Escola apostólica e Aparecida (p.14);
- j) Povo esperando a Missa Pontifical (p.21);
- k) Rua da Calçada (p. 02);
- l) Mendigo d'Aparecida (p.07);
- m) Arredores d'Aparecida (p.20);
- n) Ao Evangelho da Missa Pontifical (p. 24);
- o) Meninos brincando no pátio do Santuário (p. 39);
- p) Instantâneo tirado nas ruas d'Aparecida (p.11);
- q) A coroa de ouro com que foi coroada a Virgem Aparecida (p. 46);
- r) Imagem coroada da Virgem Aparecida (p. 19).

3.2. *Coletânea de Documentos e Crônica da Capela de Nossa senhora Aparecida (1717-1917), Vol. I*

- a) Retrato da Imagem Milagrosa de Nossa Senhora Aparecida – Pe. Alfredo Morgado, CSSR, 1977
- b) 2. Retrato da Imagem Milagrosa de Nossa Senhora Aparecida com manto e coroa – Pe. Alfredo Morgado

4. Sites visitados

- <http://www.mapaturistico.com.br/cidades/default.asp?idcidade=4&idpag=2>. Acessado em 07/09/2008;

- http://www.arquidiocesedesaopaulo.org.br/historia/historia_arquidiocese.htm. Acessado em 13/08/2007;
- <http://apostled.tripod.com/pesca.html>. Acessado em 17/03/2007;
- <http://pt.wikipedia.org>. Acessado em 20/04/2008;
- <http://www.santuaronacional.com>. Acessado em 22/02/2007;
- <http://www.cidadeaparecida.com.br/aparecida/municipio/historias/aconteceu.htm>. Acessado em 15/02/2007;
- <http://www.aparecida.com.br/historia.asp>. Acessado em 15/03/2007;
- <http://www.cidadeaparecida.com.br/aparecida/municipio/historias/aconteceu.htm>. Acessado em 15/03/2007;
- <http://www.cidadedeaparecida.com.br>. Acessado: 25/05/2007;
- <http://www.al.sp.gov.br>. Acessado: 20/08/2008.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Imaculada_Concei%C3%A7%C3%A3o; Acessado: 25/08/2007.
- <http://www.redemptor.com.br/redentorist/inte-03/hredbra3.html>. Acesso: 17/03/2007.
- <http://www.internext.com.br/valois/pena/1233.htm>. Acesso: 18/03/2008.
- http://pt.wikipedia.org/wiki/Inquisi%C3%A7%C3%A3o#Extin.C3.A7.C3.A3o_da_InInqui.C3.A7.C3.A3o. Acesso: 18/03/2008.
- <http://www.universocatico.com.br/content/view/14284/98/>. Acessado em 12/12/2008.
- <http://www.portalvale.com.br/cidades/aparecida/igreja-sao-benedito.php>. Acessado em 25/01/2009.
- <http://www.portalvale.com.br/cidades/guaratingueta/igreja-sao-benedito.php>. Acessado em 25/01/2009.
- <http://www.paraquias.org/oracoes/?o=45>; Acessado em 15/01/2009.
- <http://www.histedbr.fae.unicamp.br>; Acessado: 13/07/2008.
- http://en.wikipedia.org/wiki/The_Sound_of_Silence; Acessado em 01/02/2009.

ANEXOS

ANEXO 1

Música: **Viva a Mãe de Deus e Nossa**

Conde Dr. José Vicente de Azevedo

Viva a Mãe de Deus e Nossa
Sem pecado concebida
Viva a Virgem Imaculada
A Senhora Aparecida!

Aqui estão vossos devotos
Cheios de fé incendida,
De conforto e de esperança,
Ó Senhora Aparecida!

Virgem Santa, Virgem bela,
Mãe amável, Mãe querida,
Amparai-nos, socorrei-nos.
Ó Senhora Aparecida!

Protegei a Santa Igreja
Mãe terna e compadecida,
Protegei a nossa Pátria,
Ó Senhora Aparecida!

Velai por nossas famílias,
Pela infância desvalida,
Pelo povo brasileiro,
Ó Senhora Aparecida!

Aos enfermos daí saúde,
Aos transviados guarida;
Que todos, todos se salvem,
Ó Senhora Aparecida!

No Calvário junto à cruz,
Com a alma de dor ferida,
Jesus nos fez nossa Mãe,
Ó Senhora Aparecida!

Ofício Divino, 3ed. Petrópolis-RJ: Vozes, Paulinas, Editora Salesiana Dom Bosco. Trad.: CNBB, 1985. p. 1692-1693.

ANEXO 2

TE DEUM

Português	Latim
Te Deum	Te Deum
<p>Nós Vos louvamos, ó Deus, nós Vos bendizemos, Senhor. Toda a terra Vos adora, Pai eterno e onnipotente. Os Anjos, os Céus e todas as Potestades, os Querubins e os Serafins Vos aclamam sem cessar: Santo, Santo, Santo, Senhor Deus do Universo, o céu e a terra proclamam a vossa glória. O coro glorioso dos Apóstolos, a falange venerável dos Profetas, o exército resplandecente dos Mártires cantam os vossos louvores. A santa Igreja anuncia por toda a terra a glória do vosso nome: Deus de infinita majestade, Pai, Filho e Espírito Santo. Senhor Jesus Cristo, Rei da glória, Filho do Eterno Pai, para salvar o homem, tomastes a condição humana no seio da Virgem Maria. Vós despedaçastes as cadeias da morte e abristes as portas do céu. Vós estais sentado à direita de Deus, na glória do Pai, e de novo haveis de vir para julgar os vivos e os mortos. Socorrei os vossos servos, Senhor, que remistes com vosso Sangue precioso; e recebei-os na luz da glória, na assembleia dos vossos Santos. Salvai o vosso povo, Senhor, e abençoai a vossa herança; sede o seu pastor e guia através dos tempos e conduzi-o às fontes da vida eterna. Nós Vos bendiremos todos os dias da nossa vida e louvaremos para sempre o vosso nome. Dignai-Vos, Senhor, neste dia, livrar-nos do pecado. Tende piedade de nós, Senhor, tende piedade de nós. Desça sobre nós a vossa misericórdia, Porque em Vós esperamos. Em Vós espero, meu Deus, não serei confundido eternamente.</p>	<p>Te Deum laudamus: te Dóminum confitemur. Te ætérnum Patrem, omnis terra venerátur. tibi omnes ángeli, tibi cæli et univérsæ potestátes: tibi chérubim et séraphim incessábili voce proclamant: Sanctus, Sanctus, Sanctus, Dòminus Deus Sábaoth. Pleni sunt cæli et terra maiestátis glóriæ tuæ. Te gloriòsus apostolòrum chorus, te prophetàrum laudábilis número, te mártiurum candidátus laudat exércitus. Te per orbem terrarum sancta confitétur Ecclésia, Patrem imménsæ maiestátis; venerándum tuum verum et únicum Filium; Sanctum quoque Paráclitum Spíritum. Tu rex glóriæ, Christe. Tu Patris sempitérnus es Filius. Tu, ad liberándum susceptúrus hóminem, non horrúisti Virginis úterum. Tu, devícto mortis acúleo, aperuísti credéntibus regna cælórum. Tu ad dèxteram Dei sedes, in glória Patris. Iudex créderis esse ventúrus. Te ergo quæsumus, tuis famulis súbveni, quos pretiòso sanguine redemísti. Ætérna fac curò sanctis tuis in glória numerári. Salvum fac pópulum tuum, Dómine, et bénedic hereditáti tuæ. Et rege eos, et extólle illos usque in ætérnum. Per síngulos dies benedícimus te; et laudamus nomen tuum in sæculum, et in sæculum sæculi. Dignáre, Dómine, die isto sine peccáto nos custodíre. Miserére nostri, Dómine, miserére nostri. Fiat misericórdia tua, Dómine, super nos, quemádmódum sperávimus in te. In te, Dómine, sperávi: non confundar in ætérnum.</p>

Disponível: http://www.agencia.ecclesia.pt/catecismo/oracoes_ver.asp?oracaoid=12. Acesso: 10/07/2008.

ANEXO 3

Quadro Sinótico: por Província, escolas e estabelecimentos de Instrução Pública, no Brasil, conforme dados mais recentes

SÃO PAULO																		
NATUREZA Das Escolas e estabelecimentos em cada Província	INSTRUÇÃO PRIMÁRIA							INSTRUÇÃO SECUNDÁRIA E SUPERIOR							Soma destinada à instrução primária e secundária		Proporção do total das receitas	
	Escolas				Alunos			Estabelecimentos				Estudantes			Mil Réis	Francos		
	meninos	meninas	mista	total	meninos	meninas	total	rapazes	moças	mista	total	rapazes	moças	total				
Públicas	638	372	11	1021	11801	7742	19546									977.835\$	2.444.588	19%
Pensionatos ou Colégios	43	11	3	59	802	106	908											
Fábricas e est. Industriais																		
Escolas p/ adultos das colônias de Itapura e de Avanhadava, mantidas por particulares	11	2	13	301	40	341											
Asilos	2	2	67	67											
Aprendiz de marinho																		
Prisões	4	4	19	19											
Seminário da Glória para jovens	1	1	120	120											
Colégio N. S. do Carmo p/ moças	1	1	220	220											
Instituto Ana Rosa p/ crianças abandonas	1	1	98	98											
Liceu de Artes e Ofícios do Sagrado Coração	1	1	449	449											
Liceu de Artes e Ofícios	1	1	738	738				
Instituto taubateano de agricultura, de artes e ofícios	1	1	53	53				
Colégio São Miguel	1	1	40	40				
Colégio Perseverança em Guara ^{ia}	1	73	73				
Faculdade de Direito	443				
Classes preparatórias anexas à Faculdade de Direito																		
Escola Normal	1	1	172	135	307											
Classes preparatórias e primárias anexas à Escola Normal	1	1	61	75	136				
Seminário Episcopal da Capital	1	1	254	254				
	702	387	15	1104	13832	8243	22075	4	1	6	1219	75	2018				

OBSERVAÇÕES:

- Data dos dados: 1889
- Superfície: 290876Km²
- População: 1573000 habitantes
- Densidade da população por Km²: 4,1 habitantes
- Proporção dos alunos em relação à população: 1,6%
- Receita da Província: 5.165:935\$000
- A Escola de Aprendiz de Marinheiro cuja sede está no Rio de Janeiro, é comum no Município Neutro e nas Províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.

(ALMEIDA, José R. P. de. *Instrução pública no Brasil (1500-1889): história e legislação*. Trad.: Antônio Chizzotti. 2 ed. SP: EDUC, 2000. p. 98-309)

ANEXO 4

Artigo datado a 10 de abril de 1927 do jornal *Correio Popular* em seu ano XI, nº 83, p. 2 (COELHO, 1982, p. 73-75)

“GUARATINGUETÁ – Centro de progresso e civilização, trabalhando por um espírito de civismo superior”

Guaratinguetá, a Sultana do Norte de São Paulo, é uma pequena capital. Ali tudo está dentro das normas do progresso, de conforto, de civilização. Da sua antiguidade, que infunde especial carinho e respeito, aos seus moderníssimos, que encanta, a cidade é primorosa. Os seus templos vetustos, expressivos, por todos os títulos respeitáveis, dão à cidade um tom especial de dignidade e veneração. As suas ruas e praças, otimamente calçadas e arborizadas, prendem as vistas de quem as visita, e fazem-lhe este convite: - Fique aqui! Os seus teatros, especialmente o velho Municipal, as suas outras casas de diversão, os seus “bars” abertos até altas horas da noite, dão a perfeita notícia do progresso local. Os seus hotéis, que são poucos, infelizmente, têm regular conforto e um deles pode hospedar o viajante mais exigente. Dentre as suas praças destaca-se a Praça Conselheiro Rodrigues Alves. Esta praça toda ela vive incendiada em história, especialmente porque ali se ergue o solar Rodrigues Alves, de estilo colonial, um sobrado de arquitetura antiga, onde nasceu uma verdadeira geração de vultos que vêm honrando o Brasil pela sua obra cívica de estadismo, de diplomacia, de parlamentarismo e de política, especialmente dita. Do velho solar (hoje não existe mais) que teve a glória de dar à América do Sul o grande estadista Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves, vai em ondas de harmonia para a praça da saudade pontilhada de orgulho, e essa saudade beija em cheio o perfil do estadista no momento que a cidade de Guaratinguetá erigiu, dando à capital do país uma verdadeira lição de civismo, por ainda esta não ter erigido um monumento ao seu grande benfeitor no mais soberbo quadriênio administrativo da República. O monumento é simples mas empolgante. O escultor reproduziu o Conselheiro Rodrigues Alves quando entrava na sua terra, após as suas brilhantes vitórias. Reproduz o estadista andando com uma das mãos num bolso da calça. Tem-se impressão de que o grande vulto vem andando lentamente à frente do seu povo numa de suas entradas gloriosas na terra do seu berço. A sua fisionomia é fielmente reproduzida com aquela austeridade comedida e sincera, com a sisudez daquele inviolável caráter. Nas faces da base do monumento lêem-se inscrições de alto relevo cívico-históricas. Há, pois um bronze de justiça histórica, sob todos os seus pontos de vista. A praça é um primor de arborização e tem uns bancos contempladores. E assim moderna e assim sugestiva é toda a cidade de Guaratinguetá, de que nos iremos ocupando em todos os números desta publicação. A cidade é, pode-se dizer, sem receio de contestação, feita pelo alvismo, que há de meio século lhe vem imprimindo toda a ação de progresso e de grandeza. O chefe supremo desta política é o irmão do imortal Conselheiro Rodrigues Alves, o exmo. Comendador Antônio Rodrigues Alves, um político de real e inconfundível prestígio, um caráter rígido, uma honestidade sem jaça e um amor entranhado a tudo que se prende à sua terra natal. Organismo privilegiado, de aço, já contando mais de oitenta anos de idade, parece ser de um homem de quarenta ou cinquenta anos, apenas. O exmo. Sr. Comendador Rodrigues Alves caracteriza-se pela franqueza e pela lealdade que lhe são os mais formosos apanágios. Em política raramente se encontra tão perfeita, tão rigorosa personalidade; daí o segredo da inabalabilidade do seu prestígio, daí a admiração que os seus próprios adversários, os justos lhe tributam. Além dessas figuras tem mais a família Rodrigues Alves no cenário político contemporâneo estas: Embaixador Dr. José de Paula Rodrigues Alves, que tanto vem estreitando os laços de amizade e confraternização sul-americana dos dois maiores países

deste Continente. Deputado federal Dr. Francisco de Paula Rodrigues Alves Filho, espírito finíssimo, de verdadeiro diplomata, dono de uma inteligência e uma bondade sedutora e com os quais se impõe no Congresso Nacional a uma das altas rodas de admiradores. Senador Oscar Rodrigues Alves, político de alta visão, tendo ocupado no poder executivo do Estado posição de grande relevo e sendo no Estado uma das mais acatadas figuras. Dr. Álvaro de Carvalho, que agora volta à política com todas as honras ao seu valor pessoal, moral, intelectual e cívico, merecendo eleitorado do 2º distrito a maior votação. Dr. José Rodrigues Alves Sobrinho, deputado estadual, político prestigioso e prestimosíssimo, o lutador inquebrantável e o novo arregimentador do Partido em Guaratinguetá, estendendo-se o seu prestígio e a sua ação por quase todos os municípios deste distrito. Parlamentar brilhante, chamamos a atenção dos nossos leitores para um dos seus últimos trabalhos de que nos ocuparemos noutro número. O governo da cidade, a longos anos pela escolha livre do eleitorado, é o Sr. Pedro Marcondes Leite, a quem deve o município os mais assinalados serviços a quem deve a corrente Alvista, uma das mais expressivas e prestigiosas do Estado, o mais soberbo padrão de lealdade política. É secretário da Câmara e da Prefeitura o inteligente, operoso e leal soldado do partido, o Sr. José de Paula e Silva, que nos distinguirá em breve com sua colaboração política e literária. É um dos mais abnegados soldados das fileiras alvistas e de uma eficiência a sua ação incontestável à obra local. Austero cumpridor dos seus deveres, zeloso nas repartições a seu cargo vem esse nosso amigo se impondo, cada vez mais, aos próceres da política de Guaratinguetá. “Guararapes” se ocupando de Guaratinguetá, não podia se esquecer, sem cometer suprema ingratidão, do coronel Benedicto Rodrigues Alves, filho do Comendador Rodrigues Alves. É um exemplo de bondade, é o espírito vivo de progresso da terra de seu berço. Industrial e proprietário, esquece-se da fortuna, que tantas vezes seca as almas, os corações, para, de coração aberto, dedicar-se ao suma, à vista de associação e finura de Guaratinguetá, sendo o seu coração uma cornucópia derramando o bem sobre todas as almas. E a figura do Monsenhor Fillipo? E a figura do grande clínico Dr. Meireles? E a figura de Nero Sena? E os seus jornalistas, os seus jornais, os seus advogados? E a obra hospitalar de Guaratinguetá? O Norte de São Paulo precisa conhecer mais minuciosamente o que tem sido a ação cívico-social do alvismo, para lhe fazer a justiça, e, irem com raras exceções, as suas cidades, buscar ensinamentos em Guaratinguetá, a sultana do norte, verdadeira pequena capital de São Paulo.

ANEXO 5

Oração “Angelus”

"Angelus" - Oração do meio dia

V. O Anjo do Senhor anunciou a Maria.

R. E Ela concebeu do Espírito Santo.

Ave Maria...

V. Eis a escrava do Senhor.

R. Faça-se em mim segundo a Vossa Palavra.

Ave Maria...

V. E o Verbo divino encarnou.

R. E habitou no meio de nós.

Ave Maria...

V. Rogai por nós Santa Mãe de Deus.

R. Para que sejamos dignos das promessas de Cristo.

Oremos.

Infundi, Senhor, como Vos pedimos, a Vossa graça nas nossas almas, para que nós, que pela Anunciação do Anjo conhecemos a Encarnação de Cristo, Vosso Filho, pela sua Paixão e Morte na Cruz, sejamos conduzidos à glória da ressurreição. Por Nosso Senhor Jesus Cristo Vosso Filho que é Deus convosco na unidade do Espírito Santo.

(<http://www.paroquias.org/oracoes/?o=45>; acessado em 15/01/2009)

ANEXO 6

Biografia do Professor Francisco Antônio das Chagas Pereira – diretor das Escolas Reunidas e Grupo Escolar de Aparecida.

Nasceu em Aparecida – SP, o professor Francisco Antônio das Chagas Pereira, a 4 de outubro de 1866 e faleceu na mesma cidade a 5 de agosto de 1944, aos 77 anos, dos quais 43 consagrados ao magistério público. Iniciou sua carreira na Escola Masculina do Bairro da Pedrinha, em Guaratinguetá, em 1885, e foi o primeiro diretor das Escolas Reunidas, criadas em abril de 1910, e instaladas em 11 de maio do mesmo ano, neste município. Homem de formação católica e humanitária ensinou o idioma português aos primeiros padres Redentoristas alemães que chegaram a Aparecida. Diariamente ia ao convento. Usava lunetas, era alto, aprumado, de gênio pouco expansivo. Colaborou nos trabalhos preliminares da Santa Casa de Misericórdia de Aparecida, tendo elaborado seus estatutos. Foi, também, jornalista e regeu, durante muitos anos, o Curso de Educação de Adultos de Aparecida. O professor Chagas Pereira foi o primeiro diretor do Grupo Escolar de Aparecida, cargo em que se efetivou em 1921 e no qual se aposentou a pedido em 27 de junho de 1924. Em 1932, a convite do Sr. Dr. Secretário dos Negócios da Educação reverteu ao magistério reconduzido para o mesmo cargo de diretor do Grupo Escolar de Aparecida e do qual somente se aposentou em 1936, motivado pela moléstia de que veio a falecer. Em homenagem póstuma que lhe foi prestada pelo governo do Estado, o Grupo Escolar de Aparecida passou a denominar-se Grupo Escolar “Chagas Pereira”, pelo decreto nº 14753 de 29 de maio de 1945. São palavras de uma de suas netas: “o professor Chagas Pereira foi muito feliz no magistério tendo conquistado, através de seu trabalho honesto, o respeito, a simpatia e a amizade da população de Aparecida, de seus superiores e, particularmente, dos professores, alunos e funcionários do estabelecimento que dirigiu por tantos anos. E nós, que hoje

trilhamos os mesmos caminhos que nos legou, procuremos imitá-lo no que sua vida nos deixou como exemplo: a humildade, a perseverança, a honra, o altruísmo, a coragem, o dinamismo, o espírito de iniciativa, a grandeza e superioridade de sentimentos, o amor à verdade, a afeição pela família, enfim, o exemplo de sua própria existência, que terminou com invejável paciência e resignação.

(Documento datilografado, sem autor, datado a 06 de outubro de 1995 – Arquivo da atual Escola Municipal Professor Chagas Pereira)

Diretoria Acadêmica de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação

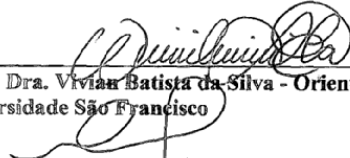


Credenciado pela CAPES
Portaria n.º 177, de 25 de janeiro de 2002.
D.O.U. de 29 de janeiro de 2002.

Ata de Arguição Final da Dissertação do Aluno CÉSAR AUGUSTO EUGÊNIO

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, às catorze horas, nas dependências da Universidade São Francisco, reuniu-se a Comissão da Banca Examinadora de Pós-Graduação do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade São Francisco para avaliação do Relatório de Atividades e Pesquisa intitulado **“Igreja e escola no processo de modernização de Aparecida (1893-1928)”**, apresentado pela aluna CÉSAR AUGUSTO EUGÊNIO, graduado em Filosofia pelas “Faculdades Salesianas”, que concluiu os créditos exigidos para a obtenção do Grau de “Mestre em Educação” segundo os registros constantes na Secretaria de Campus de Itatiba. Os trabalhos foram instalados às 14h pela Profa. Vivian Batista da Silva, Orientadora do Candidato e Presidente da Banca Examinadora, constituída pelos seguintes Professores: Vivian Batista da Silva, Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP, Moyses Kuhlmann Junior, Doutor em História pela Universidade de São Paulo - USP e Rita de Cassia Gallego, Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo - USP. A Banca Examinadora tendo decidido aceitar a dissertação, passou à Arguição Pública do candidato. Encerrados os trabalhos às 16h30 horas, os examinadores, consideraram o candidato aprovado. E, para constar, eu, Profa. Dra. Vivian Batista da Silva, lavrei a presente Ata, que assino juntamente com os demais membros da Banca Examinadora.

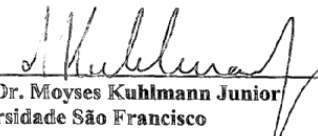
Parecer da banca: A banca ressalta a qualidade do trabalho, no que se refere à coleta e tratamento das fontes, a seriedade na leitura e uso de referências teóricas e a construção de uma pesquisa original e que traz contribuições à área.
Itatiba, 26 de fevereiro de 2009.



Prof. Dra. Vivian Batista da Silva - Orientadora e Presidente
Universidade São Francisco



Prof. Dra. Rita de Cassia Gallego
Universidade Presbiteriana Mackenzie



Prof. Dr. Moyses Kuhlmann Junior
Universidade São Francisco

CAMPUS DE BRAGANÇA PAULISTA Av. São Francisco de Assis, 218 - CEP 12916-900 Fone (11) 4034-8000 - FAX (11) 4034-1825
CAMPUS DE CAMPINAS Rua Waldemar César da Silveira, 105 - Cura D'Ars CEP 13045-270 (19) 3779-3300
CAMPUS DE ITATIBA Rua Alexandre Rodrigues Barbosa, 45 - CEP 13251-900 Fone (11) 4534-8000 - FAX (11) 4524-1933
CAMPUS DO PARI - SÃO PAULO Rua Hannemann, 352 - Pari - CEP 03031-040 Fone (11) 3315-2000 - FAX (11) 3315-2036